

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FACED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
BRASILEIRA**

Maria Valdecir Abreu de Paula

**CRISE, RESISTÊNCIA E LUTA DOS TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO DO CEARÁ: LIBERTAR O SINDICATO OU LIBERTAR-
SE DO SINDICATO? (O CASO DO SINDIUTE)**

Fortaleza – Ceará

2010

Maria Valdecir Abreu de Paula

**CRISE, RESISTÊNCIA E LUTA DOS TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO DO CEARÁ: LIBERTAR O SINDICATO OU LIBERTAR-
SE DO SINDICATO? (O CASO DO SINDIUTE)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Educação Brasileira (Mestrado) da Universidade Federal
do Ceará como parte dos requisitos necessários à obtenção
do Título de Mestre.

Orientação: Prof.a Dr.a Ana Maria Dorta de Menezes

Fortaleza – Ceará

2010

P348c Paula, Maria Valdecir Abreu de
Crise, resistência e luta dos trabalhadores em educação do Ceará [manuscrito]:
libertar o sindicato ou libertar-se do sindicato? (o caso do SIDIUTE) / por Maria
Valdecir Abreu de Paula. – 2010.
161 f.: il. ; 30 cm.
Cópia de computador (printout(s)).
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2010.
Orientação: Prof^a Dr^a Ana Maria Dorta de Menezes.
Inclui bibliografia.

1-SINDICATO DE TRABALHADORES – PROFESSORES – CEARÁ. I – Menezes, Ana Maria
Dorta de, orientador. II - Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação Brasileira. III – Título.

CDD (22ª ed.)331.88098131

Maria Valdecir Abreu de Paula

**CRISE, RESISTÊNCIA E LUTA DOS TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO DO CEARÁ: LIBERTAR O SINDICATO OU LIBERTAR-
SE DO SINDICATO? (O CASO DO SINDIUTE)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós- Graduação em
Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará,
como parte dos requisitos necessários à obtenção do título
de Mestre.

Orientação: Prof.a Dr.a Ana Maria Dorta de Menezes

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 05/03/2010

BANCA EXAMINADORA

Prof.a. Dra. Ana Maria Dorta de Menezes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.a. Dra. Kátia Regina de Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto
Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr. Justino de Sousa Junior
Universidade Federal de Ceará (UFC)

É completamente impossível buscar as causas dos fenômenos da sociedade capitalista na consciência subjetiva – nas intenções ou nos planos – de seus membros. Os fenômenos objetivos do capitalismo foram formulados antes que a ciência começasse a pensar seriamente sobre eles. Até hoje em dia, a maioria preponderante dos homens nada sabem a respeito das leis que regem a economia capitalista. Toda força do método de Marx reside em sua aproximação aos fenômenos econômicos, não do ponto de vista subjetivo de certas pessoas, mas do ponto de vista objetivo do desenvolvimento da sociedade em seu conjunto, do mesmo modo que um homem da ciência que estuda a natureza se acerca a uma colméia ou a um formigueiro.

Leon Trotsky (O Marxismo do Nosso Tempo)

Aos que continuam defendendo as organizações da classe trabalhadora e lutando, incondicionalmente, pela sua emancipação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, aos protagonistas da minha pesquisa por ter me proporcionado uma “solidão povoada” de imenso significado;

A Eudes Baima, por ser um valoroso companheiro de luta e pela atenção em ler meu projeto de pesquisa, oferecendo, dessa forma, excelentes contribuições;

À professora Ana Maria Dorta de Menezes que, de forma competente, respeitosa e paciente, soube compreender a difícil, mas necessária, tarefa de compatibilidade entre a militância sindical e a elaboração acadêmica;

Aos meus professores e colegas do Mestrado, especialmente, a companheira Lenha Diógenes, sempre solícita, pela amizade conquistada;

Aos meus companheiros do Centro de Educação de Jovens e Adultos Neudson Braga, especialmente Evilázio, Bruna e Jacqueline pela preciosa contribuição na organização deste trabalho;

A todos que fizeram e fazem parte da atual direção do SINDIUTE, aos trabalhadores em educação do Ceará e demais trabalhadores desse país os quais têm dado sentido e significado à minha luta;

À Maria Alves da Silva a quem chamo, carinhosamente, de ‘Madrinha’, meus irmãos, irmãs, cunhados, cunhadas, sobrinhos e sobrinhas, meu porto seguro familiar;

À companheira de todas as horas, Ana Célia, pela paciência e ajuda inestimável nesse processo, grande afeto, sem ela tudo teria sido mais difícil;

Agradeço, com imensa saudade, aos meus pais, José Rodrigues de Paula, Maria Abreu de Paula e ao meu amado irmão Elizeu que, se estivessem entre nós, certamente compartilhariam comigo esse momento de alegria.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ACIT – Acordo Internacional dos Trabalhadores

ANPAE –CE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação – Seção Ceará

APEFC – Associação dos Professores de Educação Física

APEOC – Associação dos Professores das Escolas Oficiais do Estado do Ceará

APEOC/Sindicato – Sindicato dos Servidores Públicos Lotados nas Secretarias de Educação e Cultura do Estado do Ceará e das Secretarias de Educação e Cultura dos Municípios do Ceará

APLEC – Associação dos Profissionais Licenciados do Ceará

APREC – Associação dos Professores Registrados do Estado do Ceará

ASSECE – Associação dos Supervisores do Estado do Ceará

ASOECE – Associação dos Orientadores do Estado do Ceará

ASPEC – Associação dos Profissionais da Educação do Ceará

BIS – Bank International Settlements

CAT – Central Autnoma dos Trabalhadores

CECUT – Congresso Estadual da CUT

CERMAPCE – Centro de Estudos e Recreação dos Professores Primários do Ceará

CGC – Cadastro Geral de Contribuintes

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores

CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

CIC – Centro Industrial do Ceará

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CMP – Central dos Movimentos Populares

CNRT – Conselho Nacional das Relações de Trabalho

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CONCLAT – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras

CONCLAT – Comissão Organizadora Nacional das Classes Trabalhadoras

CONCUT – Congresso Nacional da CUT

CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPB – Confederação dos Professores do Brasil

CPPB – Confederação dos Professores Primários do Brasil

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CSC – Corrente Sindical Classista

CTB – Central dos Trabalhadores do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DAER – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EUA – Estados Unidos da América do Norte

FACED – Faculdade de Educação da UFC

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FENASE – Federação Nacional dos Supervisores Educacionais

FENOE – Federação Nacional dos Orientadores Educacionais

FETRACE – Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviço no Ceará

FS – Força Sindical

FUP – Federação Única dos Petroleiros

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação

FNT – Fórum Nacional do Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMO – Instituto do Movimento Operário

INTERSINDICAL – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora

LBI – Liga Bolchevique Internacionalista

MOVA-SE- Sindicato do Serviço Público Estadual do Ceará

MR – 8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MUDE – Movimento de Unificação dos Educadores

MUPE – Movimento de Unificação dos Profissionais da Educação

MVP – Movimento de Valorização do Professor

NCST – Nova Central Sindical dos Trabalhadores

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não Governamental

OT – O Trabalho

PART – Partido da Revolução dos Trabalhadores pela Emancipação Humana

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDC – Partido Democrata Cristão

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEA – População Economicamente Ativa

PFL – Partido da Frente Liberal

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PO – População Ocupada

POR – Partido Operário Revolucionário

PRO – Partido da Revolução Operária

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSPN – Piso Salarial Profissional Nacional

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

SDS – Social Democracia Sindical

SEM – Secretaria de Educação do Município de Fortaleza

SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Ceará

SESC – Serviço Social do Comércio

SINDFORT – Sindicato dos Servidores Municipais de Fortaleza

SINDIUTE – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará

SINDJORCE – Sindicato dos Jornalistas do Ceará

SINTECE – Sindicato Unificado dos Trabalhadores em Educação do Ceará

STF – Superior Tribunal Federal

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

TST – Tribunal Superior do Trabalho

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UFC – Universidade Federal do Ceará

UGT – União Geral dos Trabalhadores

UMC – União das Mulheres Cearenses

UNATE – União Nacional dos Trabalhadores em Educação

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância

RESUMO

A presente pesquisa aborda o processo de organização sindical dos trabalhadores em educação do Ceará que deu origem ao Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (SINDIUTE). Tem como objetivo central registrar a histórica luta da entidade sindical no Ceará como instrumento da resistência dos trabalhadores em educação, a partir da década de 1980. O trabalho pretende resgatar as principais lutas e ganhos no processo organizativo contra a ofensiva dos diferentes governos, a crise vivida pela entidade em sua tentativa de unificação em 1991, a ruptura do setor cutista (Articulação Sindical) ocorrida no final da década de 1990 e o abandono do sindicato por seu núcleo dirigente, em 2003. Para tanto, procura realizar uma leitura crítica do processo político e organizativo vivido pela classe trabalhadora no Brasil na década de 1990, confrontado com a crise mundial do capital. Explicita as medidas legais adotadas pelos últimos governos brasileiros, a partir da referida década, e analisa a resposta da classe trabalhadora, particularmente a sindicalmente organizada, no plano nacional, na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e no plano estadual, no SINDIUTE. A pesquisa se posiciona contrária ao caráter propositivo/defensivo que caracterizou a política do setor majoritário da CUT, a partir de então. Denuncia os ataques à liberdade e autonomia sindical que marcaram o processo de fundação do SINDIUTE a partir de ações dos governos e de setores da própria categoria. Refuta a ideia da perda da centralidade do trabalho no mundo contemporâneo, posição assumida pelo setor que rompeu com SINDIUTE em 2003, o grupo Crítica Radical, que defende o abandono da luta sindical. A nossa análise corrobora a avaliação de que o movimento sindical vive um momento de intensa crise, seja pelo recrudescimento da exploração da força de trabalho, seja pela crise de sua direção, consubstanciada na posição adotada pelo setor majoritário do sindicalismo brasileiro. Entretanto, reafirma o papel imprescindível das organizações sindicais no contexto da luta geral pela emancipação da classe trabalhadora, direcionando para esta, como tarefa imediata, recompor a independência de classe e autonomia de suas organizações sindicais diante de governos pseudodemocráticos e populares e dos patrões. Defende como necessidade premente libertar o sindicato da política defensiva da maioria das suas direções, da sua crescente captura pela estrutura sindical e dos imperativos do capital.

Palavras Chave: Sindicato, Trabalho, Capital, Estado, Estrutura Sindical.

ABSTRACT

The current study argues on the Education workers' trade union organization in Ceará, which originated the Education Workers Union (SINDIUTE). Its primary aim is registering the historical struggle of such entity as an instrument of workers' resistance from the 1980's. The research intends to recall organization's main efforts and achievements against the offensive of the varied governments, the crisis that the institution faced by 1991, the rupture of Union workers' sector (Union articulation) that came into light by the end of the 1990's, and the abandon of the Union by its managers, in 2003. For such, it seeks to criticize the politics and the organization that the worker class lived in the 1990's, facing the world economic crisis. The study denounces legal procedures Brazilian last governments adopted from that decade and analyzing the feedback of worker class, particularly the united one, in a national plan, within CUT, and in a state plan, within SINDIUTE. The study shows to be contrary to the proposition/defense character that CUT's main sector performed since that. It denounces attacks to union workers' freedom and autonomy that marked SINDIUTE's foundation based on actions of government and sectors of the very category. Therefore, the research refuses the idea of work centrality loss within contemporary world, position that the sector that denied SINDIUTE in 2003, Radical Critics, assumed, defending union workers' efforts abandon. Analysis here confirms the evaluation that workers union movement lives a critical period, due to both, the increasing of working power, and the crisis of managers, configured with the position of defense/proposition that the main Brazilian trade sector adopted. Nonetheless, it reaffirms the essential trade unions role in the context of the general fight for the emancipation of workers class, which stipulates its immediate task of recomposing the independence of class and the autonomy of their trade unions facing pseudo-democratic and popular governments, as well as bosses. It defends as a primary need let the workers union free from the defensive politics of most of managers, from its increasing capture by trade union's structure and economic imperatives.

Key-words: Trade union; Work; Capital; State; Trade Union structure.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. A RESPOSTA DO MOVIMENTO SINDICAL CUTISTA À OFENSIVA DO CAPITAL NOS ANOS DE 1990/2000: ANÁLISE DO CAMINHO PERCORRIDO.....	19
1.1 A destrutividade da mundialização do capital.....	19
1.2 Crise do movimento sindical: desafios e lições do atual momento histórico brasileiro	22
1.2.1 O movimento sindical brasileiro nas décadas de 1980/1990: do Consenso de Washington aos fóruns tripartites	26
1.2.2 A CUT nas décadas de 1980/1990: do sindicalismo combativo ao sindicalismo “propositivo” /defensivo.....	30
1.2.3 Os trabalhadores em face do “caráter regressivo da hegemonia neoliberal”	44
1.2.4 Reforma sindical: propostas “novas” para conservar o velho	47
2 SINDIUTE E A LUTA PELA UNIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NO CEARÁ: DA SUA CRIAÇÃO AOS DILEMAS ATUAIS	64
2.1 A organização dos trabalhadores em educação do Ceará nos anos de 1980: retomando o fio da história.....	66
2.2 Do MUDE ao SINDIUTE: avanços e recuos em busca da luta unificada	84
2.3 A estrutura sindical e a APEOC-SINDICATO: a unicidade que divide a classe.....	96
2.4 A construção da unificação: os primeiros Congressos	102
2.4.1 O III Congresso de Unificação: nasce o SINDIUTE.....	108
2.4.2 A desconstrução da unificação em nome da unicidade	114
2.4.3 A peleja jurídica APEOC x SINDIUTE: a liberdade sindical em questão.....	128
2.5 SINDIUTE: representação e representatividade.....	137
2.6 A singularidade da crise em 2003: adeus aos sindicatos?	142
CONCLUSÃO.....	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	154
DOCUMENTOS CONSULTADOS	159
ANEXOS	161

INTRODUÇÃO

Este ensaio resulta dos estudos realizados no nosso percurso acadêmico no mestrado e está vinculado à nossa práxis educativa e política, na qualidade de professora da rede pública de ensino e militante da luta sindical dos trabalhadores em educação no Estado do Ceará.

O objetivo central da pesquisa é buscar compreender, à luz da teoria, a história da entidade e suas lutas com origem nos acontecimentos iniciados na década de 1980, registrando, desde então, suas principais lutas e ganhos em sua organização contra a ofensiva dos diferentes governos. No plano interno da sua organização, investigaremos a crise vivida pela entidade em sua tentativa de unificação em 1991, a ruptura de um setor cutista (Articulação Sindical) no final da década de 1990 e o abandono do sindicato por seu núcleo dirigente em 2003.

É nosso objetivo compreender o significado dos fenômenos, inserindo-os na totalidade na qual ganham sentido, isto é, na profunda crise que atinge o sindicalismo brasileiro e o movimento operário internacional em face da ofensiva capitalista, sobretudo com origem nos anos de 1990, buscando alcançar as determinações de ordem objetiva e subjetiva, avaliando suas consequências para o enfrentamento da crescente exploração e dominação da classe trabalhadora pelo capital e, mais especificamente, sobre os trabalhadores em educação do Ceará.

Nossa perspectiva encontra profunda identificação com o referencial teórico de Marx, Engels, Lênin e Trotsky¹, que partem da consideração de que o trabalho é a categoria ontológica fundante para compreender o ser social em sua histórica complexidade, o processo de humanização/desumanização do homem dentro da ordem social capitalista.

A nossa análise parte da distinção da categoria do trabalho legada por Marx, como trabalho concreto, útil, eterna necessidade do homem e trabalho abstrato, trabalho alienado, forma histórica que assume na produção capitalista.

Pretendemos defender a centralidade do trabalho e da classe trabalhadora na reprodução social e a importância da luta sindical como espaço organizativo dos trabalhadores para enfrentar o capital na defesa dos seus interesses imediatos e históricos.

Comprendemos o trabalho abstrato, alienado, tal como se realiza na totalidade da sociedade, baseada na exploração de classes como resultado de uma elaboração histórica dos homens imposta pela hegemonia do sistema capitalista de produção de mercadorias. Apostamos na possibilidade de superar essa dimensão do trabalho pela capacidade dos

¹ Além de intelectuais contemporâneos dedicados à pesquisa sobre o mundo do trabalho acerca do movimento sindical.

trabalhadores organizados operarem uma nova forma de organização social, retomando com toda a sua força e unidade os pressupostos teóricos e as tarefas práticas em face dos desafios impostos pelo capital à sua emancipação. Como nos lembra Meszáros,

O capital é absolutamente incapaz de respeitar os seres humanos. Ele conhece só uma maneira de administrar o tempo de trabalho: maximizando a exploração do “tempo de trabalho necessário” da força de trabalho empregada e ignorando totalmente o “tempo disponível” na sociedade de forma geral, pois deste não pode extrair lucro. (...) A realização até mesmo de alguns dos nossos mais limitados objetivos requererá mobilização em massa de empregados e desempregados, conduzidos pela solidariedade com os problemas que todos nós somos obrigados a partilhar (2006, p. 42-44).

É com base no referencial teórico marxiano que pretendemos fundamentar a nossa análise. De acordo com o horizonte teórico e metodológico pelo qual pretendemos enveredar, entendemos que

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real (MARX, 1980, p.16).

Neste sentido, para compreendermos o nosso objeto específico, o SINDIUTE, tornou-se necessário reaver os caminhos percorridos pela luta sindical no Brasil, buscando compreender o significado das organizações sindicais, como fenômeno histórico, desde sua formação e constituição, destacando o importante papel que desempenharam no embate contra o capital.

Analisar a crise que se espraia pelo Planeta em função dos interesses capitalistas e o *passeio* pela história do movimento sindical brasileiro, visando a identificar a singularidade da resposta dos trabalhadores no contexto da atuação cutista, é o que tentamos deixar registrado no capítulo I.

Para a referida análise, consideramos fundamental compreender a natureza da presente crise da sociabilidade capitalista que atinge frontalmente os trabalhadores do mundo inteiro, avaliando a singularidade dos seus efeitos para os trabalhadores brasileiros, sobre as suas condições de trabalho, de vida, especialmente acerca de suas formas de organização, resistência e luta em face da ofensiva do capital, sobretudo desde os anos 1990, com as orientações de organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial, que conduzem à flexibilização de direitos, desregulamentação e precarização do trabalho de uns e à exclusão e miséria de tantos outros.

Consideramos pertinente, para a análise que pretendemos, recuperar alguns momentos da trajetória do movimento de organização dos trabalhadores no País, para destacar as

diferentes estratégias de ataque da burguesia e governos a organização sindical, seja pela repressão, seja pelas formas de cooptação das suas lideranças na sua premente necessidade de conter e/ou destruir a organização e resistência dos trabalhadores, mecanismos presentes não apenas nos governos ditatoriais, mas também naqueles que se denominam democráticos e populares.

Contrariamente ao caráter de *novidade* que se imprime à “reestruturação produtiva” globalizada comandada pelo capital, advogamos, não obstante as singularidades do atual contexto, ser este um processo recorrente na história do desenvolvimento capitalista, fruto de uma tendência que lhe é inerente à expansão/mundialização em busca do crescimento do lucro.

Malgrado as profundas mudanças operadas na base produtiva, com a introdução das novas tecnologias, da maior fragmentação dos trabalhadores na produção, aprofundada na desconcentração das empresas, na terceirização e precarização da contratação da força de trabalho, da redução dos postos de trabalho, cuja consequência mais visível é o desemprego estrutural, a classe trabalhadora não desapareceu e continua a ser de central importância na valorização do capital.

Pretendemos, pois, tomar a crise do sindicalismo no contexto mais geral e do neoliberalismo nos países periféricos, do cenário do movimento operário internacional marcado pela defensividade como um fenômeno, produto da correlação de força, no *continuum* da luta entre capital e trabalho.

É nosso pressuposto o fato de ser imprescindível a continuidade e resistência dos trabalhadores contra a opressão e exploração do capital. A nossa defesa encontra justificativa na atualidade, quando a crise estrutural do capitalismo impõe severas consequências à classe trabalhadora, na insistente tentativa da burguesia de desmonte das garantias conquistadas pela classe e das suas organizações sindicais combativas, intentando aprisioná-las numa estrutura sindical corporativa, capturando suas direções que assumem posições na via da colaboração de classes, de garantia da *governança da economia globalizada* a serviço do capital.

Creemos que a organização dos trabalhadores não obedece a um movimento linear e que o quadro atual é passível de novos desdobramentos, uma vez que

A consciência proletária (...) vai da falsa consciência, presa à ideologia dominante e limitada pela imediatidade, até o máximo da consciência possível que corresponda à percepção da totalidade e sua possibilidade de superação revolucionária, o que somente é possível quando a classe operária apodera-se da teoria revolucionária, fornecida pelo marxismo, e transforma-se na única classe capaz de destruir o capitalismo e iniciar a transição para a sociedade sem classes (...) ela deve ser concebida como um processo de fluxos e refluxos, onde ora são predominantes os

momentos de falsa consciência, ora se estar próximo da consciência verdadeira (ANTUNES, 1982, p. 22).

É nosso objetivo realizar uma leitura crítica do momento que vive a classe trabalhadora no País em face dos efeitos da crise mundial do capital, para uma análise dos caminhos percorridos pelo movimento sindical dos trabalhadores organizados na Central Única dos Trabalhadores (CUT), aqui tratada pela importância que essa Central teve e tem na luta dos trabalhadores ao longo da história da organização sindical no País, e, mais especificamente, contribuir para o avanço da organização dos trabalhadores em educação no Estado que formam a base do SINDIUTE. Com esse propósito, tentaremos

Estudar com exatidão qual o momento do processo de produção – o momento estritamente objetivo – que atinge, de maneira mais imediata e mais vital, os interesses da classe operária; em que medida houve o interesse desta classe de colocar-se acima desta imediatidade de perceber o momento imediatamente importante, como simples momento da totalidade, e assim superá-lo; e, finalmente, de que natureza foi a totalidade assim atingida, e em que medida houve percepção verdadeira da totalidade real da produção (ANTUNES, 1982, p. 37).

No primeiro capítulo, pois, objetivamos realçar este processo no plano nacional, identificar e denunciar as medidas legais adotadas pelos últimos governos, de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva, que passaram pela década de 1990 e chegaram a 2009 com o objetivo claro de conter a resistência e destruir a organização da classe, avaliando em que medida este processo tem a *participação propositiva* ou resistência combativa de parcelas do próprio movimento sindical.

No segundo segmento, nos dedicamos a recuperar e examinar a organização sindical dos trabalhadores da educação básica do Ceará, de 1980 até 2003, mais especificamente, da organização dos trabalhadores em educação que formam a base do SINDIUTE, inserindo-a no âmbito da organização sindical e luta dos trabalhadores da educação no plano nacional.

Com suporte em uma pesquisa teórico-bibliográfica, analisaremos documentos relativos à Entidade, dos quais, procuraremos apreender as principais lutas e reivindicações da categoria diante do Estado nos diferentes governos, no contexto estudado, examinando, ainda, os depoimentos e posições de ativistas sindicais que, concretamente estiveram na base da formação organizativa dos trabalhadores em educação, reunidos no SINDIUTE, neste período.

Referido capítulo tentará reaver e analisar a história da organização sindical dos trabalhadores em educação do Ceará, a organização do SINDIUTE, suas lutas internas, bem como os ataques sofridos na luta e defesa da liberdade e autonomia de organização sindical, pela manutenção e ampliação de direitos contra o poder cerceador do Estado.

Pretendemos evidenciar os momentos de avanço/recuo da luta sindical, a capitulação ou a resistência referentes às posições políticas hegemônicas do sindicalismo dos trabalhadores em educação do Ceará, retomando o exame da tentativa de unificar a categoria no ano de 1991, as posições assumidas pelas direções ante as instâncias da categoria, sobre a estrutura sindical vigente e a política adotada pelos governos cearenses, consubstanciadas na crescente retirada e negação de direitos aos trabalhadores. Procuraremos situar, de que modo, mais recentemente, no plano político e jurídico, tem ocorrido a luta, em que limites e parâmetros a entidade busca a organização e mantém a resistência.

Nossa investigação tomou como fonte de pesquisa o material divulgado pela Entidade², pela imprensa de Fortaleza-CE, além de pesquisas acadêmicas e de ativistas sindicais³, representando as posições convergentes e divergentes, que concretamente estiveram na base organizativa de unificação dos trabalhadores em educação e do SINDIUTE.

Para tal investigação, consideramos relevante pesquisar a organização sindical desde a década de 1980, período que antecede a fundação do SINDIUTE, em 1991, por considerarmos que esta fase integra elementos indispensáveis para destacarmos a importância desse organismo sindical, o caráter de legitimidade das bases políticas e organizativas em que se ergueu, até chegar à dimensão, também, organizativa e política da ruptura do seu núcleo dirigente em junho de 2003, que marca a singularidade da recente crise vivida pelo Sindicato.

Finalizando o segundo capítulo, realçaremos o significado da ruptura do setor majoritário desse sindicato desde os anos de sua fundação, liderado pela professora Rosa da Fonseca (e demais professores que integram seu grupo), principais protagonistas desse organismo sindical, com uma larga história na luta combativa no referido Sindicato e na militância da esquerda no Estado, em junho de 2003, que se retira da militância sindical e passa, curiosamente, a questionar as posições até então assumidas em defesa da centralidade do trabalho e da luta sindical como espaço de organização e luta dos trabalhadores pela *emancipação humana*, convocando/defendendo, desde então, o abandono/desfiliação não apenas da Entidade, mas de toda e qualquer luta na esfera sindical e partidária.

O movimento liderado pelo referido agrupamento ficou identificado como Movimento Educação para a Emancipação, posteriormente como Grupo Crítica Radical e tem insistido junto à categoria, afirmando “o esgotamento do sindicato como forma de organização para

² Recorremos a diversos documentos (atas, resoluções de congresso), panfletos e informativos da Entidade bem como matérias dos principais jornais em circulação no Estado.

³ Tomamos as dissertações de Moreira, (1990), Menezes, (1990), Fonseca, (1991), Ferreira, (1995), Bezerra, (1996), Araújo, (2000), todos pesquisadores com forte ligação na luta político sindical no Estado.

levar a luta adiante”⁴ consequência, segundo afirmam, da perda da centralidade do trabalho como categoria central à emancipação humana.

Postulamos, no decorrer do segundo capítulo, a centralidade ontológica do trabalho⁵ e a pertinência da luta sindical, diferentemente da perspectiva do grupo Crítica Radical ao asseverar que o sindicalismo perdeu sua força em função do prejuízo da centralidade do trabalho e do desaparecimento da classe trabalhadora como força produtora de valor.

Buscaremos argumentar, ao longo do ensaio, que a reorganização da base produtiva, apesar da redução dos postos de trabalho possibilitada pela robotização, tecnificação dos processos produtivos, intensa substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, fenômeno perfeitamente analisado por Marx, não significa que o trabalho tenha deixado de ser vital para a reprodução do valor e que tenha deixado de ser ontologicamente central na reprodução social.

Argumentaremos na perspectiva marxista da luta de classes, reconhecendo a crise por que passa o movimento sindical e suas direções majoritárias, a pertinência das organizações sindicais e da luta política em geral. Defenderemos a ideia de que os trabalhadores precisam munir-se das suas organizações e defendê-las como instrumentos imprescindíveis que se somarão à luta mais geral de conter o crescente processo destrutivo em que está circunscrito o trabalho no capitalismo contemporâneo, apostando na superação do estado de exploração em que vivem os trabalhadores sob a teia dessa forma social de produção.

⁴Essa citação é um trecho da nota divulgada junto à categoria, em junho de 2003, assinada pela Professora Rosa da Fonseca e cerca de 30 professores comunicando as razões do afastamento do Sindicato. O texto, na íntegra, constará nos anexos do nosso trabalho.

⁵ Ao pôr acento na categoria trabalho como categoria fundante do ser social, como “*modelo de toda práxis*”, não pretendemos negar que no *continuum* da reprodução social concorrem outras tantas atividades que não apenas o trabalho; contudo, o trabalho, como articulação entre teleologia e causalidade, enquanto pôr consciente de uma finalidade objetiva é uma atividade distintiva dos homens, *protoforma originária de toda práxis*.

1 A RESPOSTA DO MOVIMENTO SINDICAL CUTISTA À OFENSIVA DO CAPITAL NOS ANOS DE 1980/1990: ANÁLISE DO CAMINHO PERCORRIDO

Horrorizai-vos porque queremos abolir a propriedade privada. Mas em vossa sociedade a propriedade privada está abolida para nove décimos de seus membros. E é precisamente porque não existe para estes nove décimos que ela existe para vós. Acusai-nos, portanto, de querer abolir uma forma de propriedade que só pode existir com a condição de privar de toda a propriedade a imensa maioria da sociedade.

K. Marx e F. Engels (Manifesto do Partido Comunista)

1.1 A destrutividade da mundialização do capital

Nos marcos do capitalismo contemporâneo, vivemos um paroxismo. Convivemos, lado a lado, com o que se convencionou chamar de *terceira revolução industrial* que, desde um intenso desenvolvimento da ciência e da tecnologia, capacita a sociedade dos meios de produção a garantir bens necessários, permitindo debelar a miséria que se espalha sobre grandes contingentes de trabalhadores a nível mundial.

O avanço científico e tecnológico, contudo, determinado pelos interesses da acumulação capitalista, opera em sentido contrário ao da satisfação das necessidades humanas: “incendeia a economia real”, intensifica a exploração da força de trabalho de forma crescente, em um decurso de destruição das forças produtivas, ocasionando distância abismal entre ricos e pobres, enfim, elevando ao extremo a exploração e a dominação de classe.

Tudo isto resulta da radicalização crescente da propriedade privada dos meios de produção, do aprofundamento da exploração da força de trabalho, mediada pelo uso dos recursos científicos e tecnológicos disponíveis, que permitem ao capital alcançar maior capacidade de produção, com a redução drástica da força de trabalho empregada nas cadeias produtivas. Dessa forma, além do escasso emprego formal, o trabalhador vive uma contínua redução de salários e a intensificação da luta do capital pela desregulamentação e flexibilização dos direitos até aqui conquistados pela luta da classe trabalhadora.

A lógica que predomina no mundo do trabalho, no momento com maior intensidade, é a que Marx prognosticou: “progresso da produtividade do trabalho social, quantidade sempre crescente de meios de produção pôde ser mobilizada com um dispêndio progressivamente menor de força humana”. Segundo o mesmo autor, uma lei da sociedade capitalista onde o instrumental é que emprega o trabalhador, e não o contrário, uma lei que se

transmuta em outra na medida em que, “quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego”. A reação do capital impulsiona a precarização das condições de realização do trabalho e da força de trabalho, potencializando a sua riqueza e expansão (1980, p. 748).

A consequência destes fatos nos remete a conferir atualidade ao pensamento de Marx, quando acentua que, para a extração da mais-valia relativa, o trabalhador é explorado, mutilado, reduzido a um apêndice da máquina. O trabalho é desfigurado e transformado em tormento porque a ciência, incorporada às máquinas, se lhe apresenta como força independente, estranha, “a população trabalhadora aumenta mais rapidamente do que as condições em que o capital pode empregar os acréscimos dessa população para expandir-se” (MARX, 1980, p. 748).

Essa relação de alienação/estranhamento, Marx (1980) considera em interessante analogia, mais fortes do que os grilhões que acorrentaram Prometeu⁶. Indagamos, porém, se até Prometeu, segundo a mitologia, foi salvo, quem salvará os trabalhadores desses *grilhões* capitalistas. Acreditamos que sejam: *os próprios trabalhadores*.

Para que se efetive a crescente exploração da força de trabalho, é fundamental manter a correlação de força com a supremacia do capital sobre o trabalho, intervindo junto às organizações sindicais, buscando a sua dissolução ou a sua integração aos interesses do mercado, tornando-as apêndices do capital.

Os representantes do capital exercem o seu poder para manter a dependência dos trabalhadores, para que permaneçam *agrilhoados*, submetidos às condições de exploração. Ao contrário de Prometeu, é preciso que estejam *livres, disponíveis*, mas, sobretudo, *fragilizados, atomizados, expropriados*.

A tentativa do capital em dividir os operários e confundi-los é recorrente na história da luta de classe, como bem nos lembra Lênin, ao analisar um aspecto da decomposição do movimento operário.

O imperialismo tem tendência para formar categorias privilegiadas também entre os operários, separando-as das grandes massas do proletariado (...) a tendência do imperialismo para dividir os operários e para reforçar o oportunismo entre eles, provocando uma decomposição temporária do movimento operário, manifestou-se muito antes do fim do século 19 e começo do século 20 (LÊNIN, 2007, p. 125).

⁶ “A lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército de reserva no nível adequado ao incremento e à energia da acumulação acorrenta o trabalhador ao capital mais firmemente do que os grilhões de Vulcano acorrentaram Prometeu ao Cáucaso”. (MARX, 1980, p.749).

Essa *tendência* do imperialismo⁷ visa a desobstruir qualquer obstáculo ao seu objetivo central, ou seja, se apropriar da riqueza produzida e dominar a classe trabalhadora.

Os mecanismos utilizados vão desde a *sedução*, visando a obter a colaboração/integração das suas direções para desmobilizar a luta da classe, *convencendo-as* de que a melhor estratégia para melhorar as suas condições de vida é o abandono das organizações sindicais até o ataque e a repressão pela força aos movimentos de protesto liderados pelos trabalhadores.

As pressões que representam os capitalistas são exercidas por fora ou por dentro dessas organizações, convergem no sentido de fazer com que as direções sindicais assumam posições conjuntivas, de colaboração de classes, afastando-se da perspectiva de transformação social, de superação do capital, fenômeno que Trotsky assinalou como “crise histórica da direção do proletariado” (1980, p.11).

Na virada do século XX para o XXI, deve-se, em primeiro lugar, destacar o caráter estrutural da atual crise do modelo econômico assentado no capitalismo.

O pensamento liberal e, em decorrência dele, o que se denominou de *neoliberalismo*, pautaram-se pelo binômio desregulamentação e autorregulação do mercado, sobrepondo a financeirização da economia à produção real na proporção de US\$ 65 trilhões do PIB mundial para US\$ 600 trilhões em *derivativos* e outras inovações financeiras. (BANK INTERNATIONAL SETTLEMENTS (BIS) *apud* DIEESE, 2008, p.9); uma economia virtual que a qualquer instabilidade vira pó.

O quadro da crise do capitalismo no plano mundial no campo da organização da produção significa concretamente para os trabalhadores a flexibilização, precarização do trabalho e desemprego estrutural, exclusão de um contingente cada vez maior de trabalhadores da produção e do consumo de bens indispensáveis às mais elementares necessidades humanas, reduzindo, de acordo com os dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO)⁸, em 2009, mais de um bilhão de seres humanos à condição de famintos.

⁷ LÊNIN indica a definição de imperialismo a partir de cinco traços fundamentais os quais abarcam as múltiplas relações no desenvolvimento desse fenômeno: 1- a concentração da produção e do capital formando grandes monopólios; 2- fusão do capital bancário com o capital industrial surgindo o capital financeiro; 3- exportação de capitais em detrimento da exportação de mercadorias; 4- partilha do mundo entre associações internacionais de capitalistas monopolistas; 5- partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 2007, p.104).

⁸ Disponível em: <http://www.oestadao.com.br>; Acesso em: 20 de novembro de 2009.

Para uma População Economicamente Ativa em 1999 pela Organização Internacional do Trabalho em 3 bilhões de pessoas, havia 1 bilhão de trabalhadores com capacidade de trabalho subutilizada. Ou seja, de um a cada 3 trabalhadores encontrava-se na situação de desemprego. [...] Do total de pessoas que conformam o excedente mundial de mão-de-obra, cerca de 150 milhões de trabalhadores encontram-se na categoria de desemprego aberto, enquanto 850 milhões são considerados na condição de subemprego. (POCHAMANN *apud* PRIEB, 2005, p. 196).

Diante do grave cenário, cabe indagar: como a classe trabalhadora por meio de suas organizações sindicais, responde a esses desafios? Que estratégias adota na luta contra a ofensiva do capital? Como se organiza a militância sindical? Qual o poder de resistência da classe trabalhadora, hoje, em âmbito nacional e internacional? Tais indagações nos mobilizam neste capítulo.

De início, pretendemos refletir sobre os elementos constitutivos da crise do sindicalismo brasileiro, mais especificamente acerca do movimento sindical cutista na década de 1990, buscando reaver o significado histórico do surgimento da CUT no contexto da crise mundial do sistema capitalista e das tendências impressas pela organização sindical no plano internacional. Esse movimento torna-se imprescindível, segundo o método que adotamos, pois busca analisar a parte na sua relação dialética com a totalidade.

Premidos pela gravidade da crise mundial do capital, sua lógica destrutiva, seu caráter cada vez mais evidente no século XXI, indagamos: como entender a problemática da luta sindical ante as profundas mudanças ocorrentes nas condições objetivas do trabalho e na subjetividade da classe trabalhadora?

1.2 Crise do movimento sindical: desafios e lições do atual momento histórico brasileiro

Santos (2006), em sua análise do movimento sindical, acentua que, apesar de a crise do sindicalismo mundial não ser um fenômeno inusitado, ou prerrogativa do momento atual, comporta elementos distintivos das crises anteriores e que lhe confere, portanto, elementos para que possamos denominá-la de “nova” crise, justamente pela sua gravidade e duração, mas, sobretudo, pelo contexto que a cerca.

O elemento central dessas distinções, segundo o autor, advém do modelo de acumulação do capitalismo concorrencial do século XIX, do monopolizador do século XX, em que as bases sociotécnicas permitiam incorporar mão de obra, contexto em que, pelo menos nos países europeus, no pós-Segunda Guerra Mundial⁹, se estendendo até a década de

⁹ “A Segunda Guerra Mundial (1939-1945), às custas de 40 milhões de mortos, da destruição de uma massa gigantesca de forças produtivas, foi o processo através do qual os Estados Unidos saíram da estagnação para

1970, pode se estabelecer *por meio de um tripé envolvendo o Estado, o patronato e os trabalhadores*, o que favoreceu aos trabalhadores organizados alcançarem certo poder de pressão.

Esse movimento de pressão do movimento sindical, somado à capacidade de expansão do capitalismo, fez com que, mesmo em meio à exploração do trabalho, os trabalhadores obtivessem melhores salários e maior capacidade de consumo, fenômeno que se convencionou caracterizar como “Estado de Bem-Estar Social”, diferenciando-se em muito, segundo este, do modelo da acumulação capitalista do século XXI.

No capitalismo contemporâneo, a oligopolização e a mundialização, de forte concentração de capital, “desestrutura interna e profundamente o mercado de trabalho, criando um mosaico de situações jurídicas e profissionais que tornam menos visíveis os laços de classes existentes entre os trabalhadores”. Resguardando as devidas proporções, da forma múltipla como sucede em diversos países, vem alterar, também, a sua relação com a força de trabalho e com os sindicatos (SANTOS, 2006, p. 450).

Para Santos (2006) e Antunes (2002)¹⁰, a crise do sindicalismo mundial se inscreve no quadro de um capitalismo mais potente, sob a égide do envolvimento manipulador das empresas que prometem a participação dos trabalhadores no controle da suas atividades e nos objetivos da organização empresarial, o que afetou profundamente a materialidade e a subjetividade da classe trabalhadora.

Com efeito, a crise do sindicalismo manifesta-se empiricamente no refluxo das greves, na dificuldade de manter e ampliar direitos e de mobilizar os trabalhadores.

Divergimos de Santos quanto à sua análise de que estaríamos diante de “nova” crise, uma vez que os elementos empíricos ressaltados pelo autor para justificar sua tese não constituem, na nossa análise, prerrogativa do momento atual. Segundo entendemos, há um recrudescimento da crise do capital cujos efeitos atingem de forma brutal os trabalhadores, contudo, concordamos com o referido autor na ideia de que o traço mais marcante do movimento sindical, nos diversos países “tem sido a defensividade sindical”.

Pretendemos considerar como elemento central a crise de direção do movimento sindical, sua resposta aos desafios postos pelo fenômeno do desemprego, pela

duplicar sua riqueza nacional, afirmando-se como potência hegemônica de primeira ordem, seus rivais capitalistas encontravam-se devastados pela guerra” (DANTAS, 2006, p.176).

¹⁰ “A crise que atinge o mundo do trabalho, seus organismos sindicais e partidários, é de proporções ainda não de todo assimiladas. Sua intensidade e agudeza devem-se ao fato de que, simultaneamente, atingiu a materialidade e a subjetividade do ser-que-vive-do-trabalho. Não foram poucas as transformações evidenciadas nesta última década, atingindo centralmente os países capitalistas desenvolvidos, mas com fortes repercussões, decorrentes da mundialização e globalização do capital.”(ANTUNES, 2002, p.149).

flexibilização/precarização do trabalho, agravado pela avassaladora ofensiva do capital, que ganha fôlego na correlação de forças e avança efetivamente contra a resistência da classe. Consideramos, como Santos, que,

[...] compreender a crise do sindicalismo, que afeta a capacidade de organização dos mais diversos segmentos de trabalhadores em todo o mundo, implica, necessariamente, assinalar as transformações operadas no interior do modo de produção capitalista, sobretudo nas últimas décadas, e as conseqüências que elas produziram sobre a capacidade organizativa das diversas categorias profissionais (2006, p. 447).

Mészáros adverte para a noção de que

A grande ironia dessa tendência do desenvolvimento capitalista – que, inerente à lógica do capital e desde a construção de seu sistema há séculos, alcançou a maturidade de uma forma inexoravelmente ligada a sua crise estrutural – é o modo antagônico pelo qual o avanço produtivo e o avanço do metabolismo social lançam uma parcela crescente da humanidade na categoria de trabalho supérfluo (2006, p. 31).

No plano da organização e estratégias do movimento sindical, corroboramos as análises de Boito Junior (1999) e Santos (2006) acerca de que o caráter defensivo, *propositivo* e *concertante* da atuação sindical, elementos que marcam a atuação política das direções majoritárias do sindicalismo mundial e do Brasil, é central para o arrefecimento das lutas e das crescentes perdas sofridas pela classe trabalhadora.

O sindicalismo institucionalizado e imerso em uma estrutura sindical restritiva abandonou a “perspectiva de construção de um projeto hegemônico de transformação radical da sociedade pelo conjunto da classe capaz de alimentar o necessário, mas não inevitável processo de transformação social para além da ordem do capital” (SANTOS, 2006, p.451).

Consideramos que a materialização dessa política defensiva, mediante a participação em fóruns tripartites, a tentativa de estabelecer acordos à base de consensos no sentido de garantir a “governança mundial”, estratégia preponderante do sindicalismo do século XXI, faz com que a classe trabalhadora, quando muito, consiga manter alguns parques direitos. O que predominou até aqui foi a perda de conquistas, inclusive, no setor público, fortemente atingido pelo desmonte desses serviços em benefício das privatizações.

O sindicalismo, no plano mundial, encontra, em virtude da posição defensiva, cada vez mais dificuldade, principalmente quando confrontado com uma dupla tarefa diante do capital: de preservação dos empregos e ampliação de direitos. Os dados da realidade no plano

nacional e internacional em relação a demissões¹¹, privatizações, flexibilização e precarização¹² do trabalho decorrentes das chamadas *reformas estruturais*¹³ mostram a impotência e a prostração das direções diante do capital em decorrência da política que desenvolvem na condução do movimento sindical.

Compreendemos, como Santos, que, apesar de toda a dificuldade que cerca o movimento sindical, do quadro de ofensiva do capital, contra a classe trabalhadora, não se pode asseverar que o movimento sindical tenha desaparecido e que a potencialidade da sua luta tenha se esgotado, “está distante de ser dado seu canto de cisne, sobretudo em razão da contradição básica da atual sociedade, isto é, a que envolve o capital e o trabalho não pode ser resolvida harmoniosamente entre as duas partes” (2006, p. 458).

Não obstante o caráter defensivo da crise do movimento sindical, da sua amplitude internacional, (SANTOS, *apud* SANTOS, 2006, p. 458) assevera que, mesmo não sendo unificada, há diversas manifestações de resistência que situam no centro os interesses do trabalho. Cita o exemplo da grande greve dos trabalhadores de transporte público na França em 1995, (CAROUÉ, 1997 *apud* SANTOS, 2006), a greve dos trabalhadores coreanos, em 1996, e (SANTOS, 2004 *apud* SANTOS, 2006), a mobilização vitoriosa dos trabalhadores da empresa estadunidense UPS, na segunda metade dos anos de 1990. O que estava no centro dessas mobilizações, segundo o autor, era, entre outras, a luta contra a desregulamentação do trabalho, fim do trabalho temporário, das demissões e da restrição à organização sindical.

No Brasil, também verificamos diversas manifestações de resistência da classe, a exemplo do Dia Nacional de Protesto, em março de 1992, com manifestação, em todo o País, em defesa do serviço público, reforma agrária, contra o FMI e pelo não-pagamento da dívida externa; em outubro do mesmo ano, a campanha pelo *impeachment* de Collor de Mello; em março de 1995, a Campanha Nacional Contra as Reformas de FHC, com a greve dos trabalhadores públicos e das estatais, especialmente a dos petroleiros, com 32 dias de greve contra as privatizações; a paralisação de cerca de 12 milhões de trabalhadores em 21 de julho de 1996 e a Marcha dos 100 mil, em agosto de 1999, com a entrega de abaixo-assinado

¹¹ “De acordo com os dados oficiais grosseiramente subestimados - , há mais de 40 milhões de desempregados nos países industrialmente desenvolvidos.[...] a Europa com mais de 20 milhões.[...]Em um país como a Índia – reverenciado pelos organismos econômicos tradicionais por suas realizações na direção do desenvolvimento - , não há menos do que 336 milhões de pessoas desempregadas” (MÉSZÁROS, 2006, p. 30).

¹² Em 2004 a população ocupada no Brasil era de 84.596.294; destes, 34.407.577, ou seja, 37% tinham o trabalho regulamentado, os 63% restantes trabalhavam sem carteira assinada ou por conta própria (TEIXEIRA, M.PALATIERI, 2006, p. 69).

¹³ Alertamos ao leitor para a noção de que, quando nos referimos às ‘reformas’ implementadas pelo Estado a serviço do capital damos um caráter regressivo do seu significado, uma vez que significou a retirada de direitos, desemprego e precarização do trabalho em todos os países em que tais reformas se desenvolveram, devemos, portanto, denominá-las de contrarreforma.

contendo 1,3 milhão de assinaturas responsabilizando FHC por crime de responsabilidade e a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a privatização do Sistema Telebrás.

Em todas essas iniciativas, no plano nacional e internacional, verificamos, não obstante, a política defensiva da direção do movimento sindical, a disposição de luta dos trabalhadores, que, de certa forma, denuncia o caráter regressivo dessa atuação. É expressa, portanto, a necessidade de adotar uma estratégia ofensiva diante do capital que unifique a classe.

Faz-se necessário combater a estratégia pautada no sindicalismo ‘propositivo’, ilusão alimentada por forças da esquerda, na expressão de Trotsky, “produto da ignorância ou de um engano consciente”, na possibilidade do consenso entre capital e trabalho, estéril de pressão sindical na ilusão de recuperar o *Estado de Bem-Estar Social*, a proposta de combinar mercado e democracia, uma vez que este encontrou limites intransponíveis, em virtude da contradição inerente ao sistema capitalista, inclusive nos países capitalistas centrais.

Estamos conscientes, como Marx e Engels, em *Sobre o Sindicalismo*, de que é “preciso mais qualquer coisa do que os sindicatos operários e as greves para quebrar o domínio da burguesia”, mas, como eles, acreditamos que “isso não quer dizer que os sindicatos e as greves que eles empreendem não têm uma importância fundamental, pois que são a primeira tentativa feita pelos operários de suprimir a concorrência” entre si, uma concorrência que enseja a divisão entre a classe trabalhadora e, na medida em que for suprimida, destruída em um movimento em que “todos os operários estão decididos a não se deixarem explorar mais pela burguesia, acabou-se o reino da propriedade” (S/d, p. 9).

1.2.1 O movimento sindical brasileiro na década de 1980/1990: do Consenso de Washington aos fóruns tripartites

Antes de analisarmos a crise do movimento sindical cutista da década de 1990 é necessário, mesmo que de forma breve, tecer algumas considerações sobre a dinâmica do movimento sindical da década de 1980.

Conforme analisa Giannotti, a recessão que se abateu sobre o País entre 1980 a 1985, decorrente da “crise da dívida externa”¹⁴, como a maior da nossa história, foi um momento

¹⁴ Com a ditadura militar de 1964 a 1985, de acordo com dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a dívida externa subiu, respectivamente, de US\$ 2,5 bilhões para US\$ 100 bilhões. Em 1901, a dívida

importante da história da organização dos trabalhadores no País. Nessa conjuntura, registra-se a tomada da direção dos sindicatos dirigidos por pelegos num movimento que favoreceu a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) (1980), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (1983) e, em 1985, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (2007, p. 245).

Leôncio Rodrigues ressalta que, após a calmaria da greve de Contagem e Osasco, em 1968, o movimento sindical se organizou de forma extraordinária na década de 1980; aglutinando, em torno do PT e da CUT, setores católicos, sindicalistas, oposições sindicais e correntes marxistas e uma geração de sindicalistas do setor de metalúrgica denominados de “sindicalistas autênticos” ou “independentes”, entre os quais o atual presidente Lula. Esse movimento, reunindo setores com divergências profundas, convergia na proposta de constituírem um movimento unificado, no entanto, por força dessas divergências, tal feito não veio a acontecer¹⁵ (1991 p.14-15).

Eduardo Noronha divide a década de 1980 em dois períodos — um que vai de 1980 a 1985, em que o número de greves e jornadas perdidas mantiveram a média, e pós-1985, em que “o Brasil, na contramão do refluxo do sindicalismo mundial, passa a se situar entre os países de maior taxa de greves no mundo, particularmente entre os conflitos na esfera pública” (1991, p. 120).

No final da década de 1980, mais precisamente em 1989, assistimos um ataque brutal aos povos da América Latina por meio do chamado *Consenso de Washington*. Elaborado por funcionários do FMI como *receituário*, na verdade, imposições a serem seguidas pelos países *agraciados* por seus empréstimos para realizar as chamadas “*reformas estruturais*”.

Tais medidas, como a desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira, redução do tamanho do Estado e desregulamentação/precarização do trabalho, marcaram as linhas centrais dessas *providências* que beneficiam o grande capital.

No Brasil, essas medidas foram iniciadas pelo governo de Fernando Collor de Mello, circunscritas nas políticas de ajustes ditadas pelas regras dos países centrais que se

externa era de US\$ 291,6 milhões e, ao final do século XX, atingia US\$ 236 bilhões, ou seja, cresceu 810 vezes nesse período. Em 1999, era de US\$241,2 bilhões. Disponível em: www.ibge.gov.br.

¹⁵ As divergências que dividem o movimento sindical brasileiro resultam na formação de duas centrais: a CUT em 1983 e a CGT em 1986. “Na CUT ficaram os sindicalistas “combativos” (do ex-bloco dos autênticos), junto com os militantes das oposições sindicais, da esquerda católica e de pequenos grupos de orientação marxista, leninista ou trotskista. Na CGT ficaram os dois partidos comunistas, o MR-8, e os sindicalistas ligados ao PMDB e ainda os dirigentes mais próximos do sindicalismo americano, liderados por Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo. [...] No plano sindical, duas diferenças significativas com relação à CUT devem ser mencionadas: o repúdio expresso, de parte da CGT, à Convenção 87 da OIT e a ausência de qualquer menção a realização de uma greve geral” (RODRIGUES, 1991, p. 35).

constituíam como o centro definidor da política brasileira, ou seja, o funcionamento da economia e os investimentos sociais.

As *orientações* consistiam, prioritariamente, na busca do superávit primário, mediante a redução dos gastos em serviços públicos para pagar os serviços da dívida externa, na privatização dos serviços e empresas públicas para abrir mercados lucrativos à exploração do capital. Tal situação configurava uma forte política de negação do atendimento das reivindicações históricas da classe trabalhadora brasileira, a saber: saúde, educação, recomposição salarial, redução da jornada de trabalho sem redução de salários, entre outras. Esse fenômeno incidiu na materialidade e subjetividade dos trabalhadores e, desta forma, na organização sindical decorrente das orientações políticas assumidas pelas direções do movimento sindical brasileiro.

A imposição de metas pelos países centrais por meio dos seus organismos multilaterais para *resolver* os problemas do povo brasileiro inclui, entre suas principais ações, neutralizar a resistência ao capital, o que implica destruir ou integrar as organizações da classe trabalhadora.

A virada da década de 1980 para 1990, também, foi marcada por acontecimentos utilizados para confundir e disseminar o ceticismo no seio da classe trabalhadora. O desvelamento dos *acordos* entre o stalinismo e o imperialismo na chamada *guerra fria*, particularmente o emblemático vir a baixo do muro de Berlim e a derrocada da burocracia soviética, sacudiram as bases deformadas de sustentação política dos partidos comunistas, ao mesmo tempo em que tentaram jogar com a desesperança e afirmar a impossibilidade de formação do socialismo, reafirmando que o capitalismo, enfim, imperaria inexoravelmente.

É exatamente nessa conjuntura de captura da subjetividade, de capitulação das direções majoritárias do movimento sindical, que o caráter combativo, estratégia do movimento sindical, na década de 1980, começou a ser substituído, na década de 1990, por uma conduta sindical marcada pela *proposição e defensividade*. Segundo seus defensores, era preciso transpor os limites da crítica e propor opções concretas que estivessem no âmbito da *realidade, do “possível”*.

No Brasil, a análise e a estratégia sindical estavam embasadas na compreensão de que a vitória de Collor de Mello pelo voto popular expressava, de certa forma, um *consentimento* ao seu projeto de viés neoliberal, exigindo, dessa forma, do movimento sindical, nova estratégia de luta. Foi exatamente essa posição, diferentemente das tendências à esquerda da CUT, que a Articulação Sindical, força majoritária desta central, assumiu desde então.

Boito Junior pensa que a atitude da Articulação Sindical era de que seria preciso, em função da nova conjuntura, uma mudança de estratégia diante da ofensiva neoliberal, o que, objeta Boito Junior, não justifica que a posição defensiva resvalasse para uma *propositiva* de abandono da luta prática contra o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, como foi a opção deste setor do movimento sindical (1999, p.142).

Essa mudança de rota materializa-se no interior da CUT com base na Articulação Sindical, que, atraindo setores significativos e estratégicos do sindicalismo brasileiro, mesmo contando com a oposição de setores à esquerda no seu interior, conseguiu legitimar tal política, mais precisamente com o seu IV Congresso Nacional realizado em 1991 até os dias atuais.

Desde então, se consolidou nova forma de ação sindical com base na participação da CUT nos fóruns corporativos, tripartites (governo, empresários e representantes sindicais), mecanismos impulsionados pelos governos e empresários para a formação de uma *agenda comum* entre as classes estruturalmente antagônicas na sociedade capitalista. O objetivo, pelo menos da parte do governo e empresários, era diluir, na forma de consensos, os interesses contraditórios entre capital e trabalho.

Da parte dos trabalhadores, ou melhor, da força majoritária da CUT, essa política perpassou a década de 1990 e adentrou os anos 2000. Nas palavras de Denise Motta Dau,¹⁶ observamos, com maior clareza, a natureza dessa política.

A eleição do presidente operário e a criação do Fórum Nacional do Trabalho permitem que a CUT dispute suas posições – nos debates da reforma sindical– junto a outras centrais e os setores patronais, conforme deliberação de nosso 8º CONCUR [...]. A reorganização das forças produtivas, com conseqüentes mudanças na organização dos meios produtivos, impõe para a Central a necessidade de repensarmos e atualizarmos o modelo organizativo, a fim de superarmos os novos desafios (2006, p.13). (Grifo nosso).

José Celestino Lourenço¹⁷, na mesma direção, anota:

*[...] a eleição de Lula à presidência em 2002, além de significar possibilidades concretas de democratização social e das relações de trabalho no Brasil acirrou a disputa política na sociedade e nos aparelhos de Estado. [...] a despeito de insuficiências e equívocos, por vezes apontados pela própria CUT.
[...] Atualmente, portanto, a participação dos trabalhadores, das trabalhadoras e dos dirigentes, individualmente e por meio de suas instituições, adquire um status diferenciado, no qual a qualidade das intervenções e de proposições pode fazer*

¹⁶ Foi Primeira Secretária da CUT Nacional em 2003 – 2005. Secretária Nacional de Organização Sindical 2005 – 2009. Secretária de Relações do Trabalho da CUT, gestão, 2009 – 2012.

¹⁷ Secretário de Formação da CUT Nacional, gestão 2009 – 2012.

avançar em muito as conquistas para os trabalhadores (2006, p 20- 21). (Grifo nosso).

Registramos, nas falas dos dois sindicalistas, a expressão da política adotada pela força hegemônica da CUT com relação ao governo e a evidência do FNT como *locus* privilegiado da discussão, da *disputa*, com possibilidades de ir ao encontro dos interesses da classe.

Na realidade, observamos que, no plano teórico e prático, vai desaparecendo do universo linguístico e das ações propostas por este segmento do sindicalismo brasileiro o embate proporcionado pela força da mobilização e de confronto entre capital e trabalho.

A dinâmica do movimento sindical da CUT se insere no quadro da crise mundial de direção do movimento dos trabalhadores. Compreendemos, como Júlio Turra, que

Desenvolve-se uma batalha crucial que envolve os quadros organizadores da classe. De um lado estão submetidos à enorme pressão, transmitidas pelas cúpulas das direções, para uma integração total das organizações ao dispositivo mundial do imperialismo (“governança”); de outro, são pressionados a preservar a independência sindical diante de governos e patrões, pela ação da classe que busca utilizar o sindicato como instrumento de organização e defesa dos seus interesses. [...] trata-se de um processo inacabado que será decidido pela luta de classes (TROTSKY, 2009, p. 134).

1.2.2 A CUT na década de 1980/1990: do sindicalismo combativo ao sindicalismo propositivo/defensivo

A situação política e econômica da década de 1990 expressa ofensiva e crise sem precedentes do capitalismo. O capital redobra, cada vez mais, seus esforços para explorar a força de trabalho e destruir as organizações de classe dos trabalhadores em todo o mundo.

O movimento sindical, nessa década, insere-se numa conjuntura internacional marcada pelo aprofundamento da competitividade capitalista entre as grandes potências com o centro do poder nos EUA.

Essa crise/ofensiva do imperialismo materializa-se, entre outras, num movimento que vai desde a guerra aberta, destruindo nações inteiras (Iugoslávia, Iraque etc.), mecanismos de autovalorização do capital por fora da produção à imposição de medidas mascaradas de consenso a serem seguidas pelos países sobre o seu domínio político e econômico, todas medidas para assegurar sobrevivência ao regime baseado na lógica do capital, cuja conta está sendo paga com a destruição das forças produtivas, particularmente, a principal delas – a classe trabalhadora.

Em contrapartida, a política adotada pelas direções majoritárias do movimento sindical, neste período, foi a de secundarizar as mobilizações, prevalecendo a participação de cúpula das várias centrais, inclusive a CUT, em fóruns tripartites ou mesas *de negociação*¹⁸.

As *negociações* realizadas nos governos Collor de Mello (Pacto Nacional-1990), Itamar Franco (Agenda Brasil e contrato coletivo de trabalho em sua versão corporativa-1993) e Fernando Henrique Cardoso (Reforma da Previdência-1996), sem exceção, mostraram o que já era previsível, ou seja, a quebra de acordos ou a prática da *enrolação dos trabalhadores*.

Ao mesmo tempo em que governos, patrões e as cúpulas do movimento sindical *negociavam* em exaustivas reuniões, o Poder Executivo emitia pacotes, decretos e medidas provisórias, editando, de forma compulsória e ao largo das negociações em tais mesas, medidas do interesse do capital. Essa estratégia é o que caracteriza o *sindicalismo propositivo* que a CUT adotou desde então.

Concordamos com a observação de Boito Junior de que,

O sindicalismo propositivo é, estritamente falando, um método de ação sindical: elaborar propostas próprias para negociá-las com os empresários e os governos (neoliberais). Dentro desse método [...] é preciso ser comedido e realista nas propostas; caso contrário, desliza-se para o confronto, que é o que o método propositivo pretende evitar. Portanto o método propositivo condiciona uma postura conciliatória com o neoliberalismo (1999, p.159).

“A estratégia do sindicalismo propositivo tem uma componente irrealista muito acentuada”. Mesmo assim, as infrutíferas experiências de *negociação* não foram suficientes para reverter a política sindical da força majoritária da CUT que continua a insistir na mesma tática/estratégia (*IDEM*, 1999, p. 148).

A combatividade das lutas da década de 1980 e a perspectiva da luta unificada e de classe foram substituídas pela busca de *negociação* direta entre patrões e empregados, por categoria, por empresas, mediante a constituição do *contrato coletivo de trabalho*,¹⁹ o que na prática levou ao isolamento e fragmentação das lutas e a maiores dificuldades de negociação no sentido amplo do seu termo, contribuindo também para disseminar a ideia de que, no

¹⁸ É importante destacar a ideia de que participar de mesas de negociação é prática inerente à dinâmica sindical. Negociar em nome dos trabalhadores constitui função das direções sindicais. Ressaltamos é que, a partir dessa parte do texto, usaremos a palavra *negociação* em itálico, o que significa a ideia e a objeção a não correspondência entre a participação nesses fóruns com a mobilização nas bases das categorias. Esse viés propositivo e defensivo que caracterizou a atuação sindical na década de 1990 contribuiu para as grandes perdas que os trabalhadores tiveram nesse período.

¹⁹ O contrato coletivo de trabalho constitui uma bandeira legitimamente defendida pelo movimento sindical. A ressalva feita ao leitor é a mesma que fizemos anteriormente quando nos referimos às mesas de negociação e aos fóruns tripartites.

capitalismo, o trabalhador e o patrão são *livres* para estabelecer contrato de trabalho em pé de igualdade.

As *mesas de negociação* levaram à desnaturação da reivindicação sobre os contratos coletivos de trabalho na medida em que estes ocorreram de forma corporativa, por empresa, sob a aparência de liberdade de negociação, mostrando-se desfavoráveis, principalmente para as categorias com menor poder de barganha, seja pelo ínfimo grau de mobilização, seja pelo lugar secundário que ocupavam nos setores estratégicos da produção.

A desregulamentação e a precarização do trabalho imposto aos trabalhadores do setor público e principalmente do setor privado mostraram que essa proposta de *contrato coletivo de trabalho*, a forma como se realizou, não significou a ampliação dos direitos, objetivo de toda negociação coletiva.

Sem dúvida, a quase totalidade desse processo ocorreu em consonância com a nova estratégia sindical da Central, *negociação* direta com a *liberdade* de restabelecer critérios pactuados entre as direções sindicais e empresariais em que o negociado *se sobreporia ao legislado*. Jair Meneguelli, representante da CUT afirma:

A partir do contrato coletivo de trabalho haverá ou será necessária a própria mudança na Constituição Brasileira. Faremos as leis, nós faremos a “Constituição” que regerá o capital e o trabalho, ou seja, não se deveria ter discutido redução da jornada de trabalho na Constituição. Deveria se discutir, sim, entre as partes, entre capital e o trabalho. A única Constituição detalhista que existe no mundo é a nossa. Não queremos mais que o Congresso nos diga como temos de contratar, queremos discutir – nós, trabalhadores, com os empregadores – como queremos fazer o contrato’ (*Apud* BOITO JUNIOR, 1999, p.150).

É curioso observar a posição assumida por Meneguelli que, em 1988, militara em defesa da garantia de direitos na Constituição, passando a advogar a liberação dessa regulamentação no contrato direto entre sindicato e patrão, num contexto de profundo antagonismo entre capital e trabalho, de primazia dos interesses do capital financeiro internacional e do capital bancário, em detrimento do setor produtivo, da ação destrutiva do imperialismo que produz o ascenso da política de privatização, desregulamentação do trabalho e crescentes demissões, tanto no setor público como no setor privado.

Vale ressaltar, ainda, que o viés *propositivo* e, em decorrência disso, a centralização por parte da direção majoritária da CUT nos seus diversos sindicatos filiados não exerceu um poder de força capaz de constituir a unidade política, por mais limitada que fosse, entre as diversas concepções, muitas com vinculação partidária e fortes divergências no sentido de dar sustentação a essas negociações particularizadas.

É preciso fazer um corte para analisar alguns aspectos do contexto em que se inseria a política majoritária do setor cutista. O primeiro referente ao mundo do trabalho, em que se verifica um vertiginoso aumento do desemprego²⁰ fruto da redução dos postos de trabalho, diminuição de investimentos no setor produtivo, desconcentração das empresas, terceirizações, desregulamentações do trabalho, dividindo e diferenciando os trabalhadores regulamentados e desregulamentados, sindicalizados e não sindicalizados, o que, em certa medida, interferiu na unidade dos trabalhadores e na potencialidade de mobilização e ação sindical.

Dado divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²¹, em outubro de 2002, ano base 2001, censo sindical 2002, mostra o quadro da sindicalização no País em 17,8%.

O reduzido quadro de sindicalização é *justificado* com base em duas vertentes. A primeira tenta justificá-lo pelas mudanças organizativas no mundo do trabalho ocorridas na década de 1990, que diversificou as formas de contratação, inserindo ou reinserindo (após demissões) de forma diferenciada e precarizada no mercado de trabalho diversos segmentos de trabalhadores.

A segunda diz respeito a potencialidade das inovações científicas e tecnológicas surgidas nas últimas duas décadas, com a diminuição drástica dos trabalhadores, com destaque para o setor da indústria e do setor bancário.

Essa análise está ancorada no fato de os sindicatos de algumas categorias, referência histórica do sindicalismo combativo, a exemplo do setor bancário e metalúrgico, terem sido duramente atingidos nesse período com a diminuição do seu poder de pressão e negociação em virtude dos maciços investimentos tecnológicos e, conseqüentemente, redução do contingente de trabalhadores, ao mesmo tempo que o capital assegurava e aumentava o seu poder de acumulação.

As vertentes levantadas há pouco se entrelaçam, mas não justificam por si a crise do capital nem a do sindicalismo. De outro modo, merecem ser consideradas em sua relação com

²⁰ “O fenômeno do desemprego em massa no Brasil é uma realidade incontestável dos anos de 1990. Em 2002, por exemplo, o país registrou a quarta posição no ranking do desemprego mundial.[...] Apesar de representar 3,1% da força de trabalho de todos os países, o Brasil possuía 6,6% do desemprego mundial. [...] Em 2003, o indicador de desemprego nacional, segundo o IBGE e com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, alcançou mais de 8,5 milhões de pessoas, ainda que para o Datafolha, em pesquisa publicada em maio de 1999, o volume de desempregados no Brasil estaria em torno de 10 milhões de pessoas. Se considerado ainda o Censo Demográfico do IBGE para o ano 2000, o universo de desempregados seria de 11,5 milhões de pessoas” (POCHMANN, 2006, p.p. 60 e 68).

²¹ Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: 12/04/2009.

a política econômica do governo brasileiro e a resistência do movimento sindical, particularmente o cutista.

As duas vertentes que tentam justificar a crise do movimento sindical e, portanto, a reduzida sindicalização, não devem ser explicadas com suporte no fenômeno materializado pelas novas formas de organização do trabalho, nem no avanço científico e tecnológico. A precarização/exclusão do mundo do trabalho de milhões de trabalhadores advém, sobretudo, do uso privado, predatório e destrutivo desses maravilhosos recursos apropriados pelo capital, característica da relação capital e trabalho no contexto mundial como expressão da profunda crise do capitalismo no mundo contemporâneo, não sendo, portanto, prerrogativa somente dos trabalhadores brasileiros.

A gênese desse fenômeno assenta-se na própria organização da sociedade capitalista, a política econômica recessiva adotada pelos diversos governos, inclusive o nosso, sob o comando do capital.

E o sindicalismo brasileiro, porém, malgrado a crise de sua direção majoritária, é mero espectador nessa conjuntura ou ainda constitui instância relevante na organização e resistência dos trabalhadores? O quadro da crise do sindicalismo é conjuntural ou estrutural? Tentaremos expressar mais algumas questões com o objetivo de situar o leitor na dinâmica estabelecida da década de 1990, entre a política do governo e as formas de intervenção das forças majoritárias do sindicalismo no Brasil, na tentativa de ajudar na reflexão de tais questões.

Mesmo sendo baixo o percentual de sindicalização no que concerne ao universo da classe trabalhadora no Brasil, observa-se relativa estabilidade na taxa de sindicalização nos anos 1990. Tal realidade se verifica, mesmo levando em conta a *modernização* da economia e desregulamentação das relações trabalhistas no País ocorridas de modo mais intenso com o início do governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995.

Sobre a representação sindical, ou seja, como os trabalhadores respondem, se estão aderindo ou desistindo da intervenção nos sindicatos, recorreremos aos dados do IBGE (2002). O número de associados a sindicatos de trabalhadores cresceu, de forma absoluta, 27,3% entre 1990 e 2001. Considerando-se a taxa de sindicalização com arrimo na População Economicamente Ativa (PEA), definida em 1999 em 79.315.287 pessoas, houve um pequeno decréscimo de 5,2%. Já em relação à População Ocupada (PO), ocorreu o crescimento de 0,8%. Isso indica, segundo os analistas do IBGE, relativa estabilidade da taxa de sindicalização na década de 1990 (BRAGA, 2002).

Cerca de 83% dos sindicatos são filiados às federações e 69% às confederações. Em relação às centrais sindicais, o percentual passou de 30%, em 1991, para 38%, em 2001.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) congrega o maior número de sindicatos filiados, com 66% do total; seguida pela Força Sindical (FS), com 19%; a Social Democracia Sindical (SDS), com 7%; a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), com 6%, e, por último, a Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), com 2% (*IDEM*, 2002).

Em meio à crise da direção, no aspecto da sindicalização, verificamos um retrocesso da década de 1990 com relação à de 1980. Já em relação à de 1990, aos anos 2000, mesmo com oscilações, com referência nos números da população ocupada, há uma progressão no número de sindicalizados no Brasil se verificarmos que, em 1992, era de 18%; em 1998, caiu para 16,7%, no entanto, em 2006, era de 18,6 (IBGE, 2002).

Corroborando o aspecto crescente de sindicalização, o Ministério do Trabalho e Emprego divulgou que o fato de, entre abril e dezembro de 2008, cresceu em 13% o número de sindicalizados no País²², passando de 4,285 para 4,838 milhões de sindicalizados²³ (ROLI, FERNANDES, 2009).

Esses indicativos conferem a dimensão da complexidade da questão, uma vez que o crescimento da sindicalização se insere num âmbito em que o relacionamento entre trabalhadores, governos e patrões pautou-se, pelo menos como direção majoritária, pela secundarização das greves como mecanismo de pressão ou instrumento de luta desde 1990. A CUT, por exemplo, de acordo com os dados do MTE, foi a central que mais cresceu, integrando em seus quadros 54 novos sindicatos, que representam 244 mil trabalhadores (ROLI, FERNANDES, 2009).

Agora ocorrem o tripartismo e outras formas de relacionamento, com pautas voltadas para a manutenção do emprego e os direitos adquiridos. Essa estratégia, ante a agressividade do capital, *explica* a constante negação e retirada de direitos dos trabalhadores duramente conquistados ao longo de uma combativa resistência.

O elemento da estrutura sindical também se insere neste debate. Corroboramos a avaliação de Boito Junior (1999), de que a unicidade sindical tutelada pelo Estado e o imposto

²² De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, há no Brasil 38,578 milhões de trabalhadores com carteira assinada. O número de 4,838 sindicalizados está relacionado ao universo de 19,728 milhões de trabalhadores que estão representados pelos sindicatos, dentre os quais não estão necessariamente sindicalizados (ROLI, FERNANDES, 2009).

²³ Malgrado considerarmos o aspecto positivo do aumento de sindicalização, evidenciamos dois elementos que, de acordo com as análises do próprio MTE e sindicalistas divulgadas pela imprensa, interferiam nesse processo, quais sejam: o aumento de 1,452 milhão de emprego com carteira assinada, em 2008, e a aprovação da Lei 11.648/08 de regulamentação das centrais sindicais, e com ela o acirramento da disputa de representatividade entre as centrais que passaram a disputar, de acordo com o número de sindicalizados, os recursos do imposto sindical (*IDEM*, 2009).

sindical compulsório garantem, no primeiro caso, interferência na organização sindical e, no segundo, meios financeiros de subsistirem por meio de taxas sindicais obrigatórias.

Com a aprovação, em 2008, da lei de reconhecimento das centrais sindicais, mantendo a unicidade e o imposto sindical, tributo que será distribuído proporcionalmente entre elas, amplia essa centralização, desta vez, pelas cúpulas dessas centrais. Constituindo casamento perfeito entre capital e burocracia sindical, ou seja, falta de liberdade e autonomia sindical com liberdade para faltar com o compromisso de mobilizar e organizar a categoria e, dessa forma, à revelia da aprovação ou não das suas instâncias, deliberar, negociar e flexibilizar direitos já conquistados.

A proposta de contrato coletivo de trabalho, na forma precária como aconteceu, integra outro elemento na discussão. Sob a base da *desconstituição do direito do trabalho* contribuiu para retirar a unidade política e de intervenção da década de 1980 e adaptar-se à lógica desregulamentadora e de precarização que permeou as relações trabalhistas na década de 1990.

Em contrapartida, analisa Boito Junior (1999), a estratégia adotada pela CUT, expressa em seus documentos, estava ancorada na ideologia disseminada pelo capital de que vivemos um novo tempo que nada tem com o passado, de que a globalização da economia, a maior abertura ao mercado mundial e reestruturação produtiva justificavam este novo tempo, que exigia, portanto, do movimento sindical, modificar suas formas de intervenção.

Agora não era a greve um dos instrumentos principais de intervenção ou *grevilha*²⁴, como ironicamente denominavam alguns, pois era preciso *propor e participar* nos moldes já mencionados.

Em 1991, Vicente Paulo da Silva (Vicentinho), um dos principais artífices cutistas do sindicalismo *defensivo e propositivo* a partir do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, defendia um movimento de participação nas *câmaras setoriais* organizadas para cada setor da economia.

Constituídas já nos governos Sarney e Collor, essas câmaras eram limitadas à participação apenas de empresários e governos. Seguindo a lógica do sindicalismo propositivo, a CUT reivindicava integrar-se nesses fóruns sob a base do tripartismo (governos, empresários e representação de sindicatos de trabalhadores).

O objetivo, segundo seus defensores, era a pressão para que governos e empresários definissem uma política industrial em combate à desindustrialização no País, consubstanciada

²⁴ O termo *grevilha* era uma analogia entre os movimentos que defendiam a luta armada da década de 1960 com os que na década de 1980 e 1990 apostavam na greve como principal instrumento da luta de classes.

nas isenções fiscais, em negociar preços ao longo das cadeias produtivas com o intuito de constituir *pactos* no combate à inflação e à defesa de reajuste mensal de salários, mantendo e crescendo a oferta de empregos.

De acordo com Boito Junior, tais expectativas não se confirmaram, pois, das 26 câmaras setoriais, a CUT chegou a participar²⁵ em 14 delas, contudo em apenas três (construção naval, setor automotivo e de máquinas e equipamentos agrícolas) conseguiu estabelecer acordos. Em 1994, Ciro Gomes, na qualidade de ministro da Fazenda, proibiu o reajuste mensal de salários e em 1995, Fernando Henrique Cardoso desativou todas as câmaras setoriais.

De acordo com pesquisa de Andreia Galvão sobre as câmaras setoriais, retratada por Boito Junior, entre 1991 a 1995, verificou-se que: a despeito do aumento da produção no Brasil, que cresceu 70,33%, da relação entre operário e produção, que no caso da indústria automotiva passou de 8,8 para 14,8 veículos por trabalhador, além do faturamento das montadoras, que saltou de 12 para 19 bilhões de dólares, para os trabalhadores, isto representou a supressão de mais de cinco mil postos de trabalho, revelando um resultado desastroso em relação à expectativa otimista dos que apostaram na estratégia para aumentar em quatro mil os postos de trabalho nas montadoras e 90 mil em toda a cadeia e aumento salarial em 20%, o que absolutamente não foi cumprido.

Boito Junior, referindo-se à participação dos trabalhadores nas câmaras setoriais, assinala:

O operariado apoiaria a burguesia industrial somente quando esta lutasse contra a desindustrialização e a recessão. No caso da câmara tripartite, ele se associou a burguesia industrial para obter regalias fiscais e creditícias para o setor automotivo, desviando-se dos seus interesses específicos e desinteressando-se pela sorte dos demais setores da indústria, inclusive de indústrias do setor metalúrgico. O PT e a CUT deram uma contribuição prática, quando de sua criação, para a crítica do sindicalismo populista e da estratégia “seguidista” de aliança do PCB com a burguesia nacional. Mas a experiência da câmara setorial mostrou que tampouco a CUT soube postar-se com independência quando se lhe apresentou a oportunidade de explorar a contradição entre as montadoras e o governo Collor (1999, p.164).

²⁵ Patrícia Anderson em artigo – “Câmaras Setoriais e Históricos e Acordos Firmados”: “O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo começou a participar da câmara setorial em dezembro de 1991, alguns meses depois de ter sido determinado em congresso nacional da CUT que a participação dos sindicatos da Central nas câmaras estava vetada. No entanto, os resultados do primeiro e do segundo acordos, em termos de aumento de salário e de manutenção do nível de emprego, começaram a aparecer juntamente com a melhora do desempenho do setor, o que fez com que esses resultados repercutissem no interior dos vários segmentos industriais, além de ensejar uma modificação das posições originais da CUT e do PT, que eram de desconfiança quanto às câmaras setoriais”. Disponível em: www.econ.puc-rio.br/site/.../ câmaras setoriais. Acesso em 03/04/2009.

E assim, retomando a consigna marxista de que “*a prática é o critério da verdade*”, o resultado prático das câmaras setoriais, citado por Boito Junior com base em pesquisa realizada por Andreia Galvão, foi categoricamente a favor do empresariado, estimulou uma competitividade entre os sindicatos pelos recursos para o seu setor ocasionando, como Boito Junior (1999) definiu – uma espécie de “neocorporativismo”, arrastando o sindicalismo para uma autofagia.

Boito Junior, ainda se referindo aos depoimentos que Andreia Galvão colheu entre os próprios trabalhadores, compara essa competitividade com a guerra fiscal dos estados para atrair investimentos, e conclui que “além do compromisso com as parcerias, as câmaras setoriais alimentam, portanto, um exclusivismo e *egoísmo de fração*, insulando os diferentes setores das classes trabalhadoras” (1999, p.167).

Essa política, segue Boito Junior, despolitiza os trabalhadores e o sindicalismo por não se ocuparem da política de desenvolvimento do Estado, tampouco da política salarial que afeta os trabalhadores assalariados em seu conjunto, ou seja, envolve, divide e fragiliza o movimento sindical.

Como bem observa Boito Junior (1999), a proposta da democratização via câmaras setoriais sai do terreno do interesse de classes para o campo *idealizado* dos valores democráticos, ignorando que existe um bloco de poder, sob a hegemonia do capital financeiro internacional e do grande capital (bancário e industrial). A ampla unidade entre o Estado e os interesses econômicos das montadoras, que detinham, ao mesmo tempo, o poder perante a burocracia e a política econômica dos governos, e também constituía um setor poderoso da “*sociedade civil*” nada iriam fazer para facilitar a vida dos sindicatos, muito menos atender as suas reivindicações.

Mesmo considerando a oposição de setores no interior da CUT, a manutenção dessa política por parte da Articulação Sindical sob a base da promessa de negociação e de democracia entre “os parceiros” nas câmaras setoriais demonstrou sua fragilidade quando, unilateralmente, o governo e o empresariado, logrando êxito nos seus interesses, desfizeram essas câmaras setoriais como num passe de mágica.

Esses acontecimentos e a dinâmica da organização sindical transcorreram na década de 1990, caracterizada por um movimento de refluxo, ainda que não linear, tendo em vista várias manifestações de resistência ocorridas nesse período, como foi o exemplo da greve dos petroleiros em maio de 1995²⁶. Esses elementos realçam a contradição de interesses e de

²⁶ Em 1995, os petroleiros entraram em greve com as seguintes reivindicações: 1-Contra as reformas constitucionais. 2-Contra o fim dos monopólios pelo Brasil da produção nacional do setor energético e de

posições no interior da CUT, não permitindo, como observa Boito Junior, “deduzir que a CUT tenha aderido ao neoliberalismo”, baseado no fato de que

A Articulação Sindical não logrou estabelecer nenhum acordo com os sucessivos governos neoliberais. Seja porque tais governos não faziam concessões, seja porque as correntes de esquerda da central pressionavam a corrente majoritária. O fato é que as tendências de acordo não frutificaram. A proposta de contrato coletivo de trabalho também ficou no papel. Ademais, a Articulação Sindical não assumiu sua própria proposta de modo conseqüente. Ao mesmo tempo que pleiteava a implantação do contrato coletivo, a Articulação se opunha a desindexação dos salários [...] Mais importante ainda é o fato de a corrente majoritária da CUT ter assumido posições absolutamente contrárias à política neoliberal ao longo dos anos 90. [...] contra a reforma administrativa e da previdência[...] A luta contra a privatização, é outro exemplo das contradições da atuação da CUT. E exemplifica também as oscilações dessa atuação. De fato, após ter combatido a privatização sob os governos Collor e Itamar, a CUT praticamente abandonou essa luta durante os anos de 1995 e 1996, os dois primeiros anos do governo FHC. No entanto, a CUT reassumiu as lutas contra as privatizações em 1997, por ocasião da privatização da Companhia Vale do Rio Doce (1999, p.p. 173, 174).

Uma característica, registrada por Boito Junior, para tornar paradoxal a atuação sindical majoritária da CUT, na década de 1990, é o fato de que as diversas mobilizações convocadas por esta central sob a pressão de sua base, embora combativas, contrastou com a pouca participação dos trabalhadores. E, num movimento de recuo, no decorrer do governo FHC, a CUT deixou de lutar contra as privatizações, Boito Junior defende o argumento de que essa alteração, e com ela as derrotas do movimento sindical ante as privatizações, partem de fatores internos mas também de fatores externos à CUT.

O fator interno refere-se à eleição de Vicentinho²⁷ para a Presidência da CUT. O externo foi o impacto da eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994. Em 1995, Fernando Henrique Cardoso situou o País à venda, pois, com o apoio do Congresso, aprovou as “*reformas constitucionais*”, começando pela quebra dos monopólios estatais (exploração do

comunicação. 3 - Por aumento salarial. 4 - Pelo descumprimento do acordo realizado em 1994 entre o governo de Itamar Franco e a FUP – Federação Única dos Petroleiros descumprida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Uma greve com um conteúdo de radicalidade, resistindo à repressão desencadeada pelo governo FHC e à ilegalidade decretada pelo TST. Greve que contou com a participação de outras categorias: a CUT mesmo não contando com o apoio de importantes membros da sua executiva, a exemplo de Vicentinho, foi obrigada a apoiar, realizando em 31 de maio de 1995 o Dia Nacional de Solidariedade com o eixo: Somos Todos Petroleiros. Fonte: www.fup.org.br/greve_1995/htm. Acesso: 02/04/2009.

²⁷ Sobre Vicentinho, Boito Junior assinala: “Desde 1991, após ter colocado o sindicato que dirigia fora da greve geral, Vicentinho passou a receber elogios da grande imprensa e de algumas lideranças patronais, interessadas em pressionar a CUT para uma atuação mais moderada [...] procurou se diferenciar no interior da central pregando uma linha mais moderada e cotejando a grande imprensa [...] Eleito presidente da Central Vicentinho pareceu preocupado em remover o foco de tensão entre a CUT e o governo, gerado pela luta da central contra as privatizações” (1999, p.177-178).

petróleo, das telecomunicações e da distribuição do gás canalizado), vendeu as empresas de eletricidade, privatizou rodovias, ferrovias e a Companhia Vale do Rio Doce²⁸.

Esse festival de privatizações legitimadas pelo Congresso Nacional, segundo Boito Junior, a despeito da resistência dos trabalhadores, reunindo 15 mil trabalhadores em 27 de abril de 1995, Dia Nacional de Luta Contra as Reformas Constitucionais, a greve geral, em 3 de maio, dos trabalhadores do setor federal contra a reforma da previdência são momentos em que os trabalhadores se mostraram dispostos à luta, no entanto, foi exatamente naquele momento que a direção majoritária da CUT abriu as portas do movimento sindical às negociações das reformas, melhor exprimindo, das contrarreformas constitucionais.

Esse movimento é o que ‘explica’ a posição de Vicentinho diante da reforma da previdência do governo FHC e o recuo na oposição diante das privatizações, reduzidas no plano sindical, praticamente, à resistência dos trabalhadores do serviço público federal, muito embora tenha se registrado resistência em outros setores do movimento popular, a exemplo da Marcha dos Sem Terra²⁹ em 17 de abril de 1997 e da Marcha dos 100 Mil em 1999³⁰. Com base nessas avaliações anota Boito Junior:

[...] definitivamente, o que tem caracterizado a ação da CUT, sob o comando da Articulação Sindical, é essa oscilação, cujos movimentos para a esquerda e para o centro dependem das circunstâncias – situação econômica, atitude governamental diante do movimento sindical, situação dos demais movimentos populares (1999, p.182).

²⁸ A Vale do Rio Doce, considerada a maior reserva de minérios de ferro do mundo, com atuação em diversos estados, detentora de quilômetros de ferrovias, vários portos, milhares de quilômetros de estrada, avaliada em quase 100 bilhões de reais em 1997, foi vendida por apenas 3,3 bilhões.

Em 25 de setembro de 2007, entidades (CUT, MST, UNE, CONLUTAS, INTERSINDICAL, CMP, entre outras) entregaram a Lula milhares de assinaturas, resultado do Plebiscito, reivindicando a anulação do leilão de privatização e reestatização da Vale. A resposta de Lula foi: “este assunto não está na pauta”.

²⁹ A data de 17 de abril de 1997 foi em protesto contra o massacre de Eldorado em Carajás, ocorrido exatamente no ano anterior em que foram assassinados 18 trabalhadores rurais. A Revista Veja em um de seus incontáveis momentos de escárnio ao movimento dos trabalhadores, retrata a Marcha dos Sem Terra da seguinte forma: ” Na era do avião a jato, eles andam a pé. Quando a economia se globaliza, seu ideal é um pedaço de chão com cerca, uma vaca no pasto e uma roça atrás de casa. O mundo caminha no passo da informática e da alta tecnologia, e eles querem trabalhar a terra, enxada na mão. A moçadinha vai de rock, e o hino do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, canta uma pátria "operária e camponesa". Representantes de um Brasil arcaico, descalço, dentes ruins, bicho-do-pé e pouco estudo, os sem-terra invadem propriedades, desrespeitam a lei e enfrentam a polícia. Já morreram e mataram nesses conflitos. Parecem um pouco os fanáticos do beato Antonio Conselheiro”.

Fonte: http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/arquivo/160497.html. Acesso em: 03/04/2009.

³⁰ A Marcha dos 100 Mil foi a principal manifestação, movida, até então, contra a política neoliberal de FHC. A CUT e entidades do Fórum Nacional de Lutas entregaram ao presidente da Câmara dos Deputados um abaixo-assinado com 1,3 milhão de assinaturas, exigindo o enquadramento de FHC em crime de responsabilidade e abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional para investigar a privatização do Sistema Telebrás. Também era exigida a mudança da política econômica, com a retomada do crescimento, empregos e melhores salários, a redução da jornada para 40 horas semanais e a reforma agrária (Centro de Documentação e Memória Sindical. Cronologia das Lutas 1981 – 2009. São Paulo, 2009, p.42).

A posição adotada pelo setor majoritário do movimento sindical abriu espaço para que a ideologia disseminada pela classe dominante fosse *assimilada* por parte da classe trabalhadora e outros setores da sociedade de que os direitos trabalhistas conquistados pelo setor público constituíam privilégios em detrimento dos direitos dos trabalhadores do setor privado (BOITO JUNIOR, 1999, p. 182).

Essa falsa ideia acerca do significado dos serviços públicos para o trabalhador e para a sociedade contribuiu para fragilizar a unidade da classe trabalhadora, sua resistência diante do capital no plano sindical e das contrarreformas que favoreciam as políticas privatistas ditadas e monitoradas pelo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e defendidas pela burguesia nacional, beneficiárias dessas determinações.

Armando Boito Junior (1999), depois de analisar toda a trajetória da ofensiva do capital contra a classe trabalhadora, na década de 1990, aponta alguns elementos que vale destacar: o primeiro é que as tentativas de resistência não conseguiram mobilizar com potencialidade os funcionários públicos e a população. Mesmo com a negação da CUT de participar dos clubes de investimentos, usados para seduzir os trabalhadores, não conseguiu impedir que as empresas furassem o cerco e negociassem diretamente com os funcionários, organizando elas próprias tais clubes.

O segundo é de que houve diferenciação da resistência, a depender da empresa privatizada, ou seja, em algumas, os trabalhadores conseguiram manifestar-se com maior vigor do que noutras.

Outro elemento levantado por Boito Junior (1999) é o de que o governo contou com o auxílio direto e aberto da Força Sindical, criada e subornada para dar sustentação ao seu projeto, como também o fato de que essa investida do sindicalismo pelego de privatização e desregulamentação encontrou campo fértil para desenvolver-se e conseguir a *passividade*, a *adesão e o convencimento* de segmentos da classe trabalhadora. Esses mecanismos de cooptação, adesão, integração, desnaturação ou a própria corrupção efetivada por setores dirigentes da classe trabalhadora, constituem recursos sempre utilizados pela classe dominante em função do poder ‘persuasivo’ e/ou coercitivo do capital.

Malgrado a política das direções e as derrotas sofridas pela classe trabalhadora na década de 1990, podemos aferir que estas decorreram do sindicalismo de parceria da Força Sindical, atuando deliberadamente na implementação das reformas conservadoras a serviço do capital somado ao sindicalismo defensivo/propositivo da posição majoritária (Articulação Sindical) da CUT diante das investidas do governo e empresários na linha da desregulamentação e exploração do trabalho no Brasil.

Armando Boito Junior, analisando as causas que determinaram a mudança de intervenção da CUT e o movimento sindical de modo geral, acentua que “as dificuldades do movimento sindical e sua tendência à moderação são fenômenos de amplitude internacional”. No plano nacional, no entanto, o autor (1999) ressalta que há duas variantes que polarizam na explicação dessa tendência à moderação, especialmente no que se refere à política da Articulação Sindical como força majoritária da CUT (1999, p.202).

A primeira variante responsabiliza a política deliberadamente assumida pela corrente majoritária, Articulação Sindical, por esse recuo. A segunda apresenta um enfoque objetivista, sustentada pelos militantes da própria corrente majoritária, Articulação Sindical, de que o caráter propositivo da atuação sindical estava condicionado à conjuntura imposta, não tendo, portanto, alternativa possível.

Essa variante é evidenciada, segundo Boito Junior, no livro de Vitto Giannotti e Sebastião Neto, *CUT Ontem e hoje*. A avaliação desses autores é de que a nova estratégia da CUT é decorrente da influência que a social democracia europeia impulsionou sobre a corrente Articulação Sindical. Para justificar suas posições, o autor (1999, p.200) cita elementos que esses autores consideram relevantes, quais sejam: “a influência da social democracia europeia sobre a corrente majoritária da CUT, a mudança do estatuto para burocratizar a central e a fraude no credenciamento dos delegados e apuração dos votos no CONCUR de 1991”.

Boito Junior, apesar de considerar esses aspectos relevantes, assinala, por outro lado, que “não legitima um enfoque que circunscreve, em grande medida, a história da CUT à vida interna da própria central, mais precisamente às decisões da sua corrente majoritária” (1999, p. 200).

Para a segunda variante, representando a linha de pensamento da Articulação Sindical, Boito Junior cita, Iran Jácome Rodrigues, *Sindicalismo e Política, a trajetória política da CUT*, ao considerar que essa atuação decorre das questões objetivas internas e externas à vida da central; a *institucionalização* da central reflete o movimento ‘natural’ das sociedades democráticas e que, portanto, se torna justificável.

Boito Junior também considera a avaliação de Iran Jácome Rodrigues importante e de ajuda na compreensão do processo vivido pela CUT, no entanto, faz duas constatações: a primeira é que o novo sindicalismo concentrou suas forças na luta pela distribuição de renda pela via sindical e não às bandeiras democráticas, estas, só depois, tomaram a agenda sindical com a fundação do Partido dos Trabalhadores. Como segunda, anota:

Quanto à idéia de que a mudança na estratégia teria resultado da “institucionalização”, cabe perguntar se a organização profissionalizada não foi a marca registrada de todo movimento operário do século XX, tanto na sua vertente reformista, quanto na sua vertente revolucionária. Sem dúvida a burocratização, ao impedir o funcionamento democrático das organizações operárias, é um obstáculo a construção do socialismo. Mas não é isso que está em questão, e sim a estratégia sindical cutista, que mudou sua posição frente à política de desenvolvimento do Estado (BOITO JUNIOR, 1999, p. 201).

As questões divergentes levantadas até aqui são consideradas por Boito Junior de enorme relevância para se compreender os dilemas vividos pelo movimento sindical, opinião da qual compartilhamos, inclusive o pressuposto básico reivindicado pelo autor de que: “o movimento sindical é parte de um todo (o conjunto das relações de classes) e é desse todo que se deve partir, e não do próprio movimento sindical, caso se queira conhecê-lo”, ou seja, devemos analisar o fenômeno do sindicalismo brasileiro, extrapolando o limite nacional dessa compreensão, o que, de maneira alguma, nega a importância das particularidades nacionais; ao contrário, a investigação dessas particularidades nos oferece qualitativamente elementos com maiores possibilidades de compreender o movimento sindical em sua complexidade e dimensão como totalidade (1999, p. 204).

Em razão dessas análises, voltemos à indagação inicial acerca do caráter da crise do movimento sindical, em função do próprio movimento do capital e da política defensiva/propositiva da direção majoritária desse movimento no plano nacional e internacional. O que está posto, como vimos, assume uma característica de crise conjuntural pelo fato de estar condicionada à dinâmica da direção política defensiva dos diversos setores que atualmente tornam hegemônico o movimento sindical, ou se estrutural, significando, em função da ofensiva do capital e capitulação das suas direções, a sua decadência e extinção.

Tentando contribuir nessa complexa questão, concordamos com as reflexões de Boito Junior em seu artigo *O Sindicalismo tem Futuro?* O autor se opõe à tese da decadência do sindicalismo, afirmando, de outro modo, que a defensividade atual da maioria das organizações sindicais, ante as mudanças econômicas, sociais e tecnológicas, não comporta o caráter de irreversibilidade, ou seja, é uma crise de ordem conjuntural e não estrutural, como defendem muitos outros.

No mesmo texto contrapõe às análises de Claus Offe, autor que, segundo Boito Junior, na década de 1970, dizia que a heterogeneidade e a fragmentação da classe em virtude das novas formas de organização do trabalho, retiravam do sindicato a capacidade de organizar e unificar a classe trabalhadora.

Acreditamos, como em Boito Junior, que o argumento da heterogeneidade da classe e da dificuldade de unificação do movimento sindical são dois fenômenos cuja base de análise

deve ser buscada na ordem econômica em que se conformou o capitalismo contemporâneo. O primeiro argumento, de início, já encontra oposição, até porque a classe nunca foi homogênea, e o segundo, referente ao recuo e capitulação de setores do movimento sindical, insulando a divisão, também é fato recorrente. A história da organização dos trabalhadores, em função da luta de classes, sempre esteve marcada por momentos de avanços e recuos.

Nesse sentido, nem o primeiro nem o segundo argumento significam estágio terminal do movimento sindical, principalmente pelo fato de os trabalhadores continuarem a eleger o sindicato como instrumento de avanço e defesa dos seus direitos. Então, concordamos com Boito Junior na ideia de que “uma reflexão crítica sobre esses argumentos permite conceber o recuo do sindicalismo de outra maneira – como um fenômeno conjuntural” (BOITO, 2001, p. 09).

Procuraremos, no item a seguir, analisar como se estabeleceu essa correlação de forças entre o capital e os trabalhadores e a percepção destes em relação à conjuntura política e econômica, no Brasil, dos anos de 1990 em diante.

1.2.3 Os trabalhadores em face do “caráter regressivo da hegemonia neoliberal”

A ideologia liberal atualizada na formulação de neoliberalismo tem, em suas bases constitutivas, a defesa da sociedade capitalista e do caráter natural das desigualdades sociais decorrentes desse modelo social como elementos de positividade.

Vimos como essa perspectiva *neoliberal* é o centro das políticas iniciadas no Brasil, principalmente na década de 1990, nos governos Collor de Mello (1990-1992), ³¹Itamar Franco (1992 - 1994) e Fernando Henrique Cardoso em seus dois mandatos (1995-1998/ 1999 – 2002)) e a sua continuidade no primeiro mandato do governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003 - 2006) e em seu segundo mandato ainda em curso (2007 – 2010).

A conjunção de problemas expressos em todos esses mandatos, com início na década de 1990, é a *legitimação* e as consequências com que essa investida foi assimilada e respondida pela classe trabalhadora nos seus postos de resistência, no movimento sindical.

Boito Junior é impactante, quando relata:

³¹ Com a forte pressão do movimento sindical e popular, o Congresso Nacional, partindo de denúncia de Pedro Collor (irmão do presidente), instalou um Comissão Parlamentar de Inquérito(CPI) que constatou irregularidades no Governo de Fernando Collor de Mello. Em dezembro de 1992, a Câmara e o Senado decretaram o afastamento do Presidente, levando-o a renunciar. Em seu lugar assumiu o Vice- Presidente, Itamar Franco.

Os governos neoliberais de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso chegaram ao poder no Brasil pelo voto popular, e o voto é, a despeito do poder do dinheiro, da mídia e da legislação no processo eleitoral, um indicador de aceitação de uma determinada corrente político-ideológica. O movimento sindical como vem, também incorporou idéias neoliberais. A força sindical tem defendido a privatização e a desregulamentação. A CUT aceitou a idéia de que é necessário algum tipo de abertura comercial e mostra-se hesitante, com sua proposta de contrato coletivo de trabalho, na defesa dos direitos sociais. Na Reforma da Previdência, a CUT oscilou entre a negociação, que tudo concentra sem nada obter em troca, e a omissão, quando a negociação fracassou. As mobilizações contra as privatizações não alcançaram, pelo menos até aqui, adesão significativa da população trabalhadora. A ideologia neoliberal penetrou, portanto, no movimento popular (1999, p. 218).

Problematizemos. Como podemos assimilar que uma política que privatiza, que reduz a intervenção do Estado nos serviços sociais, desregulamenta o trabalho e divide a classe trabalhadora possa ter a sua adesão? Boito Junior, diz tratar-se, de certa maneira, de uma hegemonia no sentido gramsciano, ou seja, “a conversão de uma ideologia e de uma plataforma política de classe em “cimento” de um bloco de poder”. (1999, p.219). A burguesia brasileira, explorando a situação falimentar e o burocratismo estatal, dos quais eles são os responsáveis, transferem aos funcionários públicos o ônus dessa situação, denominando-os de *marajás*, *privilegiados* e até de *vagabundos*.

Com esse discurso, a burguesia no plano meramente ideológico, antiestatista, investe na defesa da eficiência da empresa privada como promessa de ampliação de empregos e *isonomia* de direitos entre os setores público e privado.

Como atesta Boito Junior, no entanto, o *caráter regressivo da hegemonia neoliberal* assenta-se no fato de ela estar destituída de qualquer concessão econômica às classes populares; ao contrário, subtrai direitos e tenta integrar/desnaturar e/ou transformar as organizações da classe em parceiras ou propositoras às suas políticas; na verdade, em nome do ‘direito de toda a sociedade’; impõe sacrifícios aos trabalhadores sem nada lhes oferecer (1999, p. 222).

A organização sindical e partidária, com destaque para o PT e a CUT, representados pela sua tendência majoritária, ressalta Boito Junior:

Enredaram-se numa visão liberal da sociedade e da política. Apresentam a sociedade como um campo mais ou menos homogêneo e voltado para a defesa da democracia e da cidadania (da “sociedade civil”), e a política, mesmo quando pensada como uma luta a favor dos trabalhadores é apresentada como uma luta desprovida de inimigos reais e poderosos. O discurso pode enfatizar os interesses dos trabalhadores, mas não diz, ou não o faz com suficiente clareza, contra quem a esquerda se bate. Esse discurso edulcorado não é realista para as classes populares. *A esquerda perdeu audiência porque incorporou uma visão liberal da sociedade e da política, e o neoliberalismo cresceu porque soube apropriar-se, no plano formal, de um discurso de esquerda: ele apresenta a política como um confronto duro de interesses entre os pobres e os privilegiado.* (1999 p 225, 226). (Grifo nosso).

Com a repercussão de tal discurso, pretensamente de combate aos privilégios de poucos pelo direito de todos, é ampliada sua audiência junto aos setores populares. Com isso, os governos *neoliberais* atuam no sentido de estimular a divisão. O que antes era conquista para ser mantida para todos virou privilégio de alguns, a exemplo da estabilidade no emprego³², que começou a ser assimilada como privilégios de uns (servidores públicos) em detrimento de outros (trabalhadores da iniciativa privada), portanto, passível de revogação.

O que era direito a ser conquistado por todos virou o *pomo da discórdia* no interior da própria classe, tudo isso em meio ao crescente desemprego, terceirizações, desregulamentação de direitos trabalhistas e abertura de mercado em que o empresariado nacional e internacional realiza fusões, realocações de suas empresas e, de forma crescente, o abandono da produção pela especulação em favor de seus lucros e em detrimento dos direitos dos trabalhadores.

Os capitalistas, imersos na própria crise que prepararam, enredados nas próprias contradições, tentam deslocar a responsabilidade para os trabalhadores, fazendo-os pagar por ela. Os sindicatos, segundo Boito Junior, inseridos numa estrutura organizativa corporativa de Estado, segmentados em categorias profissionais, estimulam os particularismos e, com o agravante da política *propositiva* que adotam, dificultam a unificação e reforçam esse discurso.

Ademais, a política econômica do governo e a atuação do movimento sindical no Brasil, na década de 1990, se desenvolveram sob os ventos que sopravam de três importantes centros do capitalismo mundial. De Roma, com a escolha do Papa João Paulo II, declaradamente anticomunista, travou-se um combate violento com a ala da Igreja que se reivindicava da Teologia da Libertação; da Inglaterra, com a eleição de Margareth Thatcher, que, com a repressão do Estado, derrotou a greve dos mineiros ingleses e enterrou o mito do *Estado de Bem-Estar Social*, tornando-se a referência da burguesia mundial quando se tratava de desmonte de direitos trabalhistas e privatizações de empresas estatais. E, finalmente, dos EUA, quando, eleito Ronald Reagan, que, a exemplo de Margareth Thatcher, impunha uma política de austeridade econômica, para a classe trabalhadora, por meio do controle e redução dos gastos nos setores sociais (GIANNOTTI, 2007, p. 230-231).

No Brasil, ao mesmo tempo em que o lema era a redução do Estado para os setores sociais, amplia-se a liberdade à iniciativa privada, significando, para a classe trabalhadora, desmonte dos direitos duramente conquistados.

³² Em 1998, no contexto da chamada “Reforma Administrativa”, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 19, que pôs fim à estabilidade no emprego dos servidores públicos.

Esse é o contexto em que se sedimentou o que Boito Junior denomina de *hegemonia regressiva do neoliberalismo*, sua ofensiva reacionária, ou seja, convencer a classe de que existe a política de valorização do trabalhador, quando a ele não oferece nada; ao contrário, retira-lhes direitos, desqualifica sua força de trabalho e reduz drasticamente os investimentos nos setores sociais (BOITO JUNIOR, 1999 p. 220).

Essa *hegemonia regressiva do neoliberalismo* é o que marca o final da década de 1990 e início do século XXI, no plano internacional e nacional, no que concerne à relação entre trabalho e capital.

No Brasil, no início dos anos 2000, a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, dadas as bases de matizes diferentes que o elegeram apresentar, por um lado, alianças com setores da classe dominante, comprometendo o governo a dar continuidade às *reformas constitucionais* não concluídas por Fernando Henrique Cardoso, por outro lado, o apoio do movimento sindical e popular, determinante em sua eleição, que cobrava um fim às políticas privatistas, o latifúndio, a corrupção, a exploração do trabalho, enfim, tudo o que se diferenciava da política de Fernando Henrique Cardoso.

No plano sindical, a identificação política de sua composição hegemônica com o Presidente eleito fez com que as reivindicações que mobilizaram os trabalhadores fossem substituídas pela intensificação da política dos ‘consensos’ e do ‘tripartismo’. O que se observa é que a política econômica do governo FHC segue inalterada. Como uma de suas primeiras medidas para garantir a realização de seu governo sobre essas bases, foi criado o Fórum Nacional do Trabalho – FNT.

Na perspectiva governamental e do empresariado, o objetivo era *normatizar* as relações de trabalho e *resolver conflitos* entre o trabalho e o capital, preparando as bases da *reforma sindical* e da *reforma trabalhista*, integrando, nesses fóruns, o conjunto das centrais. Em razão dos resultados obtidos, que abordaremos a seguir, identificaremos diversos elementos que vão ao encontro da “*hegemonia regressiva neoliberal*”.

1.2.4 Reforma sindical: propostas “novas” para conservar o velho

Após 26 anos de fundação da CUT e das diversas *reorganizações* em que se debate o movimento sindical brasileiro, convém analisar, mesmo reconhecendo o traço da “*hegemonia regressiva neoliberal*”, o caráter limitado próprio da ação sindical ante um sistema baseado na propriedade privada e da divisão social do trabalho, se a luta sindical mantém sua relevância, se o sindicato, na qualidade de sujeito coletivo, constitui instrumento necessário nos embates em defesa da classe trabalhadora.

No decorrer deste capítulo, insistimos em responder positivamente à indagação acerca da pertinência da ação sindical. Reconhecemos os limites impostos à ação sindical dos trabalhadores ao longo da história brasileira, cuja resistência sempre esteve marcada por uma estrutura sindical imposta pelos governos e pelos capitalistas, mesclando estratégias de coerção e persuasão no sentido de aprisionar as organizações sindicais.

O movimento sindical vivenciou, ao longo de sua história, momentos de avanços e recuos. Antes da década de 1940, emergia um movimento sindical de intensiva pressão pela regulamentação e valorização do trabalho. O governo de Getúlio Vargas, para conter a evidente radicalização, editou medidas de regulamentação do trabalho, por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

Essas medidas, apesar de integrarem parte significativa das reivindicações do movimento dos trabalhadores, foram acompanhadas de medidas de organização e funcionamento sindical marcadas pelo corporativismo e claro atrelamento das suas estruturas ao poder normatizador do Estado³³.

O governo de Getúlio Vargas, com base nos direitos trabalhistas que se vê obrigado a conceder, em função do avanço das mobilizações, conseguiu capitalizar politicamente e, por meio de forte campanha popular, recebeu o título de “o pai dos pobres”. Na verdade, tratava-se da velha receita, qual seja, criar mecanismos institucionais para dissimular a oposição de classes, diluindo os conflitos entre trabalho e capital, buscando convivência *pacífica e harmoniosa* entre patrões e trabalhadores.

O movimento sindical voltou a manifestar-se na década de 1960, sob intensa pressão popular. Manifestou-se nas ruas, contudo, as direções sindicais e partidárias da esquerda brasileira, atordoada e dispersa, não integrou elementos que possibilitassem a reação. A ditadura militar impôs ao movimento sindical profundo recuo.

Na década de 1970, ressurgiram lutas organizadas contra as forças conservadoras, mobilizações cujo eixo consiste na luta pela anistia, pelas liberdades democráticas e contra a carestia e o custo de vida. No final dessa década, grandes e significativas mobilizações, com greves importantes promovidas pelos operários metalúrgicos paulistas, reacenderam o ânimo do movimento sindical.

A década de 1980 pode ser considerada o ápice desse processo. O Brasil, na contramão da defensividade que caracterizava o sindicalismo no plano mundial, tornou-se

³³Entre as medidas de Getúlio Vargas na organização sindical, podemos citar: a proibição do direito de greve, o poder normativo da Justiça do Trabalho, o enquadramento sindical com poder de intervenção do Estado nos sindicatos, estrutura vertical, com a proibição de criação de centrais sindicais, unicidade sindical e o imposto sindical compulsório.

campeão mundial das greves e, pela força desse movimento, fez surgir a Central Única dos Trabalhadores – CUT, que nasceu sob a égide do sindicalismo combativo em defesa da liberdade e autonomia sindical, contra e à revelia da estrutura sindical vigente.

A estrutura sindical brasileira passou por novas mudanças com a Constituição de 1988. Apesar do fim da intervenção direta do Estado na organização e funcionamento interno dos sindicatos, do direito de greve, regulamentação das centrais e organização por local de trabalho, para posteriores regulamentações, manteve a unicidade sindical, o imposto sindical compulsório e o poder normativo do Ministério do Trabalho.

As reivindicações centrais defendidas pela CUT, que buscava a superação da estrutura corporativa, baseada na unicidade sindical, no imposto sindical compulsório e do poder normativo da justiça do trabalho, não integraram o novo Texto Constitucional, ficando no estrito contexto de seus estatutos e no ideário de milhões de trabalhadores.

É nosso objetivo evidenciar os processos mais recentes da dinâmica sindical brasileira, especialmente a cutista, denunciar que as tentativas de enquadramento do movimento sindical, no concerto mundial, têm no Brasil forte apoio no governo de Luis Inácio Lula da Silva, que busca desenvolver novas/velhas políticas de cooptação, constituindo *novos* mecanismos de regulação da ação sindical e integrando aos organismos de governo significativos setores e lideranças do sindicalismo brasileiro³⁴.

Para compreender esse fenômeno, o inserimos no plano da estrutura sindical corporativista brasileira e na política que comanda a maioria dos sindicatos no País. Do atrelamento evidente do sindicalismo brasileiro ao Estado emerge outro fenômeno. Desde 2003, o País sob um comando político de atores egressos da luta sindical, muitos sindicalistas renunciam seus postos nos sindicatos e assumem cargos estratégicos situados no primeiro escalão do Governo Federal e em importantes estados e municípios brasileiros, todos sintonizados com o setor hegemônico do movimento sindical (dentro e fora da CUT) e apoiadores desse governo.

Esse fenômeno interfere de forma significativa nos desdobramentos da política de governo, na organização do trabalho, como também na resistência sindical da classe trabalhadora.

O *controle* do movimento sindical, por parte do governo e da classe detentora do poder econômico, tendo como *contraposição* a direção política majoritária do movimento

³⁴ Inúmeros são os sindicalistas que trocaram seus postos do movimento sindical para assumir cargos nos quatro níveis de governo (municipal estadual, distrital e federal). O mais emblemático é o caso do ex- presidente da CUT, Luiz Marinho, nomeado em 8 de julho de 2005 para o cargo de Ministro do Trabalho pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

sindical nos limites do posicionamento defensivo, propositivo e parceiro, é o que justifica o ressurgimento de formas institucionais que tentam estabelecer consensos e assegurar a convivência *pacífica* entre capital e trabalho.

Com essa finalidade, foi criado o Fórum Nacional do Trabalho - FNT³⁵, definido pelo Ministério do Trabalho e Emprego como “espaço de diálogo e negociação, criado pelo Governo federal para promover a Reforma Sindical e Trabalhista”. O FNT constitui órgão tripartite em que os trabalhadores compõem a minoria, mas que, nas palavras de Ricardo Berzoini, Ministro do Trabalho e Emprego em 2004, objetivava a solução dos conflitos e a busca do *consenso* entre todos os envolvidos :

O esforço empreendido resultou no consenso sobre todos os pontos da agenda da Reforma Sindical, superando as expectativas daqueles que estiveram envolvidos nas negociações. Esses consensos indicam a necessidade de uma extensa redefinição das normas jurídicas relativas à organização sindical, à negociação coletiva e à solução de conflitos do trabalho. Eles irão subsidiar a elaboração do projeto legislativo sobre a Reforma Sindical, que o Governo Federal vai encaminhar ao Congresso Nacional ³⁶.

Os *consensos* do FNT, na verdade, sinalizam para a continuidade, manutenção e controle do Ministério do Trabalho sobre a organização sindical. Como deliberação desse organismo, instituiu-se o Conselho Nacional de Relações do Trabalho (CNTR), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego que tem, entre outras funções, as de propor diretrizes, subsidiar elaboração de pareceres, de projetos legislativos de relações de trabalho, normas estatutárias a serem seguidas pelos sindicatos, examinar as contestações e indeferimentos de pedidos de registro sindical e estabelecer critérios de utilização do *Fundo Solidário de Promoção Social*³⁷.

Os consensos estabelecidos no relatório do FNT, consubstanciado na regulamentação das centrais sindicais, encontra semelhança com a Era Vargas. No que se refere à interferência

³⁵ Em 2004, em Brasília, no Palácio do Planalto, com a presença do Presidente Lula, ladeado pelo então presidente da CUT, Luiz Marinho, vice-presidente José Alencar, o então Ministro do Trabalho, Jaques Wagner e o presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antonio Oliveira dos Santos, realiza-se a instalação do FNT. Na ocasião, foi divulgada pelo Ministério do Trabalho uma cartilha: Reforma Sindical – Relatório final, fruto dos “consensos” entre governo, empresários e trabalhadores. O relatório continha pontos de profunda divergência entre sindicalistas. No interior da CUT, setores afirmavam que as propostas assinaladas neste relatório atropelavam as posições históricas da CUT, a exemplo do imposto, da unicidade sindical e da continuidade do poder normativo do Ministério do Trabalho nas organizações sindicais.

³⁶ Essa citação consta na apresentação feita por Berzoini ao Relatório Final sobre Reforma Sindical divulgado em 2004.

³⁷ O Fundo Solidário de Promoção Sindical constitui órgão contábil cujos recursos serão oriundos da contribuição negocial e de duas contas, uma dos trabalhadores e a outra dos patrões, tal fundo se destinará a custear as atividades do Conselho Nacional de Relações de Trabalho (CNTR) programas, estudos, pesquisas e ações voltadas para atividades sindicais e para o diálogo social.

do Estado na organização sindical, no ponto Organização Sindical e Estrutura, propõe o reconhecimento das centrais sindicais, desde que cumpram os critérios de representatividade que serão submetidos ao crivo do Poder Executivo por meio de decretos. Foi exatamente o que aconteceu em decorrência da aprovação da Lei 11.648/08, de reconhecimento das centrais sindicais.

Estabelece a referida lei, a pluralidade na cúpula, com o reconhecimento de seis centrais, baseado em critérios elaborados no fórum tripartite do FNT, mas com a manutenção da unicidade na base dos sindicatos. No ponto sobre a sustentação financeira, foi *suspensa* o imposto sindical e, em seu lugar, instituída a “contribuição negocial” que será aprovada em assembleia da categoria, mantidas a sua compulsoriedade e a extensão a todos os trabalhadores, independentemente de sindicalização.

Essa nova conformação na organização sindical significa que a direção majoritária da CUT, para formular tais consensos, abandonou os princípios aprovados em suas instâncias de base e contidos em seus estatutos, a saber: a defesa da convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho - OIT³⁸, que defende a pluralidade, liberdade e autonomia sindical e o fim do imposto sindical compulsório e do poder normativo do Ministério do Trabalho.

Perde-se, dessa forma, uma oportunidade de fazer valer reivindicações históricas de setores significativos do sindicalismo brasileiro. A política, cada vez mais colaboracionista diante do governo Lula, das direções das centrais sindicais, completamente integradas nesses fóruns, possibilitou outra derrota, que foi a *regulamentação do direito de greve* para o setor público pelo Supremo Tribunal Federal (STF)³⁹, em 25-10-2007.

Essa *regulamentação* reedita a restritiva e até mesmo impeditiva lei de greve do setor privado, de 1989, para o setor público. Afirma a lei 7.783/89 que o setor público⁴⁰ estará submetido às mesmas regras do setor privado, obriga a presença de 2/3 da categoria na definição da greve e 30% dos serviços daquela categoria mantidos. Essa regulamentação vem a público com o apoio explícito do presidente Lula e a passividade de todas as centrais. No

³⁸ A Convenção 87 da OIT – Organização Internacional do Trabalho data de 1948 e trata da liberdade e proteção sindical. O Brasil ainda não ratificou nenhuma dessas convenções, o que permite, ainda, o Estado ou entidades que defendem a unicidade sindical de interferência na liberdade de organização sindical dos trabalhadores, a não negociação das reivindicações dos trabalhadores.

³⁹ O que torna mais complexo é que o STF, pela sua constituição, é um poder mais hermético, que não advém do voto popular, muitas vezes imune às pressões do movimento sindical.

⁴⁰ Após “regulamentação” da lei de greve do setor privado para o setor público, pelo menos no Estado do Ceará, o governo Cid Gomes - PSB/PT argui, com 100% de êxito, a ilegalidade das greves do setor público estadual. Caso emblemático foi a greve dos professores de 2009, cuja penalidade era o retorno imediato sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 20.000 e R\$ 100,00, respectivamente, para o sindicato APEOC e professores, somada ao terrorismo feito por alguns diretores de envio de listas solicitadas pela Secretaria de Educação Básica.

Ceará, por exemplo, a quase totalidade das greves dos servidores públicos estaduais ocorridas em 2009, no governo de Cid Gomes, incluída a dos professores da educação básica, com o uso da referida lei, foram decretadas como ilegais.

Em razão do que expusemos, podemos observar que a luta travada pelos trabalhadores brasileiros, em meio à situação de crise mundial no fim do século XX, e limiar do século XXI, continua fortemente marcada pela tentativa do capital de redução do custo da força de trabalho viabilizada pela coação, atrelamento e desarticulação das organizações como instrumentos autônomos e independentes de governos e patrões.

Intensificam-se a privatização, terceirização, desregulamentação e precarização do trabalho, desemprego e exclusão social, agravada, agora, pelo atrelamento da maioria das organizações sindicais a esses órgãos de governos e sua política de superávit fiscal, de retirada e negação de direitos. Tal fato, contudo, nos remete a refletir sobre algumas questões que, mesmo não sendo novas, possam suscitar posteriores debates.

No momento em que já se apregoava no crepúsculo do século XX a “terceira revolução industrial”⁴¹, adentramos o século XXI com a crescente introdução da informatização, automação, a microeletrônica, com intensas transformações no mundo do trabalho e da produção.

Na base dessas transformações, ou seja, em virtude do desenvolvimento da ciência e da técnica elevado a patamares inimagináveis, poderíamos asseverar que essa realidade contém, em potência, possibilidades de resolver os problemas que afligem a humanidade. Constatamos, porém, com perplexidade, o aprofundamento da crise em que se debate o capital e das suas formas de exploração, sua tentativa incansável de reduzir o custo do trabalho e da produção cuja capacidade de realização poderia libertar o homem do trabalho escravizado e impulsionar a produção para debelar a miséria humana.

A situação real, ao contrário, evidencia um quadro desolador que nos remete para uma posição, inarredável, de defesa das organizações estabelecidas pela classe trabalhadora, mesmo considerando que a cada dia essa tarefa exige maior capacidade de resistência e luta.

⁴¹ Quando se fala em “terceira revolução industrial” Giannotti assinala: “Fala-se em terceira em referência à primeira, que foi a era do ferro e do carvão e que introduziu a máquina a vapor. Foi essa revolução que possibilitou a industrialização e o capitalismo, no período de 1780 a 1820. A segunda aconteceu na passagem do século XIX para o século XX. Sua marca registrada foi a aplicação da eletricidade em substituição ao vapor. Ela pode ser definida como a era da eletricidade, do aço e o do petróleo e da invenção do motor à explosão” (2007, p. 271,272).

Somadas à política adotada pela posição majoritária da CUT, cabe observar a ocorrência dos diversos movimentos de dispersão que migram para outras formas de atuação⁴².

A crise do movimento sindical tem como ápice/consequência mais funesta o fracionamento, a crescente dispersão das forças no movimento sindical divididas em diferentes siglas (centrais), cuja ruptura se formaliza na base de argumentos diferentes e interesses, entre os quais, desde a oposição política à direção da CUT, à disputa de base em busca do percentual exigido para o *reconhecimento*, visando a repartir recursos advindos do imposto sindical.

Desses elementos resultam profundas fraturas e rupturas, interferindo concretamente na dinâmica e potencialidade da luta de milhares de sindicatos e milhões de trabalhadores do País, fragilizando, ainda mais, a correlação de forças entre capital e trabalho em benefício do primeiro. A defesa da classe trabalhadora, na manutenção e ampliação de seus direitos, na década de 1990, terminou tímida por falta de unidade de ação e/ou ofensiva diante do capital, com visíveis sinais de recuo.

Para dimensionar concretamente este processo e as consequências do aspecto do fracionamento do movimento sindical, basta observar que, num curto período, se constituíram vários agrupamentos, a saber: CONLUTAS (2004), versão sindical do PSTU, Intersindical (2006), versão sindical do PSOL e recentemente a CTB (2007), versão sindical do PC do B, todos egressos da CUT e cada um com argumentações que consideram justas⁴³, rompem para formar *sua própria central*.

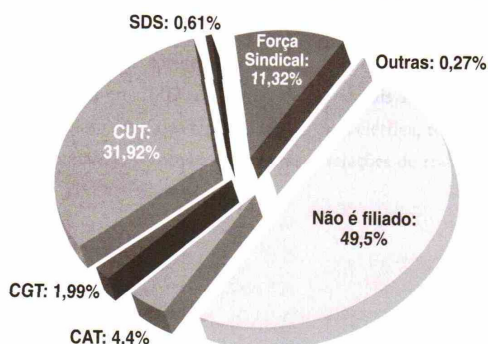
Há outro importante elemento a ser integrado a essa discussão – o fato de que, além dos trabalhadores que se organizam na CUT, em outras centrais, há os que não estão sindicalizados, representando 49,5% dos trabalhadores, todos igualmente atacados pela voracidade criminosa do capital que, cada vez mais concentrado, aumenta seu poder de

⁴² A proliferação vertiginosa de ONGs, setor que também acolheu muitos ex-sindicalistas, retrata um aspecto dessa crise. Essas instituições que pela forma de financiamento com que sobrevivem de forma direta e aberta obedecem às políticas ditadas pelo FMI, Banco Mundial, com estímulo e sustentação política e financeira, do Governo federal, também concorrem para uma série de problemas que o movimento sindical está chamado a resolver, a saber: a desresponsabilização do Estado pela oferta dos serviços públicos, o recrutamento de trabalhadores sob a base do trabalho “voluntário”, precarizado e desregulamentado, o desvio de recursos públicos que deveriam ser exclusivamente no serviço público. O funcionamento dessas Ongs enseja um fenômeno que tenta diluir o caráter de classe, da relação de exploração entre trabalho e capital inerente ao capitalismo.

⁴³ Não discorreremos sobre as razões que motivaram a ruptura de diversos segmentos da CUT, apesar de considerá-las tema da maior importância. Os limites do trabalho, da pesquisa e de tempo não nos permitem recuperar.

acumulação de riquezas e a distância entre as classes sociais. Esse quadro está presente na virada do século XX para o século XXI, como destaca o gráfico⁴⁴ a seguir.

Gráfico 1 - Trabalhadores na Base por Central Sindical - Brasília



Este gráfico retrata o quadro da sindicalização no Brasil no final da década de 1990. Observamos que quase 50% dos trabalhadores brasileiros estavam fora de qualquer vínculo sindical, imersos numa conjuntura em que todos os dias milhares de trabalhadores estavam sendo jogados na vala do desemprego estrutural ou do emprego precarizado.

Ainda no gráfico conferimos o fato de que, no final da década de 1990, os 50,5% dos que estão sindicalizados dividem-se em cinco centrais sindicais (CUT- 31,92%, FS- 11,22%, CAT- 4,4%, CGT-1,99%, SDS- 0,61% e outras 0,27%), todas assumindo o sindicalismo propositivo, parceiro, de negócio, realidade que intensifica as divergências e com elas o fracionamento na organização sindical brasileira, como já assinalamos.

Destacamos, nesse universo, a sindicalização na CUT, seu estabelecimento, chegando ao final do século XX com 31,92% do contingente dos trabalhadores sindicalizados, como maior central do Brasil em que, como anota Júlio Turra, dirigente da CUT nacional no posfácio do livro de Trotsky, quando todas as “correntes históricas do movimento operário estavam em seu seio, ela estava também atravessada pelas contradições e impactos da crise de direção do movimento operário mundial e sua refração no sindicalismo internacional” (TROTSKY, 2009, p. 127).

Apesar de continuar sendo a maior central sindical do Brasil em um movimento em que ora perdendo, ora tendo a adesão crescente de novos sindicatos, elemento importante na discussão, é também verdade que adentra o século XXI em que setores “das correntes

⁴⁴ Fonte: TEIXEIRA, PALATIERI, 2006, p. 79.

históricas do movimento operário” não estão mais em seu interior. É um contexto permeado de profundas contradições, conflitos e dilemas com alicerce nos quais os segmentos explorados da sociedade estão confrontados a resolver para enfrentar o capital.

Matéria publicada na *Folha de São Paulo*⁴⁵, analisando os efeitos da crise para o movimento sindical, intitulada “*Crise revela despreparo de sindicatos*”, acentua que alguns sindicalistas e especialistas do movimento sindical analisam a onda de demissões, registradas pelo Ministério do Trabalho desde novembro de 2008, em que o Brasil perdeu 797,5 empregos com carteira assinada, dizendo que decorria do fato de que não havia preparo e faltava de sintonia das centrais para enfrentar a crise mundial, situação extrema em função do “atrelamento de parte do movimento sindical ao governo Lula – caso da CUT e da Força Sindical.”

O conteúdo das falas de Ricardo Antunes e dos dirigentes das centrais sindicais do Brasil, expressos na referida matéria, integra as diversas questões referentes à crise do movimento sindical que analisamos anteriormente, suscitam polêmicos e intensos debates que não serão concluídos neste trabalho, no entanto, alguns elementos dessas falas merecem destaque, por anunciarem pontos de relevância da crise do movimento sindical na sociedade contemporânea que analisamos até aqui, mas que ainda podemos comentar.

Ricardo Antunes, na referida matéria, afirmava que as centrais estão “enferrujadas”. Na sua análise, até setembro de 2008, quando o Brasil vivia uma fase de crescimento econômico, a “atitude das centrais era conseguir algo mais para o trabalhador num contexto de expansão. A crise pegou os sindicatos e as centrais desprevenidos para preservar os direitos trabalhistas em uma fase de retração econômica”. Para Antunes, o que também interfere é o fato de as duas centrais, a CUT e a Força Sindical, estarem prisioneiras do Governo. A primeira, assume cargos no governo petista e a segunda por ter sindicalistas ligados à Força Sindical no Ministério do Trabalho⁴⁶. Ademais, segundo Antunes, as centrais ficaram também “acuadas porque conseguiram vantagens desse governo, como o imposto sindical que foi estendido a elas”.

De acordo com Artur Henrique, atual presidente da CUT, na matéria da *Folha de São Paulo*, sobre a falta de sintonia entre as centrais, anota: “nunca foram iguais na concepção e na prática [...] a CUT não quer fazer acordo com central que propõe redução de jornada e de

⁴⁵ CRISE revela despreparo de sindicatos. *Folha de São Paulo*. São Paulo. 1º de março de 2009, seção Dinheiro, p. B3.

⁴⁶ Carlos Lupi, atual Ministro do Trabalho e Emprego, é filiado ao PDT, partido cuja tendência sindical milita na Força Sindical.

salário ou com central pseudo esquerdista que só fala mal do governo e não propõe nada para resolver o problema do trabalhador”.

Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, na mesma matéria do referido jornal, acredita que a suspensão do contrato de trabalho se mostrou eficiente na defesa do emprego. Na avaliação do Presidente, o que agravou a crise foi o governo Lula não ter exigido contrapartida das empresas para as isenções fiscais concedidas, acrescentando que, apesar das críticas ao governo de FHC, nos anos de 1990, ele e o Luis Marinho, à época presidente da CUT, negociaram “estabilidade para os empregados do setor automobilístico. Em troca, as empresas conseguiram redução do IPI”.

Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores), justifica que “o fato das centrais sindicais não realizarem greves, não quer dizer que estejam “apáticas” ou “passivas”. O movimento sindical tem admiração pelo presidente Lula e por sua história, assim como 84% aprovam sua atuação”. Segue ressaltando a diferenciação da sua central com a CUT e a Força Sindical que ao contrário dessas centrais não ocupa cargos no governo.

Wagner Gomes, presidente da recém-formada CTB – Central dos Trabalhadores do Brasil, diz que o Governo “tem tomado medidas de fôlego curto” e propõe, juntamente com as outras centrais, “uma greve, ao menos de 24 horas, para pedir mudanças”.

Ainda na matéria da *Folha de São Paulo*, José Maria de Almeida, presidente da CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas – reivindica a interferência direta do governo Lula nas demissões – “a saída é que edite uma medida provisória que permita estabilidade no emprego”⁴⁷. Já enviamos documento ao governo para que avalie essa proposta”.

⁴⁷ A campanha pela edição de uma medida provisória contra as demissões também é encampada por um grupo de ativistas do movimento sindical, popular e estudantil, denominado Diálogo Petista. Esse movimento organizou comitês e abaixo-assinados em diversos estados brasileiros. Jornal *O Trabalho* – , edição n. 661 de 30 de julho de 2009. MP Contra Demissões – Uma luta colocada ao 10º Congresso da CUT.

O Sintrajuf – Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário noticiou em sua página na internet que o abaixo-assinado com 43.825 assinaturas foi entregue no dia 26 de agosto a uma comissão formada pelos: Ministro das Relações Institucionais, José Múcio, deputados federais Fernando Nascimento (PT-PE) e Geraldo Magela (PT-DF). Participaram da entrega os sindicalistas Júlio Turra, diretor da CUT nacional, o diretor da CUT do Rio Grande do Sul, Marcelo Carlini, e Sheila Tinoco, diretora do Sintrajuf, e demais sindicalistas, representando dez estados. Na ocasião, Júlio Turra enfatizou a necessidade também do Governo ratificar a convenção 158 da OIT que proíbe as demissões imotivadas. Disponível em www.sintrajufepi.org.br). Acesso em 20 de setembro de 2009.

No 10º CONCURTO, realizado em agosto de 2009, participou uma delegação do SINDIUTE com a tese: Em defesa da CUT independente e de luta; submeteu ao Congresso a proposta que exige do governo Lula a edição de uma medida provisória para proibir as demissões. “Primeiro a direção da ArtSind tentou opor à emenda um texto geral que incorporava várias propostas (Convenção 158, PL contra as demissões imotivadas, redução da jornada etc.) ‘em defesa do emprego’, mas que evitava colocar a responsabilidade em Lula. O encaminhamento contrário à proposta, baseava-se na defesa de que era preciso discutir com outras centrais e movimentos as medidas a serem exigidas do governo. Na hora da votação, surpresa, o plenário dividiu-se! O que obrigou uma segunda votação por contraste, em que nossa proposta não passou por estreita margem”. Jornal do SINDIUTE. Fortaleza. Edição nº IX, agosto de 2009.

Antônio Neto, presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), que também participa da matéria da *Folha de São Paulo*, assevera que as empresas se precipitaram ao demitir, haja vista que “algumas montadoras, por exemplo, estão correndo contra o prejuízo devido o corte da produção. Quem quer comprar carro novo tem que esperar 60 dias”, arremata “a redução da jornada e de salário foi um tiro no pé”.

A subsunção à *hegemonia regressiva do neoliberalismo* analisada por Boito Junior (1999) nos ajuda a perceber a essência de determinadas falas e ações das direções das centrais sindicais, de evidente rendição aos imperativos do capital e ao Governo brasileiro.

O quadro que apresentamos na sequência nos dá a dimensão do nível de representatividade, vinculação política de cada central, mas, principalmente, do grau de aceitação e dependência das centrais sindicais a formas de sustentação financeira pelo Estado, mediante o imposto sindical compulsório, uma anomalia formulada pelo Estado no governo de Getúlio Vargas e mantida no governo Lula retira a ideia, pressuposto básico de qualquer organização de trabalhadores, qual seja: a liberdade, independência material e autonomia política de organização.

Na matéria citada, publicada na *Folha de São Paulo*, apresenta o quadro das centrais sindicais no Brasil até agosto de 2008, com dados do Ministério do Trabalho e das centrais sobre: entidades filiadas, orçamento recebido do imposto sindical e referência política.

Central Sindical	Sindicatos Filiados	Imposto Sindical	Referência Política
CUT	3.438	19,8 milhões	Partido dos Trabalhadores (PT)
CGTB	250	2,4 milhões	Racha da CGTe sindicalistas ligados ao MR-8
FS	1.200	15,1 milhões	Partido Democrático Trabalhista (PDT)
CONLUTAS	50	não recebe	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU)
NCST	780	6,6 milhões	Antigas federações e confederações
UGT	525	8,8 milhões	Fusão das centrais: CGT, SDS e CAT
CTB	412	2,9 milhões	Partido Comunista do Brasil (PC do B)

Fonte: *Folha de São Paulo* em 1º de março de 2009 a partir de dados do Ministério do Trabalho e Centrais.

As cifras milionárias recebidas, declaradas pelas próprias centrais e sindicatos em 2008, tornam essas entidades materialmente reféns dos governos que capturam suas

subjetividades ao comando do capital e deformam os próprios princípios com que a CUT forjada por fora dessa estrutura sindical, por exemplo, se constituiu e ainda mantém, pelo menos em seus estatutos.

Ademais, é um verdadeiro estímulo à corrupção, favorecendo uma visão utilitarista por parte das direções sindicais burocratizadas com relação a sua base, sem o compromisso de organizar a classe trabalhadora com independência política e material, pois o imposto é compulsório, portanto, antidemocrático.

Com o imposto sindical, vem a unicidade, que retira a liberdade e autonomia de representação e organização dos trabalhadores, outro ponto divergente entre algumas centrais ressaltadas no FNT, mas que, contraditoriamente, foi diluída, como moeda de troca, na regulamentação das centrais sindicais⁴⁸.

Outro elemento da conjuntura sindical e de maior relevância é a relação do movimento sindical com o governo Lula. Essa questão é hoje um verdadeiro dilema, vivido principalmente pela CUT, em que importantes lideranças trocaram seus postos sindicais por cargos no Governo, ensejando divergências no interior e fora dessa central.

O movimento dos trabalhadores, historicamente, defende uma máxima: *independência de governos e patrões*. Daí a complexidade atual, quando significativos setores do movimento sindical ficam inoperantes, não assumindo posição de resistência diante de um presidente que, apesar de egresso do movimento sindical, ao assumir o Governo federal, impõe medidas no sentido contrário às reivindicações da própria base que possibilitou a sua vitória eleitoral.

Galvão acentua que a CUT, desde a década de 1990, ainda no governo de FHC, vinha mudando seu discurso e sua prática mas, com o advento do governo Lula, assume posições que até então distinguiam as duas maiores centrais (CUT e FS). Essa aproximação se intensificou já no governo FHC, “quando ambas as centrais passaram a convergir na defesa de um modelo de “sindicato cidadão”, modalidade de sindicalismo que se caracteriza por oferecer ao trabalhador os serviços outrora mantidos pelo Estado (2006, p.133).

⁴⁸A política de boa convivência entre o governo Lula e as direções das centrais sindicais explicita-se na aprovação, por consenso, da Lei 11.648/08 de Reconhecimento das Centrais Sindicais, sancionada pelo governo Lula. Lei que reedita a estrutura sindical da Era Vargas, na medida em que assegura a pluralidade das centrais, garantindo-lhes parcelas milionárias do imposto sindical que é conservado como contribuição negocial e mantém a unicidade na base dos sindicatos. A manutenção da unicidade sindical vem em sentido contrário às reivindicações do movimento sindical, que historicamente vem defendendo, pelo menos no interior da CUT, como resolução contida desde o seu primeiro Congresso em 1983 ao seu 10º Congresso, realizado em agosto de 2009 no Estado de São Paulo, qual seja: de defesa da ratificação da Convenção 87 da OIT – Organização Internacional do Trabalho, que defende a liberdade e autonomia sindical e o fim do imposto sindical.

Ocorre que a idéia de cidadania aqui contida é, no mínimo, curiosa, pois, ao assumir serviços relegados pelo Estado – como a formação profissional, por exemplo –, a CUT colabora para privatização das políticas públicas, como também para a disseminação de teses associadas à ineficiência do Estado e à incompetência de seus servidores. Assim, a central auxilia a perspectiva neoliberal de combate aos direitos, legitimando a substituição de políticas universais por políticas focalizadas e compensatórias, promovendo a individualização do problema do desemprego e responsabilizando o desempregado por sua própria sorte. Ao fazê-lo, a CUT aproxima-se da FS, que inaugurou esse tipo de prática ao criar uma agência de emprego no *Centro de solidariedade ao Trabalhador*, em 1998 (GALVÃO, 2006, p.140-141).

Diante da crise mundial que atinge o Brasil, com graves consequências para a classe trabalhadora, conforme a fala dos sindicalistas, a política adotada pelo governo Lula consistiu em socorrer o capital com cifras bilionárias e isenções fiscais, sem correspondência com a garantia no emprego, como reivindicam os representantes da CONLUTAS, os componentes do Diálogo Petista e os trabalhadores em educação do Ceará, entre tantos outros movimentos organizados.

No plano nacional, na linha dessas preocupações, vale destacar o elemento da “sintonia” entre as centrais a que se refere a *Folha de São Paulo*. É sabido que, desde a tentativa de unificação do movimento sindical na década de 1980, tal sintonia não se confirmou.

Dizer que ela também decorre da própria heterogeneidade da classe trabalhadora, da divisão como trabalho regulamentado ou não, nos parece não contemplar o universo da questão e não encontrar consistência política. Entendemos que, pela natureza do sindicalismo, sua estrutura sindical corporativa, só o movimento político, com posicionamentos claros, de independência de governos e patrões, buscando a autonomia, no calor da luta e adesão do conjunto da classe trabalhadora, é que dirá se essa sintonia poderá se concretizar ou não.

O que deve, portanto, unificar o conjunto dessas centrais? Pensamos que poderia ser resumido na frase *os trabalhadores não devem pagar pela crise*, no entanto, os dados da realidade mostram que estão pagando, consequência da política do governo Lula baseada nas altas taxas de juros e superávit primário, isenções fiscais e ajuda aos industriais, banqueiros e especuladores que respondem com demissões em detrimento do investimento de peso nos setores sociais.

No plano sindical, a política hegemônica do movimento no contexto nacional, em muitos momentos, em contraste com as mais diversas manifestações de resistência da classe trabalhadora nos diversos pontos do País, é de evidente atrelamento e, pelos laços que mantém, de recusa para enfrentar o capital.

Se Lula socorre os empresários e o capital financeiro, assume pertinência inquestionável a luta sindical para assegurar os empregos, proibindo as demissões, desenvolvendo uma política de valorização salarial⁴⁹. São reivindicações de caráter imediato, mas que contêm, entre outras, um significado amplo, na medida em que amplia as possibilidades de emprego e combate à política que prioriza a especulação e o parasitismo com que atua a economia capitalista fundada na especulação financeira em detrimento da produção real.

Para que se efetive, no entanto, uma resistência consistente, é preciso que a classe trabalhadora, como movimento de massas, seja impulsionada por suas direções sindicais, implantadas em cada local de trabalho e com intenso poder de mobilização.

Essa resistência é dificultada pela participação de muitas lideranças sindicais nas instâncias de governo em todos os níveis. No plano sindical, o caráter *propositivo* de atuação faz com que a participação nos fóruns tripartites seja considerada por muitas lideranças como instâncias democráticas de atuação. As lideranças sindicais, principalmente do setor majoritário cutista, numa relação permeada de cordialidade, entendem que o governo Lula “proporcionou uma maior participação no processo decisório, tanto no que se refere a deliberação referente à criação e mudanças de políticas públicas quanto à aplicação de verbas relacionadas a políticas já existente como o FAT” (GALVÃO, 2006, p.140).

Com a vitória de Lula, a estratégia política da central, segundo Galvão (2006), aprofunda as divergências no interior da CUT na medida em que

[...] enquanto correntes minoritárias ainda busquem resistir ao neoliberalismo, a corrente majoritária faz uma crítica superficial ao governo, denunciando efeitos colaterais da política econômica, como o desemprego e a queda da renda. Desse modo, embora a CUT critique aspectos da política econômica, opondo-se a taxa de juros e ao superávit primário elevados, não exige a ruptura de modelo, nem exerce forte pressão sobre o governo para que reduza os juros e o superávit. Assim como o PT, sua direção se rendeu à tese da utopia possível (*Idem, ibidem* p.140).

⁴⁹ “Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese/Seade, a taxa de desemprego para a região metropolitana de São Paulo aumentou de 19,9% em 2003, caindo para 18,7% em 2004 e 16,9% em 2005. A pesquisa Mensal de Emprego do IBGE indica uma deterioração acentuada do rendimento médio dos ocupados em 2003 e 2004: entre março de 2002 e março de 2003, o rendimento se reduz em 7,2%, e entre março de 2003 e março de 2004, a queda é de 2,38%. Os dados também apontam para uma ligeira recuperação a partir de 2005, o que faz com que o rendimento de março de 2006 (R\$ 1.006,80) permaneça praticamente o mesmo registrado em janeiro de 2003 (R\$ 1.009,79). Desconsiderando-se todas as oscilações verificadas no período e levando-se em conta apenas o primeiro mês do governo Lula e o último dado disponível, observa-se uma estagnação na renda (IBGE, 2006)” (GALVÃO, 2006, p.137-138).

Dessa forma, a avaliação da autora da qual temos acordo é de que a eleição de Lula, em função da política que adota, e a anuência do seu setor majoritário (Articulação Sindical), aprofundou as divergências no interior da CUT e fortaleceu a política desse setor.

Daí se configuram duas posições, cada uma com enormes riscos, bem observa a autora.

Enquanto algumas lideranças optaram por romper com a CUT, outras decidiram continuar lutando em seu interior, na tentativa de modificar a orientação da central. Estes criticam a tese da ruptura com a CUT por considerar que isso significa abrir mão da disputa interna, acusando os que o fazem de fragmentar a maior organização de trabalhadores já constituída no Brasil, reduzindo o espaço da esquerda e fortalecendo ainda mais a corrente majoritária. (GALVÃO, 2006, p.146-147).

Defende Andréia Galvão, contudo, a ideia de que ambas as opções implicam riscos: a ruptura significa abandonar a história e dar início a um novo trabalho de organização e mobilização das bases, a fim de substituir a CUT por outra referência “de luta”; a não-ruptura significa continuar a disputar espaços no interior da central, correndo o risco de legitimar a capitulação liderada pela maioria.

No plano externo, a organização e a composição de novas centrais, egressas da CUT, umas de oposição à política da direção majoritária, outras de continuidade, inclusive com a permanência de seus quadros sindicais nas instâncias de governo, como é o caso da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), nos remetem a outro aspecto contido nas análises de Leôncio Rodrigues (1991).

Rodrigues, no começo da década de 1990, disse que a reorganização do movimento sindical estava sendo promovida por correntes político-partidárias, que atuavam no interior do movimento sindical, responsáveis, segundo o autor, pelo fenômeno da pluralidade das centrais a partir das suas cúpulas e não do interior do próprio sindicalismo, e que a partidarização que caracterizava, naquela época, o movimento sindical brasileiro diante de “uma cultura política tão fragmentada como a nossa, as disputas político-partidárias dificilmente terminariam tão cedo e que provavelmente as divisões, do sindicalismo brasileiro prosseguiriam até o final do século XX”.(1991, p.41-42).

Em razão do quadro político e organizativo sindical brasileiro, já chegando ao final da primeira década do século XXI, três grandes constatações estão evidentes – a primeira com a força e influência do *caráter regressivo da hegemonia liberal* e a estratégia do sindicalismo defensivo da análise de Boito (1999), a segunda, a nítida vinculação partidária do movimento sindical, como atestou Rodrigues (1991) e a terceira, a do movimento sindical, dividido entre diversas centrais sindicais e a divisão/fracionamento no interior e fora da CUT, marcado pelas

profundas divergências entre suas forças, evidenciada, como vimos, nas preocupações de Galvão (2006).

A primeira exigirá formação e conscientização com capacidade de desvelamento de todos os mecanismos que, no plano objetivo e subjetivo, *seduz e captura* grande parte dos trabalhadores, suas organizações aos imperativos do capital.

A segunda, pela cronologia dos seus prognósticos, nos leva a conferir pelos dados atuais, com base no quadro apresentado anteriormente, que retratam a nítida partidização das centrais sindicais é que tal fenômeno terá vida mais longa do que acentuou Leôncio Rodrigues no começo da década de 1990.

A terceira, como as demais, terá necessariamente que esperar o veredito da história, no sentido de se averiguar se os trabalhadores terão a capacidade de passar por cima das orientações das suas atuais direções e as obrigarão a processos de maior radicalidade e ofensividade, unificando a classe contra a ditadura do capital.

O debate está posto em virtude dos novos desmembramentos pelos quais passa o movimento sindical, particularmente a CUT, que foi o resultado de uma valorosa organização da classe contra o capital e sua estrutura sindical. Se num futuro próximo a luta sindical recobrará sua potencialidade, no momento, se revela fragmentada e despoticizada, objeto da disputa pelo controle de base, numa luta intensa, hostil, fratricida, muitas vezes, alheia aos interesses da classe que todos, categoricamente, asseveram defender.

No contexto desse debate, convém lembrar uma análise de Trotsky, nos seus *Escritos sobre o Sindicato*, acerca da situação dos sindicatos da Grã-Bretanha, referente à crítica à política da burocracia sindical, que os comandava, e sobre a ação a ser desenvolvida, que não se limita a criar uma nova central:

Diante dessa situação, surge imediatamente uma idéia: não é possível superar os sindicatos? Não é possível substituí-los por alguma organização nova, incorrupta, algo assim como sindicatos revolucionários, comitês de fábrica ou soviets? O erro fundamental desse tipo de intenção está em que reduz o grande problema político de como libertar as massas da influência da burocracia sindical a experiências organizativas. Não basta oferecer às massas outro lugar onde se dirigir. Deve-se ir buscá-la onde estão e dirigi-las (...). Então por que gastar tempo e energias? Esse argumento se reduz, na realidade, ao seguinte: abandonemos a luta concreta para ganhar as massas, usando como pretexto o caráter corrupto da burocracia sindical. Esse argumento pode ser desenvolvido: por que não abandonar também o trabalho revolucionário em vista da repressão e da provocação da burocracia estatal? Aqui não há diferença de princípio, já que a burocracia sindical converteu-se, definitivamente, em parte do aparelho político, econômico e governamental do capitalismo. É absurdo pensar que seria possível trabalhar contra a burocracia sindical com sua própria ajuda, ou sequer com seu consentimento. Já que se defende mediante perseguições, violências, expulsões, recorrendo frequentemente à ajuda das autoridades governamentais, devemos aprender a trabalhar discretamente nos sindicatos,

encontrando uma linguagem comum as massas, mas sem nos descobrirmos prematuramente ante a burocracia. Precisamente na época atual em que a burocracia reformista do proletariado transformou-se em guardião econômica do capital, a ação revolucionária nos sindicatos, realizada inteligente e sistematicamente, pode chegar a resultados decisivos num prazo relativamente curto (2009, p.77).

Concordando com Trotsky na ideia de que o problema não é meramente organizativo, mas, sobretudo, político, o que justifica, de certa forma, também, a diversidade de apreensões e de múltiplas divergências sobre concepção e tática sindicais entre trabalhadores, sindicalistas, intelectuais e demais segmentos da sociedade brasileira como um fato que não deve ser ignorado. Deve, de outro modo, ser enfrentado e refletido no campo teórico e prático.

Os problemas atuais não são de todo absolutamente novos e não constituem prerrogativa do momento atual, tendo em vista, como foi analisado neste trabalho, que a dinâmica sindical desenvolvida nas décadas de 1980 e 1990 e que adentra com maior intensidade a primeira década do século XXI, sempre esteve pautada por visíveis divergências, rupturas, capitulações, todas advindas da referência, identidade política, maior determinação de enfrentamento e capacidade de mobilização com que cada sindicato e central se definem e atuam com relação ao capital.

A complexidade destas questões nos faz reconhecer os limites deste trabalho, ao mesmo tempo em que nos dá a dimensão dos problemas e desafios com que se depara o sindicalismo brasileiro, no momento, confrontado com duas possibilidades – a primeira, de se deixarem agrilhoar pela estrutura sindical e pelas políticas emanadas do capitalismo que decretam a sua destruição moral e física. A segunda, que aposta na defesa das organizações sindicais sob o viés da independência de classe diante de governos e patrões, constituindo a unidade da classe em torno de suas reivindicações imediatas e históricas, como um dos instrumentos que caminhe no sentido da sua emancipação.

Nenhuma dessas duas possibilidades ocorrerá de forma inexorável, pois só a correlação de forças imposta pela luta de classe é o que determinará a vitória de uma ou da outra. O debate e a luta seguem.

2 O SINDIUTE E A LUTA PELA UNIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NO CEARÁ: DA SUA CRIAÇÃO AOS DILEMAS ATUAIS

Dizeis também que destruímos os vínculos mais íntimos, substituindo a educação doméstica pela educação social.

E vossa educação não é também determinada pela sociedade, pelas condições sociais em que educais vossos filhos, pela intervenção direta ou indireta da sociedade, por meio de vossas escolas etc.? Os comunistas não inventaram essa intromissão da sociedade na educação, apenas mudam seu caráter e arrancam a educação à influência da classe dominante.

K. Marx e F. Engels (Manifesto do Partido Comunista)

No primeiro capítulo, objetivamos dimensionar o recrudescimento da crise estrutural do capitalismo que, desde a década de 1970, desencadeia a destruição das forças produtivas à “sua maneira de esgotar tanto a terra como os trabalhadores” (CHESNAIS, 2007, p. 13).

Procuramos investigar como, no contexto da presente crise, os trabalhadores, por meio de suas organizações sindicais, responderam aos imperativos da reestruturação produtiva comandada pelo capital. Nossa pesquisa nos possibilitou concordar com a análise de inúmeros estudiosos do movimento sindical brasileiro, que apontam, na práxis sindical, um movimento diferenciado entre as décadas de 1980 e 1990, indicando um refluxo do caráter combativo e classista das organizações sindicais mais importantes do País.

Em 1980, o ascenso se fez notar com o acirramento das lutas com proliferação de greves, na busca por direitos e liberdades democráticas no País. A segunda década, de 1990, diferentemente da primeira, foi marcada pela crise da direção do movimento sindical, que, diante das investidas do capital, começou a adotar uma concepção e uma estratégia sindical *defensiva*, de *proposituras* e *participação* em fóruns, cujo objetivo era firmar posições consensuadas entre capital e trabalho.

Tentamos reunir as contribuições de estudiosos diversos do movimento sindical que versaram, especialmente, sobre a trajetória da CUT e analisaram seu movimento de recuo na direção das lutas, particularmente, com início na década de 1990.

Em nossas análises, procuramos dar destaque ao estudo de Armando Boito Junior (1999), pelo consistente trabalho que realizou sobre a trajetória da CUT e a correlação de forças que se estabeleceu entre capital e trabalho no Brasil, na década de 1990, apontando o

caráter regressivo da hegemonia neoliberal no seio do movimento sindical, com ressonância ao conjunto da sociedade.

Neste segundo capítulo procuraremos investigar o movimento sindical dos trabalhadores em educação, particularmente o processo que culminou com a fundação do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará (SINDIUTE). Acentuaremos o caráter político dos conflitos, crises e rupturas que estiveram na base dos dezoito anos de sua existência, evidenciando três fases importantes ao longo dessa trajetória: o processo que tentou unificar a categoria em 1991, a ruptura com o SINDIUTE e adesão à APEOC pelo setor da Articulação Sindical que integrava este Sindicato no final da década de 1990 e a singularidade da ruptura do núcleo que dirigia o sindicato em 2003.

A exemplo do primeiro capítulo pretendemos analisar como se postam politicamente as direções majoritárias do movimento dos trabalhadores, no caso específico, os trabalhadores em educação do Ceará, buscando reaver as manifestações de resistência ou capitulação diante das investidas do capital e do Estado contra direitos conquistados pela categoria e as suas organizações sindicais.

Para tanto, faremos uma retrospectiva da década de 1980, tempo em que o movimento sindical dos trabalhadores da educação foi à luta sob o peso das *reformas* do Estado e das mudanças na estrutura sindical, advindas da Constituição de 1988.

A Constituição de 1988, em seu artigo 8º, credencia os servidores públicos à sindicalização, mas, ao contrário das expectativas, mantém a unicidade sindical e o poder normativo da Justiça do Trabalho em detrimento da reivindicação histórica do movimento sindical de liberdade e autonomia em sua organização.

Dedicaremos uma parte de nossa pesquisa ao *direito* à sindicalização dos trabalhadores em educação da rede pública do Estado. Tentaremos compreender este processo de organização/unificação da categoria, no contínuo confronto com o Estado e com os diferentes governos interessados no seu fracionamento e impedir as conquistas.

A investigação deste capítulo tem como instrumento básico de análise os documentos divulgados pelos sindicatos junto à categoria, matérias publicadas na grande imprensa, além de estudos acadêmicos⁵⁰ com referência à temática em tela, principalmente os que foram fruto

⁵⁰ Utilizaremos como fonte de pesquisa seis dissertações de mestrado da Faculdade de Educação do Ceará - FACEC-UFC: **História da Luta Sindical do Magistério Cearense (1942-1985)**. (MOREIRA, 1990); **A Difícil Tarefa de Construir o Futuro: Sobre as Vicissitudes de uma Política de Educação Municipal numa Administração Popular em Fortaleza**. (MENEZES, 1990) **A Organização dos Educadores e a Luta Pela Escola Pública – CNTE – APEOC – SINTECE**. (FONSECA, 1991); **Avanços e Recuos da Luta dos Trabalhadores em Educação em Defesa da Escola Pública**. (FERREIRA, 1995); **A Intenção e o Gesto:**

de investigação de intelectuais e/ou sindicalistas que protagonizaram a luta sindical no Estado do Ceará, neste período. Daremos, portanto, a palavra aos sujeitos da luta sindical dos trabalhadores em educação do Ceará, mediante seus registros.

2.1 A organização dos trabalhadores em educação no Ceará nos anos de 1980: retomando o fio da história

A organização sindical dos trabalhadores em educação do Ceará, na década de 1980, integra elementos que se identificam com a conjuntura da organização sindical em plano nacional, pelo menos em dois aspectos.

O primeiro, pelo fato de representar o ascenso na mobilização com a realização de grandes assembleias, passeatas, atos públicos de protesto, greves em defesa da escola pública e dos direitos dos professores, em consonância com a combatividade expressa no fazer do novo sindicalismo.

O segundo, porque reflete a expressão, resguardando as especificidades locais, das divergências políticas e organizativas na luta pela hegemonia do movimento, entre os dois agrupamentos, que estiveram na base da constituição da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) em 1981: a "Unidade Sindical" e os "Autênticos".

A Unidade Sindical integrava PCB, MR-8 e PC do B, cuja política, já no começo da década de 1980, identificava-se, no Ceará, com as posições da direção da Associação dos Professores da Rede Oficial de Ensino (APEOC). Tal vertente sindical "propunha uma aliança da classe operária com a classe patronal, para se chegar a um pacto social. Greves prolongadas poderiam prejudicar a "abertura" que os militares estavam dando. "Nada de aventuras", era sua palavra de ordem" (GIANNOTTI, 2007, p.237).

A posição do PCB, PC do B e MR-8 tinha representantes na diretoria da APEOC. A concepção que os unificava e estava na base da atuação desses militantes, na CGT e na Frente Democrática, era de "uma política de alianças com o PMDB, PFL burguesia nacional, etc -- com o objetivo de garantirem a transição democrática, a libertação nacional e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro" (SILVA, s/d p.155).

Os Autênticos reuniam os sindicatos combativos, num primeiro momento os sindicalistas metalúrgicos do ABC paulista e as oposições sindicais. No Ceará,

particularmente a Oposição à APEOC, se identificava na concepção e na prática sindical com essa referência nacional, qual seja, de enfrentamento nas lutas e o recurso à greve era uma constante.

O desfecho dessas divergências, em plano nacional, teve como consequência, posteriormente, a constituição de duas centrais: os Autênticos se organizando na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Unidade Sindical na Central Geral dos Trabalhadores (CGT)⁵¹.

As duas tendências sindicais, apesar de integrarem diferenciações em seu interior, desde o início estavam demarcadas pelo critério da concepção e prática sindical das forças que integravam. Entre as divergências, três elementos constituíam um divisor importante entre as duas vertentes do movimento sindical brasileiro.

As razões fundamentais que alimentavam toda essa resistência eram: primeiro, a crença na abertura política [...] segundo, uma concepção que valorizava a atual estrutura sindical [...] terceiro, uma concepção de democracia que consistia, fundamentalmente, na supremacia das diretorias sindicais (MOREIRA, 1990, p. 23).

No Ceará, pelo grau das divergências entre a direção da APEOC identificada com a CGT e a Oposição Sindical, identificada com a CUT, ocorreram, nesse período, mais precisamente na década de 1980, diversos acirramentos, estendendo-se com novos desdobramentos nos anos subsequentes. No setor da educação, também observamos reflexo dessa dinâmica sindical no começo da referida década.

O início da organização sindical docente do setor público, no contexto nacional, começou com a criação da CPPB – Confederação dos Professores Primários do Brasil, em 1960. Em 1978, ampliou a sua representatividade, integrando todos os professores da educação básica, com a denominação de CPB – Confederação dos Professores do Brasil.

Por fora da CPB, em 14 e 17 de julho de 1980, em Belo Horizonte, realizou-se o Congresso Nacional dos Profissionais da Educação, em oposição a CPB, aprovando uma carta de princípios e plano de lutas. No ano seguinte, outro congresso, desta vez no Recife, quando fundam a UNATE – União Nacional dos Trabalhadores em Educação (MOREIRA, 1990).

Nessa conjuntura, o movimento sindical docente no plano nacional dividiu-se em dois blocos: pró UNATE e pró CPB. Em virtude e sob a influência da realização, em 1981, da I CONCLAT, evento que reuniu o conjunto das tendências do sindicalismo brasileiro, a

⁵¹ “Pouco depois, a CGT se divide em duas com siglas iguais. A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), liderada por Magri e, depois, por seu sucessor Canindé Pegado, quando Magri assumiu o Ministério do Trabalho do Governo Collor. A outra parte assumiu o nome de Central Geral dos Trabalhadores (CGT), liderada por sindicalistas ligados ao MR-8 e seus aliados” (GIANNOTTI, 2007, p. 258).

UNATE realizou em 1982 um Congresso em Goiânia e decidiu incorporar-se à CPB (FONSECA, 1991).

O movimento sindical docente em plano nacional, nesse momento, encontra semelhança com a organização docente no Estado do Ceará. Inicialmente, no plano da oposição, que se diferencia, constituindo-se como polo de oposição à APEOC.

Em 1978, os professores cearenses identificados com um agrupamento nacional denominado ‘Articulação nacional do magistério’, de oposição à CPB, iniciaram o debate acerca da unificação na educação, criando o Movimento de Unificação dos Profissionais da Educação (MUPE) (MOREIRA, 1990).

O MUPE inicialmente agrupou o setor do magistério da rede oficial e particular. Em seguida, desmembrou-se fazendo surgir, na rede particular, o Movimento de Valorização dos Professores (MVP) e na rede pública a Associação dos Profissionais do Ceará (ASPEC). E assim como a UNATE se constitui nacionalmente como oposição à CPB, a ASPEC no Ceará se organiza como oposição à APEOC.

A APEOC⁵² surge em 1962, em forma de associação, dez anos depois, em 07 de abril de 1972, por força da lei 3.992/72, foi reconhecida como entidade de utilidade pública do Município de Fortaleza; em 08 de dezembro do mesmo ano pela lei estadual nº 9.673/72 também é declarada entidade de utilidade pública, no plano estadual.

Em 10 de maio de 1974, incorporou o estatuto de representante oficial dos professores na Lei 9.826, de 10 de maio de 1974, do Estatuto do Magistério dos Professores da Rede Estadual do Ceará.

A ASPEC, que surgiu como oposição à APEOC, em 1980, fez uma inflexão, mudou de estratégia e resolveu organizar uma chapa de oposição para concorrer às eleições desta Associação. A chapa de oposição, denominada “Renovação e Luta”, já enfrentava, neste momento, o peso do aparato governamental e os entraves no Estatuto da entidade no processo de eleição, tendo como consequência a derrota eleitoral⁵³ (MOREIRA, 1990, FONSECA, 1991).

⁵² De acordo com a pesquisa de Moreira (1990) entre meados da década de 1950 e durante a década de 1960 além da APEOC foram criadas três entidades que representavam professores, evidenciando no seu nascedouro um fracionamento da organização docente no Ceará. A primeira em 1955, Centro de Estudo e Recreação do Magistério Primário do Ceará (CERMAPCE); a segunda em 1962, Associação dos Professores Licenciados do Ceará (APLEC) e em 1966 a Associação dos Professores Registrados do Estado do Ceará (APREC). Nenhuma das três teve continuidade permanecendo a APEOC.

⁵³ Moreira (1990, p.109), baseada em relatos de membros da chapa 2, assinala que dois motivos interferiram nesse processo: o primeiro aliado a pouca representatividade da entidade em Fortaleza e a política clientelista da sua direção que angariou boa parte desses votos dos professores que frequentavam um curso para o vestibular; o segundo os entraves estatutários, entre os quais cita o artigo 59 que, pela representação, dava ao representante

Dessa experiência posta num âmbito de profunda exploração do trabalho docente⁵⁴, a ASPEC que mantinha identificação política com a UNATE e a exemplo do que havia ocorrido em plano nacional com este agrupamento, que se integrou à CPB, decidiu também encerrar suas atividades e elaborar um documento conclamando os seus associados a atuarem na APEOC (FONSECA, 1991).

O ano de 1983 constituiu um marco na história do movimento sindical no contexto nacional, com a fundação da CUT e, no plano estadual, representou o início de uma vigorosa mobilização do movimento sindical docente, conforme Fonseca, (1991) o “*batismo de fogo*”. Para Ferreira (1995), este foi “*o ano zero da luta*”,

[...] parecia ser um ano igual aos outros, tal qual um rio que segue seu curso para desembocar, inexoravelmente, em algum lugar. O ano letivo teve início e todos retomaram suas atividades, como nos demais, sem prenúncio de qualquer acidente de percurso. Uma coisa, entretanto, causava mal estar e preocupação: o pagamento dos salários estava sendo feito com atraso e não dava para ficar de braços cruzados como se nada tivesse acontecendo. (1995, p. 24)

No crepúsculo da ditadura militar, sob o comando de João Batista Figueiredo e o País com o PIB anual em queda, reunia dessa forma, elementos impulsionadores da mobilização que se estendeu por toda a década de 1980.

Aprofunda-se a crise econômica [...] O governo impõe através de decretos-lei, uma nova forma de reajuste para aumentar o arrocho salarial [...]1983 o desemprego ao longo desse ano atinge 15% da população economicamente ativa. A inflação vai, rapidamente, aos 250% anuais [...] Multiplicam-se os saques aos supermercados nas periferias das grandes cidades, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro. São milhões de desempregados que perambulam à procura de emprego. No Nordeste, aumentam os saques a lojas comerciais e a caminhões carregados de gêneros alimentícios (GIANNOTTI, 2007, p. 246-247).

Em meio a essa conjuntura, começou um intenso fortalecimento do movimento sindical docente em todo o País, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo dessa organização, uma vez que os professores começaram a reconstituir sua identidade profissional, questionando a percepção sacerdotal da sua profissão fortemente difundida e entabular lutas por valorização salarial e profissional.

das delegacias regionais do interior votar em nome de todos os sindicalizados da sua região na proporção de um voto para cada vinte associados.

⁵⁴ A situação salarial dos professores nos diversos municípios era simbólica, na rede estadual ganhavam abaixo do salário mínimo da época. Enquanto o Salário Mínimo Regional – Cr\$ 30.600,00. o salário dos professores para 40 horas semana com 3º Pedagógico – Cr\$ 21.420,00.e com 4º pedagógico – Cr\$ 26.010,00.(FONSECA, 1991, p. .38).

No momento em que o Brasil experimentava a presidência de João Batista Figueiredo, no Ceará, o governo estadual foi ocupado por Gonzaga Mota (1983-1987)⁵⁵ e Fortaleza a gestão era de César Cals de Oliveira Neto, portanto, governos fortemente vinculados ao regime militar e às forças conservadoras. A categoria dos professores no Estado, ante as péssimas condições e os recorrentes atrasos salariais, iniciou “greves por pagamentos de salários atrasados, situação que vai se agravando na segunda fase do governo Gonzaga Mota, que termina seu mandato com vários meses de salários do funcionalismo público atrasados” (VIEIRA, 2002, p. 291).

No plano sindical, organizou-se a Oposição à então direção da APEOC, como retrata Fonseca,

A partir de 83, com a extinção da ASPEC, suas lideranças juntamente com professores vindos de outros movimentos sociais, ingressos no serviço público através de concursos realizados pela Prefeitura de Fortaleza (é o meu caso) em 81 e 82 se articulam enquanto oposição sindical na APEOC (1991, p.39).

O início das mobilizações partiu dos professores das escolas públicas do Conjunto Habitacional Prefeito José Walter, que se organizaram e se mobilizaram para participar de reunião na Escola de 1º Grau Raquel de Queiroz.⁵⁶ Na referida reunião, foram aprovados encaminhamentos de ampliação do movimento, começando por uma convocação para uma reunião no dia 13 de maio de 1983, no Sindicato dos Sapateiros, convocação feita pela “Televisão Educativa, canal 5, cuja imagem, graças ao sistema de tele-ensino, era recebida em todas as unidades que integravam a rede municipal” (FERREIRA, 1995, p. 30).

Desde então, o movimento ganhou amplitude, saindo do espaço restrito do bairro para alcançar todo o magistério, tanto na Capital quanto no restante do Estado. Essas iniciativas partiram do movimento de oposição de base, que começou a fazer pressão junto à direção da APEOC no sentido de convocar a categoria e organizar o processo de luta (FERREIRA, 1995).

⁵⁵ “Na primeira fase do governo Gonzaga Mota ocorrem algumas iniciativas no sentido de ampliação de matrículas no ensino fundamental. [...] através do ‘Projeto Vencer’ procede-se uma chamada escolar. [...] Tal medida resulta em um aumento de 170,5% de matrículas na primeira série, em 1984. A matrícula nas séries iniciais da rede pública da área metropolitana passa de 75.485 para 163.076 alunos. Diferentemente das gestões anteriores, entre 1984 e 1985 vários processos seletivos são realizados. Essa medida de indiscutível mérito, entretanto, não impede a situação esdrúxula de haver excedente de pessoal, com o agravante de existir inúmeras escolas sem professores” (VIEIRA, 2002, p. 290-291).

⁵⁶ Ferreira (1995) relata que a reunião marcada para nove de março de 1983 não se realizou na referida escola por impedimento da sua direção, tendo os professores que *negociar* com os usuários o espaço da quadra esportiva, ao lado da escola. Essa posição autoritária das direções escolares perdurou ao longo das campanhas e mobilizações, características que se mantêm até os dias atuais. Esse fato decorre do caráter do cargo comissionado constituir cargo de nomeação/cargo de *confiança* do governo de plantão. A referida escola era dirigida pela professora Zuleide da Silva Sá e contava no seu quadro docente com a professora Gardênia Pereira Baíma, que teve papel importante nesse processo e que se mantêm atuante no movimento sindical dos trabalhadores em educação até os dias atuais.

Dentre os objetivos dessas iniciativas, já figurava a reivindicação da instituição do piso salarial. Para fazer avançar a luta por essa reivindicação, a categoria tinha que transpor um primeiro obstáculo que era pressionar a APEOC, presidida pelo então professor Antônio Teixeira Brilhante, a convocar uma Assembleia Geral, o que veio a acontecer em 4 de junho de 1983 no auditório do DAER – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem. (FONSECA, 1991).

Nessa assembleia foi eleita uma Comissão de Negociação, formada pelos representantes da APEOC, ASSECE, ASOECE e ANPAE-CE⁵⁷, respectivamente, entidades representativas dos professores, supervisores, orientadores e diretores de escola que, desde então, passou a convocar as assembleias conjuntas.

Em 16 de junho de 1983, no Ginásio Aécio de Borba, com cinco mil presentes, entre professores, supervisores, orientadores e alguns diretores, foi rejeitada a irrisória proposta de Piso (de Cr\$ 34.272,00) enviada pelo governo Gonzaga Mota, momento em que se deliberava pela primeira greve da categoria, com instalação de Assembleia Permanente no Instituto de Educação do Ceará, caracterizada por Fonseca (1991, p.39) como “uma experiência inesquecível”.

Ferreira assim nos permite recordar este momento: “A greve geral foi aprovada sob aplausos. Assemelhava-se ao grito do cativo ao perceber que, finalmente, os grilhões que o aprisionavam se haviam arrebatado” (1995 p.31-32).

O “grito do cativo”, expressão de Ferreira, não se reduziu aos limites do Ceará, pois houve um verdadeiro levante nacional com multiplicação de greves em diversos setores, de norte a sul do País. Com o movimento em ascensão, nasceu a preocupação dos trabalhadores em educação do Ceará em fazer uma conexão com outros estados em mobilização, dando um caráter nacional à luta da categoria.

Entre as atividades realizadas no período, registra-se uma palestra com o presidente da então Confederação dos Professores do Brasil, Hermes Zanetti. Conforme relata Fonseca, “essas atividades eram realizadas pelo pessoal da oposição que liderava as comissões de trabalho, contando de vez em quando com a presença de alguns dos diretores da entidade [...] A oposição constituía efetivamente o polo de direção da categoria” (1991, p. 40).

A greve de junho de 1983 alcançou força suficiente para prosseguir no segundo semestre, e foi proposta sua retomada em 1º de agosto. A assembleia que aprovou a retomada

⁵⁷ A Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE-CE) iniciou, juntamente com as outras entidades, a mobilização no campo da oposição, no entanto não permaneceu, retirou-se do processo e passou a ter uma posição conservadora e de sustentação à política governamental. A natureza das suas funções como “cargo comissionado” e “de confiança do governo” por si justifica tal afastamento.

da greve foi realizada num clima de acirrada disputa, mas aprovou contra a posição da direção da APEOC, a continuidade da greve. Contudo, como registrou Fonseca,

No dia seguinte, 02 de agosto, a categoria assiste estupefata a notícia em toda a imprensa (falada, escrita e televisada) que a greve terminara, através de uma nota assinada pela APEOC, ASSECE e ASOECE. A oposição ainda tentou sustentar a greve, mas não conseguiu. A maioria voltou para a sala de aula. Em respeito à decisão da Assembléia geral, com participação já reduzida é convocada uma Assembléia, por iniciativa da oposição, através das comissões de trabalho que se formaram durante a greve (1991, p. 40).

Esse fato expressa, segundo Fonseca, os limites da atuação sob a direção da APEOC, por dois motivos: o primeiro pela sustentação governamental e concepção “cupulista” de democracia e segundo pelas debilidades na organização da categoria, em consequência da política capituladora dessa direção. Apesar de constituir direção política do movimento, a Oposição não tinha base material de apoio suficiente para encaminhar suas propostas, inviabilizada pela direção da APEOC que, *renovada*⁵⁸ com o ingresso de Fausto Arruda e Jaime Alencar retraia o movimento (FONSECA, 1991).

A integração de Fausto Arruda e Jaime Alencar, reforçando a política da diretoria da APEOC, pelos acontecimentos ainda em 1983, afirmava posições políticas bem definidas que se evidenciavam não somente na expressão concreta de barrar as greves e fazer a categoria recuar mas sobretudo nas propostas defendidas diante das questões mais gerais da conjuntura nacional.

O movimento sindical no Brasil em 1983 estava voltado para um significativo acontecimento, o Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), que se realizou em agosto desse ano com a expectativa, então, de reunir o conjunto do movimento sindical brasileiro. O objetivo era pôr em prática as resoluções aprovadas na 1ª Conferência da Classe Trabalhadora em 1981 e que vinha sendo obstaculizada pelo agrupamento em torno da Unidade Sindical, qual seja: fundar uma central que reunisse o conjunto da classe trabalhadora brasileira.

⁵⁸Sobre esse processo, vale recuperar a análise de Fonseca: “Em 83 quando se verificou o movimento inicial de aproximação sindical com a APEOC, a ela se agregam o professor Jaime Alencar, que já militava antes na APLEC-Associação dos Professores Licenciados do Ceará e no movimento de professores da UNIFOR, tendo sido inclusive demitido desta Universidade, juntamente com o professor Dilmar Miranda, pelo apoio que deram à greve dos estudantes e o professor Fausto Arruda que atuara no movimento estudantil da UFC. Logo em seguida eles estabelecem uma aliança com a diretoria, inclusive para se contrapor à oposição. Nesse movimento eles arrastam alguns professores, que inclusive haviam atuado passo a passo com a oposição, na assembléia permanente do IEC, durante a greve do 1º semestre. Como veremos adiante isso vai ter uma influência decisiva nos rumos do movimento. Tenho me perguntado quais as razões para isso acontecer. Levanto algumas hipóteses: a 1ª é que a oposição se constituiu em torno de bloco de militantes que mesmo com posições políticas diferentes se identificavam com o novo sindicalismo numa perspectiva classista, o chamado “pólo combativo”; enquanto aqueles se constituíam como um pólo da política da chamada esquerda tradicional, a que já me referi, que está sempre em busca de alianças com setores liberais burgueses e congêneres, para enfrentar a conjuntura.” (1991, p.46, 47).

No Ceará, a APEOC convocou para os dias 2 e 5 de julho de 1983 seu IX Encontro Estadual, cuja pauta tinha como destaque a eleição dos representantes ao referido CONCLAT. Naquele momento, as divergências no movimento sindical docente do Ceará refletiam as divergências no plano nacional e que repercutiram nesse encontro entre os signatários do chamado ‘novo sindicalismo’, posição encampada pela Oposição⁵⁹ e a Unidade Sindical apoiada pela diretoria da APEOC (FONSECA, 1991, p. 40)⁶⁰.

Os desdobramentos dessas divergências agruparam o movimento de oposição no sentido de criação da CUT em 28 de agosto de 1983 em São Paulo, enquanto a direção da APEOC optou por participar em novembro, do mesmo ano, na Praia Grande (SP) no que denominam também de CONCLAT – Comissão Organizadora das Classes Trabalhadoras, criando três anos depois, 1986, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Ressalte-se que a divergência não era meramente organizativa, pois refletia de outro modo profundas divergências políticas que se manifestaram nos momentos seguintes.

Nos dias 12, 13 e 14 de outubro de 1983, realizou-se em Fortaleza o I Congresso dos Professores do Ceará, com o tema “Valorização da Escola Pública”, com o objetivo de debater a conjuntura nacional e a política sindical e educacional. O evento figurou como “mais uma conquista em termos de ampliação dos espaços democráticos na APEOC. No entanto todo tipo de manobra foi feito para impedir o livre debate e o fortalecimento da oposição” (FONSECA, 1991, p. 47).

É importante destacar aqui a conjuntura nacional. ”O desemprego, ao longo desse ano, atinge 15% da população economicamente ativa. A inflação vai, rapidamente, aos 250% anuais” (GIANNOTTI, 2007, p.247). O País estava imerso⁶¹ no debate sobre o processo eleitoral para presidente da República. Eram apontadas duas propostas: a primeira, de que a sucessão presidencial se desse por Colégio Eleitoral, cujas “articulações” nos marcos do parlamento eram acompanhadas com preocupação pelo movimento organizado da sociedade; a segunda era a defesa de eleições livres e diretas para presidente do Brasil.

O Congresso da APEOC apontava novamente posições antagônicas. Enquanto a Oposição sindical defendia eleições diretas, portanto, o boicote ao Colégio Eleitoral, a direção

⁵⁹ Entre as lideranças dos professores identificados com essas posições se destacam as professoras: Laura Moreira, Rosa da Fonseca, Gardênia Baima, Zezé Morais, Valda Albuquerque, Fátima Mesquita, Ivanize Magalhães, entre outros.

⁶⁰ Essas posições eram defendidas pelos professores: Fausto Arruda, Jaime Alencar, Chico Lopes, Cleber Correia, entre outros.

⁶¹ “De fevereiro a abril, grandes manifestações com a bandeira das “Diretas Já” foram realizadas em todas as capitais brasileiras. Um dos maiores comícios foi o do Vale do Anhangabaú, em São Paulo, que reuniu aproximadamente um milhão de pessoas. Outra enorme concentração, o famoso comício da Candelária, com um milhão e duzentos mil manifestantes, ocorre no centro do Rio de Janeiro” (GIANNOTTI, 2007 p.248).

da APEOC afirmava, segundo Fonseca (1991), o Colégio Eleitoral, posição vencedora no Congresso da APEOC, refletindo, de certa forma, o processo de “transição transada”⁶² ratificada pelo Congresso Nacional que derrotou a “Emenda Dante de Oliveira” em 1984, elegendando o presidente Tancredo Neves e seu vice, José Sarney, em 1985.

O referido Congresso tinha como pauta a escolha dos delegados do Ceará ao XVIII Congresso da CPB, evento que também refletia as duas posições do movimento sindical no plano nacional, cuja pauta discutia a filiação da CPB a CUT, proposta contra a qual trabalhava parte da direção da APEOC. Com direito a 100 delegados e 25 suplentes a condução do processo⁶³ evidenciou manobras, autoritarismo e falta de princípios. Articulados pelos professores Fausto Arruda, Jaime Alencar e Cleber Correia, a “proeza” rendeu a esses professores, o *prêmio* da sua integração aos quadros da entidade (FONSECA, 1991).

1985 foi também o ano das eleições diretas para prefeito das capitais. Fortaleza elegeu Maria Luiza Fontenele, primeira prefeita do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse acontecimento político repercutiu diretamente nos desdobramentos do movimento sindical docente do Ceará. No campo da oposição, setores ligados ao PT apoiaram Maria Luiza Fontenele, enquanto a direção da APEOC se dividiu entre os candidatos Paes de Andrade, Lúcio Alcântara e Antônio Moraes.

A eleição de Maria Luiza, nas palavras de Rosa Fonseca, maior liderança da Oposição sindical, a APEOC naquele momento, afirma:

Na verdade não fora eleita só a prefeita Maria Luiza, mas todo um projeto que ela representava. A direita entendeu isso e se preparou para combater a administração. Parte da esquerda não entendeu, ou exatamente porque entendeu, também preparou-se para combatê-la. A nível do PT aconteceram as mais diversas reações, da perplexidade à superestimação do fenômeno. Estabeleceu-se uma disputa política em relação à orientação que seria dada à administração. Para quem acompanhou mais de perto ficou evidente a tentativa de deslocar a orientação que dera curso não só a campanha, mas a toda trajetória anterior do projeto. [...] Isso acabou acontecendo, o

⁶² A expressão ‘transição transada’ reflete a ideia, de que a passagem da ditadura militar para o que se denominou “nova república” com José Sarney na Presidência da República, não significou alteração na ordem econômica e social do Brasil. Fonseca compara tal processo com a entrada de Jaime e Fausto na APEOC em que foi mantida e aprofundada a política capituladora da direção.

⁶³ “A oposição organizou uma chapa com 100 nomes e a Diretoria organizou também a sua. Só que na hora da votação apareceu a cédula única com uma relação de 341 nomes, misturando, aparentemente o nome das duas chapas com outros nomes, sem ordem alfabética ou de chapa. Deram um tempo bem reduzido para indicar os 100 nomes; os 100 mais votados seriam eleitos. A maioria da oposição não conseguiu encontrar nem 10% dos nomes, porque era necessário procurar um de cada vez nos 341. Ao final da apuração, a Diretoria teve 93% dos delegados e a oposição 7%, sendo que os mais votados foram JAIME ALENCAR (280), FAUSTO ARRUDA (267) e ROSA FONSECA (245). Quando saiu a relação final dos delegados, ao compará-los, foi descoberto que os 100 primeiros números da cédula única eram exatamente os da chapa da situação, enquanto os 100 nomes da oposição estavam espalhados entre os 251 restantes. Estava explicado porque os nomes da chapa situacionista tiveram essa maioria esmagadora [...] JAIME, FAUSTO E BRILHANTE riam da sua esperteza” (FONSECA, 1991, p. 47-48).

que determinou a mudança de política que havia sido pensada durante a campanha, com inevitáveis repercussões para o desdobramento posterior da administração (1991, p.51).

Nesse ano os professores, com mais uma greve, conquistam o piso salarial, tornado Lei 11.231 em 03 de outubro de 1986, fruto da unidade e luta da mobilização da categoria. Acrescenta-se a esse fato o processo eleitoral que “renovou” a direção da APEOC, encerrando os 15 anos da gestão do professor Brillhante.

1986, ano da eleição na APEOC, três chapas se inscreveram: chapa 1-Educação e Mudança formada por membros da então diretoria, tendo a frente os professores: Fausto Arruda, Cleber Correia e Jaime Alencar. Chapa 2-Construindo uma APEOC Democrática e Combativa - Oposição Pra Valer com as professoras Rosa Fonseca, Ivanize Magalhães e Fátima Mesquita. Chapa 3 - tendo à frente o professor Newton se denominava apartidária e independente das outras chapas (FONSECA, 1991).

No embate, venceu a chapa 1, com 4.422, obtendo a maioria dos votos de vários municípios. A chapa 2, com 2.741 venceu em Fortaleza e em mais de oito municípios e a chapa 3 com 349 votos. Na análise da chapa 2, o processo eleitoral foi repleto de irregularidades, muitas delas referendadas pelo próprio Estatuto da entidade⁶⁴. Outro elemento da campanha foi a disseminação, pela direção da APEOC, de uma vinculação entre a chapa 2 e a prefeita de Fortaleza, estampando em seus jornais matérias afirmando que a Oposição queria transformar a APEOC em aparelho do PT, explorando o caráter conservador da categoria, como observa Fonseca,

Uma parcela significativa do magistério tinha, como ainda hoje, uma vinculação muito forte com os políticos tradicionais exatamente por ter tido acesso à profissão, não através de concurso público, mas pelo método do clientelismo e do compadrio; e pior do que isso, até recentemente sem nenhuma garantia trabalhista, já que fazia parte do famoso quadro provisório, o que juntamente com a carga ideológica tem sido responsável pelo não desenvolvimento de uma consciência de classe e consequentemente pelo comprometimento com os esquemas políticos das classes dominantes (1991, p.55).

Analisando o evento de posse da Diretoria eleita, convidados e o material⁶⁵ divulgado pela APEOC, Fonseca evidencia a vinculação política que a nova gestão tinha com os

⁶⁴Entre as irregularidades denunciadas após o processo eleitoral consta que a chapa 2 não tinha nenhum representante na comissão eleitoral; na véspera da eleição, os professores de vários municípios foram compulsoriamente transformados em sócios, sendo usadas as próprias folhas de pagamento das prefeituras como lista de votação; havia três cédulas de votação, ocorrendo que em alguns municípios o professor era solicitado a devolver a cédula das chapas 2 e 3 (FONSECA, 1991, p. 53-54).

⁶⁵ Os convidados à posse foram Irapuan Aguiar, Maria Dias, Castelo de Castro, que eram ligados ao governo estadual. Fonseca expõe a contradição da APEOC uma vez que fez severas críticas quando Lula participou do

Governos estadual e federal. A direção manifestava aberto apoio às medidas tomadas por José Sarney pelo Decreto Lei nº. 2.283 de fevereiro de 1986⁶⁶.

Ainda no referido jornal, constava uma matéria sobre a ida de uma delegação da APEOC à CONCLAT de 21 e 22 de março na Praia Grande, momento em que foi criada a CGT. Nesse momento, a sigla CONCLAT foi substituída por CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores, tendo como presidente Joaquim dos Santos Andrade.

Como destaca Fonseca, a conjuntura política marcada pela vitória da chapa de Fausto na direção da APEOC, significa a continuidade do caráter conservador e oportunista do movimento sindical docente deste setor, no contexto da eleição de Maria Luiza Fontenele, candidatura que, segundo Fonseca, “comprometida teórica e praticamente com a perspectiva de transformação radical da sociedade capitalista”, significaria mudanças profundas no cenário político do Estado, particularmente no movimento sindical dos professores. (1991, p. 57).

Formaram-se, então, alianças entre partidos (PDS, PFL, PMDB, PC do B, MR-8) cuja influência no movimento popular e sindical, parlamento municipal e imprensa fez com que se estendesse para o conjunto da sociedade “uma oposição ferrenha, persistente, radicalizada e em alguns momentos até violenta⁶⁷, à Administração Popular, seja no sentido de boicotá-la, seja de tentar cassar o mandato da prefeita e no final levá-la a renunciar.”

Os fatos mostraram que as análises de Fonseca, particularmente no que diz respeito ao movimento sindical, iriam se confirmar em virtude do quadro em que se encontrava a Prefeitura sob a gestão de Maria Luiza, cujo perfil é por ela caracterizado:

lançamento da chapa de oposição da qual fazia parte. O material trazia como manchete: “Medidas Econômicas têm o apoio dos Professores” (1991, p. 57).

⁶⁶ “No dia 28 de fevereiro, o governo decreta o Plano Cruzado. Sua medida mais importante foi o congelamento de preços e salários, que deveria ser a base da estabilidade econômica. Entre várias outras medidas, estava a reforma monetária que substituiu o cruzeiro por uma nova moeda: o cruzado. Outra medida de impacto foi a instituição do “gatilho salarial” que asseguraria um reajuste salarial quando a inflação atingisse 20%. Também foi congelado o valor dos aluguéis. O presidente conclamou as donas de casa para serem “fiscais do Sarney”, criando um falso clima de controle de preços e participação popular. Imediatamente a CUT, o PT e Leonel Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro (PDT) denunciam o Plano como um plano eleitoreiro” (GIANNOTTI, 2007, p. 251, 252).

⁶⁷ Fonseca (1991, p. 59, 60) relata que, pelo apoio da direção da APEOC aos Governos federal e estadual e oposição incondicional ao Governo municipal, qualquer manifestação dirigida aos Governos federal e estadual “era denunciado como “peleguismo”, “atrelamento” e nas assembleias, reuniões etc., impediam as lideranças da oposição de falar e até a Prefeita, puxando vaias, cortando som, ridicularizando, chegando ao ponto de, em alguns momentos mais radicalizados, até puxarem os cabelos da Prefeita. Quebravam mesas, portas etc. , seja na Secretaria de Educação do Município, seja no próprio Paço Municipal, [...] quando as formas de luta por eles dirigida passaram a por em risco a integridade física dos integrantes da APF, com sequestro de Secretários e agressões físicas à Prefeita e esta se apoiou no movimento popular organizado para lhe dar sustentação, passaram a disseminar na categoria a ideia de que “favelados” armados espancaram professores sob o comando da Oposição”.

Fortaleza se adiantou ao seu tempo na história. Beneficiando-se da divisão entre frações das classes dominantes que apoiavam dois candidatos – Paes de Andrade e Lúcio Alcântara – e do acúmulo do movimento popular fruto do combate à ditadura militar e a “Nova República”, elegeu-se, pela primeira vez no Brasil, uma pessoa comprometida teórica e praticamente com a perspectiva de transformação radical da sociedade capitalista além de tudo, mulher. E que antes, na tendência popular do PMDB e depois no PT, vinha se posicionando claramente em oposição, não só ao governo do Estado e ao governo Sarney, mas a própria farsa da “Nova República”. Esse quadro, aliado à falta de experiência administrativa, às diversas experiências existentes entre as próprias forças políticas que participaram da campanha e inicialmente lhe deram sustentação, bem como a situação caótica da Prefeitura (10.000 funcionários contratados só na gestão anterior, funcionalismo com salários 4 meses atrasados, caos administrativo, volume de dívidas, aparelhagem sucateada, etc.), impôs profundos limites ao desenvolvimento do que veio a se chamar “Administração Popular de Fortaleza” (APF) (1991, p. 58).

Nesse contexto, Fonseca (1991) assegura que a direção da APEOC representou um elemento de destaque nas investidas contra a administração de Maria Luiza. Como base de “apoio do governo Sarney e governo estadual, particularmente após a eleição do empresário Tasso Jereissati, traficando no seio dos trabalhadores a política e a ideologia dominante”. Fonseca ressalva que a Oposição à direção da APEOC que se conformou no agrupamento em torno da chapa 2 que concorrera às eleições, se portava de outra forma.

Apesar de conter divergências, bem como ASSECE e ASOECE tinham alguns pontos em comum: a compreensão de que embora a Prefeitura fizesse parte do aparelho de estado – no caso, burguês o que implicaria em manter a autonomia sindical, nesse momento era dirigida por alguém efetivamente aliado, do ponto de vista de classe, com o projeto imediato e histórico dos trabalhadores e que isso trazia implicações do ponto de vista dos objetivos e formas de luta.

E diante da posição da Administração de abertura total ao diálogo, de expor de forma cristalina a prestação de contas, de arrecadação e despesas e de solicitar da categoria e da população em geral o apoio para seus pleitos junto ao governo federal e estadual, considerava legítimo e politicamente correto chamar a categoria à luta dirigida diretamente ao governo federal e estadual, à Câmara de Vereadores e até ao empresariado, no sentido de liberação de recursos, rolagem de dívidas, aprovação de projetos que viriam beneficiar diretamente a categoria e a população de maneira geral (1991, p. 58)

No plano da organização da categoria, o nível da divergência fez com que o movimento começasse a ser dividido. A causa desse fenômeno, segundo a autora citada, reside no fato de a direção da APEOC, notando que as conquistas dos professores municipais da capital relativas aos professores vinculados à Secretaria de Educação do Estado eram maiores passaram a evitar assembleias unificadas, chegando, inclusive, a proibir a entrada dos professores da capital nas assembleias dos professores da rede estadual e vice-versa. (p. 58).

Podemos destacar que tal divisão, crise que se instalou no movimento sindical docente do Ceará, nesta época, guardadas as devidas proporções, entre a Oposição e direção da

APEOC, materializava a luta política local, na incansável pressão, por parte da direção da APEOC, exclusivamente à Prefeitura de Fortaleza.

Do lado da professora Rosa Fonseca e demais docentes que compunham seu grupo, apesar da intensa vinculação com a categoria e lutas travadas em defesa da escola pública, também viviam a contradição e o dilema entre o atendimento das reivindicações da categoria, às limitações orçamentárias do Município com a identificação política e apoio incondicional ao governo de Maria Luiza.

Esses fatos são fenômenos recorrentes no movimento sindical, ou seja, a dificuldade de realização da ação sindical desatrelada de governos, sejam quais forem suas definições. A luta pelas reivindicações deve constituir o fator de unidade da categoria pois esta é plural, agrega sujeitos das mais diversas concepções políticas, partidárias ou independentes e que, portanto, devem ser levados em consideração.

Em junho de 1986, os professores realizaram greves pela conquista do piso salarial, luta que teve como resposta o envio, pela prefeita Maria Luiza, à Câmara de Vereadores, de mensagem regulamentando o piso salarial da categoria, medida que por força da greve dos professores foi seguida pelo governador Gonzaga Mota, enviando à Assembleia Legislativa a mesma mensagem.

A conquista do piso salarial comemorada pela categoria enfrentou grave impasse, na medida em que foi respeitado pela Prefeitura de Fortaleza (Maria Luiza) por apenas três meses, enquanto que o Governo estadual (Tasso Jereissati), arguindo sua inconstitucionalidade, nunca chegou a efetivá-lo.

A disputa eleitoral para o governo do Estado do Ceará em 1986 elegeu Tasso Jereissati/PMDB para um mandato entre os anos de 1987 a 1989. A vitória eleitoral, na análise de Fonseca, deveu-se aos

Segmentos de intelectuais, artistas, religiosos ditos progressistas que ou acreditaram nas “mudanças” de Tasso, ou não vendo chances do candidato da coligação popular, Pe. Haroldo Coelho (PT/PSB) recorreram ao voto útil em Tasso Jereissati para “derrotar os coronéis” [...] setores expressivos do magistério público apoiaram essa candidatura, entre outros motivos pelo compromisso solene que assumira em carta de próprio punho de garantir o piso salarial conquistado no governo Gonzaga Mota e de respeitar o estatuto do magistério; pelos problemas que a administração Popular vinha enfrentando e pelo apoio ostensivo dado pela diretoria da APEOC a essa candidatura (1991, p. 63).

A vitória de Tasso Jereissati se deu, principalmente, com base no apoio político do grupo empresarial representado pelo Centro Industrial do Ceará (CIC) e pela frente formada

pelo PMDB e partidos de esquerda, denominado Movimento Pró - Mudança (PC do B, PCB, MR-8, PSB e PDC), aliança forjada entre a burguesia local e os comunistas, com a promessa de criar um Ceará moderno, de ruptura com as práticas clientelista dos ditos coronéis. Na análise de Bezerra,

A chapa do PMDB expressava no Ceará o movimento de ruptura controlada que a burguesia liberal operava face à Ditadura, cavalgando esta condição numa campanha que explorou profundamente o compromisso com a democracia encarnado pelo PMDB e identificado com as ações políticas que o grupo do CIC encampara, utilizando-se, ainda mais profundamente, da oposição entre o velho e o novo, discurso facilitado pela situação falimentar em que se encontrava o Estado e seus serviços mercê da política de endividamento tornado doutrina por Virgílio Távora [...] e pelo uso clientelista da máquina que chegou a níveis insuportáveis nos estertores do domínio coronelístico (1996, p. 40)⁶⁸.

O movimento organizado dos professores havia ainda no governo de Gonzaga Mota (PDS) mediante a realização de uma longa greve, conquistado a garantia do piso salarial em lei para todos os professores. Tasso Jereissati (*apud* Bezerra, 1996, p.113) candidato ao Governo do Estado, na sua campanha eleitoral encaminhou carta aos professores, nos seguintes termos:

Fortaleza, 30 de setembro de 1986

*AO
MAGISTÉRIO CEARENSE*

Professor,

VOCÊ SABE QUE:

- a) O Estado do Ceará detém o recorde do analfabetismo em todo o Brasil, atingindo 55% de sua população;*
- b) Este fato escandaloso foi revelado pelo TRE ao relatar que 49% dos eleitores do Estado são analfabetos;*
- c) De cada mil crianças que entram no ensino de Primeiro Grau, somente 100 concluem a oitava série;*
- d) Daqueles que ingressam no Segundo Grau, apenas 1% atinge a Universidade.*

A Escola Pública está doente, desvalorizada, aniquilada. Você, educador, tem mais do que eu, consciência de que a mudança social passa obrigatoriamente pelo ensino. A minha preocupação intensa, forte, é a do compromisso com a Educação. Meu Governo tem uma proposta de transformação na área educacional do Ceará. Sei, porém, que sem você, professor, por melhor que seja a intenção e a disposição do meu governo em mudar, nada será alcançado. Esta só ocorrerá se for outra a visão da Escola.

SÃO COMPROMISSOS MEUS:

⁶⁸ Para uma análise do primeiro governo de Tasso Jereissati, ver Bezerra (1996).

1. *Combater o analfabetismo, através da mobilização de todas as formas vivas da sociedade cearense;*
2. *Proporcionar educação gratuita para todos;*
3. *Oferecer, com base na experiência de vida de homem, os meios tais como: saúde, alimentação e trabalho com vistas ao desenvolvimento, a participação sócio-cultural e, conseqüentemente, a sua realização e integração na comunidade;*
4. *Valorizar o professor, mantendo as conquistas da classe: Cumprimento do Estatuto do Magistério, permanência do piso salarial, regularidade no pagamento do salário;*
5. *Resgatar a credibilidade da Escola Pública, promovendo reciclagem didático-pedagógica, organização descentralizada e efetiva participação da comunidade.*

Cabe a você, caro mestre, optar por esta MUDANÇA.

Tasso Jereissati

Na carta, reconheceu o Candidato, tornado governador, que a escola pública estava doente, desvalorizada, aniquilada, e com base no compromisso de processar profundas transformações no cenário educacional no Estado, apelava aos educadores para o engajamento nas profundas mudanças que afirmava desejar empreender.

Significativa parcela dos trabalhadores em educação (apesar das intensas lutas travadas no governo anterior, que lhe renderam a conquista da lei do piso salarial) apostou na coligação de partidos que se aliaram para eleger Tasso governador e nas promessas da famosa carta que iam ao encontro das mais sentidas aspirações da categoria (formação, universalização do ensino e valorização profissional, garantia do piso).

Ademais, o apoio explícito da direção da APEOC, alimentando as ilusões da categoria quanto à garantia do piso, interferiu na eleição de Tasso Jereissati, particularmente junto aos professores da rede estadual.

Logo após a posse do governador Tasso Jereissati, no entanto, os professores da rede estadual tiveram que assistir indignados a mais um calote eleitoral. As promessas de campanha de Tasso Jereissati se transformaram, tão logo assumiu o Governo, em ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade do piso salarial. Ao mesmo tempo, os professores da rede municipal, diante do estado falimentar da Prefeitura de Fortaleza, amargavam a negação do piso.

A negação do piso pelo Governo estadual somou-se a outras medidas tais como: desregulamentação das eleições diretas para diretor de escolas; beneficiamento dos empresários do ensino mediante a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada por meio da compra de bolsas, emissão de decretos proibindo a readaptação de função pelos professores, retirada da gratificação pela regência de classe, além da retirada da gratificação

do nível universitário e desconto de faltas, sem respeito ao direito à recuperação contida no Estatuto do Magistério.

Esses ataques aos direitos dos professores fizeram com que a categoria chegasse ao seu ápice de indignação, quando, sob a alegação de ‘excesso de pessoal’ na educação, foi reduzida abruptamente a metade da carga horária de cerca de dez mil professores no momento em que a própria Secretaria apontava a necessidade de contratação de mais seis mil docentes. Esse processo, numa outra percepção é justificado política e ideologicamente como “o preço de arrumar a casa” (VIEIRA, 2002, p. 345).

Na mobilização desse período, para que o leitor possa dimensionar quem na realidade *pagou o preço*, basta conferir a violência do ataque aos professores, na medida em que comprometeu a sobrevivência de milhares de trabalhadores e até ao desespero fatal, como foi o caso do professor Albi Ramalho (*in memoriam*).

O professor Albi Ramalho, do Colégio Otávio de Farias, ao panfletar na Rodoviária de Fortaleza uma nota do Comando Geral dos Educadores da Rede Oficial, denunciando as medidas de Tasso Jereissati, que tinham reduzido sua carga horária e salário em 50%, foi chamado de *vagabundo*. Aqui evidenciamos, na prática, o “*caráter regressivo da hegemonia neoliberal*” assinalado por Armando Boito Junior, que retratamos no primeiro capítulo, quando a própria população vítima das políticas governamentais se expressa hostil às reivindicações legítimas dos trabalhadores do setor público.

Esse episódio provocou tamanha indignação, levando o professor a enfartar naquele mesmo local, vindo a falecer. Quando as outras comissões tomaram conhecimento, se dirigiram ao Hospital Antônio Prudente⁶⁹. Chegando lá, já encontraram o professor, sem vida, estendido na pedra fria do hospital, ficando lá por um bom tempo em virtude da exigência de pagamento do atendimento realizado como condição para liberar seu corpo, dinheiro de que a família do professor, por questões óbvias, não dispunha.

⁶⁹ Por ter estado presente a esse momento de mobilização, somos tomadas por forte emoção cada vez que o fato é lembrado. Condicionamos a esse episódio, aliado à indignação pelo ataque brutal de corte de 50% da carga horária da qual também fomos vítima a decisão extremada que tomamos ao entrar numa greve de fome por sete dias da qual saímos muito debilitada. Os professores em greve ficaram acampados por sete dias no pátio da Assembleia Legislativa, enquanto durou a greve de fome. O movimento contou com o apoio de vários setores da sociedade; dois deles merecem destaque. O primeiro foi a visita de Paulo Freire que, estando na cidade para receber a medalha Frei Tito de Alencar, visitou o acampamento e, indignado com a situação da escola pública e o desrespeito com os educadores cearenses, recusou o convite para assessorar a Secretaria de Educação do Estado para a qual havia sido convidado. O segundo foi a intermediação de Dom Aluisio, garantindo a abertura de negociação com o Governo. Passada a experiência, não tomaríamos mais tal atitude por discordarmos desse método de resistência. Consideramos que os trabalhadores devem se manter fortes e vivos para enfrentar os poderes dominantes instituídos.

Tais medidas adotadas pelo ‘Governo das Mudanças’ provocaram, além da morte de um professor reconhecidamente de luta, a indignação, desespero, revolta dos profissionais da educação e pais de alunos pelo caos e a desintegração que tomou conta da educação pública no Ceará.

Em resposta aos ataques do Governo estadual foi lançada a campanha pela reintegração da carga horária dos professores e pelo piso salarial com a palavra de ordem CADÊ O PISO? ⁷⁰ Esse movimento realizou manifestações de repúdio de radicalidade como uma greve de fome de sete dias realizada por companheiros acampados nos jardins da Assembleia Legislativa.

Ademais, a categoria ainda tinha que superar o obstáculo da direção da APEOC que mantinha aberta identificação e adesão política ao governo Tasso Jereissati, o qual, após sua eleição, tomou como uma de suas primeiras medidas integrar Fausto Arruda, Presidente da APEOC, como assessor de assuntos sindicais e trabalhistas.

A categoria, diante de um governo que violou sua reivindicação vital e ainda apostou na cooptação da direção da sua entidade, que pela sua natureza deveria defendê-la, observa que esta faz o inverso: integra-se ao Governo que ataca as reivindicações da classe que deveria defender.

Esse é outro dilema que vive o movimento sindical, como vimos no primeiro capítulo, de patente intensificação no momento atual, haja vista a crescente participação de sindicalistas nos postos de governo. O caso de Marinho, ex-presidente da CUT que integra o governo Lula, é apenas um exemplo dessa tendência que se espraia no movimento sindical. No plano estadual e municipal, importantes lideranças cutistas integram o governo de Cid Gomes (PSB/PT) e Luizianne Lins (PT). Em matéria do jornal *O Povo* por ocasião da greve dos trabalhadores em educação da rede estadual, de Fortaleza e de várias categorias municipais em 2009, a complexidade dessa questão é notícia:

Ex-companheiros em rota de colisão [...] A ascensão da esquerda ao poder na capital e no Estado, com forte presença de ex-sindicalistas em cargos públicos, não abrandou as cobranças do funcionalismo nos últimos anos. Pelo contrário, com inúmeras greves que dão o tom da forte tensão.[...] A categoria de professores é uma das que têm tido mais embates com os governos [...] O SINDIUTE, um dos que lideram a greve dos professores, é um dos sindicatos que mais enfrentam a Prefeitura (O POVO. Fortaleza, 5 de julho de 2009, p. 17-20).

⁷⁰ O eixo da campanha CADÊ O PISSO? era escrito com o ‘s’ duplicado em verde e amarelo, tinha o objetivo de fazer alusão e ironizar com o ‘s’ duplicado e também em verde e amarelo do nome Tasso usado em sua campanha eleitoral. A categoria tomou conhecimento de que os diretores da APEOC, pelo apoio que deviam ao Governo estadual, não aderiram a essa forma da campanha.

Voltemos à conjuntura no Ceará no fim da década de 1980, que fez com que a categoria atendesse à convocação da Oposição Sindical, desenvolvendo um movimento de pressão em direção à APEOC, vindo a reboque, com todas as manobras costumeiras, sobretudo para não perder o posto, cuja finalidade era barrar o avanço da categoria.

Apesar de ser recorrente nas análises da categoria, baseada nos desfechos das campanhas salariais, a noção de que a *participação* da direção da APEOC constituía a maior insegurança, avaliando que esta estava sempre à espreita, para a qualquer momento desmontar a mobilização, é também fato que os trabalhadores preferem encarar a luta com o instrumental proporcionado pela organização que mantêm como ponto de apoio material, político e jurídico.

A resposta ao ataque do governo Tasso Ribeiro Jereissati veio em forma de atos,⁷¹ greves, acampamento na Assembleia Legislativa e intervenções judiciais, chegando à greve de fome, movimentos que pela pressão que exerceram, influenciaram no pedido de demissão do então Secretário de Educação, Prof. Paulo Elpídio de Meneses Neto,⁷² e o desgaste da imagem do Governo.

O resultado desse processo conseguiu reintegrar, após três anos de luta, a carga horária retirada dos professores, revertendo uma das medidas do Governo, que impunha grandes perdas à categoria, ao mesmo tempo em que desvelava, de forma contundente, o caráter regressivo e perverso da política de Tasso Jereissati e sua secretária de educação - Nildes Alencar⁷³. Quanto ao piso salarial, foi continuamente negado tanto pelo Governo estadual quanto pelo municipal.

⁷¹ Uma das primeiras intervenções contra os ataques do governo ocorreu logo no início do governo de Tasso Jereissati. Esse fato será narrado com base em Fonseca (1991) acompanhado da nossa memória, que foi parte integrante desse processo. Tudo começou com a divulgação de uma audiência que a diretoria da APEOC teve com o Governador. Na referida audiência, teria sido proposto reajuste entre 20 e 25% e o pagamento do piso com base no salário referência, com a condição de retirada da gratificação de regência de classe. A direção da APEOC veio com a posição de aceitar a proposta ou entrar na justiça pelo piso e como forma de deliberação sobre a referida proposta, propôs reunião por escola com assinatura de adesão ou não. A indignação tomou conta da categoria que, em resposta, organizou uma manifestação no Centro Administrativo, popularizado pela categoria como Cambéba, para o dia 14 de outubro, data que tinha um significado por ser o dia anterior ao Dia do Professor. O Governo estava esperando os professores, no entanto, não para negociar, mas para reprimir com bomba de gás, policiais fortemente armados, os quais não se intimidaram em agredir os professores com violenta repressão. O ato foi amplamente noticiado, de um lado recriminando o governador pela repressão, do outro responsabilizando a Prefeitura por ter apoiado política e materialmente a manifestação.

⁷² Analisando o primeiro mandato de Tasso Jereissati, afirma Bezerra (1996, p. 165): “A saída de Paulo Elpídio foi dramática e emblemática. A começar pelo fato de que ele entregou sua carta de demissão ao empresário do CIC, Beni Veras, que não ocupava cargo no governo, em horário comercial, num canteiro de obras. Paulo Elpídio justificou seu ato assim, em mesa redonda publicada em O POVO de 29 de abril de 1988”.

⁷³ Nildes Alencar substituiu Paulo Elpídio na Secretaria de Educação e deu seguimento às políticas determinadas pelo governador Tasso Jereissati.

A atuação do movimento dos professores neste clima e contexto torna clara a contradição entre as reivindicações e necessidades da educação e a política privatista, de negação e retirada de direitos pelo Estado brasileiro em fase do *ajuste* neoliberal, dos governos cearenses, numa política que se apresentou em consonância com os imperativos da burguesia local, nacional e internacional.

O movimento de pressão, por meio de greves, atos públicos, combate pela manutenção e ampliação dos direitos da categoria com o objetivo de tornar essa contradição uma *fratura exposta* à política do governo, nos ajuda a compreender as dificuldades que se ampliaram após esses ataques sofridos pelos trabalhadores em educação do Ceará.

Ademais, esses ataques se estenderam à própria organização docente, no plano da sua organização sindical, quando o próprio núcleo que comandava o aparelho sindical se integrava e apoiava o governo, constituindo-se instrumento desagregador da classe que deveria defender. Esse movimento permeou todo o mandato de Tasso Jereissati e os governos subsequentes.

Considerando essa conjuntura e as divergências entre a Oposição e a direção da APEOC, já se vislumbram as condições desfavoráveis para se travar o debate que começava a ocupar os espaços da discussão da categoria em todos os Estados brasileiros, qual seja, unificar todos os segmentos da escola e suas associações (professores, orientadores, supervisores e funcionários de escola) em torno de um só sindicato.

2.2 Do MUDE ao SINDIUTE: avanços e recuos na busca da luta unificada

Os acontecimentos no Centro Administrativo do Governo do Estado, em 14 de outubro de 1987, com grande repercussão na imprensa registrou uma das maiores manifestações de repressão policial aos professores por parte do governo Tasso Jereissati.

A APEOC, naquele momento, estava sendo dirigida pelo professor Cleber Correia, em função do afastamento de Fausto Arruda para assumir cargo de Assessor Sindical de Tasso Jereissati. As duas associações, de supervisores e orientadores, que, em 1983, unificando com a direção da APEOC, tinham assumido posição defensiva encerrando a greve à revelia da categoria, faziam neste momento outra avaliação. Aproximando-se das posições dos professores que faziam oposição à direção da APEOC, decidiram realizar uma reunião de avaliação dos últimos acontecimentos no Auditório José Albano, da UFC.

Nesse encontro, avaliou-se a ideia de que as reivindicações⁷⁴ da categoria estavam em primeiro lugar, que a direção da APEOC, pelo seu atrelamento ao Governo estadual, já tinha dado provas de que não levaria essa luta adiante. Concluiu-se sobre a necessidade de intensificar a pressão junto a essa diretoria para que os trabalhadores em educação do Ceará pudessem impor suas reivindicações com maior força contra as políticas dos Governos e ao mesmo tempo caminhasse ao encontro do movimento de unificação que acontecia no plano nacional.

Desse encontro editou-se um boletim e iniciou-se um movimento conjunto dos orientadores, supervisores e professores de educação física com o setor de professores que faziam oposição à direção da APEOC com a denominação Movimento de Unificação e Defesa dos Educadores (MUDE).

Esse movimento expressava-se na perspectiva de atuar por dentro e por fora da APEOC, ao mesmo tempo em que reforçava as atividades convocadas pela direção da APEOC, por serem limitadas e escassas; não se limitava a elas, realizando atividades de forma independente.

Com o MUDE, surgiu o embrião da tentativa de unificação no Ceará. Nele se iniciaram as primeiras discussões sobre a unificação de todas as demais entidades em um só sindicato, tema central do debate no plano nacional. Essa estratégia, no entanto, em organizar-se no MUDE foi explorada de forma negativa pela imprensa⁷⁵ e pela direção da APEOC que, comprometida com o Governo, na contramão do processo de unidade da categoria, desqualificava o debate, disseminando a ideia de que se tratava de pura disputa pelo controle do aparelho sindical.

A recusa de mobilização conjunta por parte da direção da APEOC e o não-reconhecimento das demais entidades, impunha ao MUDE realizar reuniões, encontros. Embora tenha sido de fundamental importância na organização da categoria, qualificando a militância, sua vanguarda, encontrava limites na falta de recursos financeiros e condições objetivas de organização, o que impedia de alcançar a totalidade da categoria.

Acrescentem-se, ainda, os obstáculos já referidos, o processo de desilusão com a precarização das condições do trabalho docente, o medo decorrente do ataque aos direitos conquistados, a perda e o difícil processo de reconquista da carga horária retirada por Tasso, a

⁷⁴ Entre as reivindicações, constavam como prioridade: piso salarial, efetivação dos professores contratados, aposentadoria aos 25 anos, verbas públicas só para escola pública e ensino público e gratuito.

⁷⁵ O jornal Tribuna do Ceará no dia 28-10-87 publicou o artigo com o título “APEOC e MUDE disputam liderança dos professores” (FONSECA, 1991, p. 72).

pressão exercida pelas direções de escola e o *cansaço* diante dos recorrentes episódios de hostilidade entre a direção da APEOC e oposição vivenciados nas assembleias.

A dispersão causada pela divisão entre as mobilizações do Estado e da Prefeitura, promovida pela APEOC, neste período, decorreu, certamente, da identificação política das posições hegemônicas dos dois segmentos que davam direção política ao movimento, tanto na APEOC como no MUDE. A polarização, de um lado, da direção da APEOC, reforçando as críticas a prefeitura de Fortaleza, do outro, o MUDE, mesmo reconhecendo o esforço dos setores desse agrupamento de realizar atividades unificadas, evidenciava suas críticas fundamentalmente ao Governo estadual.

No dia 20 de outubro de 1987, a APEOC convocou a categoria para avaliar o documento enviado pelo secretário de Educação do Estado, o qual nem chegou a ser avaliado. A direção da APEOC, ciente de que perdera o controle do movimento, proibiu a entrada dos professores municipais⁷⁶ com ajuda do aparato policial, o que ensejou conflito com a oposição. A assembleia terminou corretamente registrado pela imprensa como *pancadaria*.

Então, com os métodos que extrapolavam a convivência sindical, agravaram-se os conflitos em cada atividade em que se deparavam direção da APEOC e oposição. Em diversos momentos, foi solicitada pela oposição a presença de dirigentes da CPB, no sentido de viabilizar a condução e realização das assembleias.

Em 1988, o movimento sindical dos trabalhadores em educação do Ceará assistiu ao recrudescimento da luta no plano nacional sob o governo Sarney, com inúmeras greves, principalmente no setor público, “param, sucessivamente, os trabalhadores das refinarias, das universidades, os eletricitários, os trabalhadores da Vale do Rio Doce e os da Embraer. O governo endurece o jogo [...] reprime e envia novamente o exército para as refinarias” (GIANNOTTI, 2007, p. 255).

No Ceará a categoria assistiu mais divisões. Dessa vez, de natureza diferente e no interior da própria APEOC, que se dividiu entre o grupo da professora Adair de Freitas/Fausto Arruda e o professor Cleber Correia/Jaime Alencar, com denúncias mútuas de desmandos administrativos e de corrupção.⁷⁷

⁷⁶ A imprensa explorava, de forma negativa, os desentendimentos ocorridos nas assembleias, reforçando a personalização do movimento, responsabilizando individualmente a professora Rosa Fonseca pelos acontecimentos. Essa caracterização também interessava à APEOC. Após a assembleia do Liceu, resolveu excluí-la dos quadros da entidade. Rosa recorreu e foi reintegrada dias depois.

⁷⁷ “Com o licenciamento do presidente Fausto para exercer cargo de confiança no governo Tasso, assumiu a presidência Cleber Correia, sendo que o professor Paulo Valmir Santiago era tesoureiro e o prof. Francisco Brilhante assessor da Diretoria, juntamente com outros elementos formavam o grupo de Brilhante. Durante alguns dias estabeleceu-se uma “dualidade de poder” na entidade que se expressou com “notas oficiais” na imprensa assinadas pelas duas “diretorias”; e com conteúdos antagônicos. O jornal O Professor, órgão oficial da

Num movimento inverso às divergências da diretoria da APEOC, as três entidades – ASOECE, ASSECE e APEFC e professores de base – estreitaram os laços e, diante da conjuntura sindical estadual, lançaram uma carta com o objetivo de

Desencadear um amplo movimento que unifique todos os professores comprometidos com as lutas pelas reivindicações do magistério, pela valorização da escola pública e pela credibilidade e moralidade da entidade, independente de divergências políticas e partidárias.

Exigir que a Diretoria da APEOC se afaste dos cargos e que uma comissão eleita em Assembléia para encaminhar, com outras entidades, a campanha salarial, esclarecer as denúncias de corrupção e viabilizar a realização de novas eleições na APEOC (FONSECA, 1991, p. 78).

A direção da APEOC convocou uma assembleia para o dia 19 de fevereiro de 1988. A posição das entidades era de reforçar essa convocatória, avaliando que a APEOC “continuava sendo reconhecida como entidade representativa da categoria”, no entanto era preciso que a condução política do movimento apontasse para a unificação dos professores, supervisores, orientadores, professores de educação física e funcionários de escola do Estado e do Município de Fortaleza, impulsionando ampla e vigorosa mobilização.

Na referida assembleia, foi aprovado o *estado de mobilização* no Município, pelo fato de ter por parte do Governo municipal o reconhecimento da lei do piso, exigindo, portanto, a definição do calendário de atualização e pagamento das diferenças em atraso. No Estado, delibera-se pela *greve* em virtude da negação do governo Tasso Jereissati ao cumprimento da lei e, ainda, arguir a sua inconstitucionalidade.

Ainda nessa assembleia, foi eleito um comando com representantes de cada entidade (APEOC, ASOECE, ASSECE e APEFC) e representantes de base composto pelos professores: Vicente, Barroso, Rosa Fonseca, América, Maria Valdecir Abreu, Papito, Jackson e Paulo Jaimes (FONSECA, 1991, p.79).

A eleição do comando de greve e a adesão da categoria a um processo de mobilização que se estendeu ao longo do ano era justamente a resposta à crise advinda de três elementos combinados – a degeneração do núcleo dirigente da APEOC, mergulhado em denúncias de corrupção de lado a lado, o brutal ataque aos direitos da categoria, a partir das medidas administrativas de Tasso Jereissati, e a crise instalada na administração municipal com os professores amargando quatro meses de salários atrasados.

APEOC, saiu com dois números diferentes sob a responsabilidade das “duas” diretorias uma atacando a outra. As denúncias eram gravíssimas de lado a lado. O jornal “O professor de nº 28 traz um editorial assinado pela profª. Adair Freitas”. Traz outras manchetes: “Toda a verdade: Golpismo não passará”, “A mentira tem fôlego curto”. [...] Essa briga entre as duas facções redundou no afastamento definitivo dos diretores ligados à Diretoria passada, em inquéritos policiais e ações na justiça; até hoje os livros 86/87 estão sob custódia da justiça, um volumoso processo iniciado pelo Professor Cleber” (FONSECA, 1991, p. 76).

Na avaliação de Ferreira, as dificuldades vividas pela administração de Maria Luiza decorriam da natureza limitada do aparelho de Estado, incapaz de atender as reivindicações da categoria, entendimento que não havia sido alcançado pela própria Prefeita, dedução que faz Ferreira com base nas declarações da dirigente do Governo municipal,

Havia na nossa compreensão o fato de que a malversação do recurso e a falta de compromisso dos prefeitos seria a razão maior deles não realizarem o que a população queria. No entanto, ao chegarmos a Prefeitura, nós vimos que não só a honestidade e o compromisso eram suficientes, mas que a própria estrutura dentro do Estado capitalista inviabilizava as propostas maiores que nós desejávamos. Isso ficou evidenciado numa cidade do porte de Fortaleza, a quinta cidade do país, portanto, o exercício do desempenho da prefeita profundamente vinculado ao próprio aparelho do Estado. Nós não tivemos condições de romper decisivamente com essa questão. (1995, p. 66).

A natureza das dificuldades e frustrações registrada na administração de Maria Luiza, em outro aspecto de seu governo, se estendia na tentativa de reformulação curricular na rede municipal de ensino por meio do projeto “Passando a Limpo o Ensino de 1º Grau”, empreendido em 1988 por setores da Universidade Federal do Ceará e Secretaria de Educação do Município (SEM), denominado Plano Operativo, que almejava articular o projeto político-pedagógico da escola aos interesses da classe trabalhadora.

Um trabalho de Menezes (1990) destaca a iniciativa, encampada pela prefeita Maria Luiza e apoiada por um grupo de professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, de discutir, naquele momento, com a comunidade dos educadores municipais um projeto político-pedagógico para as escolas públicas de Fortaleza, de modo a articular aos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, apostando na elaboração de um currículo que proporcionasse aos alunos trabalhadores o acesso ao conhecimento científico historicamente acumulado a partir de uma versão crítica da realidade que lhes permitisse a apreensão de sua condição de classe.

A participação efetiva dos trabalhadores nesse processo mostrou-se problemática, segundo a autora, por motivos de várias naturezas, desde as resistências fruto da insatisfação salarial envolvendo a administração até as que evidenciaram a carência de uma formação teórica, de clareza política para avaliar as possibilidades inscritas na participação que se abria. A constatação da frágil formação teórico-política, da maioria dos professores, dificultava sua participação na discussão sobre o viés ideológico presente nos conteúdos e práticas escolares, levando a equipe a propor a realização de um programa de formação em Economia Política para o conjunto dos educadores municipais como ponto de partida do programa de atividades que envolveria desde cursos voltados para formação contínua em áreas específicas quanto reuniões deliberativas, envolvendo a elaboração de um Plano Operativo para a Educação.

Não obstante ressalte a importância, daquele momento, de articulação entre a Universidade e a rede oficial de ensino, do investimento na formação teórica e política dos educadores, Menezes, avaliando os obstáculos enfrentados e os limites postos pela experiência, defende a ideia de que

[...] a falsa consciência não pode ser modificada apenas com a arma da educação crítica. Não é isto que estamos defendendo ao propormos a continuidade da capacitação que objetiva a formação política dos educadores do município e até do Estado do Ceará. É a formação do educador, que busca a um só tempo educar o educador e as circunstâncias, ou seja, influir para sua consciência de classe e para a alteração das relações de poder, despertá-los para a solidariedade à luta dos demais trabalhadores por uma sociedade mais justa e igualitária. Despertar-lhes a paixão, a utopia, a certeza na organização coletiva. [...] Sem luta não há escolas, não há redefinição cultural a favor dos trabalhadores. [...] que será menos penosa quanto mais organizada a sociedade se fizer (1990, pp. 114, 115, 116).

Concordamos com Menezes, acerca da necessidade de formação política e de organização da classe, o que reafirma a necessidade da atuação sindical. Os sindicatos precisam assumir a tarefa de ser o *locus* privilegiado de educação política dos trabalhadores, ou seja, o sindicato como a “*escola de reflexão e luta*” da categoria.

1988 foi também o ano da promulgação da nova Constituição, representando para a organização sindical a abertura em alguns aspectos da legislação, mantendo velhos impedimentos em outros, o que aprofundou os conflitos e as dificuldades na organização sindical.

Do ponto de vista sindical, com esta nova Constituição, cai a maioria das proibições impostas aos sindicatos. Acaba o Estatuto Padrão, terminam as cassações e intervenções nos sindicatos e os funcionários públicos podem sindicalizar-se. É mantida, porém, a unicidade sindical, o monopólio da representação, o imposto sindical e o poder normativo da Justiça do Trabalho. Esta agora decide quais são as categorias essenciais, que podem ou não podem fazer greve. Ao mesmo tempo muitos direitos são colocados na nova Carta sem, porém, qualquer regulamentação. Essas regulamentações viriam no futuro... em cinco, dez ou vinte anos, ou, quem sabe, no dia de “São Nunca” (GIANNOTTI, 2007, p. 256, 257).

Como bem observa Boito Junior, a Constituição de 1988, apesar de no seu inciso primeiro do seu artigo 8º, afirmar que o Poder Público não pode intervir nem interferir na organização sindical está em flagrante contradição, na medida em que mantém

[...] a necessidade de reconhecimento do sindicato pelo Estado, a unicidade sindical, as contribuições sindicais obrigatórias, a organização sindical por categorias e seu retalhamento por municípios [...] nenhuma corrente sindical nacionalmente representativa lutou de modo consistente pela destruição da estrutura sindical” (1991, p. 73, 74).

No tocante ao direito à sindicalização dos servidores públicos, começaram a surgir movimentos que visaram a converter as associações em sindicatos. Na organização sindical docente, essa proposta já apontava no sentido da unificação das lutas do setor. Estava em

curso o debate sobre unificar todos os segmentos da escola, para, só então, fundar sindicatos únicos de trabalhadores em educação.

Em janeiro de 1989, os trabalhadores em educação se reuniram em seu congresso nacional, organizado pela Confederação dos Professores do Brasil (CPB), entidade filiada à CUT, em 1988 (XXI Congresso) em Brasília⁷⁸ que, naquele momento, congregava o conjunto dos sindicatos e associações de trabalhadores em educação dos estados.

Foi aprovada como uma das principais deliberações desse Congresso a constituição de sindicatos únicos da categoria em todos os Estados, desde um amplo debate com as bases dessas entidades, o que justificou a resolução de mudança de nomenclatura da Confederação que, desde aquele congresso, passou a ser denominada de Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

A mudança de CPB para CNTE tinha duplo significado. O primeiro partia do princípio de que as condições de trabalho e salário dos professores, especialistas e funcionários assemelhavam-se às vividas pelos demais trabalhadores e que, portanto, havia a necessidade da unidade e identidade na luta pelas reivindicações. O segundo apontava para a necessidade de acabar com o fracionamento dos diversos segmentos que trabalham na escola (professores, supervisores, orientadores e funcionários) e que se organizavam em entidades separadas. A proposta unificava todos no sentido de, por sua decisão democrática, organizar-se em um só sindicato com maior força e poder de pressão.

Os trabalhadores em educação do Ceará se fizeram presentes a este Congresso com sua delegação demarcando as posições entre a direção da APEOC e oposição, todos como delegação da APEOC, entidade que, junto à CNTE representava os trabalhadores em educação do Estado.

Foi com base nas resoluções do Congresso Nacional da CNTE que se desenvolveu, a partir de então, a organização dos trabalhadores em educação do Ceará, a exemplo dos demais estados do País. Ocorreu que essa disposição não contava com o apoio da totalidade dos membros da direção da APEOC, que defendia posição diametralmente oposta ao sentimento manifestado pela categoria em suas instâncias de deliberação no plano nacional, estadual e municipal.

^{78cc}A partir do 17º Congresso Nacional da Confederação dos Professores do Brasil, em janeiro de 1984, em Criciúma, Santa Catarina inicia a discussão polêmica [...] sobre a importância da filiação ou não da CPB a CUT. Não havendo maioria cutista, no Congresso de Criciúma, em janeiro de 1984, a discussão prosseguiu em mais quatro Congressos: em 1985, Vitória - Espírito Santo; em 1986, em João Pessoa, na Paraíba; em 1987, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul; e, finalmente, no XXI Congresso Nacional, da CPB, em Brasília, em 1988[...] com o seguinte número de votantes: 1.351 votos pela filiação, 1150 pela não filiação” (MOREIRA, 1990, p. 25).

Para encaminhar a unificação no Ceará, a CNTE compôs uma comissão de três membros⁷⁹ de sua Executiva para coordenar as discussões no Estado, composta pelos professores Francisco Chagas (RN), Milton Canuto (AL) e Rui Aguiar (BH).

Com o acompanhamento efetivo da CNTE, no ano de 1990, foram realizados dois congressos estaduais para discutir a unificação. No percurso desses dois congressos, estabeleceu-se um divisor de posições no interior da própria direção da APEOC. O setor representado por Fausto Arruda recusou, no primeiro momento, a unificação, mas, no começo da década de 1990, diferentemente de Jaime Alencar, rompeu com Tasso Jereissati e atendeu ao chamado da CNTE.

Fausto Arruda e seu grupo se posicionaram favoráveis a unificação. Jaime Alencar, que inclusive integrava os quadros do PSDB, negou-se a participar do processo, o que, entre outros fatores, resultou na ausência da APEOC como direção, no I e II Congressos de Unificação. A APEOC, como representação de base, estava representada por um significativo número de professores, participação delegada em assembleia geral.

Com posição a favor da unificação, a Associação dos Orientadores (ASOECE), Associação dos Supervisores (ASSECE) e a Associação dos Professores de Educação Física (APEFC), que seguiram as deliberações das suas entidades no plano nacional que se integraram a CNTE, no Ceará participaram ativamente da construção, organização e realização dos dois congressos.

O que estava na base dos que defendiam a unificação era a necessidade imposta pela conjuntura política do País, marcada pelas proposições do plano Diretor da Reforma do Estado, elaborado por Bresser Pereira, expressando profunda sintonia com as demandas do Banco Mundial. O arcabouço dessas *reformas*, além da abertura do mercado nacional e do setor de serviços ao capital internacional, impunha a redução da intervenção do Estado no atendimento dos serviços públicos, entre os quais saúde e educação.

Esses elementos constavam nas avaliações realizadas no Congresso da CNTE e nos congressos estaduais, relacionando-os com a crescente desvalorização do trabalhador em educação, o que reforçava a ideia do (no plano sindical) estabelecimento de uma entidade forte na estrutura e na política, plural, e que fosse também capaz de unificar a categoria em torno de suas lutas e reivindicações.

⁷⁹ Esses três professores integrantes eram, respectivamente, Francisco Chagas e Milton Canuto das correntes sindicais CUT pela base, CSD (corrente sindical democrática) ambas com referência partidária no PT, Rui Aguiar, da CSC (Corrente Sindical Classista) com referência partidária no PC do B.

E assim, sob a coordenação da CNTE⁸⁰, foi deliberado no primeiro congresso, tendo em vista a recusa da direção da APEOC⁸¹ em flagrante contradição com a vontade de sua base, expressa por todas as posições do congresso, a fundação do que ficou denominado por SINTECE – Sindicato Unificado dos Trabalhadores em Educação do Ceará.

Apesar da avaliação de que o SINTECE, pelas lutas que impulsionou, tenha significado um importante passo na organização sindical dos trabalhadores em educação rumo à unificação de todos os seus setores, havia também a compreensão de que a recusa da direção da APEOC que detinha o controle burocrático do aparelho sindical era um obstáculo real ao fortalecimento da luta no Estado.

Além de unificar as entidades, sua importância política, existia a preocupação com as bases materiais que concretamente viabilizariam o trabalho de organização sindical em todo o Estado. Ademais, a posição contrária manifestada pela CNTE de não fundar, naquele congresso, o SINTECE, sem a integração da APEOC, somado a outros fatores, influenciou na avaliação de que a unificação não estava concluída, o que exigia, por parte de todos os setores, a necessidade de *insistir* no convencimento deste segmento. Foi daí que se *reiniciou* toda a elaboração do III Congresso, por meio do Fórum Estadual de Unificação.

A CNTE intensificou a discussão, e conseguiu, de certa forma, distensionar a relação entre SINTECE e APEOC do que resulta na adesão do grupo de Fausto Arruda, setor majoritário na composição da direção da APEOC. Começou, então, a preparação ao III Congresso de Unificação. Foram realizados seminários em Fortaleza e em vários municípios⁸², todos discutindo e se posicionando favoráveis à unificação e à fusão orgânica das duas entidades.

A APEOC, naquele momento, continuava dividida entre os que eram contra ou a favor da unificação e mesmo o setor majoritário da sua direção aderindo às discussões do Fórum de Unificação, criado para desenvolver essas discussões, permanecia a resistência do setor ligado ao professor Jaime Alencar.

⁸⁰ A CNTE estava nesse congresso representada pela professora Tereza Leitão. A representante da CNTE manifestou sua preocupação pela ausência da representação da direção da APEOC e ponderou sobre a precipitação da criação do SINTECE.

⁸¹ Nesse período, a direção da APEOC estava dividida entre dois grupos: um representado pelo professor Jaime Alencar, opositor ferrenho da unificação, e o outro pelo professor Fausto Arruda, ligado ao MR-8, e que detinha maioria na direção da entidade. Ademais, havia uma intensa disputa entre esses dois ex-parceiros e que envolvia denúncias de corrupção de ambas as partes.

⁸² No caderno de Resoluções do III Congresso de Unificação, houve o registro de realização desses seminários, destacando os Municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Crateús, Senador Pompeu, Tauá, Limoeiro do Norte, Içó, Quixadá, Tianguá, Russas e Itapipoca.

Essa resistência é o que influenciou a posição de Fausto Arruda, retratada no Caderno de Resoluções do III Congresso (p. 11), de defender e adiar na prática a unificação, ao propor a continuidade das duas entidades SINTECE e APEOC, por mais um ano, realizando as eleições da APEOC, cujo mandato expirava. Essa posição foi rejeitada, partindo da avaliação de que a permanência das duas diretorias seria um retrocesso ao que tinha sido estabelecido até ali e, conseqüentemente, enfraqueceria a luta.

A divisão na direção da APEOC, no entanto, foi até o III Congresso e depois dele, fato que marcou fortemente a organização sindical dos trabalhadores em educação do Ceará com repercussões até os dias atuais.

Naquele momento, havia um entusiasmo que contagiou os trabalhadores em educação e, a partir do consenso, com o setor majoritário da APEOC, posição referendada em congresso dessa entidade e os setores que integravam o SINTECE⁸³, foi possível marcar para os dias 13, 14, e 15 de dezembro de 1991, no Seminário da Prainha, o III Congresso Estadual de Unificação dos Trabalhadores em Educação do Ceará⁸⁴, convocado pela APEOC e SINTECE, acompanhado, organizado e coordenado pela CNTE.

Esse evento sindical pode ser, sem dúvida, considerado um marco na organização dos trabalhadores em educação. Para efeito do nosso trabalho, constitui elemento de muita significância, pois nele constam as resoluções políticas e organizativas⁸⁵ com base em três teses⁸⁶ apresentadas, contemplando, com exceção de Jaime Alencar, todas as tendências organizadas no movimento da educação básica no Ceará.

No III Congresso Estadual de Unificação, em razão de nossas divergências e, às vezes, conflitos e isso devem ser encarados, repetimos, com o amadurecimento político necessário, confrontaram-se 3 (três) teses que expressaram formas de analisar a conjuntura internacional e nacional, as questões educacionais e sindicais e que, dentro dessas respectivas óticas, apresentaram seus planos de luta. As chapas 1 e 3 revelaram as posições no interior do SINTECE e a tese 2, uma das posições no interior da APEOC. Apresentadas ao plenário do Congresso, na manhã do segundo dia, a tese 3 foi eleita a tese guia do Congresso. (Caderno de Resoluções do III Congresso de Unificação, 1991, p.03).

⁸³ O setor da APEOC era constituído pelo grupo de Fausto Arruda, identificado com o MR-8, e Francisco Lopes (Chico Lopes), integrante do PC do B. Do SINTECE, havia o grupo da Professora Rosa, posição majoritária e da professora Gardênia Baima e Zezé Moraes, principais lideranças da corrente *O Trabalho*, tendência interna do PT.

⁸⁴ O Congresso contou com a participação da CNTE e de mais de 500 delegados, representando Fortaleza e demais municípios cearenses.

⁸⁵ No corpo do texto, pontuamos, do Caderno de Resoluções do III Congresso de Unificação dos Trabalhadores em Educação do Ceará, apenas algumas resoluções que consideramos de maior relevância para o nosso objeto de estudo.

⁸⁶ A tese 1 foi assinada e defendida pela professora Rosa Fonseca. A tese 2 por Fausto Arruda e Chico Lopes, expressava posições do MR-8 e PC do B; e a tese 3 por Gardênia Baima e Zezé Moraes, expressando as posições da corrente *O Trabalho*.

Resultaram, deste Congresso, algumas resoluções aprovadas referentes à tese defendida pela professora Rosa da Fonseca, a força majoritária naquele momento. Vejamos o que ela defendia, à época, sobre a importância da organização sindical.

Queremos, em especial, dizer para a categoria que um Sindicato enquanto instrumento de luta terá vida efêmera, se for construído apenas por um grupo de lutadores incansáveis e comprometidos. Um sindicato de luta só terá existência orgânica e política enquanto representante legítimo da categoria [...] se todos não ficarem esperando de braços cruzados, omissos e “escondidos” em nossas escolas e casas pelas conquistas de alguns “renitentes”. Que o rótulo de despolitizados, de analfabetos políticos seja definitivamente destruído no seio da categoria. Companheiros, a gente só se educa politicamente na luta coletiva e solidária, no processo que se dá na prática cotidiana, nos espaços da escola, do sindicato, do partido, aonde a consciência crítica e política vai sendo construída e passa a interferir na realidade. (1991, p. 11).

Conforme já explicitamos, nem todos os ventos sopravam em favor da unificação. Aquela divergência na diretoria da APEOC entre Jaime Alencar e Fausto Arruda, retratada anteriormente, ressurgia naquele momento com toda a força para frear as possibilidades de unificação das entidades pensada ao longo de três anos.

A existência do SINDIUTE e de todo o processo de mobilização, anterior à sua fundação e depois dela, apesar dos embates acirrados na disputa da direção, contribuiu para o fortalecimento da organização dos trabalhadores em educação do Ceará que, em muitos momentos, implementou e continua implementando lutas radicalizadas para ampliar e barrar as constantes tentativas de retirada de direitos pelos governos municipal e estadual.

Na medida em que a pedagogia da luta concreta favorecia, mediante a resistência da categoria, a percepção da contradição entre as reivindicações e necessidades da educação com a política restritiva, privatista, dos Governos federal, estadual e municipal proporcionava, também, aos trabalhadores em educação ter uma visão mais crítica desses governos e da sociedade, na medida em que começavam, de maneira mais sistematizada, a vincular à política governamental do Estado com o funcionamento e a lógica da sociedade capitalista.

Dessa forma, reafirmava, ainda, a importância do trabalho sindical, mesmo se deparando com os seus limites diante do poder do Estado a serviço do modo de produção capitalista. A atuação e a pressão sindical por meio de greves, atos públicos, combate pela manutenção e ampliação dos direitos da categoria tinham esse poder pedagógico de tornar essa contradição uma *fratura exposta*, ajudando, inclusive, no desvelamento, por parte dos trabalhadores em educação, da política adversa aos seus interesses, implementada pelo governo local e seus prepostos, estes membros da sua própria categoria.

No plano jurídico, a unificação deliberada democraticamente no Congresso da categoria, em 18 de dezembro de 1991, dentro das suas prerrogativas estatutárias, foi rompida por uma ação judicial, iniciativa do grupo minoritário da APEOC, sob a direção do professor Jaime Alencar, identificado política e partidariamente com o Governo, à época, Ciro Gomes, e que lhe deu sustentação.

Sucedendo Maria Luiza na prefeitura de Fortaleza, o prefeito Ciro Gomes não completou seu mandato, pois renunciou ao cargo para candidatar-se ao Governo estadual, substituindo Tasso Jereissati, dando segmento à política de seu antecessor.

O governo de Ciro Gomes (1991- 1994), na contramão da vontade dos trabalhadores em educação que, democrática e soberanamente em seu Congresso fundou o SINDIUTE, não concedeu a liberação dos diretores eleitos; recusou o código para desconto sindical em folha, começando daí um verdadeiro festival de violações às liberdades sindicais.

Esse governo obstruiu, por meio da burocracia da Secretaria de Educação, a liberação dos professores que aderiram à unificação a desligarem-se da APEOC, fazendo com que diversos professores precisassem ameaçar de utilizar de recurso jurídico, cerceando, dessa forma, o direito elementar do trabalhador, ou seja, a sua liberdade de filiar-se, desfiliar-se, ou até mesmo não se filiar a sindicato nenhum.

No que diz respeito às reivindicações salariais e educacionais da categoria, o governo adotou a mesma política de negação do piso salarial. No plano educacional, universalizou compulsoriamente o sistema de telensino⁸⁷, o que trouxe prejuízo para os alunos e professores, estes submetidos cotidianamente a situações de constrangimento diante dos alunos, uma vez que tiveram que exercer uma polivalência das disciplinas, para o que não estavam preparados e nem tinham obrigação de estar.

O Plano de Educação do governo Ciro Gomes (1991-1994) “Revolução de uma geração”, tentou o que chamou de “Censo”, afirmando ser objetivo do governo *realizar um diagnóstico do perfil do professor da rede pública estadual*.

⁸⁷ Em sete de março de 1974, no governo César Cals Filho, é implantado em oito municípios cearenses o telensino, modalidade de ensino a distância, que consiste em veicular o conteúdo didático via televisão, o professor com uma nova denominação de Orientador de Aprendizagem, munido de um manual de apoio e caderno de atividades é obrigado a exercer uma polivalência de disciplina para além da sua formação acadêmica e para qual não foi formado. O tempo e o conteúdo são determinados pelo funcionamento centralizado por meio de uma televisão. Em 1993, no governo de Ciro Gomes, esse sistema é universalizado da 5ª a 8ª série na rede estadual pública de ensino, submetendo o conjunto dos professores a intenso constrangimento e a queda vertiginosa no nível de aprendizagem dos alunos. O SINDIUTE organizou diversas manifestações contra a forma compulsória com que esse sistema foi implantado, inclusive com a queima de sucata de aparelhos de TV em praça pública.

Para a categoria, o Censo foi apelidado de *provão* e, de fato, não pretendia avaliar o professor para valorizá-lo. Com base nessa avaliação o SINDIUTE indicou à categoria o boicote ao provão e/ou participar, respondendo de forma a anular o processo.

O governo contra-atacou, retendo os salários dos professores que se negaram a participar de sua ‘valorosa ação’. A categoria, mais uma vez sob a orientação do SINDIUTE, reagiu com ocupação e concentração de mais de três dias na Delegacia Regional de Ensino em Fortaleza, revertendo a sustação do pagamento e retenção dos contracheques.

Com o apoio do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (SINDIUTE), promove-se um boicote branco ao Censo. Os professores comparecem aos locais de sua aplicação, mas um contingente expressivo preenche os quesitos aleatoriamente, sem responder de forma adequada as questões. O receio de uma avaliação de desempenho inconsequente, portanto, inviabiliza o Censo como instrumento de diagnóstico das necessidades de qualificação docente (VIEIRA, 2002, p. 353).

Coelho (1997) *apud* Vieira (2002, p.353) avalia:

Constata-se que o “Provão” foi uma ação inútil, pois não conseguiu avaliar os professores e tampouco contribuiu para a melhoria do ensino e para a valorização do magistério. Na realidade, o lucro dessa ação ficou exclusivamente com a firma contratada para realizá-la. Até mesmo os dividendos políticos para o governo foram negativos; neste sentido, não recebeu apoio da sociedade e ocasionou revolta e descontentamento na categoria de professores. *O sindicato, especialmente o SINDIUTE, foi o grande vencedor neste embate, conseguindo boicotar esta ação, desnecessária e autoritária.* (P.70). Grifo nosso.

Os problemas enfrentados pela categoria com a crescente desvalorização salarial, ainda contavam com a incondicional recusa do grupo do professor Jaime Alencar que, amparado em uma força que não emanava da categoria, tinha a seu favor o governo do Estado e a Legislação Sindical herdada da Era Vargas. Vamos aos fatos.

2.3 A Estrutura Sindical e a APEOC-SINDICATO: a unicidade que divide a classe

A Constituição de 1988, sob a pressão do movimento sindical, particularmente do setor público, que não contava com o direito constitucional de criar sindicatos, afirma em seu Artigo 37, VI, o direito de sindicalização dos servidores públicos.

Se considerarmos que a estrutura sindical, nos marcos da legislação, pressupõe o tripé negociação coletiva, direito à sindicalização e de greve, a nova Constituição limitou-se apenas ao segundo aspecto (direito de sindicalização) e, mesmo assim, evitado de contradições mediante a manutenção da unicidade sindical, do imposto sindical compulsório e do poder normativo do Ministério do Trabalho.

Para compreender o impasse jurídico na organização sindical dos trabalhadores em educação do Ceará, voltemos a 1988, ano em que foi promulgada a referida Constituição. Nela, como já expresso, foi estabelecido o direito à sindicalização dos servidores públicos, no entanto, a Carta Constitucional, promulgada em 5 de outubro de 1988, apresenta em seu artigo 8º uma incongruência. Vejamos o que determina.

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I – a lei não poderá exigir autorização do Estado para fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II – é vedada a organização de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município.

Apesar de o artigo 8º afirmar que “é livre a associação profissional ou sindical”, e em seu inciso I que: “a lei não poderá exigir autorização do Estado”, condiciona ainda no inciso I exigência do “registro no órgão competente”.

O inciso II, do mesmo artigo, mantendo a legislação ‘varguista’, conserva a unicidade sindical, quando proíbe “a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional e econômica, na mesma base territorial”.

Ao mesmo tempo em que o inciso I afirma a “não interferência do Estado”, exige “o registro no órgão competente” e o inciso II mantém a unicidade sindical. A nova legislação sindical nos faz lembrar uma expressão popular: “dar com uma mão o que retira com a outra”.

Observamos que a Constituição de 1988 não incorpora os princípios da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na medida em que, pelo critério da unicidade, reafirma o poder “normativo” da Justiça do Trabalho, contrário ao que afirma a convenção 87 da OIT de liberdade e autonomia sindical.

É também neste momento, no entanto, que o movimento sindical dos trabalhadores em educação nos contextos nacional e estadual está em rico decurso de debate sobre as suas formas de organização. “Enquanto todas as tendências sindicais vinculadas à CUT defendiam a Convenção 87, as correntes vinculadas então à CGT – PC do B e do MR-8, pelegos em geral, etc. defendiam contra”. (FONSECA, 1991, p 89).

No Ceará, o setor que estava agrupado na oposição (PT, PSB e independentes) incorporava a concepção sindical baseada na pluralidade sindical e defesa da Convenção 87 da OIT, enquanto a direção da APEOC (MR-8 e PC do B) defendia a unicidade.

A perspectiva de unificação das entidades estava em aberto processo de definição. Na quase totalidade dos estados, essa unificação aconteceu de forma satisfatória em respeito à vontade soberana dos trabalhadores em suas instâncias de deliberação. A ideia era congrega sob a base da unificação todos os setores que compõem a escola, como recomendava a CPB e depois CNTE⁸⁸.

É importante salientar, no sentido de se dimensionar o caráter conservador e reacionário da direção da APEOC, o fato de que, em outros Estados, mesmo existindo divergências entre os que defendiam a unicidade e os que advogavam a pluralidade sindical, o processo de unificação, em geral, transcorreu sem maiores conflitos. No Ceará, segundo Fonseca,

O direito à sindicalização do funcionalismo público e o critério estabelecido para o reconhecimento legal do sindicato único por categoria numa determinada base territorial (conforme previsão da Constituição) provocou uma corrida dos vários segmentos atuantes no movimento sindical do funcionalismo público para constituir-se enquanto sindicatos e se registrar primeiro, disputando, na maioria das vezes pela cúpula, a base territorial.[...] Aqui no Ceará a repercussão também se fez imediatamente. O MOVA-SE – Movimento de Valorização dos Servidores Estaduais, que articulava associações de várias secretarias do Estado, imediatamente se constituiu enquanto sindicato dos servidores estaduais do Ceará – SINSECE, registrou-se no DRT e solicitou carta sindical ao Ministério do Trabalho. Seus dirigentes procuraram atrair professores e funcionários da educação que discordavam da diretoria da APEOC para se filiar ao SINSECE (1991, p. 89).

A diretoria da APEOC, com Fausto Arruda à frente, correu também para transformá-la em sindicato. O argumento da imprensa⁸⁹ era para solicitar, primeiro do que o SINSECE ou qualquer outro, a carta sindical (FONSECA, 1991).

No Congresso Nacional da CPB, realizado em janeiro de 1988 em Campinas/SP, antes da promulgação da Constituição, delibera-se pelo estabelecimento de sindicatos únicos, congregando todos os segmentos que compõem a escola, dentro dos princípios de respeito e reconhecimento de todas as entidades. Esse congresso, em função da dinâmica dos processos de unificação nos estados, também delibera pela convocação de outro, a ser realizado no prazo de um ano. No Ceará, com a recusa em encaminhar o processo de unificação aliado à filiação da CPB à CUT, recrudescem as divergências entre as entidades e a oposição de professores com a direção da APEOC.

Em janeiro de 1989, instalou-se em Aracaju o XXII Congresso da CPB, que instituiu o Fórum Nacional dos Trabalhadores em Educação e a mudança na referência da entidade, que

⁸⁸ Em janeiro de 1988, em Brasília, a CPB realizou seu XXI Congresso Nacional, momento em que deliberou a sua filiação à CUT e discutiu a unificação de todos os segmentos que compunham a escola em um só sindicato.

⁸⁹ Um mês após a promulgação da CF/88, a APEOC convocou uma assembleia às pressas e, sem discussão, deliberou pela transformação da APEOC/Associação à APEOC/Sindicato. A seguir, analisaremos com detalhes como se deu esse “processo”.

passou a partir desse congresso, formalmente, a denominar-se Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Pela dinâmica de unificação das entidades, deliberou-se pela convocação extraordinária de um Congresso Nacional, em 1990. No XXIII Congresso da CNTE, em 1990, concretizaram-se a unificação das entidades nacionais, a avaliação do processo até ali realizado e as orientações para a organização no plano estadual, anota Fonseca.

Durante o ano de 89 o fórum aparou arestas, superou algumas divergências e preparou o caminho para o Congresso Extraordinário dos Trabalhadores em Educação, realizado em 25 a 28 de janeiro de 1990 em Aracajú (SE). Lá se chegou ao consenso que as Federações Nacionais de Orientadores (FENOE), de Supervisores Educacionais (FENASE), bem como de diretores e funcionários de escolas públicas, seriam incorporadas à CNTE, até o próximo congresso, em janeiro de 91. *Ao final desse prazo a CNTE só reconheceria uma entidade filiada: a que representasse efetivamente o processo de unificação.* (1991 p. 99, 100; grifo nosso).

No Ceará, naquele momento, essas resoluções não atraíram de maneira nenhuma o conjunto da direção da APEOC. A primeira divergência estava no fato de que a APEOC tinha sua filiação à CGT, portanto, a filiação da CNTE à CUT não agradava aos *dirigentes* locais. A segunda questão é que a APEOC não compôs, pelo menos em um primeiro momento e na totalidade da sua direção, o Fórum Estadual de Unificação proposto pela CNTE.

O impasse ia além das profundas divergências da oposição sindical e direção da APEOC. Somava-se o fato de que, com a extinção da FENOE e FENASE, as entidades estaduais desses setores (supervisores e orientadores) estavam sem representatividade local e integravam o grupo da oposição à APEOC.

Segundo os relatos de Fonseca (1991), a direção da APEOC, em plano local, boicotava os encaminhamentos da CNTE e, quando participava das instâncias⁹⁰ da Confederação, afirmava que a APEOC já representava a unificação no Ceará, a partir do momento em que se transformou em sindicato.

Essa posição, alicerçada numa visão antidemocrática e “cupulista” do movimento, era vista pelos supervisores, orientadores e professores de educação física como profundo desrespeito às suas entidades (ASOECE, ASSECE e APEFC).

A afirmação dada ao Conselho de Entidades da CNTE, no entanto, pela direção da APEOC, malgrado sua condição de ‘sindicato’, pelo menos no plano burocrático, não era falácia. Em novembro de 1988, a APEOC transformou-se em sindicato. A transformação da APEOC/ASSOCIAÇÃO em APEOC/SINDICATO, segundo Fonseca, passou ao largo da

⁹⁰ Segundo Fonseca (1991), esses relatos foram dados pelo professor Francisco Chagas, membro da Executiva da CNTE. Atualmente integra o Ministério de Educação do governo Lula.

discussão com a categoria e do debate em curso sobre a unificação das entidades de supervisores, orientadores e professores de educação física.

A proposta defendida pelas demais entidades e o MUDE é de que não se criasse um sindicato naquele momento, mas como um processo. A diretoria de que se criasse imediatamente. Só que na hora da votação eles colocaram em votação 2 (duas) propostas, quem era a favor ou contra o sindicato.

Foi um protesto geral pela manobra. De nada adiantou. As propostas foram colocadas em votação. Dessa forma ninguém podia votar contra porque não era contra. Votar a favor significaria legitimar o encaminhamento cupulista, antidemocrático e exclusivista da diretoria. Foi uma confusão generalizada. Uma parte do pessoal, sem entender direito, votou a favor, poucos contra e a maioria se absteve e se retirou em sinal de protesto.

A votação foi uma obra prima de manobrista, daquele tipo: Quem é a favor? Quem é contra? Aprovado. E pronto. A ata foi lavrada e assim foi criado o “Sindicato dos Servidores Públicos lotados nas Secretarias de Educação e de Cultura dos Municípios do Ceará e nas Secretarias ou Departamentos de Educação e/ou Cultura dos Municípios do Ceará”, que por sinal continuou a se chamar APEOC (FONSECA, p. 90-91).

No relato de Fonseca (1991), o nome da entidade mudou, o que não ocorreu com a sua diretoria e a política, que permaneceram a mesma da APEOC/ASSOCIAÇÃO. Acrescente-se que esse período já evidenciava a cisão entre o grupo de Jaime Alencar e Fausto Arruda, cujos desdobramentos veremos a seguir.

As entidades dos supervisores, orientadores, professores de educação física e a oposição de professores organizada no MUDE, mesmo tendo considerado ilegítimo todo o processo, insistiram e se organizaram para a assembleia que deliberou sobre o Estatuto do novo sindicato.

Esse entendimento motivou as entidades e a oposição de professores a realizar um exaustivo trabalho, elaborando uma proposta de Estatuto, mas “todo esse trabalho foi perdido”. Uma assembleia foi convocada às pressas para aprovar os estatutos, seguindo as mesmas manobras. O desfecho, afirma Fonseca, foi o mesmo e “mais uma vez a oposição se retirou em sinal de protesto e para não legitimar aquela farsa”.

Assim foi aprovado um estatuto que define um sindicato centralizado, vinculando a eleição de todos os representantes municipais à eleição da diretoria, retirando, destarte, a autonomia dos municípios para escolher os representantes para as comissões sindicais. O estatuto não prevê, ainda, a participação paritária das chapas concorrentes na formação da comissão eleitoral, nem o período da proporcionalidade para composição dos cargos (1991, p. 91).

Na avaliação de Fonseca, o processo que transformou a APEOC em sindicato “não representa nada de novo em relação ao novo que vinha se construindo no sindicalismo brasileiro desde o final da década de 70”. A forma como foi criado (e seus estatutos) tinha o objetivo de *prepará-lo* para o processo eleitoral que estava previsto para 25 de fevereiro de 1989 e que objetivava manter a mesma direção (1991, p. 92).

A primeira eleição da APEOC, como sindicato, contou mais uma vez com a tentativa da oposição, desta vez, com maiores dificuldades criadas pela burocracia⁹¹ instituída em seus estatutos. Participaram duas chapas: chapa 1- representada pelos professores: Fausto Arruda, Jaime Alencar e Adair de Freitas e que, segundo Fonseca (1991), expressava o domínio do MR-8 na entidade, pelo fato de terem descartado o seu ex-parceiro, o professor Brillhante.

A chapa 2, de oposição, estava representada, entre outros, pelos professores Consuelo Takaoka (Presidente), Anderson Maia (vice-presidente) e Gardênia Baima (secretária geral). A composição política nesta chapa, de acordo com Fonseca (1991), constava dos setores de O TRABALHO, setores da Articulação Sindical ligados ao PT, o PLP, PDT, PSB, CUT pela base e independentes.

O resultado da eleição⁹² com a derrota da chapa de oposição, em função dos obstáculos ‘intransponíveis’, segundo Fonseca era de que,

[...] a essa altura começaram a surgir questionamentos sobre a validade de continuar insistindo em travar a luta por dentro da APEOC/Sindicato [...] alguns colegas se perguntavam entre si: até que ponto participar das eleições nessas condições, não é legitimar esse processo [...] Na época as lideranças da oposição sindical tinham a opinião que se deveria continuar insistindo. Vários apelos foram feitos à CNTE, relatórios enviados no sentido de contribuir para a solução do impasse (1991, p. 96).

Apesar da conjuntura marcada pelo ataque aos direitos dos trabalhadores em educação e da captura da direção do Sindicato, a categoria continuou pressionando a direção da APEOC; no entanto, esta persistiu na mesma posição, ou seja, transitou no seio da categoria para a qualquer momento desmobilizar e fracionar o movimento. Nesse clima, foi desmontada mais uma greve, em 12 de agosto de 1989.

⁹¹ Fonseca elenca várias razões para justificar a impossibilidade de a oposição conseguir êxito nesse processo, entre os quais destacamos: 1- A obrigatoriedade de representação em todos os municípios do Estado. 2- A realização das eleições no período de férias. 3- Fausto Arruda, amparado pelo estatuto era ao mesmo tempo, Presidente da Entidade, Presidente da Comissão Eleitoral e Presidente da chapa que estava concorrendo. 4- O acesso a relação de sócios só foi conseguido por meio da justiça e ainda assim sem relacionar o servidor ao seu município ou a sua escola. 5- O apoio do governo estadual na capital e interior. 6- Desencadeou campanha caluniosa e aterrorizando os professores sob a alegativa de que o voto na chapa de oposição significaria o retorno da perda de metade da carga horária retirada pelo governo Tasso. 7- O não reconhecimento de mais de 700 filiações feitas pela oposição. 8- Exigência excessiva de documentação somente da chapa de oposição. 9- Dispersão no campo da oposição onde o setor que tinha vindo da ASPEC em função das divergências do PT com a administração de Maria Luiza se afastaram do movimento, enquanto os professores do campo combativo do interior optaram por organizar-se na Associação dos Professores dos Municípios de Ceará - APROMICEE. 10- Os limites impostos à Administração de Maria Luiza. 11- A eleição de Ciro Gomes a Prefeitura de Fortaleza, e sua identificação com os dirigentes da APEOC. 12- A exploração deturpada de que a proposta da chapa de oposição em definir a data base para 1º de maio para unificar a campanha salarial em detrimento da proposta da chapa da direção para fevereiro era para adiar o reajuste da categoria. 13- Atribuir a conquista do retorno das horas retiradas para a direção da APEOC e não fruto da mobilização da categoria. 14- Dificuldades financeiras da chapa de oposição (1991 p. 93-95).

⁹² “A chapa 1 ganhou com 7892 contra 2757 da chapa 2” (FONSECA, 1991, p. 95).

Após uma assembleia na Concha Acústica, com milhares de trabalhadores em educação, a divergência entre o Comando de Greve e a Direção da APEOC consistia na continuidade ou não do movimento.

O Comando defendia a continuidade, em função de não terem avançado nas negociações. Utilizando o recurso de encerrar a assembleia como costumeiramente fazia a direção da APEOC, os ânimos da categoria se acirraram “e a assembleia terminou expulsando o presidente Fausto Arruda do recinto” (FONSECA, 1991). Esse episódio foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação, sendo manchete no dia 13 de agosto de 1989 nos principais jornais da cidade. “*Presidente da APEOC foge para não apanhar*”. (Tribuna do Ceará); “*Fausto enxotado da assembleia*” (O POVO); “*Paralisação completa três dias – Assembleia termina em tumulto*” (Diário do Nordeste) (FONSECA, 1991, p. 98).

O saldo desse episódio foi o encerramento da greve pela APEOC, através dos meios de comunicação, e um processo criminal por parte de Fausto Arruda contra membros da oposição, alegando tentativa de assassinato, entre os quais, as professoras Zezé Moraes⁹³ e Rosa da Fonseca, esta última, inclusive, ausente da referida assembleia.

Dessa forma, no encerramento da assembleia, a diretoria da APEOC anunciou não mais reconhecer o Comando, marcando nova assembleia para o dia 19 de setembro, momento em que seria apresentado o Relatório da Sindicância deliberado em assembleia, em função das denúncias de corrupção no interior da APEOC. O Comando de Greve, logo após ser destituído pela APEOC, organizou, no lado de fora, na praça da Gentilândia, outra assembleia que decidiu: “suspender a greve, destituir a diretoria da APEOC e delegar ao Comando a atribuição de encaminhar todas as questões da categoria”.

E assim a *APEOC destituiu o Comando* e o *Comando destituiu a APEOC* e o ano de 1989, seguiu com um problemático fracionamento em sua organização sindical.

2.4 A construção da unificação: os primeiros congressos

Após esses acontecimentos estabelecendo uma dualidade de representação, as entidades avaliam a necessidade de organizar um congresso que tivesse como pauta a discussão da unificação no Ceará. Era consenso, excluindo a direção da APEOC, a ideia de que a transformação burocrática desta entidade em sindicato não tinha resolvido os problemas organizativos e políticos da categoria. Teria que haver um maior aprofundamento dessa discussão e nesse debate a CNTE deveria ocupar um lugar de destaque.

⁹³Em defesa dos professores, atuou o advogado Marcos Carvalho, à época, Secretário Geral da OAB-CE.

Em virtude da negação da APEOC em encaminhar o processo de unificação, as entidades de supervisores, orientadores, professores de educação física e o comando eleito nas últimas assembleias assumiram a tarefa de organizar o que veio a ser o I Congresso de Unificação do Ceará.

Com o tema – expressando o espírito da unificação – “*Unir para lutar cada vez mais*”, com a participação de 700 delegados, realizou-se em Fortaleza, entre os dias 30, 31 e 1º de abril de 1990, na Faculdade de Direito da UFC, o I Congresso de Unificação do Ceará.

A CNTE esteve presente na pessoa da professora Vilma Gerusa e, em virtude da não-participação da APEOC, “informou que a opinião da CNTE era de que não deveria ser criado um novo sindicato” (FONSECA, 1991, p. 104). Não integrando a posição da CNTE, as duas teses apresentadas, mesmo expressando diferentes análises de conjuntura, unificaram em torno das seguintes resoluções:

1 – Criar o Sindicato Unificado dos Trabalhadores em Educação do Ceará – SINTECE.

2 – Eleger uma diretoria provisória para dar encaminhamento ao processo de estruturação do Sindicato.

3 – Elaborar o Fórum Estadual de Unificação, com a participação de todas as entidades representativas da educação.

4 – Marcar encontros regionais em 14 regiões, correspondentes às delegacias de educação.

5 – Convocar o II Congresso de Unificação, com data indicativa para agosto de 1990, quando serão aprovados os estatutos e consolidado o processo de formação do sindicato.

6 – Promover um processo de desfiliação da APEOC no sentido de retirar dela a prerrogativa de entidade representativa da categoria.

7 – As entidades (ASOECE, ASSECE e APFCE) convocarão os seus associados para deliberar sobre a incorporação ao SINTECE.

8 – A direção provisória será composta de 37 membros da capital e do restante do Estado.

9 – Solicitar a filiação à CUT e à CNTE (FONSECA, 1991, p.104).

Após o I Congresso, a CNTE realizou a reunião do seu Conselho Nacional de Entidades – CNE, que avaliou como problemática a unificação no Ceará. Embora com a adesão das três entidades (ASOECE, ASSECE e APEFC-CE), a recusa da APEOC constitui, nesta avaliação, um obstáculo à plena unificação da categoria, pois esta detinha na sua base os professores, setor responsável pela força maior das mobilizações.

Entre suas resoluções, a CNTE delibera pela formação de uma comissão⁹⁴ para intermediar a discussão, com o objetivo de aproximar o então SINTECE com a APEOC. As discussões ocorreram, mas os avanços foram poucos, persistindo a recusa da APEOC. Seguiu, no entanto, a preparação ao II Congresso, com o tema *Escola Pública, por que acabar esse direito?*

Nos dias 16, 17 e 18 de novembro de 1990, realizou-se o II Congresso de Unificação, mais uma vez com a ausência da APEOC. Elegeu-se, no II Congresso, uma diretoria com mandato de dois anos, prazo para a realização de eleições diretas. Aprovou-se a proposta de estatuto⁹⁵ e foram indicados os delegados ao XXIII Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação. O II Congresso contou com a presença do professor Roberto Felício⁹⁶, então presidente da CNTE.

Logo após o II Congresso do Ceará, o Conselho Nacional de Entidades da CNTE avaliou novo relatório da comissão encarregada de acompanhar o processo de unificação no Ceará e deliberou pelos seguintes encaminhamentos:

- 1 – que a APEOC desenvolva um processo de democratização interna com o acompanhamento da CNTE; que apure imediatamente as irregularidades apontadas na sindicância e apresente à categoria; que encaminhe as deliberações das instâncias da CNTE;
- 2 – que a CNTE instale o Fórum de Unificação, integrando SINTECE e APEOC para viabilizar o processo de unificação.
- 3 – reconhecimento do SINTECE e sua filiação aos quadros da CNTE.

Em 1991, quando a CNTE instalou o Fórum de Unificação no Ceará, a direção da APEOC/SINDICATO, mesmo dividida, começou a atender os apelos da CNTE. O segmento em torno de Fausto Arruda começou a redefinir sua posição, no entanto, as divergências internas entre este e Jaime Alencar pelo controle político da entidade permaneceram sob a base de acusações mútuas de corrupção.

No que se refere à participação no Fórum de Unificação, Fausto Arruda, apesar de ainda tecer críticas à criação do SINTECE⁹⁷, atendeu ao chamado da CNTE, enquanto Jaime Alencar militava de forma contrária.

⁹⁴ A comissão foi composta pelos professores Beatriz (APEOESP) e Rui (APLB).

⁹⁵ Como encaminhamento, o SINTECE registra seus estatutos em cartório e adquire personalidade jurídica.

⁹⁶ Roberto Felício, na época, presidente da CNTE, atualmente é Deputado Federal pelo PT – Partido dos Trabalhadores.

⁹⁷ O Informativo da APEOC/SINDICATO, de dezembro de 1990, traz como manchete: “APEOC É O ÚNICO SINDICATO DA CATEGORIA – Rosa aplica o conto do vigário nos professores e servidores”. Denominando os integrantes do SINTECE como “FORA DA LEI”, o Informativo afirma: “Pela nova Constituição Federal, entidades consideradas “arapucas” como a chamada “SINTECE”, levantada por Rosa Fonseca, estão fora da Lei e devem ser levadas à justiça”.

No Informativo (Ano II –Nº08) de dezembro de 1990, hegemonizado por Fausto Arruda, observa-se a sua mudança de posição. Fausto Arruda, que anteriormente assumira cargo de Assessor Sindical no governo Tasso Jereissati, nesse aspecto, também mudara de posição, agora se colocava em frontal oposição. Ao se referir ao Governo estadual destaca:

O chamado “Governo das Mudanças” tem se vangloriado como sendo um dos poucos Estados brasileiros a pagar seus compromissos em dia, inclusive salários de servidores. Matérias pagas em jornais do Rio e São Paulo destacam que o Ceará vem pagando mês a mês rigorosamente em dia seus servidores [...] o que não está sendo revelado é que os salários dos servidores públicos do Ceará são os mais baixos do Brasil, pois pela Lei do Piso, uma professora com 3º Pedagógico deveria ganhar em janeiro Cr\$ 52.000,00 100 horas e o governo Tasso quer pagar somente Cr\$ 12.000,00. Portanto, este superávit das receitas estaduais é uma vergonha e caracteriza assalto no bolso do servidor [...] um professor com Licenciatura Plena deveria receber Cr\$ 87.500,00 e o Estado quer pagar menos de Cr\$ 20.000,00[...] Este final de governo Tasso caracteriza um dos mais negros períodos da história salarial dos servidores.

A oposição ao governo Tasso não tinha a adesão de Jaime Alencar. No plano nacional, Fausto Arruda, por pertencer ao MR-8 e pelo fato de a representação sindical deste integrar a CGT, naquela conjuntura, se aproximava da CUT nas mobilizações frente ao governo Collor de Melo. Vejamos outro extrato do mesmo Informativo sobre essa questão:

O Presidente da Central Geral dos Trabalhadores- Joaquim dos Santos de Andrade – Joaquinção esteve em Fortaleza nos dias 28,29 e 30 de novembro com o objetivo de divulgar a proposta de “Pacto de Unidade e Ação Contra o arrocho e a recessão” aprovada na Plenária da CUT realizada em São Paulo no dia 17 de novembro. A plataforma [...] inclui a luta pela reposição das perdas salariais, os reajustes mensais de acordo com a inflação, a defesa das estatais estratégicas, reforma agrária, em defesa da reserva de mercado da informática, não pagamento da dívida externa e defesa do Plano de Benefícios da Previdência, aprovado pelo Congresso Nacional e vetado por Collor [...] Para os sindicalistas, se o Presidente Collor vetar a Nova Lei Salarial o Congresso derrubar o veto presidencial. Tanto para Joaquinção como para Meneguelli, Presidente da CUT, o governo brincou com a classe trabalhadora quando ofereceu um abono de 3% e por isso o pacto perdeu a sua razão de existir.

Essa mudança de análise e ação diante da conjuntura nacional e estadual aproxima Fausto Arruda e outros setores do movimento, como o professor Chico Lopes, do PC do B, ao Fórum Estadual de Unificação, ao mesmo tempo em que a disputa no interior da APEOC se intensificava entre o grupo de Jaime Alencar e Fausto Arruda.

O Informativo, já citado, inclui matéria sobre o assassinato do professor e cineasta Eusélio Oliveira⁹⁸, o que nos dá uma noção do grau e do nível de divergências entre os dois ex-parceiros. “Depois que o advogado do assassino, Lindival de Freitas⁹⁹ (ex-advogado de

⁹⁸ Eusélio Oliveira foi assassinado em 1991 por um oficial da Marinha, conhecido como Rufino, quando tentava estacionar seu carro em frente a sua banca de revistas.

⁹⁹ Lindival de Freitas veio a ser por vários anos advogado da APEOC, quando Jaime, por força da justiça, destituiu Fausto e assumiu a Presidência da entidade, e também comandou o processo pelo fechamento do SINDIUTE, como veremos a seguir.

Jaime e sua gangue), disse que o crime foi praticado “em legítima defesa”, os amigos de Eusélio temeram que ele pudesse passar de “vítima para acusado”.

Fausto Arruda, nesse momento, já agitava a bandeira do “Fora Collor”. Assim se posicionava: “antes dele afundar totalmente o nosso país, a primeira solução é o Impeachment”.

Durante o ano de 1991, várias reuniões foram realizadas entre a Comissão da CNTE, SINTECE e APEOC, avançando na proposta de realizar o III Congresso, para, enfim, consolidar a Unificação no Estado. Vale ressaltar que nesse momento Jaime Alencar estava afastado por força de liminar e o comando da entidade estava com Fausto Arruda e seu grupo que aderiu à proposta de viabilizar a unificação entre as duas entidades – SINTECE e APEOC.

O primeiro passo dado foi a realização do I Congresso da APEOC/SINDICATO, realizado de 15 a 17 de novembro de 1991. À mesa de abertura estavam os professores: Fausto Arruda, pela APEOC, o professor Francisco Chagas, pela CNTE, o professor Irenildo, pelo SINTECE, e o Dr. Alfredo Rogério Gomes de Brito, autor do parecer jurídico sobre o tema da Unificação.

A posição da APEOC na fala de Fausto Arruda expressava a adesão ao processo de unificação. O extrato abaixo publicado pela APEOC em seu Informativo de novembro de 1991, logo após o Congresso, afirmava:

A luta pela transformação e defesa da escola pública, diante do descaso e arbitrariedades do governo passa necessariamente pela união da categoria.” A declaração é do Presidente da APEOC – Sindicato, professor Fausto Arruda acrescentando que a APEOC – Sindicato vem se esforçando no sentido de manter a categoria unida. Para ele a política do Governador Ciro Gomes tem um último objetivo que é enfraquecer a mobilização dos trabalhadores em educação do Ceará, desmoralizar o movimento sindical e manter o povo na “santa ignorância”. Ele destaca as últimas lutas bem sucedidas que foram levadas a efeito pela APEOC-SINTECE¹⁰⁰, como a derrubada do Provão, contra a retenção dos cheques-salários, campanha salarial, entre outras lutas reivindicativas que tiveram boa repercussão junto a opinião pública.

¹⁰⁰ No I Congresso da APEOC/SINDICATO também foi apresentado pela professora Terezinha Machado o projeto “POR UMA ESCOLA PÚBLICA DO TRABALHADOR”, subscrito pelo SINTECE e APEOC. Nas palavras da professora registrada no Informativo “A proposta Pedagógica do Projeto “POR UMA ESCOLA PÚBLICA DO TRABALHADOR” parte do trabalho como princípio educativo e visa a formar cidadãos, seres integrais, omnilaterais, sujeitos do processo produtivo e da transformação social. Para isso a escola elementar e média deve ser única na sua estrutura, proporcionando a criança e ao jovem em uma sólida formação cultural inicial, um desenvolvimento amplo e harmonioso que lhes permita, ao mesmo tempo, trabalhar intelectual e tecnicamente; politécnica no conteúdo, dialética no método, democrática na gestão e modernamente aparelhada em suas instalações. Essa nova proposta implica na reestruturação do currículo e na prática docente e na adesão de uma política de avaliação e de aperfeiçoamento/atualização de pessoal, condizente com a referida proposta” (1991, p. 4).

A fala do representante da CNTE, professor Francisco Chagas Fernandes¹⁰¹, também foi apresentada no Informativo (1991, p.4) da APEOC.

A CNTE considera positiva a construção do Fórum Estadual de Unificação do Ceará, destacando outros aspectos; abertura da campanha salarial com pauta e reivindicações unificadas, realização de assembléias e atos unificados [...] A CNTE entende que a questão da unificação dos trabalhadores em educação do Ceará é fundamentalmente do interesse de todos vocês. Cabe a vocês o direito e o dever de decidir sobre os destinos de sua entidade. Somos por princípio e decisão de congressos, contra as atitudes golpistas de grupos, posto que defendemos com intransigência a soberania da categoria. Esperamos que, a partir de sua organização e mobilização, os trabalhadores em educação do Ceará, democraticamente, resolvam essa situação e rumem para a unidade do conjunto da categoria.

A fala do professor José Irenildo¹⁰², representando o SINTECE, transcrita no Informativo (1991, p.4) da APEOC, reafirma o sentimento de unidade que pairava no movimento sindical dos trabalhadores em educação do Ceará, naquele momento.

O processo de unificação dos trabalhadores em educação do Ceará, cujos interesses maiores possibilitaram a aproximação dos dois sindicatos, ainda hoje existentes – SINTECE e APEOC está sendo desencadeado pela CNTE em cumprimento as resoluções do Congresso de Olinda (jan./1991). Porém é fundamental resgatar que o processo de Unificação vem se dando desde a realização do I Congresso Estadual de Unificação dos Trabalhadores em Educação do Ceará em março/abril de 1990, com avanços decisivos para a categoria que culminaram com a realização de um outro II Congresso em novembro de 1990.

Com a instalação do Fórum Estadual de Unificação dos Trabalhadores em Educação do Ceará, já em abril/91, com a presença da APEOC, várias lutas têm sido travadas de forma conjunta contra as políticas arbitrárias que os governos Estadual e Municipais vêm tentando impor à categoria, ou melhor, à escola pública em geral. Assim, podemos considerar reais avanços os ganhos políticos as tentativas de mobilização das campanhas salariais e atos unificados.

É esta chama que precisamos manter acesa e unida para ser cada vez mais forte. A gente só cria coragem, garra, consciência crítica e política, juntos, quando construímos um coletivo pensante e atuante.

A presença do Dr. Alfredo Rogério tinha o objetivo de emitir um parecer jurídico acerca do processo de unificação das duas entidades. Na página 4 do mesmo Informativo são desenvolvidas as bases para assegurar a unificação. Quando indagado sobre o fato de o SINTECE e a APEOC constituírem sindicatos na verdadeira acepção da palavra e a possibilidade da unificação o Informativo (1991, p.4), registra:

A resposta positiva não entravaria a solucionática de fundi-los, isto é, em juntá-los em uma organização nova que lhes sucederia em todos os direitos e obrigações, ou ainda pelo intuito da incorporação, pelo qual uma das entidades absorveria a outra. Tudo em consonância com as disposições estatutárias das entidades pleiteantes.

¹⁰¹ O professor Francisco Chagas Fernandes, depois de uma trajetória no movimento sindical como diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Norte e CNTE, com a eleição de Lula, assumiu a Secretaria de Educação Básica e o Conselho Nacional de Educação. Atualmente, é Secretário Adjunto do Ministério da Educação.

¹⁰² O professor Irenildo integra o mesmo agrupamento de Rosa da Fonseca e, juntamente com ela, se desligou da entidade, denominada posteriormente de SINDIUTE, em 2003.

Nesse mister, tendo em mãos o Estatuto do Sindicato/APEOC, desse encontro resguardo de mandamento legal em toda a sua plenitude, tendo presente que a interpretação é atividade lógica pela qual é determinado o significado e o alcance da norma que, após vencidas as questões preliminarmente assentadas, – a legalidade constitucional dos sindicatos – poder-se-ia consumir a materialização do ato de já extensiva discussão, sem que antes, a Assembléia Geral de associados se manifestasse pela aprovação.

Fusão, transformação ou dissolução são institutos presentes no Estatuto da APEOC/Sindicato (Art.7º, letra “n”) ressalvada como competência exclusiva da Assembléia de associados.

Privativamente esta decisão é da assembléia de associados. Não pode tal hipótese materializar-se pela vontade dirigente. Cabe à Diretoria levar a discussão para o âmbito da Assembléia.

Ainda no Informativo, a APEOC/SINDICATO (1991) assumia o compromisso de “antes do término do mandato, aprovar o regulamento administrativo e o orçamento para 92, além de apresentar as prestações de contas da atual gestão. Os Estatutos deverão ser reformados”.

2.4.1 III Congresso de unificação: nasce o SINDIUTE

Com menos de um mês da realização do I Congresso da APEOC/SINDICATO, ainda em novembro de 1991, foi divulgado na categoria um informativo assinado conjuntamente pela APEOC/SINDICATO e SINTECE, trazendo como manchete: *UNIFICAR A CATEGORIA CONTRA O ENTREGUISMO, O DESMONTE DO ESTADO E A DEMAGOGIA*. Logo abaixo, vinham como subtítulos: *Fora Collor! Entrega da Usiminas é traição nacional. Ciro fora da lei: polícias para quem precisa de polícia e Prefeitos acompanham governador no desrespeito à lei*.

O Informativo convocava a categoria para o Congresso de Unificação, que seria realizado entre os dias 13 e 14 de dezembro. Informava os critérios de participação e, ainda, que a APEOC realizaria as eleições para renovar sua diretoria. Essa nova diretoria estaria comprometida em reafirmar a unificação das duas entidades.

O informativo ressaltava a legitimidade do I Congresso da APEOC e as suas resoluções, tecendo críticas ao ex-diretor Jaime Alencar, que naquele momento se encontrava excluído dos quadros da entidade por força judicial. Vejamos o que noticia:

Com cerca de 200 professores da capital e 80 do interior participaram do 1º Congresso da APEOC – Sindicato, durante os dias (15 a 17/11) no Seminário da Prainha, em Fortaleza. Todos foram escolhidos delegados representantes de suas bases sindicais. Sem dúvida um importante evento para a categoria. O que ficou destacado foi o clima de cordialidade, respeito e sintonia, mesmo quando em debate as diversas propostas eram divergentes [...] Na opinião dos delegados ouvidos pelo nosso jornal, esse novo clima de união e entendimento entre as lideranças sindicais do magistério foi possível depois “da expulsão dos quadros da entidade dos ex-

diretores Jaime e Penha e sua curriola”. Os dois sabotaram há mais de um ano a realização do referido congresso.

De lá para cá, eles e seus comparsas não fizeram outra coisa senão impedir o crescimento da luta dos professores, entravar o encaminhamento da luta da categoria, e enlamear o nome dos mais destacados dirigentes da luta sindical do magistério cearense. Para os congressistas a APEOC – Sindicato está curado.

De agora em diante é possível estabelecer o crescimento da nossa luta e caminharmos para outros importantes eventos.

Nos dias 13, 14 e 15 de dezembro de 1991, no Seminário da Prainha, realizou-se o III Congresso Estadual de Unificação dos Trabalhadores em Educação do Ceará, sob a coordenação pela CNTE, dessa vez com a participação da APEOC, esta representada pelo professor Fausto Arruda – MR-8, Chico Lopes-PC do B e independentes.

De acordo com o Caderno de Resoluções divulgado para a categoria, o Congresso contou com “mais de 500 delegados, eleitos em suas escolas e representando não só as bases da capital, como um expressivo número representando as bases de mais de 60 municípios do interior do Estado”. Como deliberação, afirmava:

O III Congresso Estadual de Unificação dos Trabalhadores em Educação do Ceará resolve criar o SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO CEARÁ – SINDIUTE-CE, fórum organizativo que doravante começará a ser construído como instrumento de unidade organizativa e de luta dos professores, funcionários e especialistas da rede pública oficial estadual e municipal de 1º e 2º Graus do Estado do Ceará.

Processo que começa neste III Congresso Estadual de Unificação demandará um período transitório em que se concluirá, na base de cada entidade. Esse esforço se estenderá aos sindicatos municipais de base e outras associações de trabalhadores em educação com os quais se buscará promover discussão. [...] O Sindicato Único se corporificará na Direção Provisória, Paritária e Colegiada [...] As direções e delegados das entidades não estão autorizados à soberania deste Congresso a tomar nenhuma iniciativa de manter, após 30 de setembro de 1992, as entidades que começam a se fundir. (Resoluções do III Congresso de Unificação. 1991, p. 10).

Um extrato da tese majoritária, defendida pela professora Rosa Fonseca, apresentada no Congresso e depois divulgada no Caderno de Resoluções (1991), evidencia o clima e a expectativa dos presentes.

Chegamos a esse III Congresso Estadual de Unificação dos Trabalhadores em Educação do Ceará. Neste momento decisivo para a categoria, relembramos o quanto foi árduo esse caminho que escolhemos e não nos arrependemos, pois na nossa mochila levamos os suprimentos necessários para esta ‘Odisséia’ política: COERÊNCIA, ÉTICA, MATURIDADE, RESPEITO ÀS DIVERGÊNCIAS, COMPANHEIRISMO e, na mente e no coração, o desejo de atuar como sujeito ativo na construção de uma nova sociedade sem explorados e exploradores. (...) Cabe aos trabalhadores em educação um papel fundamental no sentido de minar o avanço da ideologia capitalista nos valores, conteúdo e práticas que informam as relações sociais da escola. Desvincular a escola do saber e fazer capitalista, para promover as mudanças na função social da escola e dos trabalhadores em educação. (...) Definir-se por uma escola a serviço da classe trabalhadora. (Resoluções do III Congresso de Unificação dos Trabalhadores em Educação do Ceará 1991, p. 10).

O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará (SINDIUTE) foi criado nesse Congresso, com os desafios, postados nas suas resoluções de ser “COMBATIVO E CLASSISTA, reconhecido pela sua autonomia e independência em relação ao Estado e ao capitalismo”. Afirmava, também, que o Sindicato deveria constituir “uma instância de educação política” cuja finalidade seria a preparação para um enfrentamento maior, a saber: “a derrubada do capitalismo e a construção do socialismo como transição para uma sociedade sem classes”.

Araújo refere-se à fundação do SINDIUTE, realçando a sua contribuição e importância no contexto da crise do movimento sindical, nos termos:

Assim nasce o SINDIUTE sob o signo da luta, mesmo com o vento soprando contra. Os percalços da história de construção de um sindicato classista e combativo dos trabalhadores em educação do Estado do Ceará, chama-nos atenção para o resgate da sua história, bem como para a compreensão do papel que cumpre na organização da categoria, num contexto de crise do sindicalismo, caracterizada pelo abandono da estratégia de mobilização e adesão ao sindicalismo de resultados (2004, p. 41).

Para encaminhar as tarefas práticas do Sindicato unificado, foi eleita uma direção provisória¹⁰³, cuja composição contemplava, além de trabalhadores independentes, os quatro agrupamentos políticos que estiveram na base de sua elaboração (PART, MR-8, CSC/PC do B e a Corrente O Trabalho/PT).

O compromisso, expresso nessas resoluções, estava pautado numa convivência marcada pelo reconhecimento das divergências, reiterando que a unidade e consolidação do SINDIUTE estava na defesa dos reais interesses da categoria.

A Comissão Provisória ficou de organizar calendário de reuniões e assembleias até 30 de dezembro de 1991, com vistas à incorporação das entidades (APEOC e SINTECE) ao SINDIUTE, discussão e aprovação dos estatutos que regeriam a nova entidade unificada, sob o signo de ser, segundo afirmavam, “Nossa Escola de Reflexão e Luta!”.

Nos dias 6 e 7 de janeiro de 1992, na sede da “ex APEOC”, realizou-se a primeira reunião da Direção Provisória do SINDIUTE. Essa reunião, de dois dias, justificava-se pela necessidade de encaminhar o plano de organização, funcionamento e mobilização em

¹⁰³ A Direção Provisória eleita no III Congresso de Unificação foi composta dos seguintes professores: Secretaria de Organização – Rosa Maria Ferreira da Fonseca e Fausto de Aguiar Arruda Filho; Secretaria de Finanças – Felisbela Parente Paiva e Francisco Lopes da Silva; Secretaria de Formação Política – Noemi Rezende Ibanez e Maria Liduina Esteves; Secretaria de Imprensa e Divulgação – Maria Consuelo Guabiraba Takaoka e Maria Ivonildes Gomes da Silva; Secretaria para Assuntos Sindicais – Maria José Chaves de Moraes e Gilvan Azevedo Pereira; Secretaria de Assuntos Educacionais – Maria Neide Viana Pessoa e Maria Saete Costa Cunha; Secretaria para Assuntos Funcionais – Gardênia Pereira Baima e Adair de Freitas da Silveira; Secretaria para Assuntos Regionais – Maria Ivane Sales e Manoel Bezerra Neto; Secretaria para Assuntos Metropolitanos – João Irenildo da Silva e Francisco Ferreira de Abreu. Suplentes: Anízio Santos de Melo, José Jardelino Marciel, Raimunda Zélia Roberto de Carvalho, José Viana da Silva, Maria Ferreira de Alencar, Maria Lizimar Felipe Teixeira, Tereza Maria Antunes Coelho e Maria Irene Leite dos Santos.

consonância com a *Carta de Princípios* aprovada no congresso. A importância dessa reunião, coordenada, inicialmente, pelo professor Fausto Arruda, representando o setor da APEOC na unificação, está no fato de ter sido a primeira e a única que reuniu todas as forças que participaram do congresso, a que já nos referimos.

Expressando algumas passagens da ata dessa reunião, transcrita pela professora Maria Neide Viana Pessoa,¹⁰⁴ podemos observar o clima que tomara conta dos presentes naquela reunião, quando avaliaram os resultados do III Congresso de Unificação:

Ao primeiro ponto de pauta do dia seis, sobre o qual todos os presentes se pronunciaram com direito a 5 min., verificou-se como consenso geral a avaliação de que o III Congresso representou um evento político e histórico da categoria, tanto o processo como o resultado da unificação, contribuindo para a unidade das forças políticas em presença. Destacam a responsabilidade política da categoria na atual conjuntura internacional, nacional, estadual e municipal no sentido de denunciar e desmascarar o Projeto neo-liberal desses governos e de contribuir para o processo de transformação da sociedade de forma consciente e efetiva. Pontuou-se, por outro lado, a complexidade do processo vivenciado no interior das duas entidades, gerando resistência e desconfiança dos dois lados. Nesse sentido ressaltou-se que a unificação, entendida enquanto necessidade política da categoria buscaria consolidar-se na convergência dos interesses maiores e comuns dos trabalhadores. As divergências que são reais e existem em função de concepções políticas diferenciadas na base das forças presentes e ativas do movimento, deverão ser tratadas em outras instâncias e dentro do princípio democrático de convivência e liberdade de expressão. Acima das divergências políticas, colocou-se como desafio prioritário para a categoria avançar na construção de um sindicato como instrumento de luta.

No clima de unidade, expresso nesta transcrição, a Ata também registra o fato de que houve declarações de autocrítica em relação a posições anteriores. O que estava sendo concretizado, naquele momento, segundo as declarações, era o convencimento da necessidade da unificação e de envidar esforços de mobilização e politização da categoria para que houvesse maior engajamento nas lutas gerais dos trabalhadores em consonância com as lutas concretas e específicas da educação. Como concretização dessa disposição, defendeu a participação do SINDIUTE nas mobilizações das centrais sindicais¹⁰⁵.

O próximo encaminhamento dado pelas duas entidades, então unificadas, foi a realização das assembleias para deliberar a fusão do patrimônio ao Sindicato Único. A APEOC realizou sua assembleia no dia 25 de fevereiro e o SINTECE em 3 de abril de 1992.

¹⁰⁴ A professora Neide Viana representava o segmento dos Orientadores de Aprendizagem que, por meio da ASOECE, veio para a unificação.

¹⁰⁵ Dentre as forças que compunham a Direção Colegiada do SINDIUTE, existia a identificação com diferentes centrais. Os agrupamentos ligados à professora Rosa da Fonseca (PART) e da professora Gardênia Baima (O TRABALHO) a CUT. O professor Fausto Arruda (MR-8), a CGTB e o professor Francisco Lopes (PC do B) que tinha saído em 1989 da CGT e ingressado na CUT.

A assembleia da APEOC, em função de naquele momento haver a negação de parte de sua diretoria representada pelo setor de Jaime Alencar que, por força de liminar, estava novamente no comando da entidade, foi convocada pela base, de acordo com os estatutos.

A ata da assembleia da APEOC presidida pelo professor Ubiratan de Araújo Pires e secretariada por Maria Liduina Esteves, relata:

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de mil novecentos e noventa e dois, às dezesseis horas e trinta e cinco minutos reuniu-se extraordinariamente em Assembléia Geral da APEOC – Sindicato. [...] Feita a leitura do Edital de convocação da Assembléia Geral Extraordinária, a presidenta dos trabalhos constatou a regularidade da referida Assembléia, constantes nas listas de assinaturas superando o número mínimo de dez por cento (10%) exigidos pela letra “n” do artigo sétimo dos Estatutos Sociais. (A presidenta dos trabalhos apresentou aos presentes e inclusive distribuiu cópias dos Estatutos do SINDIUTE em Diário Oficial do Estado do dia vinte e três de maio, digo vinte e três de janeiro de 1992, do registro no Cartório Melo Júnior Terceiro Registro de Pessoas Jurídicas) sob o número 80316, do registro de CGC sob o número 41.303.058/0001-91 e do ofício da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, reconhecendo e filiando o SINDIUTE aquela entidade.

As resoluções referentes à unificação foram apresentadas e referendadas por unanimidade nos seguintes termos:

1) Incorporação do Sindicato dos Servidores lotados nas Secretarias de Educação e de Cultura do Estado do Ceará e nas Secretarias de Educação e/ou Cultura dos Municípios do Ceará (APEOC-Sindicato) ao Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará – SINDIUTE. 2) Transferência automática de todos os sócios da APEOC-Sindicato da Rede Estadual de Ensino e da Rede Municipal da Capital e do interior para o SINDIUTE. 3) Transferência de todo patrimônio da APEOC-Sindicato para o SINDIUTE. 4) Todos os registros, leis e benefícios assegurados a APEOC- Sindicato passarão para o SINDIUTE a partir desta data. 5) A Diretoria Provisória, Paritária e Colegiada fica autorizada a levar a efeito todos os procedimentos legais para efetivação da incorporação da APEOC-Sindicato ao SINDIUTE. 6) Fica assegurado nesta data o mandato da Diretoria da APEOC-Sindicato, podendo a mesma ser chamada a responder pelos atos e fatos administrativos praticados durante seu mandato, ora findo. 7) Eleger uma comissão de associados presentes a seguir relacionados: Francisco Hélio Cavalcante dos Santos, Maria Liduina Esteves, Maria do Carmo Aragão da Silva, Maria Elba Moreno da Rocha, Evandrina Lopes dos Santos, Maria Oliveira Braga, e Elisete Paulino Alves para dar encaminhamento as decisões da Assembléia, juntamente com a Diretoria Provisória do SINDIUTE, tomando as providências necessárias, a saber: a) comunicação aos demais integrantes da Diretoria da APEOC-Sindicato, ora finda, das resoluções desta Assembléia; b) ir a sede da APEOC- Sindicato para comunicar as resoluções desta Assembléia; c) promover uma prestação de contas das duas gestões da APEOC- Sindicato sobre a qual pairam processos e acusações de irregularidades, etc, bem como promover um levantamento de todo o patrimônio da entidade para devida incorporação no SINDIUTE; d) tomar outras providências cabíveis para consecução das decisões tomadas nesta Assembléia; 8) Fica suspensa a eleição da APEOC-Sindicato convocada para o dia 27 de fevereiro de 1992.

No dia 26 de fevereiro de 1992, um dia após a realização da assembleia que ratificou a unificação da APEOC/SINDICATO ao SINDIUTE, a imprensa deu significativa cobertura.

No jornal *Tribuna do Ceará*:

Por unanimidade os professores filiados à Associação dos Professores em estabelecimentos Oficiais do Ceará (APEOC) presentes ontem à Assembléia Extraordinária, convocada pela ex-presidente Adair de Freitas decidiram pela fusão da entidade ao Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará – SINDIUTE. Os docentes referendaram a decisão do III Congresso Estadual de Unificação dos Trabalhadores em Educação realizado nos dias 13,14 e 15 de dezembro no Seminário da Prainha.

Ontem expirou o mandato da diretoria da APEOC que no momento tem a frente da Presidência o professor Jaime Alencar que assumiu o posto por força de mandato judicial. Jaime já anunciou que não reconhece a Assembléia e convocou para amanhã uma eleição para a escolha da nova diretoria da entidade. Grande parte da categoria que compõe a APEOC não concorda com a decisão de Jaime e garantiu que a partir de agora a APEOC não mais existe.

Segundo afirmou a Secretária de Organização do SINDIUTE, Rosa da Fonseca, a Assembléia realizada ontem é legítima por que foi convocada com o aval de 2.500¹⁰⁶ sócios cumprindo o quorum mínimo de 10% previsto na letra “d” do artigo nono do Estatuto da entidade.

No jornal *O Povo* a matéria “Professores decidem criar Sindicato Único” afirmou:

Em Assembléia geral realizada ontem à tarde [...] os professores e trabalhadores em educação decidiram por unanimidade pela fusão da APEOC e SINTECE, em SINDIUTE. De acordo com a Assessoria do Sindicato agora a única entidade representativa da categoria é o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação. [...] A unificação das entidades foi uma determinação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

O *Diário do Nordeste*, explorando a polêmica da categoria noticia: “APEOC ainda provoca confusão entre os docentes litigantes”. A matéria segue afirmou:

O atual presidente da Associação dos Professores da Rede Oficial do Ceará (APEOC-Sindicato), Jaime Alencar afirma que a entidade vai continuar a existir mesmo com a criação do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará. Ele critica a postura do ex-dirigente da APEOC, Fausto Arruda, que se uniu a presidenta do SINTECE, Rosa da Fonseca para fundarem uma sigla, a seu ver ilegal. [...] Quanto ao SINDIUTE, Jaime acha que a união não vai vingiar uma vez que o SINTECE não existe juridicamente. “Não se pode unir o existente com o inexistente”, diz referindo-se ao fato a APEOC ser a entidade de direito dos professores da rede pública de ensino do Ceará. Afirma que, lamentavelmente, Fausto e Rosa estão fazendo a sociedade de idiota, uma vez que “quem tem um mínimo de conhecimento de constituição sabe que só é permitido uma única entidade representativa de classe por Estado”. Segundo ele, esta entidade legal, no Ceará, é a APEOC.

O *Diário do Nordeste* ressaltou a convocatória pelos 2.500 sócios e ainda o fato de a unificação no Ceará seguir a orientação da CNTE. A matéria também deu destaque à fala de Fausto Arruda, ao alegar que a eleição convocada por Jaime Alencar era fraudulenta.

Em 29 de fevereiro de 1992, o tema da unificação dos trabalhadores em educação ainda ocupou as páginas dos jornais. Em artigo intitulado “Enfim, a União”, publicado no

¹⁰⁶ De acordo com os dados da APEOC-SINDICATO, na matéria do *Tribuna do Ceará*, o quadro de sócios era de 18.500 filiados.

Caderno Opinião, do jornal *O Povo* pela jornalista e Presidente da Associação Cearense de Imprensa, Ivonete Maia, afirmou:

Depois de um longo processo de desgastantes conflitos e de discussões esclarecedoras, os Professores finalmente decidem se aglutinar numa só entidade, pondo um fim a “guerrinha” tão aplaudida por setores que sempre apostaram na discórdia. Uma discórdia de conseqüências previsíveis: a fragilidade do movimento docente.

Com certeza, a união numa só entidade não significa o desaparecimento das divergências e dos conflitos, tão naturais e até saudáveis, que pululam nas diferentes cabeças que exercem lideranças no interior da categoria. O que se espera, com a decisão agora tomada, é que as diferentes concepções e ideologias tenham um curso natural, acima de tudo enriquecedor, capaz de desvendar as intenções e os propósitos de cada um. [...] É bom que os professores saibam: a sua deliberação é vista com muita euforia pelos que acompanham o penoso percurso seguido até bem pouco tempo. [...] Agora, a história será diferente. E o que se quer é uma categoria forte, capacitada e hábil, seja para reivindicar política salarial, seja para brigar por uma escola pública de qualidade. [...] A hora, portanto, é de aplauso aos professores pela união agora assumida. A força que se acumula certamente não será desperdiçada com questões menores, muito pelo contrário, levando em conta, principalmente, os desafios que a categoria tem a enfrentar.

A assembleia do SINTECE, realizada em 03 de abril de 1992, foi presidida e secretariada respectivamente pelos professores Gardênia Pereira Baima e José Osmar de Vasconcelos Filho. Por unanimidade foi aprovado, nos mesmos termos da assembleia da APEOC-Sindicato, a unificação no SINDIUTE.

2.4.2 A desconstrução da unificação em nome da unicidade

Depois da histórica reunião em 6 e 7 de janeiro de 1992 do SINDIUTE, na sede da “ex-APEOC”, a então diretora de Formação Política do SINDIUTE e ex-tesoureira da APEOC, Maria Liduina Esteves, encaminhou a baixa de CGC para que o patrimônio das duas entidades fosse unificado.

A história do movimento sindical dos trabalhadores em educação do Ceará, a partir desse ponto, poderia ser contada de forma diferente, evidenciando o amadurecimento político da categoria, uma convivência compatível com os seus princípios de classe, se não fosse a mudança de curso no processo de unificação, com o retorno de Jaime Alencar em 8 de fevereiro de 1992.

Como primeira providência, numa “sacada” burocrática, Jaime Alencar conseguiu reaver o CGC da APEOC e barrar a fusão de patrimônio ao SINDIUTE. Ademais, ameaçou de prisão a professora Liduina Esteves.

A categoria foi *comunicada* por meio de um Informativo da APEOC/SINDICATO, de fevereiro de 1992, desta vez não mais ao comando de Fausto Arruda, mas de Jaime Alencar,

que também, por força judicial, retornou ao cargo. O editorial intitulado “Estabelecendo a verdade” afirmava:

Há muito tempo, os professores foram surpreendidos pela imprensa com a divulgação de um congresso de unificação da categoria. O plano era transformar a APEOC-SINDICATO em uma nova entidade denominada Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação. Pura redundância, já que a APEOC é de fato o único Sindicato dos Professores do Estado do Ceará. À frente da manobra os professores Fausto Arruda e Rosa da Fonseca. Um tentando fugir da justiça, a outra querendo “entrar” na APEOC pela porta dos fundos, pois em duas oportunidades foi impedida, pelos professores, pelo voto.

A transformação da APEOC em sindicato deu-se em fevereiro de 1989.

A tentativa de golpe não teve o respaldo legal. [...] Com a iminente derrota na Justiça, surge então a tentativa de unificação. Era unir o útil ao agradável. A fome com a vontade de comer.

Ainda nesse Informativo (1992), uma matéria intitulada “JAIME ASSUME: VITÓRIA DOS PROFESSORES” iniciava afirmando:

Demorou mas aconteceu. Desde o último dia 8 que o professor Jaime Alencar comanda os destinos da APEOC – SINDICATO, uma sentença judicial desde junho do ano passado cumprida pelo Juiz da 8ª Vara pôs fim aos desmandos administrativos cometidos na APEOC. Infelizmente a arrogância e truculência do ex-presidente que no dia 8 resistiu à decisão da Justiça agarrando-se literalmente à cadeira presidencial, forçou a intermediação da força policial para o cumprimento da ordem do Juiz Hugo de Alencar, amplamente divulgada na imprensa.

O que chama a atenção no referido Informativo é que inexistia qualquer menção ao governo do Estado. O que predominava eram acusações de que Fausto Arruda havia desviado verbas do Sindicato para financiar atividades do MR-8 e da CGT. E, em meio a tudo, Jaime Alencar convocava eleições para 27 de fevereiro, cujo processo de votação ocorreria em apenas um dia, centralizando todos os votos dos milhares de trabalhadores em educação espalhadas em mais de 300 escolas de Fortaleza, para a sede da APEOC.

Ainda o Informativo dava a notícia de homenagens feita pela direção da APEOC, sob o comando de Jaime Alencar, a várias personalidades governamentais. A solenidade presidida pelo presidente do Conselho de Educação do Ceará, José Rosa Abreu, tinha entre os homenageados o professor e ex-presidente da APEOC, Francisco Brilhante Teixeira.

A partir de então é, reiniciada a velha peleja política, então acrescida da peleja jurídica pela representação da categoria, dividindo o movimento sindical da educação básica no Ceará.

A CNTE, de imediato, reconheceu o SINDIUTE e encaminha ofícios aos governos estadual e municipal, afirmando ser o SINDIUTE a entidade sindical que jurídica e politicamente representa a categoria no Ceará. O ofício encaminhado em 13 de abril de 1992 pelo então presidente da CNTE, professor Roberto Felício, ao governo do Estado, não deixava dúvida:

Vimos pelo presente comunicar que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, entidade nacional e representativa dos profissionais da educação, da rede pública de 1º e 2º graus reconhece como representante dos interesses dos professores, supervisores, orientadores e funcionários da rede pública estadual e municipal do Estado do Ceará, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação – SINDIUTE.

O referido Sindicato, devidamente registrado, conforme legislação em vigor está credenciado a representar os trabalhadores em Educação do Ceará. Sendo descabido o questionamento sobre a sua legitimidade.

O próximo passo de Jaime Alencar foi enveredar para o plano jurídico. No contexto das reformas constitucionais de 1988 que mantêm em seu artigo 8º o princípio da unicidade sindical, é justamente esse aspecto da lei que Jaime Alencar, *o pomo da discórdia*, pauta sua ação para inviabilizar a unificação dos trabalhadores em educação do Ceará.

O efeito da ação de Jaime, entre outras consequências, implicou o *retorno* à APEOC de setores cuja referência sindical no PC do B, representado no Ceará pelo professor Chico Lopes, de reconhecida defesa da unicidade sindical, não resiste nem ao primeiro mandato da diretoria do SINDIUTE.

O agrupamento em torno de Fausto Arruda, que integrava o MR-8¹⁰⁷, em um movimento diferente, também se afastou do SINDIUTE. Tendo sido afastado da APEOC por força judicial, não retornou mais: abandonou o movimento sindical no Estado.

Em meio a recuos e abandonos dos que tinham realizado no III Congresso um rico processo de discussão com a base da categoria e que desaguou na fundação do SINDIUTE, relatado até aqui, registrado pelos meios de comunicação do Estado e reconhecido pela CNTE e pela CUT, o movimento sindical da educação básica viveu um retrocesso.

O primeiro ataque jurídico contra o SINDIUTE veio numa ação assinada por uma desconhecida professora, Maria Zilá Fernandes, filiada e orientada pela APEOC. O processo de Zila/Jaime Alencar baseou-se no princípio da unicidade sindical expresso no artigo 8º inciso II da Constituição Federal, tema já abordado, mas que retornaremos a seguir.

No sentido de confundir e tumultuar a tramitação, ainda no mês de fevereiro, a direção da APEOC/Jaime Alencar entrou com mais três processos em varas diferentes (3ª Vara Cível Processo nº. 87.823/92, 4ª Vara Cível – Processo nº14. 754/92 e 5ª Vara Cível – Processo. nº. 89.150/92), todos com a mesma base de contestação: *o SINDIUTE fere o princípio da unicidade sindical*.

O juiz da 5ª Vara Cível concedeu liminar favorável a Jaime Alencar. Mesmo assim, o “incansável sindicalista” investiu com outra ação, de mesma natureza, na 8ª Vara Cível. A

¹⁰⁷ O MR-8 Movimento Revolucionário 8 de Outubro se constituiu atualmente em Partido Pátria Livre (PPL).

pulverização de ações com mesmo objetivo tinha, na avaliação da Assessoria Jurídica do SINDIUTE, a intenção de confundir os juízes.

E foi exatamente com esse argumento que a Assessoria Jurídica do SINDIUTE arguiu a incompetência dos referidos juízes, solicitando a redistribuição de todos os processos para a 4ª Vara Cível, o que de fato ocorreu. Esses processos tinham o acompanhamento da CNTE que, em diversos momentos, se dirigiu aos Governos municipal, estadual e aos juízes¹⁰⁸ no sentido de reafirmar a legitimidade do SINDIUTE.

Com as *artimanhas jurídicas*, essas ações foram novamente desmembradas e em 02 de dezembro de 1994, através do Diário da Justiça, o SINDIUTE foi intimado. A intimação foi encaminhada ao advogado, que não mais respondia pelo Sindicato, uma vez que já havia substabelecido os referidos processos.

Outro ataque é desferido contra o SINDIUTE, desta vez objetivando minar as suas condições materiais de existência. O juiz da 4ª Vara Cível deferiu outra liminar, ordenando que as consignações que há dois anos estavam sendo depositadas em juízo¹⁰⁹ (R\$30.000,00) fossem repassadas para a APEOC.

Em nota assinada pelo professor João Irenildo da Silva, representando a Direção Colegiada do SINDIUTE, divulgada para a imprensa em 02 de janeiro de 2000 fez uma retrospectiva do percurso jurídico desde 1992 até àquele momento. A referida nota composta de vários pontos, entre os quais os pontos 5.10 e 5.11 esclareciam:

No final do mês de março de 1995 o SINDIUTE, representado por seu advogado, deu entrada numa petição requerendo a nulidade da medida liminar (com data de 25/02/1992) já que se constatou que a propositura da Ação Principal (datada de 10/04/1992) do processo em questão ocorreu quando já exaurido o prazo de 30(trinta) dias perdendo, portanto, a medida cautelar sua validade.

Logo depois, como resposta à petição referida no item anterior, numa atitude de claro abuso de poder o Juiz determina ‘de ofício’ a suspensão sumária dos descontos em folha de pagamento dos nossos associados na Secretaria de Educação do Estado, sem observar o princípio mais elementar do direito de defesa, já que o processo

¹⁰⁸ Em ofício encaminhado pelo presidente da CNTE, Horácio Francisco dos Reis Filho ao juiz Helder Mesquita, da 5ª Vara Cível, em 11 de março de 1993, afirma “Encontra-se para julgamento de Vossa Excelência, os Processos nº s 1454/92 1597/92 e 8950/92 que trata do reconhecimento do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará [...] a CNTE, entidade nacional e representativa dos profissionais da educação, reconhece o SINDIUTE como representante legítimo dos interesses dos profissionais da educação pública do Estado do Ceará o qual é filiado a esta Confederação. [...] neste sentido, vimos solicitar através deste o julgamento favorável aos processos citados acima, favorecendo os trabalhadores e a educação”.

¹⁰⁹ O SINDIUTE solicita junto à Procuradoria Geral do Município de Fortaleza a extinção do código do SINDIUTE e APEOC e a criação de código para o SINDIUTE com repasse das consignações. A PGM fez uma justificativa a partir dos argumentos do SINDIUTE, mas concluiu com a alegação de que não lhe compete decidir qual das entidades possui legitimidade de representar os associados, remetendo essa decisão para o Judiciário e, no Parecer 491/1992, assinado pela Procuradora Luciola Maria de Aquino Cabral, determina que: “em face das razões acima aduzidas, sugerimos que os valores que se encontram depositados na c/c nº 56-6 21387-4, em favor do SINTECE, bloqueados por solicitação da Secretaria de Finanças do Município (doc. fls.69), sejam consignados em juízo, devendo-se proceder de igual forma com os próximos descontos, enquanto persistir a questão”.

ainda se encontrava sem o julgamento do mérito da ação principal, portanto, sem haver transitado e julgado, acarretando um prejuízo irreparável aos trabalhadores em educação representados pelo SINDIUTE e a própria luta em defesa da educação pública em nosso Estado.

Essa medida foi prontamente encaminhada pelo governo do Estado representado por Ciro Gomes, somada ao fato da não liberação dos diretores da entidade para o mandato sindical. Outro fato destacado na nota do SINDIUTE foi a denúncia de que, para driblar a perda de prazo o Dr. Lindival de Freitas, advogado da APEOC, teria feito *carga* em parte dos processos tendo inclusive sido advertido pelo Juiz Titular da 4ª Vara Cível Dr. Onildo Pereira da Silva. No item 5.14 da nota afirma:

Finalmente depois de derrubarmos várias liminares conseguida misteriosa e indevidamente pelo advogado da APEOC, e quando se aproximava do Juiz que está atualmente responsável pelo processo dar a sentença, o advogado da parte adversa, Dr. Lindival de Freitas, que segundo informações da Secretaria da 4ª Vara Cível, havia pedido vistas ao processo, comunicou que partes dos volumes tinham sido extraviadas. Entramos com uma representação na OAB/CE, contra o referido advogado. Com o andamento da representação e possível punição pela OAB/CE, o citado advogado devolveu o processo após quase três anos, comunicando ao Juiz que havia encontrado e pedindo que o Juiz comunicasse à OAB/CE que não tinha mais nada contra ele.

A nota reiterou o fato de o SINDIUTE ter sido criado por decisão soberana da categoria em suas instâncias legitimamente constituídas¹¹⁰ afirmando ainda que o respeito à liberdade e autonomia sindical deveria ser “o apanágio da justiça e não a intervenção imperativa na organização da categoria, resquício da estrutura sindical fascista, corporativa e autoritária, que nega inclusive a Convenção 87 da OIT”.

Advertia a nota que o princípio de unicidade sindical previsto no artigo 8º da CF de 1988 poderia ter outro desfecho a partir da PEC Nº. 623/98 que, àquela época, já tramitava no Congresso e que, segundo a nota, acabaria “com essa pendência jurídica”, na medida em que a referida Proposta de Emenda Constitucional revogaria a unicidade sindical. De outro modo, a nota asseverava que essa questão ia para além do jurídico:

Entendemos que essa questão, na verdade, é uma disputa política pela representação da categoria, onde temos a absoluta certeza que prevalecerá a vontade soberana da maioria que não aceita um grupelho desqualificado que vem promovendo traição e corrupção na direção dessa insepulta entidade chamada APEOC (ou no que se transformou) ao longo dos últimos 12 doze anos, tendo à frente o Sr. Jaime Alencar.

¹¹⁰ No dia 15 de março de 1993, o SINDIUTE enviou ofício assinado pelo diretor João Irenildo à Delegada Regional do Trabalho do Ceará Dra. Vânia Elita Teixeira de Abreu comunicando acerca da legalidade do SINDIUTE nos seguintes termos: “O SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO CEARÁ – SINDIUTE registrado legalmente no Cartório Melo Júnior (Registro Civil das Pessoas Jurídicas, vem requerer CERTIDÃO de que não houve impugnação do registro publicado no DOU do dia 22 de julho de 1992 – página 9761, para fins de prova junto ao Governo do Estado do Ceará e Tribunal de Justiça do Estado”.

A nota concluía ressaltando que a legitimidade e a representatividade do SINDIUTE junto à categoria estavam ancoradas no fato de ter sido fruto de deliberações das suas instâncias legítimas e gozava do reconhecimento tanto da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação¹¹¹ como da Central Única dos Trabalhadores.

O reconhecimento político de único representante dos trabalhadores em educação do Ceará, entretanto, junto à CNTE e à CUT, naquele mesmo ano, tomaria novos rumos. Relembrando o episódio do começo da década de 1980, quando o então presidente da APEOC, professor Brilhante, convidara Fausto Arruda e Jaime Alencar para dar sobrevida à APEOC, nesse momento, final da década de 1990, se repetiu, desta vez com novos atores.

O protagonista em tela era o professor Anízio Melo¹¹², militante da Articulação Sindical (força política majoritária da CUT e CNTE) e que, naquele momento, compunha a direção do SINDIUTE, rompeu com este Sindicato, estabelecendo um acordo com Jaime Alencar e passou a integrar os quadros da APEOC.

O que estava na base do discurso desses professores era a necessidade de fazer um “trabalho por dentro da entidade e democratizá-la”. A história mostrou que tal feito não se concretizou, pois nenhuma ação neste sentido foi realizada. O que se estabeleceu foi total adaptação à lógica da direção política de Jaime Alencar, seguindo com a mesma política de colaboração de classes e os ataques e violações ao SINDIUTE.

O *regresso* desses professores, na verdade, fazia parte da política da CUT nacional na sua guinada política regressiva, de defensividade e adaptação à estrutura do sindicalismo oficial. Seu objetivo maior era fortalecer a sua hegemonia nas instâncias da Central.

No plano local, significou a *redenção* do pelego Jaime Alencar e o passaporte para a APEOC integrar os quadros da CUT e, posteriormente, retornar à CNTE. A concretização desse objetivo transcorreu em meio a discussões acirradas, protesto e indignação durante o

¹¹¹ Em 18 de março de 1993, o professor Roberto Francisco Felício dos Reis Filho, então presidente da CNTE, enviou um ofício para o juiz da 5ª Vara Cível Dr Elder Mesquita nos seguintes termos: “Vimos pelo presente complementar as informações do ofício 010/93 de 11 de março de 1993. Nele, reconhecemos o SINDIUTE/CE (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará) como representante legítimo dos interesses dos profissionais da educação pública do Ceará.

Por este papel timbrado ter sido confeccionado antes do processo de unificação do SINTECE com a APEOC, ainda consta o nome da APEOC como filiada à CNTE.

Neste sentido, esclarecemos que a CNTE reconhece o SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO CEARÁ, como único filiado a esta Confederação. Aproveitamos o ensejo para reiterar a nossa solicitação anterior.

Nos colocamos a disposição para prestar todos os esclarecimentos necessários para o vosso julgamento”.

¹¹² Com o professor Anízio Mello, tomam a mesma decisão mais três professores: Fábio Lopes Moraes, Roberto e Celina Portugal ainda que esta última não chegue a integrar a direção da APEOC, rompendo em seguida com o grupo, por não acreditar na sinceridade dos propósitos de seus colegas.

CECUT/CE de 2000, quando este congresso deliberou, contra a vontade de significativa parcela dos delegados, a filiação da APEOC à CUT.

A ruptura do setor da Articulação Sindical do SINDIUTE se deu num quadro de crise interna vivida por este sindicato no processo de fim de mandato e convocação de eleições que renovaria a sua direção em 1999. Naquele momento, também, já evidenciava a ruptura do agrupamento da professora Rosa da Fonseca do SINDIUTE, processo que, com relação à CUT, estava praticamente consolidado.

A recusa de acatar a proposta de convenção cutista para composição da chapa que concorreria às eleições e o processo tumultuado com que se realizou resultou na retirada do processo eleitoral dos outros setores que compunham a direção, naquele momento, a saber: Articulação Sindical, O Trabalho e Liga Bolchevique Internacionalista. A primeira passou a integrar a APEOC; as duas últimas atuaram enquanto oposição à direção.

O processo eleitoral, com chapa única concorrente, reconduz o agrupamento em torno da professora Rosa da Fonseca ao comando do Sindicato até 2003, quando o agrupamento da referida professora rompeu definitivamente com a proposta de organização sindical.

O SINDIUTE participou do Congresso Estadual da CUT de 2000, com delegados de base, circunscritos no agrupamento em torno da corrente O Trabalho e independentes. Esses delegados divulgaram no CECUT/2000 um Manifesto intitulado “*Fora da CUT os Pelegos da APEOC*”, apelando aos congressistas para que essa filiação fosse condicionada a um amplo debate sobre o caráter político da APEOC, sua prática de violação às liberdades sindicais, como também a retirada dos processos contra o SINDIUTE, ratificando o processo de unificação no Estado.

Afirmava o *Manifesto* que a filiação da APEOC à CUT tratava-se de disputa por parte da Articulação Sindical de forjar uma maioria no Congresso, desreconhecendo que a política dessa entidade, APEOC, era de sustentação ao governo Tasso e Juracir, responsáveis pelas derrotas impostas à categoria.

A oposição à filiação da APEOC à CUT, naquele momento, tinha o respaldo do então presidente da CUT estadual, Eudes Xavier, que tinha indeferido o pedido de filiação e deliberado não participar da assembleia que iria se posicionar acerca da filiação da APEOC à CUT. Assim estava a posição da Executiva Estadual da CUT/CE em 2000.

A Executiva Estadual da Central Única dos Trabalhadores no Ceará, reunida no dia 27-03-00, decidiu o que segue:

01. Compreendemos ser importante a continuidade da política de aproximação da APEOC com a política da Central, que a APEOC tem um relevante papel na luta por uma educação de qualidade. Porém solicitamos a direção desta entidade que

montemos uma estratégia de discussão, incluindo a CNTE, para perseguir a unificação do setor, e assim possamos chegar até a filiação da APEOC à CUT, de forma madura, sem atropelos e interferência de outros elementos políticos que trazem problemas futuros de relacionamento, entre setores na central e na APEOC.

02. Por fim, informamos que a executiva decidiu não indicar a participação de seu representante na assembléia geral da APEOC no dia 28 de março/2000, às 16 horas, conforme ofício enviado a Central.

O ofício, assinado por Eudes Xavier e Valdir Alves Pereira, respectivamente, presidente e secretário geral da CUT/CE, foi desautorizado pela orientação da direção nacional da CUT, quando, sob protesto e por uma apertada diferença, o CECUT/CE votou pela filiação da APEOC à CUT, sem nenhum comprometimento por parte desta entidade de retirar os processos judiciais contra o SINDIUTE.

Na CNTE, a discussão seguiu e em 2003 no Conselho Nacional de Entidades (CNE), instância que reúne o conjunto dos sindicatos filiados. Após analisar o pedido de filiação, decidiu, a exemplo do CECUT/CE, em 2000, favoravelmente à APEOC, no entanto, aprovou alguns condicionantes:

Filiação provisória da APEOC até setembro de 2004.

Retirada dos oito processos judiciais contra a existência do SINDIUTE que tramitam na justiça.

Vinda ao Ceará de diretores da CNTE para discutir com o SINDIUTE e APEOC a consolidação da unificação realizada em 1991, devidamente reconhecida pela CNTE.

Envio de um documento da CNTE ao Governo do Estado propondo o fim da intervenção branca no sindicato e se posicionando a favor da concessão do código em folha das consignações e liberação dos diretores do SINDIUTE para mandato sindical. (SINDIUTE Informa – 2003).

Das resoluções do Conselho Nacional de Entidades da CNTE, foi viabilizada a criação de uma comissão que, contudo, se manteve impotente ou conivente com os ataques jurídicos e o divisionismo na condução do movimento que se seguiram. Nenhum processo foi retirado e a APEOC não sofreu qualquer censura.

A filiação da APEOC à CUT e à CNTE situou essas duas entidades em frontal contradição com sua histórica formação e com os princípios contidos no Capítulo II Dos Compromissos Fundamentais dos Estatutos da CUT quando,

[...] defende que os trabalhadores se organizem com total independência frente ao Estado e autonomia em relação aos partidos políticos, e que devam decidir livremente suas formas de organização, filiação e sustentação material. Neste sentido, a CUT lutará pelos pressupostos consagrados nas convenções 87 e 151 da OIT no sentido de assegurar a definitiva liberdade sindical para os trabalhadores brasileiros (1999).

Na contramão dos seus estatutos, a integração da APEOC à CUT e à CNTE compôs elemento da crise vivida pelo movimento sindical brasileiro, de substituição das lutas de confronto, buscando a *negociação*, sem mobilização na base, portanto, sem poder de barganha

nos fóruns de que participa (bipartites e tripartites) analisados no primeiro capítulo desta dissertação.

Só esse recuo na estratégia de luta do setor majoritário da CUT, que permeia essa entidade na década de 1990, justificava aliar-se e acomodar incondicionalmente em seu seio uma entidade comandada por setores que tinham como prática a política escancarada de colaboração de classes com os governos e ainda atacava violentamente outra entidade sindical, cujos atores estiveram na base de sua construção e defesa desde os anos de sua fundação.

A integração da APEOC aos quadros da CUT em 2000 e da CNTE em 2003 não resultou na mudança do perfil ideológico desta; ao contrário, reforçou o caráter regressivo de sua atuação no processo de organização e luta da categoria.

O setor da Articulação Sindical, na verdade, se adaptou às diretrizes de Jaime Alencar, que, ao longo dos anos em que esteve à frente da entidade, por força da *lei*, tentou impor a manutenção da APEOC em detrimento das deliberações democráticas da categoria.

Mais grave ainda é o fato de que CUT, na prática, abria mão de aspectos vitais que, inclusive, possibilitaram a sua existência, qual seja, a crítica ao sindicalismo oficial consubstanciado na unicidade sindical, no enquadramento por categoria profissional, na contribuição compulsória, no assistencialismo, todas características abertamente defendidas e exercidas pela APEOC.

Os constantes ataques que se seguiram, então sob a conivência da CUT, por meio de sua força majoritária, apesar de nocivos ao fortalecimento da luta da categoria, não alcançaram o efeito esperado, ou seja, o desaparecimento do SINDIUTE. A continuidade deste organismo sindical decorreu do entendimento das entidades que unificaram professores independentes que compõem a base da categoria e dos dois setores (grupo da professora Rosa /PART e O Trabalho) que estiveram em sua defesa desde os anos de sua fundação, não obstante o grupo da professora Rosa da Fonseca, naquele momento, já apresentasse claros traços da nova posição política que iriam assumir, ou seja, o abandono da luta sindical.

Para a base da categoria e seus ativistas, o SINDIUTE, como instrumento de luta, ou melhor, como “nossa escola de luta”, como é considerado pelos trabalhadores em educação organizados em seu interior, deveria seguir existindo, organizando e mobilizando a categoria em torno das suas reivindicações.

Para tal empreitada, iniciou ampla discussão com a base, propondo que os sindicalizados da rede estadual pagassem as suas contribuições sindicais diretamente na sede do Sindicato. As dificuldades e ataques se intensificaram, mas o SINDIUTE conseguiu

manter-se, guardadas as devidas proporções da crise que vivia; premido pela defesa dos direitos da categoria, conseguiu adesão desta e segue existindo.

Em razão, porém, da conjuntura cada vez mais complexa, do apoio aberto do Estado na manutenção da APEOC e das concepções diferenciadas no que concerne à condução e à organização do movimento político-sindical, de visível retrocesso político, a alegada existência de dois sindicatos na mesma base constitui acirrado debate, no plano político e jurídico no seio da categoria.

Há uma aspiração muito forte pela unidade na base dos cerca de sete mil filiados que compõem o SINDIUTE como também dos cerca de 20 mil que ainda se mantêm nos quadros da APEOC. Apesar de o SINDIUTE constituir o protagonista das grandes lutas dos trabalhadores em educação da rede municipal de Fortaleza, com menor peso na luta dos trabalhadores da rede estadual e com o expressivo número de filiação na APEOC, majoritariamente da rede estadual, constitui elementos que se justificam pela junção de vários fatores.

Dentre os fatores que mantêm o fracionamento, destacamos como primeira causa a política de Jaime Alencar, apoiado, a partir de então, pelo setor majoritário da CUT e CNTE que, depois de ter acompanhado todo o processo de organização da categoria, a submete aos condicionantes do governo do Estado e dos que usurparam o direito legítimo dos sujeitos que definiram, democraticamente, as suas formas de organização.

Esse *acobertamento* fragiliza a luta da categoria, na medida em que significa o fortalecimento da violenta intervenção concretizada pela não-liberação dos diretores para mandato sindical e a negação do Governo estadual do código para desconto das consignações autorizadas pelos trabalhadores em educação desta rede de ensino.

Ademais, as frequentes afirmações do próprio Governo estadual, impondo à APEOC como único interlocutor da categoria e a frequente campanha de desqualificação do SINDIUTE, fenômeno que se verifica desde os governos de Tasso Jereissati (1995 – 1998 e 1998 – 2002), Lúcio Alcântara (2003 – 2006) até o governo atual, Cid Gomes (2009), constitui ataque abominável aos trabalhadores em educação do Estado do Ceará.

O SINDIUTE trava intenso debate sobre os problemas que afligem a sua organização, defende a ratificação da unificação rompida em 1991, posição defendida em documentos dos diversos setores (O Trabalho, CONLUTAS, LBI e POR) que atuam na categoria, os dois primeiros na atual direção e os dois últimos na base.

A posição defendida pela direção majoritária e aprovada em seu VI Congresso realizado em maio de 2008 afirma:

No plano da nossa organização sindical, reportamos ao início da década de 90, à recusa antidemocrática de membros minoritários da direção da APEOC de não acatar a decisão da sua Assembléia de base realizada em 25-02-1992, convocada de acordo com o Estatuto da entidade, que reafirmou as deliberações de seu III Congresso de Unificação, construído ao longo de três anos sob a coordenação da CNTE, constituiu outro elemento, contrário ao fortalecimento da nossa unidade, necessária a nossa implantação, com maior potencialidade de luta, na capital e interior (...) defendemos a ratificação da Unificação (...) para que os trabalhadores organizados no SINDIUTE e APEOC constituam uma só força em defesa dos trabalhadores da capital e interior.¹¹³

Podemos assinalar, ante o exposto, que os trabalhadores em educação do Ceará, premidos pela necessidade do fortalecimento da luta pela manutenção e ampliação de direitos, tão ameaçados no momento atual, percebem a necessidade da unidade em torno das suas reivindicações e independência política diante dos governos.

Por outro lado, trava luta alicerçada na recusa da unicidade sindical como imposição estatal. As formas de organização devem partir da vontade política e soberana dos trabalhadores, prerrogativa da classe, cujo princípio deverá estar na defesa incondicional das suas reivindicações imediatas e históricas.

Hoje é patente a recusa da atual direção da APEOC, inclusive com a ausência de Jaime Alencar¹¹⁴, de promover qualquer movimento de ratificação da unificação rompida em 1991, o que não encontra relação com as aspirações da categoria que, em momentos de afirmação de suas reivindicações, tenha imposto às suas direções a luta unitária, porque entende que dessa forma há maior vigor e poder de pressão.

A greve de 2009 unificou os trabalhadores em educação do Estado e da Prefeitura de Fortaleza, com assembleias dirigidas pelo SINDIUTE, APEOC e FETANCE¹¹⁵, em torno do objetivo de exigir do governo Cid Gomes (PSB), da prefeita Luizianne Lins (PT) e demais prefeitos cearenses o cumprimento da Lei 11.738, sancionada em 2008 pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, determinando o PSPN – Piso Salarial Profissional Nacional. Conquanto a proposta do piso salarial tenha sido regulamentada com referenciais inferiores ao reivindicado pela CNTE e demais sindicatos, constitui, juntamente com a regulamentação de

¹¹³ Resoluções do VI Congresso dos Trabalhadores (as) em Educação do Ceará - SINDIUTE, realizado nos dias 16,17 e 18 de maio de 2008. pp.8 e 10.

¹¹⁴ O professor Jaime Alencar faleceu em Fortaleza em 28 de novembro de 2008. Ocupava o cargo de Assessor e membro do Conselho Estadual de Educação.

¹¹⁵ FETANCE é a Federação dos professores municipais e também encampa a luta pela implantação do piso nos 184 municípios cearenses. Dentre esses municípios, destaca-se o de Quixadá, cujo prefeito é Ilário Marques (PT), que implantou a Lei do Piso na sua íntegra.

Diretrizes e Bases Nacional de Planos de Carreira e Salários, reivindicação central para a categoria neste período¹¹⁶.

Ademais, a luta integra a contestação incondicional dos trabalhadores em educação das limitações materiais e de funcionamento da escola pública, do processo de precarização do trabalho de professores, supervisores, orientadores e funcionários, das salas insalubres superlotadas de alunos, insuficiência ou até inexistência de material didático, formação docente inadequada e na maioria das vezes sem financiamento do Estado, realizada dentro da jornada de trabalho (sábados, domingos e períodos reservados às férias), desregulamentação do trabalho docente por meio do regime de contrato temporário correspondendo, de acordo com dados divulgados pela Secretaria de Educação, cerca de 45% desses profissionais e salários sumariamente rebaixados, se levarmos em conta as mais elementares condições de existência, o que dirá das necessidades pressupostas para aqueles que necessitam de atualização constante.

As políticas governamentais, em contrapartida, apresentam como *estímulo* a prática da meritocracia, *premiando* professores por desempenho, deslocando a responsabilidade do Estado para a individualidade da cada docente.

Apesar de não lograr êxito até o momento no atendimento do piso salarial, contudo, essa bandeira tem grande significado político, pois conseguiu unificar a categoria e evidenciar a força e a importância dessa unidade. A luta de 2009 foi, também, mais um momento em que a categoria aferiu os prejuízos da política capituladora da direção da APEOC. O SINDIUTE teve que seguir sozinho na luta com a categoria, quando, mais uma vez, esta entidade encerrou a greve à revelia das instâncias e da vontade de milhares de trabalhadores em educação que queriam lutar¹¹⁷; uma luta necessária, num momento de intenso ataque às conquistas da categoria, através da arguição de Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI

¹¹⁶ Inicialmente, na aprovação do Fundo da Educação Básica (FUNDEB), a CNTE defendeu a destinação de 80% do fundo para garantir o piso salarial para professores e funcionários. A proposta de piso para o magistério era de R\$ 1.050,00 para professores habilitados em nível médio e R\$ 1.575,00 para nível superior, garantindo as gratificações já incorporadas, com uma jornada de 30 horas semanais e 30% dessa jornada para atividades de planejamento, pesquisa e estudo com base no percentual que corrige o custo/aluno, levando em conta a relação professor-aluno de 1 para 25; proposta que entraria em vigor a partir de janeiro de 2008; no entanto, o que foi aprovado rebaixou o valor inicial do piso para R\$ 950,00 e para uma jornada de 40 horas semanais.

¹¹⁷ Após vários dias de greve, a partir de ação do governo Cid Gomes foi decretada a ilegalidade da greve com multa diária de R\$ 100,00 por professor e R\$ 20.000 para o sindicato APEOC. A categoria quer ir adiante mas a APEOC publica nota na imprensa se retirando da greve. O SINDIUTE se coloca no sentido de continuidade, mas a categoria, sob violenta pressão, retorna à sala de aula e, numa assembleia com pouca participação dos professores da rede estadual, delibera-se pela suspensão da greve com estado de mobilização.

junto ao Supremo Tribunal Federal – STF contra aspectos importantes da lei do piso. Essa ação é de iniciativa de cinco governadores¹¹⁸, entre eles o governador do Ceará.

Além do governador, há também a recusa da maioria dos prefeitos, entre eles a prefeita Luizianne Lins (PT), que se negam a reconhecer a Lei do Piso. No caso da prefeita de Fortaleza, esta negação assume maiores dimensões, haja vista que os professores municipais lutam pela redução da carga horária para 40 horas semanais, contida na Lei do Piso, que no Município de Fortaleza, ainda mantém a regulamentação da jornada de 1930, de 48 horas semanais.

Note-se que a redução da jornada (de 44 para 40 horas semanais) é uma bandeira nacional que ora tramita no Senado Federal e é defendida, inclusive, pelo conjunto das centrais e sindicatos do País. A excessiva carga de trabalho e as péssimas condições em que é realizado são causas das constantes mortes e doenças físicas e psíquicas que acometem a classe trabalhadora.

Na educação, os efeitos perversos desse quadro de precarização do trabalho para a saúde dos trabalhadores, particularmente na Prefeitura de Fortaleza, que extrapola os limites de jornada atual estabelecidos na legislação trabalhista do País, de 44 horas, são revelados pela pesquisa financiada pelos 29 sindicatos reunidos na CNTE, com o apoio da UNICEF e do CNPq, coordenada pela Universidade de Brasília, sobre a saúde do trabalhador em educação. A pesquisa diagnosticou uma síndrome, até então desconhecida, a síndrome de Burnout.¹¹⁹

Com tal síndrome, o professor se vê prisioneiro de um sistema, cujas perspectivas no quadro da sociedade capitalista, a cada dia, se deterioram e sugam as suas energias. A intensificação de enfermidades – depressão, síndrome do pânico, entre outras doenças – atinge 48% da classe e está contida nas estatísticas dos órgãos de saúde em todas as unidades federativas do Brasil, que atendem a categoria docente.

As condições objetivas e subjetivas que permeiam a realidade dos trabalhadores em educação, também, inspiram outro tipo de reação. Há os que, compreendendo a necessidade

¹¹⁸ Os governadores que assinaram a Ação Direta de Inconstitucionalidade do Piso Salarial do Magistério foram: André Puccinelli (Mato Grosso do Sul), Roberto Requião (Paraná), Luis Henrique da Silveira (Santa Catarina), Yeda Crusius (Rio Grande do Sul) e Cid Gomes (Ceará).

¹¹⁹ “Burnout, foi o nome escolhido; em português, algo como ‘perder o fogo’, ‘perder a energia’ ou ‘queimar para fora’ (numa tradução mais direta) [...] o trabalhador perde o sentido da sua relação com o trabalho, de forma que as coisas já não o importam mais e qualquer esforço lhe parece inútil [...] é definida por Maslach e Jackson (1981) como uma reação à tensão emocional crônica gerada a partir do contato direto e excessivo com outros seres humanos, particularmente quando estes estão preocupados ou com problemas (CODO, Wanderley; MENEZES, Iône, 2000, p. 29).

de defesa da escola pública de qualidade para a classe trabalhadora e da sua própria integridade moral e física, reconhecendo-se como indivíduos merecedores da dignidade e de direitos, conseguem *sobreviver* às adversidades, tentando abrir espaços no cotidiano da escola e no plano sindical na luta em defesa da escola pública e dos seus direitos.

No plano político, no que se refere à liberdade e à autonomia sindical, a interferência do Governo estadual é inaceitável¹²⁰. Por conta da maior pressão de base, o SINDIUTE conquistou na Prefeitura de Fortaleza a liberação dos diretores para mandato e desconto sindical. Mesmo assim, nos últimos anos, desde a sanção da Lei do Piso em 2008, vem confrontando-se com a administração municipal da prefeita Luizianne Lins, que tem obstaculizado esse direito, como também a reconhecer a jornada máxima de 40 horas semanais contida na Lei do Piso.

Em meio a todos esses problemas, o debate sobre a estrutura sindical e a relação dos sindicatos com o Estado volta à cena em função do reconhecimento das centrais que, por “consenso de cúpula” – do movimento sindical, governo e patrões – ratificaram a unicidade sindical, temática que, desde a fundação do SINDIUTE, é objeto de ataque a essa entidade e que vem dificultando o processo de livre organização dos trabalhadores em educação do Ceará.

Perde-se o movimento sindical com a capitulação das suas direções majoritárias, principalmente da CUT, oportunidade histórica de ter alforriado as suas organizações, de um lado, da tutela estatal, de outro, de sindicatos reacionários (é o caso da APEOC) que, parasitariamente, tentam sobreviver à custa da defesa dessa forma antidemocrática de organização.

Essa conjuntura obstaculiza o avanço e o fortalecimento da luta sindical dos trabalhadores em educação no Ceará. Além das dificuldades políticas, a organização dos trabalhadores circunscritos no SINDIUTE ainda se defronta com as dificuldades advindas do aspecto das ações jurídicas ao longo de sua existência. O processo desencadeado pela APEOC que começa com a recusa a unificação em 1991 ainda persiste, 18 anos depois, apresentando novos e problemáticos desdobramentos.

¹²⁰ A sindicalização e desconto voluntário dos professores da rede estadual são feitos via transferência/descontos bancários para os que dispõem de conta em bancos. Outros, para garantir a sua sindicalização, necessitam deslocar-se à sede do Sindicato para efetuar a sua contribuição. Esse obstáculo, apesar de não ter inviabilizado o SINDIUTE, como queriam muitos, constitui dificuldades na organização desse setor.

2.4.3 A peleja jurídica APEOC x SINDIUTE: a liberdade sindical em questão

A partir de agora, detalharemos a peleja jurídica em que se debate o SINDIUTE pela defesa do direito de existir e com isso evidenciar que a estrutura sindical vigente no Brasil aprisiona o movimento sindical por meio do poder normativo da Justiça do Trabalho.

Como já evidenciamos, há diversas ações jurídicas contra o SINDIUTE em andamento, promovidas pela APEOC após a unificação em 1991 e sob a base da sua *transformação* em sindicato em 08 de fevereiro de 1989, quando passou a se denominar *Sindicato dos Servidores Públicos Lotados nas Secretarias de Educação e de Cultura do Estado do Ceará e nas Secretarias de Educação e/ou Departamentos de Cultura dos Municípios do Ceará*. São diversos processos, todos assentados na mesma base jurídica, reivindicam o artigo 8º da Constituição Federal de 1988, particularmente o seu inciso II.

Reportar-nos-emos aos termos do processo, inicialmente na Justiça Estadual Comum com nº. 09.150/92 (1992, fl.12) – promovido pela professora Maria Zilá Fernandes¹²¹, em 22 de janeiro de 1992. A escolha deste processo se justifica por ser o que está em vias de ser julgado pelo TRT – Tribunal Regional do Trabalho do Ceará, com o nº. 1540/2007 Vejamos alguns extratos da referida Ação Judicial:

O SINTECE ou SINDIUTE propalado pela Sra. ROSA DA FONSECA é uma CONTRAFAÇÃO que por ferir a norma constitucional (art. 8º, inciso II) e os interesses da categoria deve ser combatida para que o princípio da unicidade sindical seja respeitado mantido, finalmente, na mesma base territorial um único SINDICATO, no caso a APEOC/SINDICATO por ser o primeiro e único legalmente constituído nos termos do documento fornecido pela Sra. CHEFE DE COORDENADORIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO;

O promovente, para coibir o abuso que vem sendo praticado por dona ROSA DA FONSECA, FAUSTO ARRUDA e outros ativistas, no prazo indicado no art. 806 do Código do Processo Civil ingressando em AÇÃO ORDINÁRIA DECLARATÓRIA DE NULIDADE CUMULADA COM PRECEITO CUMINATÓRIO [...] A presente medida cautelar, como explicitado anteriormente, objetiva tão somente o respeito ao preceito constitucional de que na mesma base territorial somente pode existir um sindicato da mesma categoria profissional. [...] Efetivando a medida cautelar sejam citados o “SINTECE”, “SINDIUTE”, bem como os professores ROSA DA FONSECA e FAUSTO ARRUDA[...] citando-se, igualmente, o SINDICATO/APEOC na rua Tenente Benévolo, 1055 (altos) na pessoa do Presidente JAIME ALENCAR OLIVEIRA, este na condição de LITISCONSORTE seguindo feito os seus ulteriores termos, até o final da sentença (Grifos nossos).

A ação da professora Zilá, tendo como *litisconsorte* o professor Jaime Alencar, afirmava ainda que a existência do SINDIUTE atentava contra o “seu” direito, uma vez que estando ela vinculada ao sindicato legal, a existência deste sindicato afrontava o dispositivo

¹²¹ O primeiro advogado de Maria Zilá Fernandes foi o Dr. Geraldo Magela de Castro. OAB-CE 10.573, substabelecendo o processo para o Dr. José Lindival de Freitas OAB-CE 1613.

constitucional de “que somente pode existir um sindicato na mesma categoria profissional”, objetivava, Maria Zilá, que em “face a sua condição de associada [...] A cautelar objetivava evitar o dano”.

A medida cautelar de Maria Zilá/Jaime Alencar encerra o documento solicitando a intimação de Rosa da Fonseca e Fausto Arruda para que o

O SINTECE e SINDIUTE caso não estejam registrados na SECRETARIA NACIONAL DO TRABALHO, de acordo com o inciso II do art. 8º da Constituição Federal, SE ABSTENHAM DE PRATICAR ATOS ATENTATÓRIOS AO PRECEITO CONSTITUCIONAL NÃO PODENDO, POR CONSEQUENTE, REPRESENTAR A CATEGORIA”.

Após um mês e dois dias, 25 de fevereiro de 1992, o juiz de direito da 7ª Vara Cível, respondendo pela 5ª Vara Cível, Dr. Edmilson Cruz Neves, deferiu o pedido de Cautelar de Maria Zilá/Jaime Alencar nos seguintes termos¹²²:

A permanência em atividade de tais associações com características de “SINDICATO PARALELO” ao já existente, no caso o SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS NAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ E NAS SECRETARIAS OU DEPARTAMENTOS DE EDUCAÇÃO E/OU CULTURA DOS MUNICÍPIOS, sem dúvida, causará prejuízos a categoria, que ficará sem saber quem representa constitucionalmente, [...] se o SINDICATO/APEOC ou o SINTECE/SINDIUTE.

Assim sendo, estando presentes as condições específicas da ação cautelar com risco de dano irreparável ou de difícil reparação, dado provável, defiro o provimento cautelar nos termos do pedido, razão pela qual determino que se expeça mandado ordenando que as entidades denominadas SINTECE e SINDIUTE, representadas por ROSA MARIA FERREIRA DA FONSECA e FAUSTO AGUIAR ARRUDA FILHO, se abstenham de representar a categoria profissional dos Servidores Públicos lotados nas Secretarias de Educação e Cultura e nas Secretarias ou Departamentos de Educação e/ou Cultura dos Municípios, até ulterior deliberação do Poder Judiciário.

A observação que encerra a liminar concedida, enviada a Maria Zilá, é de que seja citado também “como LITISCONSORTE o Sindicato/APEOC, na pessoa do Sr. Jaime Alencar Oliveira, para oferecerem a defesa que tiverem, no prazo da lei”.

O SINDIUTE foi citado¹²³ em 10 de agosto de 1992 e em seguida contestou a ação de Maria Zilá/Jaime Alencar em 24 de agosto de 1992, através do advogado Gerardo Silveira de Siqueira. Nos termos:

Mostram-se inteiramente improcedente o argumento deduzido pela autora. Não é verdade que o Sr. Fausto Arruda Filho e Rosa Maria Ferreira da Fonseca tenham criado Sindicato paralelo à APEOC-Sindicato, como era denominada.

¹²² O extrato citado foi retirado do Processo Nº 89.150/92 fl.31, 32.

¹²³ A Certidão de citação do Oficial de Justiça, Manoel Antonio de Almeida, foi escrita nos seguintes termos: “[...] CITEI o suplicado – SINDIUTE – SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO CEARÁ, na pessoa de sua representante legal, Sra. ROSA MARIA/ARRUDA FILHO, DIGO, ROSA MARIA FERREIRA DA FONSECA, de todo o conteúdo do mesmo mandado, que após ouvir em alta voz toda a sua leitura, ficou de tudo bem ciente, recebeu contra-fê e fotocópia da petição inicial que lhe ofereci. O referido é v. DIGO, ofereci, deixando de assinar seu ciente, alegando que era candidata à Câmara Municipal, por isso, estava afastada da direção do suplicado e informou ainda que não sabia quem estava lhe substituindo na direção do suplicado” (Processo nº 89.150/92, fl. 59).

Em verdade, como prova a inclusa documentação¹²⁴, aquela entidade sindical foi extinta, por deliberação de seus associados, na forma prevista em seus estatutos. Não se pode fazer, portanto, em ferimento ao princípio constitucional invocado pelos demandantes.

Aliás, Exa., a nova Carta Política tratou de criar modelo novo de sistema sindical, dando maior autonomia às entidades, com maior relevo a vontade de seus componentes. Impossível, assim, a tentativa de tornar à vida o que já foi descartada pelos trabalhadores em educação neste Estado. Não cabe ao Judiciário, nem o fará substituir a vontade dos interessados na composição sindical.

Cumprе ressaltar, de outra sorte, que o Contestante é entidade legal e legitimamente constituída, com registro no Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas, Estatutos publicados no Diário Oficial e inscrição no CGC – MF (processo nº89. 150/92, fl.57).

Podemos observar que a sentença do juiz passa ao largo do que realmente viveu a categoria em momentos recentes. O que se deu, desde então, se estendendo por toda a década de 1990, foi a peleja jurídica tendo o SINDIUTE que se defender, no *locus* estranho a sua constituição, das diversas ações contra si pela APEOC.

Em 24 de janeiro de 2000, como já citamos, a Direção Colegiada do SINDIUTE divulgou uma nota dirigida às autoridades e órgãos da imprensa em que em cinco itens faz esclarecimentos acerca do andamento das ações jurídicas da APEOC contra o SINDIUTE.

Assim explicava o item 5.1 da nota:

No início do mês de fevereiro de 1992 entraram com 3 (três) ações cautelares idênticas (mesma causa de pedir) simultâneas que foram distribuídas para 3ª, 4ª e 5ª Varas Cíveis (3ª Vara Cível – Proc. nº. 87.823/92; 4ª Vara Cível – Proc. nº. 14.754/92, e 5ª Vara Cível – Proc. nº89.150/92):

O Juiz da 3ª Vara Cível não se manifestou sobre a ação cautelar;

O Juiz da 4ª Vara Cível concedeu liminar e logo em seguida revogou-a;

O Juiz da 5ª Vara Cível, representado por seu substituto, concedeu também outra liminar.

A nota segue explicando que, em função do quadro tumultuado do processo, o SINDIUTE, por meio de seus advogados, “arguiu a prevenção para o Juiz da 4ª Vara Cível, tendo o mesmo evocado para ele os processos e revogado também a liminar concedida pelo Juiz substituto da 5ª Vara Cível”. Afirma, no entanto, a nota, que o juiz da 5ª Vara Cível não acatou o procedimento. Para agravar o quadro, a APEOC entrou com uma nova ação com o mesmo conteúdo, Proc. 15.597/02, que foi distribuída para a 8ª Vara Cível, concedendo o juiz mais uma liminar desfavorável ao SINDIUTE.

¹²⁴ Colocando como anexos os documentos: 1- Ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a fusão da APEOC/SINDICATO ao SINDIUTE 2- a Comunicação de Encerramento de Atividades, com baixa de CGC do SINDICATO/APEOC junto ao Ministério da Fazenda (Secretaria da Receita Federal) encaminhado pela ex-tesoureira da APEOC/SINDICATO, professora Maria Liduina Esteves, 3-Ofício enviado ao Governador Ciro Gomes assinado pelo professor Roberto Felício enquanto presidente da CNTE, comunicando que “o referido Sindicato, devidamente registrado, conforme legislação em vigor, está credenciado a representar os trabalhadores em educação do Ceará, sendo descabido o questionamento sobre sua legalidade”.

Tal situação faz com que o SINDIUTE, através de seus advogados entre com ações “nas diversas Varas Cíveis”, com exceção da 4ª Vara, arguindo a incompetência dos respectivos juízes, por se tratarem de ações cautelares conexas e solicitando a redistribuição dos processos para o juiz da 4ª Vara Cível, por se tratar do *juiz provento*, que na linguagem jurídica significa ser o primeiro a se manifestar sobre as medidas cautelares. Como resultado desse processo, continua afirmando a nota, foi “acatada a exceção de incompetência dos demais juízes” e com isso “todos os processos foram redistribuídos, finalmente, para o Juiz Manoel Cândido Sobrinho, da 4ª Vara Cível”.

A APEOC entrou com uma “ação de exceção e suspeição” contra o referido juiz, ação acatada pelo juiz, encaminhando a ação para o juiz da 5ª Vara Cível, Dr. Helder Mesquita, que tomou medidas no sentido de corrigir várias irregularidades do processo.

Usando o termo “inexplicavelmente”, a nota afirma que os processos foram novamente desmembrados, “induzindo o Juiz da 4ª Vara Cível a proferir uma sentença¹²⁵ na ação cautelar”, isso estando impedido de fazê-lo e, quando o próprio juiz reconhece a “conexão das ações cautelares e da sua própria suspeição”, o SINDIUTE recorre e susta a condenação definitiva.

O SINDIUTE recorreu em 02 de dezembro de 1994. Nessa condenação, não foi devidamente notificado em função de a intimação ter ido para o advogado que naquele momento não respondia mais pelo Sindicato, o que possibilitou recorrer da sentença proferida. Foi no contexto dessa sentença que o juiz ordenou que as consignações dos sócios do SINDIUTE que vinham sendo depositadas em juízo, há dois anos, fossem repassadas para a APEOC.

A nota continua informando que, em março de 1995, o SINDIUTE entrou com uma ação requerendo a nulidade da medida liminar de 25-02-1992, pois “a Ação Principal (datada de 10/04/1992) do processo em questão, ocorreu quando já exaurido o prazo de 30 dias, perdendo, portanto, a medida cautelar sua validade”. A nota do SINDIUTE lamenta que “como resposta a petição referida, numa atitude de claro abuso de poder, o Juiz determina ‘de ofício’ também a suspensão sumária dos descontos em folha de pagamento dos nossos associados na Secretaria de Educação Básica do Estado.”

¹²⁵ A sentença foi publicada no *Diário da Justiça* em 02 de dezembro de 1994.

Após os episódios ora descritos, a nota informa um dado já relatado no presente trabalho, que foi o fato de o advogado da APEOC, Dr. José Lindival de Freitas, ter feito *carga*¹²⁶ de parte dos processos em 1997 e só devolvê-los três anos depois.

A nota conclui fazendo um apelo para que prepondere o espírito de justiça e que

As arbitrariedades contra o SINDIUTE sejam revistas e de imediato o fim das discriminações contra o nosso sindicato e principalmente, considerando que esta é a vontade soberana da categoria expressa nas diversas instâncias já realizadas com essa finalidade [...] e, por ser a única entidade reconhecida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE como legítima e legalmente representante dos trabalhadores em educação do Estado do Ceará e que objetivamente, vem fazendo a luta em defesa da educação pública e gratuita do nosso estado.

No início dos anos 2000, mesmo ano em que em seu Congresso Estadual a CUT integra a APEOC aos seus quadros, esta entidade redigiu pedido, em 10 de março, de *Execução da Sentença* contra o SINDIUTE nos seguintes termos:

Para que tudo possa ser bem aquilatado, sem as deformações unilaterais de imagem que estavam sendo moldadas e ainda estão, por integrantes de uma sociedade civil, alcunhada de “SINDIUTE”, tudo em razão da tolerância do Sindicato/APEOC, ora exequente, entretanto *não podendo permanecer sem corretivo* [...] No caso da sociedade ré “SINDIUTE”, embora citada no mês de fevereiro de 1992, até hoje as decisões judiciais não foram efetivadas uma vez que o falso “sindicato” insiste em se auto-apregoar como representante da categoria dos professores[...] intime-se o contrafeito “SINDIUTE”[...] que seja expedido ofícios aos Excelentíssimos Senhores Secretário de Educação do Estado do Ceará e Secretário de Educação do Município de Fortaleza, dando ciência das decisões judiciais, ora em execução, *para que ditas autoridades se precavendam de falsos representantes da categoria dos professores, com prejuízos para os legítimos dirigentes sindicais.* Proc. fls.109,110 e 111 (Grifos nossos).

Os comunicados ao então Secretário de Educação do Estado, Antenor Naspolini, e a Secretária de Educação do Município de Fortaleza, Rose Mary Freitas Maciel, foram entregues em 04 de abril de 2001, no sentido de “levar ao conhecimento desse Órgão o teor deste Juízo (cópia anexa), pela qual o referido SINTECE/SINDIUTE há de se abster de praticar quaisquer atos relacionados à categoria”.¹²⁷

A APEOC assentava suas ações na decisão do juiz de Direito, Dr. Onildo Antonio Pereira da Silva, que, acatando seu pedido, emitiu sentença contra o SINDIUTE em 21 de março de 2001 (Processo nº02. 57748-1. fls. 116-118).

O SINDIUTE, tal qual *Fênix*, se levanta mais uma vez. O Dr. Fabrício Quixadá Steindorfer Proença, em 20 de dezembro de 2001, substabeleceu os poderes jurídicos de defesa para os advogados Taciano Capibaribe Barros, Eric Sabóia Lins Melo, Sérgio Luís

¹²⁶ Carga ou processo em carga é o termo jurídico que significa a retirada do processo por advogados, representando uma das partes em questão para ler e analisar.

¹²⁷ Processo nº 09.150-92 (fls.121 e 122).

Tavares Martins e Lauro Henrique Lobo Bandeira. Em 8 de abril de 2002, integram a equipe jurídica os advogados Francisco José Gomes da Silva e Marcelo Ribeiro Uchoa.

Em 22 de fevereiro de 2005, os referidos advogados, após analisar o processo contra o SINDIUTE por Maria Zilá Fernandes, avaliam tratar-se claramente de ação de trabalhadora e sindicato o que concluem em *Argui Superveniência de Incompetência Absoluta*. Aliada a esse fato, a aprovação da Emenda Constitucional N°45/2004¹²⁸, que remetia à Justiça do Trabalho todos os processos que tramitavam na Justiça Comum, serviram como base de defesa dos advogados deste Sindicato:

[...] Em assim sendo, posto efetivamente ser, à evidência de que a matéria aqui retratada identifica-se exatamente com a previsão de vigente redação do art. 114, inciso III, da CF/88, não há como postergar-se a remessa do feito à Justiça do Trabalho, que deve ser promovida imediatamente.

O juiz de Direito da 4ª Vara Cível, Onildo Antonio Pereira da Silva, dois anos depois, 22 de maio de 2007 determina:

No caso dos autos – ação ordinária de nulidade cumulada com preceito cominatório (processo nº 2000.0065.7216-3) -, *percebe-se facilmente que ainda não houve julgamento de mérito*, razão pela qual, diante de todo o exposto, e acatando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria em questão, este Juízo declina de sua competência para processar e julgar o presente feito e os demais em apenso (processo nº 2000.0065.7215-5 e nº 2000.0065.7214-7), determinando, por conseguinte, que a Secretaria deste Juízo providencie o encaminhamento destes autos à Justiça do Trabalho, com as devidas baixas na distribuição (Grifo nosso).

Após serem remetidos à Justiça do Trabalho, em 03 de setembro de 2007, a juíza do Trabalho, Sandra Helena Barros de Siqueira, declara: “observa-se que em um só corpo estão reunidos os autos referentes a três processos distintos: uma ação cautelar, uma exceção de incompetência e uma ação ordinária declaratória”, e afirma “não há motivo para que tais autos integrem um só corpo processual”. Esse entendimento faz com que a juíza determine “apartar os autos ora reunidos”.

Dessa forma, o processo de Maria Zilá Fernandes, agora com a numeração 01540/2007 – 006 – 07 – 00 -5, é encaminhado para a 6ª Vara do Trabalho de Fortaleza, em

¹²⁸ Emenda Constitucional N°. 45/2004, art.14. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: I – as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; II – as ações que envolvem o exercício do direito de greve; III – as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; IV – os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita a sua jurisdição; V – os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, ‘o’; VI – as indenizações por dano moral ou patrimonial, decorrente da relação de trabalho; VII – as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho; VIII – a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, ‘a’, e II, e seus acréscimos legais, decorrente das sentenças que proferir; IX – outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei. Constituição Federal (2006, p.332).

10 de setembro de 2007. No dia seguinte o Juiz da 6ª Vara do Trabalho de Fortaleza, Plauto Carneiro Porto, determina “audiência para realização das propostas conciliatórias e produção de prova oral, devendo as partes ser notificada para comparecer, sob pena de confissão quanto à matéria de fato, bem como apresentarem suas testemunhas”(Fl.141). A audiência fica marcada para 06 de dezembro de 2007 às 08h15min na 6ª Vara do Trabalho de Fortaleza.

Após receber a notificação, o advogado da APEOC, Dr. José Lindival de Freitas, respondeu ao juiz em 22 de novembro de 2007, ratificando todos os termos do processo e elencando entre as testemunhas de Maria Zilá Fernandes (que neste momento, alegando problemas de saúde¹²⁹, nomeia “na qualidade de sua preposta”, a professora Maria Elenice Nogueira de Oliveira)¹³⁰, como Litisconsorte a APEOC na pessoa do professor Jaime Alencar de Oliveira.

A audiência do dia 06 de dezembro de 2007, conduzida pelo juiz Plauto Carneiro Porto, transcorreu sem o conhecimento do conjunto da Direção Colegiada do SINDIUTE em função das divergências e rupturas no seio da Direção Colegiada, naquele momento. A Coordenadora Geral compareceu à audiência¹³¹, sem o conhecimento do grupo e ainda acompanhada do advogado, que não mais respondia juridicamente pelo Sindicato. A informação foi apresentada pela própria Secretária Geral em reunião de Diretoria, fato registrado em ata.

O substabelecimento para o então advogado da entidade, Dr Valdecy da Costa Alves, veio a acontecer no dia 13 de fevereiro de 2008, mais de dois meses após a realização da audiência. Essa dispersão, em virtude do não-encaminhamento da 1ª Secretária, que deveria ter feito os procedimentos legais de substabelecimento dessa ação para o advogado que respondia pela entidade, fez com que a sentença em desfavor do SINDIUTE fosse proferida em 12 de setembro de 2008, sem a comunicação ao Dr. Valdecy Alves, advogado da entidade, e, portanto, sem a devida defesa.

¹²⁹ O atestado médico assinado pelo Dr. Henrique Pereira de Farias, datado de 04 de dezembro de 2007, afirma: “atesto para devidos fins que Maria Zilá Fernandes se encontra impossibilitada de se locomover do seu domicílio por motivo de doença”. Proc. fl. 155.

¹³⁰ Maria Elenice Nogueira de Oliveira integra a atual direção da APEOC como suplente da direção e representante da Zonal Nossa Senhora das Graças de Fortaleza, na gestão de 28/02/2007 a 27/02/2010. Ressalte-se que a referida gestão que tem como presidente a professora Penha Alencar (esposa de Jaime Alencar) e Anízio Melo, integrante da Articulação Sindical como tesoureiro em “Assembleia” não divulgada pela direção teve prorrogado o seu mandato para 2011.

¹³¹“Às 08h37min, aberta a audiência, foram, de ordem do Exmo. Sr. Juiz do Trabalho, apresentadas as partes: Presentes a preposta da promovente, Sra. MARIA ELENICE NOGUEIRA DE OLIVEIRA, acompanhada de seus advogados, Dr. JOSÉ LINDIVAL DE FREITAS, OAB nº 1613/CE e JOSÉ NUNES RODRIGUES, OAB nº 10346)CE[...] Presente o promovido, representado pela Sra. IRLENE MARIA SOUSA ARAÚJO, 1ª Secretária Geral, acompanhada de seu advogado, Dr. CAIO SANTANA MASCARENHAS GOMES, que requereu prazo para juntada de substabelecimento, o que foi deferido em cinco dias. Requereu ainda juntada da ata de posse da Diretoria do promovido. Conciliação rejeitada” fl.166.

De acordo com os autos do processo, durante a audiência, depois de ressaltar as acusações da APEOC e defesa do SINDIUTE, estas, a partir de registros anteriores, tendo em vista o não-comparecimento do seu advogado de defesa, o juiz Plauto Carneiro Porto sentenciou:

DECIDE o Juiz da 6ª Vara do Trabalho de Fortaleza julgar procedente, em parte, a presente ação para o fim de determinar que o promovido se abstenha de praticar atos de representação da categoria dos servidores públicos lotados nas Secretarias de Educação e de Cultura do Estado do Ceará e nas Secretarias de Educação e/ou Departamentos de Cultura dos Municípios do Estado do Ceará, confirmando, assim, a sentença proferida a Ação Cautelar cominando a multa diária de R\$ 1.000,00 em caso de descumprimento.

Custas de R\$ 20,00 calculadas sobre o valor arbitrado de R\$1.000,00 pelo promovido.

A falta de encaminhamento de defesa em função do não-conhecimento da Direção Colegiada e de seu setor jurídico devidamente credenciado em função da comunicação ter sido enviada para o advogado Antonio Emerson Sátiro Bezerra, quando este não mais respondia pelo Sindicato, e nem mesmo era o que tinha participado da audiência com a 1ª Secretária do SINDIUTE. Ademais constatou-se erro da comunicação enviada.

Foi através do *site* da APEOC, numa nota dedicada ao professor Jaime Alencar de Oliveira (*In Memoriam*) assinada pelo sócio da entidade, José Nunes Rodrigues, que nós, em virtude de nossa pesquisa de mestrado, fomos surpreendidas com tal informação. Um dos trechos da nota lamentava o fato de Jaime Alencar não ter vivido para comemorar sua vitória.

[...] O Prof. Jaime não alcançou a decisão, pois, naquele mesmo dia, iniciava uma batalha cujo desfecho já todos nós sabemos. [...] O art. 8º, da Carta Política, não admitia mais de um sindicato [...] Contudo, a desobediência continua por parte de entidades fantasmas, cujo desrespeito desafia incessantemente as determinações judiciais. [...] A tentativa de um antigo diretor, em conluio com o então SINTECE, formando o famigerado SINDIUTE, ruiu por terra diante da confirmação da sentença pela 10ª Unidade Federal, decisão esta que não é do conhecimento do guerreiro Jaime.

O professor José Nunes, ressaltando as *qualidades* de Jaime Alencar, afirmava ainda que, após sua morte, pela sua *luta*, deveria estar, neste momento, “procedendo às escolhas dos nomes que comporão as suas frentes sindicais no etéreo”.

Os diretores do SINDIUTE, diante do fato acionaram sua Assessoria Jurídica, através do Dr. Valdecy Alves para que tomasse as medidas cabíveis. O primeiro passo foi fazer uma petição ao juiz da 6ª Vara do Trabalho, datada de 19 de janeiro de 2009, nos seguintes termos:

[...] COMO ADVOGADO SUBSTABELECIDO E NÃO INTIMADO NA PUBLICAÇÃO, DOJT anexo, dá-se por intimado nesta data, requerendo vistas dos autos para efeito de interposição do devido recurso ordinário. Tudo pela mais inteira questão de JUSTIÇA!

No dia seguinte, o juiz da 6ª Vara do Trabalho, Plauto Carneiro Porto decidiu:

[...] Em petição protocolizada em 08/04/2008, só posteriormente juntada aos autos (fls. 148), os então patronos da reclamada substabelecem os poderes que lhes foram outorgados, sem reservas, ao Dr. Valdecy da Costa Alves. Portanto o mencionado patrono é que deveria ter sido notificado da sentença o que não ocorreu conforme se verifica às fls. 146.

Isto posto resta sem efeito a certidão de fls. 147 e revogados os despachos proferidos a partir da referida folha.

Em 28 de janeiro de 2009, o mesmo juiz determinou a Maria Zilá Fernandes:

A execução da sentença de fls. 141/145 somente será realizada após seu trânsito em julgado, o que não ocorreu ainda, em face do recurso ordinário interposto pela parte demandada (fls. 183/200/, pelo que indefiro a petição de fls.152/154).

Recebo o recurso interposto pela ré, por atender aos pressupostos legais de admissibilidade.

Informe-se a recorrida MARIA ZILÁ FERNANDES, por seu patrono, para apresentar contra-razões, no prazo legal.

Com os novos desdobramentos, o SINDIUTE intensificou uma campanha de informação e esclarecimento junto à categoria. Em nota convocando para um ato “*EM DEFESA DO SINDIUTE*”, no dia 29 de janeiro, a Direção Colegiada se posicionou:

Trata-se de um grave ataque de um sindicato, no caso a APEOC, à Liberdade Sindical [...] *A última greve em defesa do Piso Profissional Nacional mostrou que a categoria está disposta a lutar e a construir sua unidade, encerrando assim esse período de divisão dos professores em duas entidades.* De nossa parte, o SINDIUTE fez cumprir as deliberações de seu VI Congresso Estadual entre as quais: construir a unidade na luta, garantir a implantação do Piso Nacional, ratificar a unificação rompida pela APEOC em 1991, assegurar a liberação de professores para cumprir o mandato sindical e conquistar a fixação do código de desconto de contribuição sindical que os seguidos governos estaduais, inclusive o atual têm negado ao SINDIUTE.

Defendemos que cabe a cada servidor, cada servidora definir, exercendo o seu direito a filiar-se, manter-se filiado ou desfiliar-se, eleger qual sindicato ou sindicatos que devem representá-lo. Pois à luz da liberdade sindical, com ou sem APEOC, o SINDIUTE preenche os requisitos formais para continuar existindo. [...] Além dos requisitos políticos e de representatividade (Grifo Nosso)

Nesse momento, o SINDIUTE se prepara para mais um embate jurídico em função de audiência marcada para o dia 31 de julho¹³², posteriormente remarcada para 17 de agosto de 2009. Além da campanha de divulgação junto à categoria, solicitou o apoio junto à CUT e CNTE (entidades às quais o Sindicato é filiado) e cuja responsabilidade assume uma dimensão

¹³² Em nota dirigida à Executiva Estadual da CUT para tratar das eleições do Sindicato e a denúncia à APEOC há uma um trecho que afirma: “Ao mesmo tempo, fomos surpreendidos com a marcação pela Justiça Estadual do julgamento de uma ação judicial movida pela APEOC contra o SINDIUTE para a próxima sexta-feira, dia 31 de julho, “coincidentemente”, o dia marcado para a assembleia dos professores municipais para decidir os rumos do movimento grevista.

Vivemos, como os companheiros podem constatar, um duplo ataque, não contra esta ou aquela corrente da CUT, mas contra a liberdade de organização, pois é o direito de se organizar livremente em seu sindicato que é posto em questão tanto por uma chapa que se qualifica como “ligada a Prefeitura” como quando a APEOC responde aos apelos do SINDIUTE à unificação com uma ação que pretende simplesmente fechar as portas do nosso sindicato, fundado numa iniciativa da CNTE e cutista desde a sua origem”.

maior, pois acolheram e integraram em seus quadros tal entidade que viola os princípios mais elementares da convivência entre trabalhadores.

Em nota dirigida à CUT, em 30 de julho de 2009, também intitulada “*EM DEFESA DO SINDIUTE*”, afirma:

é chegada a hora da CUT-CE reafirmar o seu Estatuto no que diz respeito à liberdade e autonomia sindical, princípio que é a expressão da democracia cutista.[...] Baseados na resolução já existente da CUT e da CNTE de retirada desse processo (não acatado pela APEOC) vimos propor uma ampla campanha , conduzida pela CUT e suas organizações cutistas. É preciso que nossa central, através de um manifesto, convoque uma campanha e torne público as suas decisões e ações.

A iniciativa tomada pela CUT constituiu no posicionamento através de sua Executiva, pela retirada das ações e a constituição de uma comissão, coordenada por ela com representação do SINDIUTE, APEOC e CNTE. Essa comissão, com a presença dos professores Anísio Melo, Fábio Lopes, setor da Articulação Sindical e Reginaldo, setor da APEOC que compõe com Penha Alencar, presidenta da entidade e viúva de Jaime Alencar. As professoras Gardênia Baima, Cristina Guilherme, Maria Valdecir Abreu, Cristina Castro, Luênia Aderaldo representado o SINDIUTE. Além das duas entidades, estava o presidente da CUT estadual, Jerônimo, e o representante da CNTE, professor Denílson.

A posição da CUT e CNTE é de reconhecimento das duas entidades, ao mesmo tempo em que solicitam dos diretores da APEOC a retirada dos processos contra o SINDIUTE. Após longo, tenso e intenso debate, no entanto, a posição desses setores que compõem a APEOC continua irredutível. Nenhum processo será retirado; nenhuma unificação será ratificada.

2.5 SINDIUTE: representação e representatividade

Os acontecimentos de quase duas décadas vividos pelo movimento sindical dos trabalhadores da educação básica do Ceará constituem um verdadeiro laboratório para se aferir a falta de liberdade e violação aos direitos sindicais neste País, pelo Estado e pelos diferentes governos do Ceará, e, o que é pior, pelas forças políticas que renegaram os princípios que alicerçaram o processo histórico de formação da CUT.

Apesar das declarações de apoio, inclusive com presença no ato da audiência, com pressão junto ao Judiciário, a falta de posição mais efetiva ante os ataques dirigidos ao SINDIUTE pela APEOC revela a posição defensivo-conivente manifestada pelos dirigentes signatários da força majoritária da CUT e CNTE diante de tanta violação.

Contra tantas violações é que se pautará a defesa feita pela assessoria jurídica do SINDIUTE, representada e apresentada pelo Dr. Valdecy da Costa Alves, na audiência do dia 17 de agosto de 2009, na 7ª Região do TRT – Tribunal Regional do Trabalho.

A defesa jurídica¹³³ pauta-se em vários aspectos: 1- Da sentença e seus fundamentos; 2- De como a sentença viola princípios constitucionais; de como viola a jurisprudência; de como viola a liberdade sindical; 3- Do registro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Na defesa, questiona-se a “Ilegitimidade de agir” da professora Maria Zilá Fernandes, por ser filiada a APEOC, ao solicitar a “nulidade dos atos registrados do SINDIUTE por ferir o inciso II do art. 8º da Constituição Federal”.

Importante começar pela preliminar que questiona O INTERESSE DE AGIR de uma filiada, PESSOA FÍSICA, simples filiada a um sindicato requerer a anulação da fundação de outro sindicato [...] Ademais, observa-se que figura no feito o Sindicato dos Servidores Públicos Lotados nas Secretarias de Educação e Cultura dos Municípios do Ceará- APEOC, sem oposição, como litisconsorte.[...] Necessário destacar a má fé da APEOC[...] NÃO HÁ COMO SER LITISCONSORTE E AO MESMO TEMPO TER OUTRA AÇÃO COM O MESMO PEDIDO NOUTRA VARA. Induzindo o juízo ao erro, pela omissão deliberada, sem alegar o fenômeno da conexão.

O questionamento da assessoria jurídica explora a contradição do Artigo 8º da Constituição Federal. Contrapõe como defesa ao inciso II o inciso I do mesmo art. 8º, que afirma: “a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvando o registro no órgão competente, vedado ao Poder Público à interferência e intervenção na organização sindical”.

Fundamentando a defesa, a Assessoria Jurídica diz que o SINDIUTE tem registro desde 1992 no Cartório de Registro de Títulos e Documentos¹³⁴. Quanto ao registro no Ministério do Trabalho, no corpo da peça jurídica, consta uma consulta do advogado do SINDIUTE ao Ministério do Trabalho e Emprego do dia 09 de junho de 2008 do qual recebe em resposta:

Em resposta à sua solicitação informamos que o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará – SINDIUTE –CE está devidamente registrado junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio de processo que é número informado abaixo 35043.030164/92-96, salientamos que Carta Sindical são somente para as entidades registradas até o ano de 1988.

¹³³ Todas as citações que serão feitas nesse ponto foram extraídas da peça jurídica de defesa feita pelo Dr. Valdecy da Costa Alves que consta nos autos do Processo. 1540/2007 – 006-07-00-5.

¹³⁴ Registro Nº 80316, Cartório Melo Júnior, de 28 de janeiro de 1992.

Como afirma a defesa do SINDIUTE, o Ministério do Trabalho é o órgão competente para emitir o registro¹³⁵, o que só o faz quando analisa os requisitos necessários no sentido de controlar a UNICIDADE SINDICAL. Nesse caso, “a unicidade sindical não foi violada, vez que a APEOC e o SINDIUTE representam categorias diferentes, sendo o SINDIUTE mais específico, menos abrangente que a APEOC”. Reitera:

Tem-se que no inciso I art. 8º da Constituição Federal proibida a intervenção do Estado na organização sindical. A SENTENÇA NOS MOLDES EM QUE FOI PROLATADA configura numa verdadeira interferência do estado-juiz na entidade sindical.

Já o inciso II, do artigo 8º, pode ser resumido numa palavra: UNICIDADE SINDICAL... Mas o que é unicidade sindical??? O próprio artigo 8º conceitua. NÃO PODER EXISTIR MAIS DE 01 SINDICATO REPRESENTANDO A MESMA CATEGORIA NA MESMA BASE TERRITORIAL.

A APEOC, conforme seu estatuto tem base no Estado do Ceará, o SINDIUTE tem base no Estado do Ceará. Mas NÃO REPRESENTAM A MESMA CATEGORIA. Questão simples que pode ser resolvida comparando os próprios nomes das entidades:

APEOC: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS nas SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E DE CULTURA DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ. Então a APEOC, conforme seu nome e estatuto representa todos os servidores lotados na secretaria de educação do Estado do Ceará e nas secretarias de educação dos 184 municípios cearenses. Representa também todos os servidores lotados na Secretaria de Cultura do Estado do Ceará e dos 184 municípios cearenses.

SINDIUTE: SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ. Categoria mais restrita do que aquela representada pela APEOC. O SINDIUTE É MAIS ESPECÍFICO, representa só os trabalhadores da educação. Quando se falam em trabalhadores envolve tanto os servidores efetivos quanto os temporários contratados nos termos do artigo 37, IX, CF/88. LOGO OS SINDICATOS REPRESENTAM CATEGORIAS DIFERENTES NA MESMA BASE.

Com base nos argumentos afirmados na defesa, requer que “*SEJA REFORMADA A SENTENÇA INTEGRALMENTE*”.

Com a ausência da APEOC da referida audiência, o auditório do TRT lotado de trabalhadores em educação, após ouvir a defesa do SINDIUTE por meio de seu advogado, dois desembargadores se posicionaram a favor da APEOC e o terceiro, alegando ser “polêmica” a questão, pede ‘vistas’ do processo e o impasse é adiado, até o presente momento sem resolução.

A preocupação de esclarecer, pormenorizadamente, o aspecto jurídico e político da legitimidade do SINDIUTE tem, entre outras finalidades, a de mensurarmos a gravidade da

¹³⁵ Na defesa consta o acórdão do TST – Tribunal Superior do Trabalho. Processo nº TST-RR-810.392/2001.0. “ESTABILIDADE PROVISÓRIA. DIRIGENTE SINDICAL. SINDICATO AINDA NÃO REGISTRADO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. A necessidade de outorgar proteção ao dirigente sindical já se impõe no processo de criação da entidade respectiva. É nessa fase que os trabalhadores em processo de organização encontram-se mais vulneráveis, não se podendo admitir que o empregador frustre a iniciativa obreira na origem. Não se pode, portanto, pretender vincular o início da garantia devida ao dirigente sindical a qualquer providência formal subsequente à deliberação da categoria em organizar-se em sindicato, máxime ao registro no Ministério do Trabalho providência de índole meramente administrativa, destinada a dar publicidade à constituição da nova entidade sindical. Recurso de revista conhecido e provido.”.

iminente violação aos já limitados direitos de organização sindical diante dos ataques que se intensificam contra os trabalhadores em educação do Ceará, que seguem lutando.

Lutar apenas pela igualdade, pela eficiência, pela publicidade, moralidade, impessoalidade, faz do sindicato um inimigo mais temível para o prefeito que o partido de oposição. Daí as violações à liberdade sindical terem se agravado nos últimos tempos em todo o Brasil, principalmente no Estado do Ceará, tradicionalmente com uma cultura de coronelismo. (ALVES, s/d, p. 03).

Pelo que foi exposto, podemos assinalar que o estabelecimento do SINDIUTE integra elementos de legitimidade, tanto no aspecto político como jurídico de sua constituição, o que tornam mais graves os ataques que recaem sobre si.

A forma como historicamente os servidores públicos do Ceará constituíram sua organização afirma com maior força que o ataque é político e objetiva calar um dos poucos sindicatos que ainda confronta os governos locais. Senão vejamos: existe no plano estadual o Sindicato dos Servidores Estaduais – MOVA-SE, que integra professores e servidores da Secretaria de Educação e Secretaria de Cultura do Estado, universo da base sindical da APEOC; existe o Sindicato dos Servidores Municipais de Fortaleza – SINDFORT, que da mesma forma sindicaliza servidores e professores da Secretaria de Educação e de Cultura do Município de Fortaleza, também universo de base da APEOC e ainda existem os sindicatos municipais dos 184 municípios cearenses, que organizam os professores do interior e tem uma estrutura organizativa em Federação e Confederação e também compõem o universo que a APEOC quer abarcar.

Estes sindicatos têm, a despeito das divergências, convivido independentemente e unificando suas mobilizações em diversos momentos da luta. Indagamos: se todos, de certa forma, acomodam setores da educação, por que a APEOC e o governo do Estado só intervêm contra o SINDIUTE?

Na nossa condição de pesquisadora da história deste Sindicato e como militante sindical, o que se pretende com o SINDIUTE é calar a voz de uma organização de trabalhadores que conta com inquestionável reconhecimento no meio sindical e está frequentemente ocupando os meios de comunicação cearense pelas lutas que, insistentemente, organiza e dirige contra as políticas de desrespeito e exploração encetadas pelos Governos federal, estadual e municipal, militando em defesa dos trabalhadores em educação e da escola pública de qualidade para a classe trabalhadora.

A representatividade é aferida pela existência dos cerca de sete mil filiados, dentre os quais dois mil *repousam* na burocracia da SEPLAG – Secretaria de Planejamento e

Administração do Estado, cujo governo viola direitos garantidos constitucionalmente, qual seja, do trabalhador decidir a qual sindicato quer pertencer e fortalecer.

Se fizermos um paralelo referente ao aspecto quantitativo da filiação sindical do SINDIUTE e APEOC, observaremos que o aparato governamental que deu sustentação à filiação a esta última deve ser fator importante a considerar, no entanto, se avaliamos também com base nos acontecimentos das quase duas décadas de existência e das lutas travadas pelo SINDIUTE, podemos aferir que a supremacia da APEOC em número de filiados não significou, como relatamos até aqui, absolutamente, maior combatividade.

A recusa de concessão do código de consignação e liberação de diretores para mandato sindical por parte do Governo, somadas aos ataques de setores do próprio movimento, estão em franca contradição com a disposição de luta desse organismo sindical.

A determinação manifestada pelo núcleo dirigente deste sindicato que militou até aqui (apesar de todos os ataques para a destruição do SINDIUTE), o reconhecimento dos que se mantiveram organizados em seu interior, como também o crivo de várias pesquisas acadêmicas que corroboram a sua importância e combatividade constitui legitimidade incontestável e que essa representatividade está além do aspecto quantitativo de suas filiações e do aprisionamento jurídico e político imposto pelo Estado e pela capitulação e traição de setores do movimento sindical.

Quando se verifica a anuência de setores do movimento sindical reafirmando o caráter reacionário da estrutura sindical vigente, isto nos remete a reafirmar a pertinência da avaliação de Boito Júnior de que

A Constituição de 1988 elevou os principais elementos da estrutura sindical, que anteriormente eram normas contidas na CLT, à condição de normas constitucionais. A Constituição manteve, no seu artigo 8º, a necessidade de reconhecimento do sindicato pelo Estado, a unicidade sindical, as contribuições sindicais obrigatórias, a divisão do movimento sindical por categoria e seu retalhamento por municípios (1991, p. 33).

Com posição contrária ao fracionamento do movimento dos trabalhadores em educação do Ceará, o SINDIUTE, por meio de suas resoluções congressuais, defende a ratificação da unificação rompida em 1991, por entender que essa questão ainda constitui impedimento à luta da categoria.

Depois, porém, de conferir/recuperar toda a trajetória de luta desta organização sindical, deve-se negar que a resolução desses conflitos seja pela subtração do seu direito de existir, à revelia dos sujeitos que o edificaram. Que a palavra seja devolvida às instâncias legítimas da classe, principal *locus* de resolução.

Compreendemos, de um lado, o SINDIUTE, como os demais sindicatos, como organização de trabalhadores que atua no seio da sociedade burguesa, com todas as limitações impostas pelo regime capitalista da propriedade privada e da exploração de classes.

Por outro lado, no entanto, reafirmamos a legitimidade, em todos os aspectos da sua existência e manutenção, pelo fato de que, ao longo de toda a constituição deste organismo sindical, em seu movimento de crise e resistência, comporta, entre tantos outros, um elemento que por si só respalda o maior grau de legitimidade de qualquer organização de trabalhadores, qual seja: *a vontade soberana de sua base que resiste e luta.*

2.6 A Singularidade da crise em 2003: adeus aos sindicatos?

Certamente o leitor, ao finalizar a leitura do item anterior, poderá ter tido a impressão de que este trabalho, pelo menos temporariamente, teria exaurido a análise das crises vividas pelo SINDIUTE. Este vive, entretanto, mais um momento de crise e rupturas, desta feita, envolvendo a polêmica acerca da pertinência ou não da existência não apenas desse organismo sindical, mas de toda luta sindical em si.

Além da complexidade da crise vivida pelo SINDIUTE e do movimento dos trabalhadores no plano nacional, debatidos até aqui, o SINDIUTE, vê-se, a partir de 2003, atingido por novos discursos que passam a questionar a centralidade do trabalho e as formas tradicionais de luta de classe, especialmente a sindical.

Curiosamente, vale observar, tais discursos são constituídos no interior do SINDIUTE na esteira das discussões desenvolvidas pelo Partido dos Trabalhadores(as) pela Emancipação Humana (PART), organização à qual se vinculava o núcleo dirigente do SINDIUTE, representado pela professora Rosa da Fonseca e que, em meio ao processo de oficialização do referido partido, muda de análise, passando a incorporar as teses do grupo Krisis.

Araújo (2000), em sua dissertação intitulada *Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará: uma história de luta e contradições*, já sinaliza elementos da nova concepção assumida pelo grupo da professora Rosa da Fonseca. As concepções defendidas pela referida professora e constituídas nos anos da fundação do SINDIUTE consubstanciadas no socialismo como perspectiva social de organização da sociedade, do trabalho como princípio educativo e o sindicato como um dos instrumentos de luta da classe, aparecem em clara oposição às novas formulações.

Quanto ao socialismo, Araújo, referindo-se ao posicionamento da professora Rosa, registra

Para este, a experiência do Leste Europeu e do socialismo teria fracassado, e por isso, seria necessário apostar numa nova sociedade para além do “presente como está” e do “passado” como foi, definida esta como “uma sociedade inteiramente livre, humanamente diversa e socialmente igual, omitindo, então, o termo “socialismo” para identificar o modelo societário definido¹³⁶.

Quanto ao trabalho, outrora princípio educativo, registra Araújo, com base nas Resoluções do II Encontro Estadual dos Trabalhadores em Educação, realizado em 1993.

Quanto à análise que o SINDIUTE faz acerca da crise do capitalismo e do “fim do trabalho” [...] teorizam que o capitalismo estaria enfrentando, nos últimos anos, uma crise de características diferentes das anteriores, uma vez que esta evolui da exploração do trabalho humano, como fonte produtora de mais-valia, à exclusão do trabalho humano do processo produtivo, num sentido crescente [...] numa incapacidade do capitalismo de continuar “explorando” o trabalho humano, transformado, assim, a maioria da humanidade em “excluídos”, ao invés de “explorados” (2000, p. 116).

Também verificamos nos registros de Araújo as asserções do grupo da professora Rosa acerca do Sindicato relacionada às novas formas de representação que o grupo defende, embora não se verifique posição clara quanto à ruptura com a intervenção sindical:

[...] assume a democracia direta como caminho para alcançar tal objetivo, avaliando que a ausência de um projeto questionador da democracia representativa em todas as esferas e de ruptura com o atual sistema coloca o movimento sindical na berlinda. Para finalizar, postula que “este projeto questionador é a democracia direta” (2000, p. 120).

O debate prossegue e, em 2000, o grupo da professora Rosa da Fonseca promoveu um Seminário Internacional¹³⁷ com a seguinte temática: *A Teoria Crítica Radical, Superação do Capitalismo e Emancipação Humana*¹³⁸. Nesse momento, as posições se definem com maior clareza acerca da suposta perda da centralidade do trabalho e suas repercussões no movimento sindical. Um extrato do Manifesto Contra o Trabalho, assinado pelo grupo Krisis contido na referida publicação, afirma:

A produção de riqueza desvincula-se cada vez mais, na sequência da revolução microeletrônica, do uso de força de trabalho. [...] a venda da mercadoria força de trabalho será no século XXI tão promissora quanto a venda de carruagens de correio no século XX (2000, p.41).

Com base nessas novas concepções, o grupo da professora Rosa da Fonseca realizou de forma mais sistematizada com a categoria em um seminário que o SINDIUTE efetivou em 14 e 15 de junho de 2002. Após o seminário, o Sindicato saiu com uma publicação: *Educação*

¹³⁶ Araújo (2000, p.120) retira as formulações citadas de SINDIUTE Informa, 1999.

¹³⁷ Em preparação ao referido Seminário Internacional, o Instituto Filosofia da Práxis, organizado pelo grupo da professora Rosa da Fonseca, divulgou uma publicação com o mesmo título do evento em que consta como patrocinadores o próprio Instituto e o SINDIUTE e apoio das mais diversas entidades: UFC, IMO, UECE, SIND. DOS Jornalistas, FETRACE, ATEFCE, CUT, SESC-CE E UMC.

¹³⁸ Este Seminário contou com a presença do alemão Robert Kurz, integrante do Grupo Krisis, referência teórica do grupo da professora Rosa da Fonseca.

e *Emancipação* (2002), situando em que bases ocorreu a discussão sobre o capitalismo, afirmando que duas visões debatidas no Seminário se voltaram para a mesma base de estudo mas, quando confrontadas, expressaram:

[...] Uma que ensaia a crítica radical das formas básicas desta sociedade. Outra, que critica a insuficiência e o subdesenvolvimento da mesma sociedade. A primeira, que no início permaneceu oculta e durante um bom tempo reprimida, e só recentemente foi (re) descoberta e por isso só agora dá os seus primeiros passos. A segunda sobreviveu e se desenvolveu até agora como uma reflexão imanente ao capitalismo e em cuja fundamentação está baseada a teoria da modernização capitalista, ou seja, o socialismo com suas variantes (marxista, socialista, bolchevista, trotsquistas, maoísta, etc.) (p. 21, 22).

Este trabalho impõe limitações para aprofundarmos o conjunto das questões levantadas. Para o momento, ressaltamos que esses novos discursos passam a dividir as concepções que permeiam a ação sindical numa disputa acerca dos rumos da Entidade, especialmente entre as duas forças que tornavam hegemônico o movimento desde a constituição do SINDIUTE nos anos de sua fundação.

O primeiro grupo que, até a ruptura de 2003, representou a posição majoritária da direção, tinha na professora Rosa da Fonseca sua maior referência. O agrupamento surgiu do racha do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ainda nos anos 1970. O grupo teve presença importante na vida política e sindical do Estado (desde os anos da ditadura), chegando em 1985 a eleger a também professora Maria Luiza Fontenele, prefeita de Fortaleza, pelo Partido dos Trabalhadores.

No plano sindical, desde os tempos da Oposição à APEOC, esse segmento se constituiu, majoritariamente, pelo menos entre os setores do magistério público, no movimento que desaguou no SINDIUTE.

Numa trajetória de seguidas rupturas políticas, o grupo se apresentou ao longo dos anos com diferentes denominações – Partido Revolucionário Comunista (PRC), Partido da Revolução Operária (PRO). Em 1990, filia-se ao PSTU, Partido que abrigou a candidatura da professora Rosa da Fonseca ao Governo do Estado em 1994, com o qual rompeu logo em seguida.

No ano seguinte, o grupo fundou o Partido da Revolução pela Emancipação Humana (PART).

No final da década de 1990, quando se preparavam para a realização do 1º Congresso do PART, em um movimento pelo menos aparentemente contraditório, rompeu com a ideia de partido como instrumento da luta e organização dos trabalhadores, dissolvendo o PART e, finalmente, se apresenta ao movimento com nova denominação, desta vez *Crítica Radical*, em 2000.

No final da década de 1990, o então PART começou a se pautar por um posicionamento que vinha sendo entabulado no interior do SINDIUTE, identificado com as posições teóricas do Grupo Krisis¹³⁹.

O segundo agrupamento, minoritário, mas de influência em certos setores da categoria, e igualmente presente na organização e condução do movimento desde a década de 1980, era, nesses anos, a Corrente O Trabalho do PT – Seção Brasileira da IV Internacional, fundada em 1938 sob a direção da Leon Trotsky, que reivindicou o Programa de Transição.

Dirigida pelo metalúrgico francês Pierre Lambert (1920 – 2008), interveio com militantes de outras origens no quadro do Acordo Internacional dos Trabalhadores (ACTI), e, no Brasil, sua seção, a Corrente O Trabalho, no plano partidário no PT e sindicalmente na CUT.

A consequência prática em função das divergências entre os dois agrupamentos no seio do SINDIUTE tem seu desfecho um ano após a realização do Seminário citado há pouco. Em 2003, às vésperas do processo eleitoral que renovaria a direção deste organismo sindical, o agrupamento de professores que tinha na pessoa da professora Rosa da Fonseca liderança de maior expressão do Sindicato, desde a sua fundação, comunicou à categoria através de uma nota intitulada *Por uma práxis emancipatória*, que estava se retirando definitivamente da militância sindical. Mais: exortava os professores a igualmente abandonarem a organização sindical, desenvolvendo, durante algum tempo, uma campanha de desfiliação do SINDIUTE.

Esse acontecimento, apesar de certa forma vir sendo anunciado, diante dos acirrados embates em defesa do SINDIUTE, protagonizados pelo agrupamento da professora Rosa da Fonseca, soou incompreensível para a base sindical, mas também para a vanguarda do Sindicato, seus dirigentes e ativistas, quando se depararam com o conteúdo de uma nota divulgada à categoria com a posição da professora Rosa e outros companheiros que com ela se identificavam: Vejamos um extrato da referida nota,

O SINDIUTE até aqui foi um instrumento importante para levarmos a reflexão e luta. Mesmo nascendo nessa estrutura sindical, conseguimos arrancar leite das pedras com a nossa luta, garantindo, mesmo à margem do estado, o reconhecimento e a legitimidade perante a sociedade e as autoridades. [...] hoje percebemos que isso não é mais suficiente.

Diante do exposto, observamos que a ação do grupo, articulado em torno da professora Rosa, entretanto, não protagonizava mais uma ação tática, mesmo que extremada, no contexto da luta política pelo controle do Sindicato. Tratava-se de uma ruptura com a própria ideia de

¹³⁹Krisis é o nome de uma revista da Alemanha, cuja marca editorial consistia no princípio da *crítica do valor e da defesa do Manifesto Contra o trabalho*. Em 2004, dois de seus membros de maior destaque – Robert Kurz e Roswitha – foram excluídos da redação da revista, sendo seguidos por outros membros. Em 2004, fundaram outra revista, denominada EXIT.

organização sindical, identificada como parte integrante do mundo do capital e do seu arcabouço político e jurídico.

Essa ruptura era apresentada como uma manifestação mais ampla, a saber, com toda a possibilidade de intervenção na esfera da política no contexto da sociedade capitalista.

[...] quando o fim é o fim da política, o movimento político para a superação do trabalho seria uma contradição em si. Os inimigos do trabalho dirigem reivindicações ao Estado, mais não formam nenhum partido político, nem nunca formarão [...] os partidos de trabalhadores e sindicatos do decorrer da sua divinização do trabalho também se relacionam positivamente com o aparelho do Estado com as instituições repressivas da administração do trabalho que eles não queriam suprimir, e sim ocupar numa espécie de marcha ré das instituições (KRISIS, 1999, p. 89)

O Grupo Crítica Radical, denominação que assumiu a partir de então, analisa o fato de que a crise do trabalho, a forma como ele se manifesta na sociedade capitalista, em que, diante da terceira revolução industrial nos anos de 1980, com a introdução na produção de mecanismos possibilitados pela microeletrônica, robótica e automação, constitui condição inexorável de sua crise terminal, portanto, impossível de reversão dentro da perspectiva da luta de classes com base no referencial teórico do marxismo tradicional, está, portanto, convencido de que:

Falar de uma crise da sociedade do trabalho tem de parecer mais do que estranho, tendo em vista que não apenas a ideologia burguesa, mas também o marxismo do movimento operário, com uma convicção muito maior, declara sempre aquele “trabalho” à essência supra-histórica do homem como tal, fazendo desse suposto fato fundamental até a alavanca de sua crítica à sociedade burguesa. A controvérsia social e histórica que até agora dominou a modernidade, compreendida pelo marxismo como luta de classes, apoiou-se em um fundamento comum, a sociedade do trabalho, fundamento que mostra agora a sua limitação e, imerso em uma crise, luta para não desaparecer (KURZ, 1992, p.17-18).

O Grupo Crítica Radical, signatário do Manifesto Contra o Trabalho, do Grupo Krisis, desde essa nova orientação política, avalia como equívoco toda a sua história militante anterior. Numa publicação veiculada em 2005, podemos identificar a natureza polêmica dessa nova orientação, que parte do referencial teórico dos *Grundrisse*¹⁴⁰ de Marx para questionar a sua formulação em *O Capital*.

Com os “Grundrisse” iniciamos uma verdadeira aventura de reflexão. Através dela pudemos dimensionar que os rascunhos não constituíam, principalmente através de um de seus trechos, tão somente um andaime para “O Capital”. Não. Eles prospectavam para muito mais adiante. Exigiam outra construção, uma nova teoria com sua prática correspondente para, de fato, superarmos o capital com todo o seu sistema capitalista. [...] A sua descoberta nos inspirou para a batalha do acerto de contas com a nossa própria trajetória. E esse acerto foi tão grande que, pelo seu alcance, amplitude, profundidade e exigência, constituem-se na busca de uma revolução da teoria marxista (CRÍTICA RADICAL, 2005, p. 2).

¹⁴⁰ Os Grundrisse são rascunhos elaborados por Marx, encontrados e publicados após sua morte.

Com as posições tomadas, expressas no conteúdo das citações feitas há pouco, se verifica que o abandono do SINDIUTE pelo Grupo Crítica Radical em 2003 tem, portanto, um sentido muito mais profundo do que a crítica desta ou daquela política desenvolvida no Sindicato. O que se questionava era a pertinência da luta sindical, a existência mesma das organizações sindicais e da luta política em geral na perspectiva marxista, excluindo nesse caso a grande descoberta que realizou com sua leitura dos *Grundrisse*, como instrumento que revelou o verdadeiro caminho de combate ao capital.

Tomando como referência os *Grundrisse*, consideram que esses escritos não publicados por Marx representam

[...] um corte fundamental para uma revolução teórica do marxismo. Foi um elemento determinante da nossa trajetória, um paradigma para nossa elaboração da crítica radical ao capitalismo e a sua modernização, representada pelo socialismo. Foi com eles que pudemos dimensionar conseqüentemente, a crítica radical do valor, da sua plena atualidade revolucionária e da percepção de uma tensão entre a teoria da mais-valia e a teoria do valor em Marx, diante dos limites históricos do capitalismo, apontados nos *Grundrisse* (PAIVA, 2000, p. 9).

Partindo pretensamente de Marx, mas rompendo com o conjunto das suas teses, o Grupo Crítica Radical questiona tanto a centralidade do trabalho quanto toda uma tradição encarnada na existência do movimento operário e das organizações políticas e sindicais.

O Grupo defende a ideia de que o capital, em função do avanço da ciência, prescinde do trabalho do homem, não sendo, o trabalho do homem na sociedade contemporânea, a fonte produtora de valor. Os mecanismos científicos e tecnológicos, hoje, assumem a tarefa da produção, possibilitando uma sociedade de tempo livre. A crítica radical do valor, assentada também na crítica da história das relações fetichistas, segundo o grupo, possibilitará a superação do capital.

Captar essas tendências foi o primeiro sinal antecipado do triunfo da subversão da crítica radical do fetichismo. Seu segundo sinal será a superação revolucionária desta sociedade espetacular e sua substituição por uma sociedade humanamente diversa e desfetichizada, socialmente igual e criativa, ecologicamente exuberante e bela, prazerosa no ócio produtivo e completamente livre (CRÍTICA RADICAL, 2005, p. 30).

Desde então, a dinâmica do movimento real dos trabalhadores em educação do Ceará, diante das já problemáticas exigências concretas postas pela luta sindical que relatamos até aqui, tem que ser encaminhada pelo outro agrupamento que se manteve no organismo sindical, assegurou a realização das eleições que, não obstante o quadro da crise, teve a participação da quase totalidade de seus sindicalizados. Na visão deste, a luta no quadro da ação sindical é legítima, tendo em vista o fato de que

[...] trata-se de preservar o proletariado da decadência, da desmoralização e da ruína. Trata-se da vida e da morte da única classe criadora e progressista, e por isso mesmo,

do futuro da humanidade. Se o capitalismo é incapaz de satisfazer as reivindicações que surgem infalivelmente dos males que ele mesmo engendrou, então que morra! Nesse caso, “possibilidade” ou “impossibilidade” de atender as reivindicações é uma questão de relação de forças, que só pode ser resolvida pela luta. Sobre a base desta luta, quaisquer que sejam seus sucessos práticos e imediatos, os operários compreenderão melhor toda a necessidade de liquidar a escravidão capitalista (TROTSKY, 1980, p. 17).

Concordando com a citação de Trotsky, partimos do princípio de que não se trata de abdicarmos do Sindicato, *nos libertarmos dele* como se isso fosse resolver a problemática da classe trabalhadora. Na verdade, trata-se de *libertarmos o Sindicato* das políticas de capitulação das suas direções sindicais majoritárias, sob a égide do comando do capital; tarefa nada fácil, mas possível, se garantida a unidade da classe.

CONCLUSÃO

As divergências e embates que marcaram a história do SINDIUTE, inicialmente, ante os ataques dos governos (com trânsito no seio da categoria) através do professor Jaime Alencar desde 1991, auxiliado posteriormente pela política do setor majoritário da CUT (Articulação Sindical) que integrou a APEOC no final da década de 1990, mantendo-a nos quadros da CUT em 2000 e da CNTE em 2003, até os que se definiram pelo abandono da luta no plano sindical, o agrupamento liderado pela professora Rosa da Fonseca, constituem elementos da maior importância no processo vivido por este Sindicato, principalmente pelo relevante trabalho que esta entidade presta na luta pela organização dos trabalhadores em educação e na defesa dos seus direitos da escola pública no Estado do Ceará.

Procuramos, à luz da teoria marxista, analisar os desafios postos pela mundialização do capital ao movimento sindical contemporâneo, identificando os elementos à necessária resistência da classe trabalhadora. Diante de tal confrontação, entendemos como profundamente atuais e vigorosas as perspectivas de Marx, quando analisamos o fato de que, ao recrudescimento da crise mundial do capital corresponde, também, no mesmo plano, a crise de direção do movimento dos trabalhadores.

Após analisarmos a trajetória do movimento sindical brasileiro no contexto de sua organização na Central Única dos Trabalhadores, no que se refere à política majoritária da sua direção, verificamos que tal política se pauta pelo caráter defensivo, substituindo a luta política expressa no antagonismo de classe por mecanismos baseados em fóruns tripartites que primam pela proposição, sem confronto, sem conflitos, o que contribui para a crescente perda de direitos e precarização do trabalho no Brasil e para a despolitização dos trabalhadores.

Observamos também que o reflexo dessa política se faz presente no SINDIUTE, quando no final da década de 1990, esse setor se retirou da intervenção desse organismo e integrou a APEOC, identificando-se com grupo de Jaime Alencar, este, como vimos, principal artífice do rompimento do processo que tentou unificar a categoria em 1991.

A partir de então, evidencia-se o enquadramento da política da direção majoritária da CUT, com repercussão na organização e funcionamento do SINDIUTE, de adaptação à estrutura sindical oficial do Estado pautada no corporativismo, na contramão da liberdade e autonomia sindical e de capitulação/integração às políticas dos governos e aos fóruns bipartites, sob os imperativos do capital. Nesse sentido, caracterizamos, com esteio na análise

de Armando Boito Júnior, o *caráter regressivo da hegemonia neoliberal* sobre o movimento sindical brasileiro.

Integramos como mais um elemento de nossas conclusões acerca da história do SINDIUTE compreender como equivocadas as bases teóricas que levaram ao rompimento do grupo da professora Rosa da Fonseca, denominado Crítica Radical, da intervenção no SINDIUTE em 2003; a começar quando afirmam que podemos prescindir do trabalho, decretar o seu fim. Acreditamos na imprescindibilidade do trabalho, considerando limitado reduzi-lo a sua dimensão negativa, o trabalho abstrato, como compreendemos ter concluído o grupo Crítica Radical.

Considerando equivocada como o próprio grupo acena, a ruptura com o marxismo, defendendo, ao contrário, a validade da teoria marxista diante dos desafios postos pela mundialização do capital, encontrando nela os elementos à necessária resistência da classe na perspectiva de superação do quadro atual.

O que se verifica na sociedade atual é que o capital trouxe velhas formas de produzir com nova roupagem. Isso não significa que o capital prescinda do trabalho vivo; longe disso, ele, ao fragmentar, exteriorizar e precarizar as relações de trabalho, têm se utilizado do trabalho vivo e incrementado a articulação entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa [...] o aumento da informalidade e sua exploração na década de 1990 são sinais de que os brasileiros estão procurando descortinar possibilidades de manter-se vivo (ORGANISTA, 2006, p. 170).

Marx nos ajuda a distinguir nesse intrincado debate, reafirmando a centralidade do trabalho na sociabilidade dos homens, como categoria fundante,

[...] criador de valores-de-uso, como trabalho útil, indispensável à existência do homem, quaisquer que sejam a forma de sociedade, portanto enquanto necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre os homens e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, 1980, p. 50).

Como resultado de nossas análises, entendemos que a forma negativa e abstrata de como o trabalho se realiza na concretude da sociedade baseada na exploração, imposta historicamente pelo sistema capitalista de produção de mercadoria, foi resultado de processo histórico, podendo, de outro modo, ser também historicamente superado.

Compreender as divergências no plano teórico e prático que marcaram a história do SINDIUTE desde 1991 se fez necessário, objetivando contribuir para o fortalecimento e unidade da luta dos trabalhadores em educação do Ceará, como parte da luta mais geral para o fortalecimento das organizações políticas e sindicais.

Para efeito de nosso estudo, cujo objeto centrou-se na categoria sindicato, é pertinente contrapor às análises dos *inimigos do trabalho*, o grupo Crítica Radical, quando afirmam que o trabalho do homem perdeu seu estatuto como gerador de valor para o capital, baseados na

tese de que, com o desenvolvimento técnico-científico, o capital prescinde desse trabalho e que seu lugar foi ocupado pelas máquinas em seu vertiginoso potencial produtivo

Concordamos com Engels, quando na introdução de *Trabalho Assalariado e Capital*, de Marx, afirma que

[...] a classe trabalhadora é a única que produz todos os valores. Porque a palavra valor não é mais do que uma outra expressão para a palavra trabalho, expressão essa com que se designa, na nossa atual sociedade capitalista, a quantidade de trabalho socialmente necessário, incorporada a uma determinada mercadoria (1987, p. 17).

Em seguida, na mesma obra, Marx observa que a força de trabalho, no capitalismo, foi transformada numa mercadoria como qualquer outra (recorrendo ao exemplo do açúcar), dizendo que a diferença entre este e a força de trabalho na sociedade capitalista é que, “a primeira se avalia com o relógio, enquanto a segunda com a balança” (1987, p.21).

Dessa forma, não consideramos que o Sindicato, por ser uma instituição decorrente das relações dos trabalhadores no processo de produção capitalista, estaria dessa forma descartado como instrumento de luta. Sabemos dos limites da luta sindical para a superação das relações capitalistas. Ao contrário dos que afirmam que os sindicatos e partidos, independentes da sua concepção política, se colocam no quadro da imanência das relações capitalistas, entendemos, de outra forma, o sindicato como conquista da classe, instrumento necessário à luta pela abolição da exploração do trabalho.

Diante da crise do capital, qual a saída? O que e como fazer? Respondem os “inimigos do trabalho e do sindicato” que não há uma resposta, pelo menos de imediato. É preciso, afirmam, “pensar o impensável” e “fazer o impossível”¹⁴¹, construindo outra teoria, a “teoria radical”, que deverá ser fruto de uma ação coletiva, consciente, mas desta vez sem os elementos obstaculizadores do sindicato e do partido, muito menos com os equívocos consubstanciados na teoria da luta de classes.

Não obstante discordarmos das asserções do grupo Crítica Radical, ressaltamos a pertinência do aprofundamento dessas questões. Em primeiro lugar, pelo respeito conquistado pelos longos anos de militância que a professora Rosa da Fonseca e demais companheiros que compunham seu grupo atuaram nas diversas frentes de intervenção na defesa dos

¹⁴¹ O Grupo Crítica Radical está convocando o que denominam “Fórum Transnacional Antifetichista” que será realizado em agosto de 2010. Numa publicação de convocação para o referido evento destacam “com base nesta decisão e em contato com os interessados (as) no Brasil e em outros países, estamos transmitindo a você a convocação transnacional do fórum para que juntos possamos encarar o quarto proibido, escancarar sua porta, devassar seu interior e revelar os seus segredos. Afinal, quando o impensável descobre e o impossível supera o invisível fundamento não só do capitalismo com suas categorias fundantes e dissociação sexual, mas o sujeito e suas aventuras, nasce a sociedade da emancipação humana.” (CRÍTICA RADICAL, 2009, p. 8.)

trabalhadores, com destaque na defesa da educação pública em nosso Estado e dos direitos dos trabalhadores em educação.

Em segundo lugar, pelo reconhecimento de possíveis imprecisões, condição dos limites de abordagem, da natureza do tema e de limitações quanto ao tempo que nos disponibilizam para a elaboração deste trabalho.

Compreendemos o anúncio dessa discussão como prenúncio e o estímulo ao prosseguimento deste estudo em outros níveis de pós-graduação. Para o momento, apenas iniciamos o debate no sentido de avançar, tendo sempre em vista a superação da ordem atual, mediante ação e reflexão coletiva, com o intuito de superar a deterioração das relações sociais estabelecidas na sociedade no momento em que

O capitalismo contemporâneo, na passagem do padrão de acumulação fordista para o toyotismo, o que fez foi ampliar ainda mais a exploração do trabalho assalariado, mediante a implantação da taxa de mais-valia, decorrente da diminuição do tempo de rotação do capital e da intensificação do trabalho vivo, e não simplesmente, como os defensores da tese do fim da centralidade do trabalho acreditam (PRIEB, 2005, p. 158).

O certo é que, ante o recrudescimento da exploração de classe, mantém-se a necessidade pelo socialismo, superando todas as deformações proferidas em seu nome, mantendo-o como referência norteadora dos que sofrem as agruras da exploração capitalista. Continuamos a apostar no referencial teórico respaldado na perspectiva do marxismo da luta de classes, considerado não como receita pronta e acabada, mas como instrumento de profunda validade para compreender e intervir na sociedade capitalista no mundo contemporâneo.

Que as afirmações sobre o fim do trabalho, da política, do sindicato não sejam o parâmetro das nossas reflexões e ações. O fim da década de 1980 e o início da década de 1990 já nos legaram dois acontecimentos que interferem de forma a levar a desilusão quanto à eficácia da luta política de modo geral. Acontecimentos como a queda do muro de Berlim em 1989, a desagregação da URSS em 1992, tornados espetáculos, pela mídia nacional e internacional, como fato consumado da impossibilidade de construção do socialismo, têm sido constantemente explorados e com audiência em função das limitações teóricas que ainda pairam no seio da classe trabalhadora.

Aliada, porém, ao oportunismo da classe dominante, que tenta identificá-los com o socialismo, tentando referendar, desta forma, o capitalismo como única forma de organização social possível, está a crise de direção do movimento dos trabalhadores em todo o mundo, cuja capitulação e traição aos ideais socialistas são evidentes.

É preciso reaver as contribuições de Marx, Engels, Lênin, Trotsky e tantos outros que se dedicaram à luta pela emancipação do homem do jugo do capital, para não deixarmos prevalecer a ideia de que a maior herança deixada para classe trabalhadora, ou seja, a perspectiva do socialismo tenha sucumbido com a traidora burocracia soviética ou ficado embaixo dos escombros do muro de Berlim.

É preciso ter a compreensão de que

A luta política não é apenas um destino possível para algumas idéias de Marx ou um dos campos de “aplicação” do marxismo: a política, isto é, a tomada de posição prática e teórica na luta de classes, foi o que definiu os eixos centrais de toda a obra marxiana, foi o que precipitou a síntese. Ela está na própria origem do marxismo como compromisso férreo entre teoria e práxis (COELHO, 2005, p. 186).

Dessa forma, outro movimento deverá ser feito, diferente dos que tentaram e ainda tentam minar o avanço da classe trabalhadora em seu avanço, a exemplo dos “inimigos do SINDIUTE” que, ao longo de sua trajetória, como vimos, apareceram sobre as mais diversas formas.

Os elementos que tentamos analisar ao longo deste trabalho nos remetem ao imperativo de dar continuidade a essa discussão, intensificando o debate acerca da afirmação de que a esquerda, no campo majoritário da CUT e do agrupamento que rompe com o SINDIUTE em 2003, dada a sua tomada de posição diante da luta de classes tenham renunciado ao marxismo.

Consideramos, por fim, necessário reaver o papel revolucionário das organizações políticas em clara defesa da classe trabalhadora, que se manifesta desde a mais elementar reivindicação da classe às suas reivindicações históricas, seja no sindicato, seja no partido, com vistas à transformação social, radical, transitando da sociedade capitalista à sociedade socialista, única possibilidade, de barrar a barbárie que se precipita diante de nós. O que, quando e quem irá decidir? Acreditamos que seja a correlação de forças entre capital e trabalho determinada pela luta de classes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Valdecy. **O Massacre á liberdade Sindical no Estado do Ceará.** FETANCE. Federação dos Trabalhadores do Serviço Público no Estado do Ceará e Coordenação da Campanha Contra as Violações Sindicais no Brasil. Ceará (mimeo).

ANDERSON, Patrícia. **Câmaras Setoriais: históricos e acordos firmados- 1991/95.**Rio de Janeiro: 1999. Disponível em: www.econ.puc-rio.br/site. Acesso em: 03.04.2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho – 8 ed.-São Paulo. Editora Cortez, 2002.

_____ **Classe Operária, sindicatos e partido no Brasil:** um estudo sobre a consciência de classe, da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. 2 ed. São Paulo. Cortez e Editora Ensaio: Autores Associados,1982.

ARAÚJO, Raquel Dias. **O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará:** uma história de lutas e contradições. 2000. 141 p. Fortaleza: Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. (Dissertação de Mestrado).

BEZERRA, José Eudes Baima. **A Intenção e o Gesto.** Mudancismo e Educação no Ceará (1987-1990). 1996. Fortaleza: Faculdade de Educação. Universidade Federal de Ceará. (Dissertação de Mestrado).

BOITO Junior, Armando. Reforma e Resistência da Estrutura Sindical. In: BOITO JUNIOR, A. (Org.). **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80,** Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1991.

_____ **O Sindicalismo Tem Futuro?** **Revista Pucviva** Nº 11, São Paulo: 2001. Disponível em: www.apropucsp.or.br. Acesso em: 20.11.2009.

_____ **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil.** São Paulo. Editora Xamã, 1999.

BRAGA, Maria Lúcia de Santana. **Pesquisa sindical 2002 mostra perfil atual do mundo do trabalho** (2002). Disponível em: <http://www.fenassec.com.br/artigos/art82.htm>. Acesso em: 15/10/2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006. 448p.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Fórum Nacional do Trabalho**. Reforma sindical: relatório final. Brasília: 2004.

Centro de Documentação e Memória Sindical. (Organizador) **Cronologia das Lutas 1981 – 2009**. São Paulo, p.42, agosto de 2009.

CHESNAIS, François. As contradições e os antagonismos próprios ao capitalismo mundializado e suas ameaças para a humanidade. In: **Outubro**. Revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, nº16, 2007.

CODO, Wanderley. MENEZES, Ione Vasques. **Burnout**: sofrimento psíquico dos trabalhadores em educação. Cadernos de Saúde do Trabalhador. INST- Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador. CUT- Central Única dos Trabalhadores. 2000.

COELHO, Aurelino. **Uma Esquerda para o Capital**. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. UFF. Niterói. 2005.

CRÍTICA RADICAL, **Adeus às Ilusões**. De que amanhã se trata. Grupo Crítica Radical. Fortaleza: Sem Fronteiras. 2005.

_____. O capitalismo fracassou!! Mas, e a saída? A saída só pode ser consciente! Fortaleza. 2009.

CUT. Central Única dos Trabalhadores. Estatuto, 1999. Disponível em: www.cut.org.br. Acesso em: 13/06/2009.

DANTAS, Gilson. O setor bélico: por que ele se instalou no coração da economia estadunidense? In: **Outubro**. Revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, nº14, 2º semestre, 2006.

DAU, Denise Mota. A organização sindical da CUT - construindo o futuro com ousadia, liberdade e autonomia. In: **Estratégia e Organização da CUT – construindo o futuro**. São Paulo, 2006.

DIEESE. **A crise financeira internacional**: análise e propostas na perspectiva dos trabalhadores. Subsídio para o debate na CUT. Subseção DIEESE CUT Nacional, 2008. Disponível em: http://www.sengerj.org.br/dieese_crise.pdf. Acesso em: 20.11.2009.

FERREIRA, Ivanize Magalhães. **Avanços e Recuos da Luta dos Trabalhadores em Educação** em Defesa da Escola Pública. 1995. Fortaleza: Faculdade de Educação do Ceará UFC. (Dissertação de Mestrado).

FONSECA, Rosa Maria Ferreira. **A Organização dos Trabalhadores e a Luta pela Escola Pública: CNTE –APEOC – SINTECE**. . Fortaleza. Faculdade de Educação do Ceará. UFC, 1991 (Dissertação de Mestrado).

FUP. Federação Única dos Petroleiros. **Maio de 1995, a maior greve dos petroleiros**. Disponível em: http://www.fup.org.br/greve_1995.htm. Acesso em: 02/04/2009.

GALVÃO, Andréia. O movimento sindical frente ao governo Lula; dilemas, desafios e paradoxos. In: **Outubro**. Revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, nº14, 2º semestre, 2006.

GIANNOTTI, Vito. **História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo sindical 2002. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 12/04/2009.

KRISIS **Manifesto Contra o Trabalho**. São Paulo. Geousp labor, 1999.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. Ed. Nova Palavra. 2007.

LOURENÇO, José Celestino. A política de formação e o projeto político-organizativo da CUT. In: **Estratégia e Organização da CUT – construindo o futuro**. São Paulo, 2006.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da economia política**. Livro I – Vol. I Rio de Janeiro, 1980.

_____. **Trabalho Assalariado e Capital**. Global Editora e Distribuições Ltda. São Paulo, 1987.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Sobre o Sindicalismo**. 2 ed. Seleção de textos de C. Bastien. Tradução do francês de João Manuel. Editora- pontos de vista, s/d.

_____ *Manifesto do Partido Comunista*. Edição comemorativa dos 150 anos do Manifesto do Partido Comunista, K. Marx e F. Engels. Edição: Luiz Paulo Gnecco e Cláudio Soares. São Paulo. Maio de 1998.

MENEZES, Ana Maria Dorta. **A Difícil Tarefa de Construir o Futuro**: sobre as vicissitudes de uma política de educação municipal numa administração popular de Fortaleza. Fortaleza. Faculdade de Educação do Ceará, UFC. 1990. (Dissertação de Mestrado).

MESZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (orgs). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. Boitempo. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOREIRA, Maria Laura. **História da Luta Sindical do Magistério Cearense (1942 – 1985)**. Fortaleza. Faculdade de Educação do Ceará, UFC, 1990. (Dissertação de Mestrado).

NORONHA, Eduardo. **A Explosão das Greves na Década de 80**. In. BOITO Junior, A. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2006.

PAIVA, Jorge. Importância dos Rascunhos de Marx. In: PAIVA, Jorge (Org.) **A Teoria Crítica Radical**, Superação do Capitalismo e a Emancipação Humana. Instituto Filosofia da Práxis. Fortaleza. 2000.

POCHMANN, Mário. Desempregados do Brasil. In ANTUNES, Ricardo (Org): **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo. Boitempo, 2006.

PRIEB, Sérgio. **O trabalho à beira de um abismo**: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho. Ijuí. Ed. Unijuí, 2005.

REVISTA VEJA. **A longa marcha**. Arquivo Veja de 16 de abril de 1997. Disponível em: http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/arquivo/160497.html. Acesso em: 03/04/2009.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **As Tendências na Formação das Centrais**. In. BOITO JUNIOR, A. **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991

ROLLI, Claudia; FERNANDES, Fátima. Central Sindical Tem Reação Tímida à Crise. Crise Revela Despreparo de Sindicatos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1º de Março de 2009.

_____ Total de filiados a sindicatos no Brasil cresce 13% em oito meses. Folha de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u550837.shtml>. Acesso em: 15/06/2009.

SANTOS, Ariosvaldo Oliveira. A nova Crise do Sindicalismo Internacional. In. ANTUNES, Ricardo (Org): **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

SILVA, Antonio Ozai. **História das Tendências no Brasil**. 2 ed. São Paulo, s/d.

SINDIUTE. **Educação e Emancipação**. Fortaleza, 2002.

TEXEIRA, Marilane; PALATIERI, Patrícia Toledo. Mercado de trabalho e representação sindical: desafios para a organização cutista. In: **CUT. Central Única dos Trabalhadores. Estratégia e Organização da CUT, Construindo o Futuro**. São Paulo: 2006.

TROTSKY, Leon. **Escritos sobre Sindicato** São Paulo, Editora Nova Palavra, 2009.

_____ **O marxismo do nosso tempo**. 2 ed, São Paulo: Outubro Livraria e Editora, 1988.

_____ **Programa de Transição**. São Paulo: Editora Jornalística Criart Ltda, 1980.

TURRA, Júlio. Os desafios atuais para a independência sindical. In: TROTSKY, Leon. **Escritos sobre sindicato**. São Paulo: Editora Nova Palavra, 2009.

VIEIRA, Sofia Lerche. **História da Educação no Ceará**: sobre promessas, atos e feitos. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

RESOLUÇÕES

SINDIUTE. **Resoluções do III Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação.** 1991.

_____. **Resoluções do VI Congresso dos Trabalhadores em Educação do Ceará.** 2008.

APEOC Informa – Órgão informativo do Sindicato dos Servidores Lotados nas Secretarias de Educação do Estado e dos municípios do Ceará e dos Servidores das Secretarias de Cultura do Estado e dos municípios do Ceará.

APEOC –CE – APEOC Informa – Ano II N°08, 1990.

APEOC-CE – APEOC Informa, Novembro de 1991.

APEOC-SINTECE Informa, Novembro de 1991.

APEOC – CE –APEOC Informa- Fevereiro de 1992.

APEOC-CE. Jaime Alencar de Oliveira (In Memoriam). Disponível em: www.apec.org.br

SINDIUTE Informa – Órgão informativo do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará.

SINDIUTE-CE. SINDIUTE, 02 de Janeiro de 2000

SINDIUTE-CE. Para autoridades e órgãos da imprensa local, 24 de janeiro de 2000.

SINDIUTE-CE. Fora os Pelegos da APEOC do Congresso da CUT, 2000.

SINDIUTE –CE. Em Defesa do SINDIUTE, 29 de Junho de 2009.

SINDIUTE-CE. Em Defesa do SINDIUTE, 30 de Junho de 2009.

Jornal do SINDIUTE. 10º CONCUT: pontos de apoio para a luta e problemas que persistem na Central. Fortaleza. Edição nº IX, agosto de 2009.

ATAS

Ata da Primeira Reunião do SINDIUTE, 30 DE Dezembro de 1991.

Ata da Assembleia da APEOC que deliberou sobre a fusão no SINDIUTE, 25 de Fevereiro de 1992.

Ata da Assembleia do SINTECE que deliberou sobre a fusão no SINDIUTE, 03 de Abril de 1992.

JORNAIS

Diário do Nordeste - CE. **APEOC ainda provoca confusão entre os docentes litigantes**, 26 de Fevereiro de 1992.

Folha de São Paulo. -SP. **Crise revela despreparo de sindicatos**. Centrais sindicais têm reação tímida à crise, 1º de Março de 2009.

O Estadão- SP. ONU: Número de famintos no mundo ultrapassa 1 bilhão. Disponível em: <http://www.estadao.com.br>; Acesso em: 20 de novembro de 2009.

O Povo-CE **Professores decidem criar Sindicato Único**, 26 de Fevereiro de 1992.

O Povo-CE. **Enfim a União**, 29 de Fevereiro de 1992.

O Povo- CE. **Ex-companheiros em rota de colisão**, 5 de Julho de 2009.

O Trabalho- SP. **MP contra as demissões- Uma luta colocada ao 10º Congresso da CUT**. Edição 601, 30 de julho de 2009.

Tribuna do Ceará-CE. **Assembleia decide fusão APEOC-SINDIUTE**, 26 de Fevereiro de 1992.

Tribuna do Ceará-CE. **Enfim a União**, 29 de Fevereiro de 1992.

DOCUMENTOS JURÍDICOS

Poder Judiciário do Estado do Ceará - Comarca de Fortaleza. Processo – 0000.02.57746-1. Apensos 00.57745-3/00.57744-5. Secretaria da 4ª Vara Cível. Tribunal Regional do Trabalho do Ceará.com o nº. 1540/2007

ANEXOS



Manifestação contra as medidas do Governo Tasso.



Direção colegiada do SINDIUTE gestão 2000-2003.



Audiência de campanha salarial durante o governo Lúcio Alcântara.



Manifestação contra o tele ensino em 2002.



Campanha salarial e educacional 2002



Greve de 2002



Seminário por uma educação para a emancipação humana em 2002.



Seminário de formação sindical no Crato em 1998



Direção colegiada do SINDIUTE (gestão 2003- 2006)



Campanha salarial dos professores do município de Fortaleza em 2006



Momento da deliberação da greve em abril de 2009



Manifestação dos trabalhadores em educação em greve no 11º CECUT- 2009



Manifestação na Assembleia Legislativa pela implantação do piso salarial- 2009